

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Lia Ribeiro Dias

Inclusão digital como fator de inclusão social:
A inserção de jovens de baixa renda como protagonistas na Sociedade do
Conhecimento

São Paulo

2011

LIA RIBEIRO DIAS

**Inclusão digital como fator de inclusão social:
A inserção de jovens de baixa renda como protagonistas na Sociedade do
Conhecimento**

Dissertação apresentada para a
obtenção do grau de Mestre em
Comunicação pela Faculdade
Cásper Líbero.

Orientador: Prof. Dr. Walter Teixeira Lima
Junior.

São Paulo

2011

Dias, Lia Ribeiro

Inclusão digital como fator de inclusão social. A inserção de jovens de baixa renda como protagonistas na Sociedade do Conhecimento. – São Paulo, 2011

203 f.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Walter Lima Jr.

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Inclusão digital. 2. Inclusão social. 3. Comunicação em rede. 4. Software livre.

I. Lima Jr, Walter. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação.

III Título

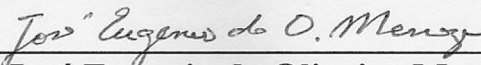
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: LIA RIBEIRO DIAS

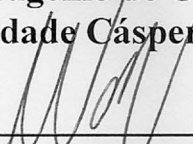
**“INCLUSÃO DIGITAL COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: A
INSERÇÃO DE JOVENS DE BAIXA RENDA COMO
PROTAGONISTAS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”.**



Prof. Dr. Nelson Pretto
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. José Eugenio de Oliveira Menezes
Faculdade Cásper Líbero



Prof. Dr. Walter Teixeira Lima Junior
Faculdade Cásper Líbero

Data da Defesa: - 01 de abril de 2011.

Para Cleber, Darla, Fábio, Marcelo, Meg e Teddy,
cujos depoimentos foram fundamentais para o desenvolvimento
deste trabalho. A eles, a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao sociólogo e professor Sergio Amadeu da Silveira, que me instigou a refletir sobre as relações entre inclusão digital e inclusão social.

Em seu nome, minha homenagem aos militantes da inclusão digital do país.

Aos professores Walter Teixeira Lima Jr, Nelson Pretto e José Eugênio de Oliveira Menezes, por suas importantes observações e contribuições a este trabalho.

À jornalista e amiga querida Patrícia Cornils, que me ajudou na pesquisa, discutiu caminhos e me salvou nos apuros.

Ao meu marido José Eduardo de Faro Freire, pelo imprescindível apoio.

À amiga e professora Maria das Graças Pinto Coelho, pela revisão dos originais.

Aos colegas da Momento Editorial, que cobriram as minhas ausências.

A minha família e amigos, pela torcida.

RESUMO

No Brasil, diante da baixa presença de computadores e banda larga nos domicílios das famílias das classes C, D e E, os programas públicos de inclusão digital são a porta de acesso de milhares de jovens de baixa renda à comunicação conectada. Mas a inclusão digital, para ser efetiva, não pode se restringir a oferecer acesso à internet e alfabetização digital. Precisa envolver o aprendizado dos direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento de habilidades como saber pesquisar na internet, produzir conteúdos, remixar conteúdos, compartilhar conteúdos e trabalhar em rede. Quando entendida de forma ampla, a inclusão digital é importante elemento de inclusão social dos jovens de baixa renda, abrindo-lhes novas perspectivas profissionais e de vida e permitindo que participem da Sociedade do Conhecimento como atores e autores, e não apenas como consumidores de tecnologia.

Palavras-chave: inclusão digital, inclusão social, comunicação em rede, software livre.

ABSTRACT

Due to the small availability of computers and wide broad internet communication in the low income homes in Brazil, public programs of digital inclusion are the way that thousands of youngsters belonging to those families are able to access connected communication. In order to be really effective, digital inclusion cannot be restricted to internet access and digital alphabetization. It must involve the learning of basic citizenship rights, the development of the capacities to research on the internet, elaborate, remix and share substance and work in networks. In a wide spectrum, digital inclusion is an important tool for social integration of low income youngsters, that opens new professional and life perspectives, allowing them to participate in the Knowledge Society, as players and authors and not merely technology consumers

Key words: digital inclusion, social inclusion, network communication, free software.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	A comunicação, como direito	12
1.2	Metodologia utilizada	16
1.2.1	Os nossos personagens	18
1.2.1.1	Cleber Jesus Santos	18
1.2.1.2	Clerisson Luís dos Santos, o Teddy	19
1.2.1.3	Darla Braga dos Santos	20
1.2.1.4	Fábio Lúcio de Souza	21
1.2.1.5	Marcelo Cardoso dos Santos	21
1.2.1.6	Meilene Hercília Medeiros Ferreira, a Meg	22
2	INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL	24
2.1	Exclusão digital e social. Uma visão dos conceitos	30
2.2	As dimensões da inclusão	35
2.3	O conceito escolhido	40
2.4	Emancipação digital	42
3	A COMUNICAÇÃO EM REDE	49
3.1	Os primeiros passos	52
3.2	A rede de computadores	53
3.3	O que muda na comunicação	55
3.4	O papel da tecnologia	59
4	O TRABALHO IMATERIAL E A NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	66
4.1	Do fordismo ao pós-fordismo	69
4.2	O conceito do trabalho contemporâneo	71
4.3	As características do trabalho imaterial	72
4.4	Divisão entre trabalhadores na Sociedade do Conhecimento	74
4.5	As contradições do capitalismo do saber	78
5	O SOFTWARE LIVRE	83
5.1	As origens	85
5.2	Por que as pessoas colaboram?	89
5.3	O software livre nos projetos públicos brasileiros	93

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	119
Entrevistas	119
1 Depoimento Cleber Jesus Santos	141
2 Depoimento Clerisson Luís dos Santos	149
3 Depoimento Fábio Lúcio de Souza	153
4 Depoimento Darla Braga dos Santos	164
5 Depoimento Marcelo Cardoso dos Santos	173
6 Depoimento Meilene Hercília Medeiros Ferreira	
Trabalho “Considerações sobre o Seminário Cidadania e Redes Digitais”	199

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos oito anos, 24,8 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza, criando uma classe C que já representa 50% da população, e 14,4 milhões saíram da miséria¹. Muitos bens de consumo duráveis estão praticamente universalizados nos domicílios brasileiros. Dos 58,6 milhões de domicílios existentes em 2009, de acordo com os dados apurados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD do IBGE², divulgada em agosto de 2010, 98,5% contavam com fogão, 93,9% com geladeira e 96% com televisores. Em relação aos serviços básicos, 89,4% tinham coleta de lixo; 85,3%, abastecimento de água; e 84,9% telefone (fixo e/ou celular). Mas só 53,3% estavam conectados à rede de esgoto.

Em que pesem os avanços conquistados, com o aumento do nível de escolaridade, da taxa de trabalhadores com carteira assinada e com o aumento médio da renda mensal registrados na mesma PNAD, ainda falta muito para a universalização da cidadania no país. Entre os 191,8 milhões de brasileiros, 14,1 milhões são analfabetos e 20,3% dos alfabetizados têm menos de quatro anos de escola, sendo assim considerados analfabetos funcionais³. 8,4 milhões de brasileiros em idade produtiva estavam a procura de trabalho. O acesso aos serviços de saúde é deficiente, ainda faltam serviços domiciliares básicos e o computador e a internet, ícones da sociedade conectada do século XXI, estão ausentes da maioria das casas dos brasileiros. A mesma pesquisa revelou que 65% dos domicílios não tinham computador e 72,6% não estavam conectados à internet.

Um grande contingente também está excluído do acesso a vários dos bens culturais. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴, divulgada em 2010, mostra que cerca de 70% da população nunca foi a museus ou a centros culturais e pouco mais da metade nunca vai a cinemas.

A exclusão social, como afirma Sposati (1998), é a negação da cidadania. Embora seu

1 Classes sociais – diferenças e participação na renda total. Disponível em <<http://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/10/29/classes-sociais-diferencas-e-participacao-na-renda-total-mobilidade-social-distribuicao-de-renda-evolucao-1985-2010-brasil/>>. Acesso em 8 jan 2011.

2 Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>> Acesso em 7 jan 2011.

3 Segundo definição da Unesco, funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo de seu grupo e comunidade, e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

4 Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=141729&id_secao=11>. Acesso em 7 jan 2011.

caráter estrutural e centenário tenha raiz na partilha desigual da riqueza, dada a lógica inerente ao modo de produção capitalista, a exclusão social assume, a partir de meados do século XX, uma nova dimensão, à medida que cresce a consciência do direito à diferença (a não discriminação) e às garantias sociais; e que o avanço do neoliberalismo impõe aos trabalhadores, especialmente dos países desenvolvidos, perdas de um patamar de bem estar social já alcançado.

Autores como Sposati (1998), Warschauer (2006) e o sociólogo francês Castel (2008) tratam dessa nova dimensão de diferentes ângulos. Para Sposati, a exclusão social contém elementos éticos e culturais e, assim, se refere também não só à falta de acesso a garantias sociais e aos direitos cidadãos, mas à discriminação. Na mesma direção Warschauer sustenta que a inclusão social, em oposição à exclusão social, não se refere apenas à partilha adequada dos recursos, mas à participação do cidadão nas oportunidades de vida, tanto individuais como coletivas.

Enquanto Sposati (1998) e Warschauer (2006) tratam a exclusão social com foco nas sociedades de países semi-periféricos ou periféricos, ainda distantes do patamar do bem estar social, Castel (2008) analisa o conceito sob a ótica dos países desenvolvidos, no caso, a França. Trata-se da exclusão social dos que estavam incluídos numa rede de proteção social e perderam essa condição dada a acelerada mudança na estrutura do mercado de trabalho, do qual milhões foram expulsos. Para caracterizar essa situação, Castel prefere usar o conceito de desfiliação, já que entende que o conceito da exclusão não permite observar as origens do processo em que se construiu o novo estado de privação na Europa.

A inclusão dos excluídos, guardadas as diferentes condições vigentes nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, impõe, na visão de Sposati (1998), construir os referenciais de um padrão de inclusão social que deve contemplar concepções como autonomia (capacidade e possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais), qualidade de vida (acesso às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente), desenvolvimento humano (a possibilidade de todos os cidadãos desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e sofrimento) e equidade (o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população).

Os direitos básicos da cidadania na sociedade atual não se limitam ao acesso à educação, à saúde, ao transporte, ao saneamento básico, à cultura, à participação política tradicional por meio da democracia representativa, à comunicação de massa unidirecional. Eles incluem demandas que nasceram no bojo da nova sociedade em que vivemos, a

sociedade pós-industrial que se apoia na informação que flui através das redes de computadores interconectados globalmente. “Ser excluídos dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura”, afirma Castel (2003, p. 8). Por isso, Silveira (2008) advoga que, na dimensão de uma esfera pública interconectada, o acesso à comunicação em rede, interativa e multidirecional, é um direito da cidadania.

1.1 A comunicação, como direito

O direito à comunicação, desde a sociedade industrial, é reconhecido como um direito fundamental da cidadania por organismos internacionais, como a Unesco, e pelas legislações de quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Seus objetivos são garantir a pluralidade de opiniões, a diversidade cultural, a não discriminação, a proteção da criança e do adolescente, o combate à violência. Na comunicação mediada por computador, a importância desse direito para o exercício da cidadania plena e para a inclusão social dos excluídos ganha uma nova dimensão. Porque ao mesmo tempo em que a comunicação mediada por computador permite exercer o direito do acesso à informação que circula na rede, de se comunicar em rede, de produzir e compartilhar os mais diferentes conteúdos (som, texto, imagem, desenhos animados, enfim, conteúdos multimídia), ela é ferramenta de acesso para a apropriação de outros direitos, como a educação, a participação política e a própria inserção na estrutura produtiva e no comércio mundial.

Schwarz (2009), entre muitos outros autores que estudam o papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs), é um dos que sublinha a sua importância no processo educacional. Mas destaca que professores e alunos precisam ir além do uso passivo das novas tecnologias. “O imperativo é formar redes, conectando espaços de aprendizado e de vida para a construção colaborativa de conhecimentos que ampliem as oportunidades de emprego e renda” (SCHWARZ, 2009, p. 1).

Na mesma linha, Pretto observa:

No campo da educação, formulamos a idéia de que a incorporação dessas tecnologias não pode ser meramente como ferramentas adicionais, complementares, como meras animadoras dos tradicionais processos de ensinar e de aprender. As tecnologias necessitam ser

compreendidas como elementos fundantes das transformações que estamos vivendo (PRETTO, 2006), buscando ser incorporadas através de políticas públicas para a educação que ultrapassem as fronteiras do próprio campo educacional, para, com isso, poder trabalhar visando ao fortalecimento das culturas e dos valores locais. (PRETTO, 2008, p.80)

No processo de participação política, a comunicação mediada por computador também tem sido importante instrumento. Não faltam referências mundiais de ativismo político na rede. Aqui, dois exemplos. O primeiro, global. Graças à pressão dos ativistas pela liberdade na rede, os 16 países integrantes do Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA) tornaram pública, em abril de 2010, uma minuta do acordo⁵, que vinha sendo negociado em sigilo e inclui, entre as medidas de combate à pirataria, o controle da internet. A versão oficial é bem menos enfática na censura à internet do que a minuta que circulou na rede. Mas mantém o arcabouço de controle, com o objetivo expresso de proteger a propriedade intelectual, mesmo em casos de troca de arquivos sem objetivo comercial. O segundo exemplo é local. O projeto Azeredo⁶ que, a pretexto de combater crimes cibernéticos, estabelecia o controle na rede, criminalizando até a distribuição de conteúdo sem autorização, foi alvo, em 2009, de uma campanha contrária à sua aprovação pela Câmara dos Deputados (o projeto já tinha sido aprovado no Senado), desenvolvida basicamente na internet. Como resultado da campanha “Contra o AI-5 Digital”, o projeto estava, no início de agosto de 2010, paralisado.

O uso das TICs para a inserção do cidadão na estrutura produtiva tem sua melhor expressão na produção de *software* através da rede, seja no desenvolvimento de plataformas livres, como atestam as diferentes distribuições, seja nos programas feitos sob encomenda, como ocorre nas plataformas *off shore*, onde a Índia se destaca. Já é lugar mais do que comum o relevante papel da comunicação mediada por computador no comércio mundial. Os dados de 2009 mostram que o comércio eletrônico movimentou, naquele ano, US\$ 502,1 bilhões mundialmente, sendo que 82,3% das vendas foram realizadas pelos países desenvolvidos⁷.

Mas o que é singular nesse processo para a apropriação de direitos pelos até então excluídos é o fato de a internet permitir que a produção de pequenos arranjos produtivos locais, como os criadores de tilápia de Piraí, no estado do Rio de Janeiro, ou as comunidades que exploram a essência da castanha no Amapá, possam atingir mercados nunca imaginados,

5 Disponível em <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2010/april/tradoc_146029.pdf>. Acesso em 7 jan 2011.

6 Disponível em <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/112006/pls76de2000.pdf>>. Acesso em 7 jan 2011.

7 Relatório sobre Comércio Eletrônico, que engloba dados de 41 países, divulgados pela consultoria everis, segundo o site Tele.Síntese, em 14 jun 2010.

sem passar pela cadeia formal de distribuição, vendendo seus produtos diretamente através da rede⁸. Para o economista Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, só uma política articulada de apoio ao desenvolvimento local vai “fazer funcionar o andar de baixo da economia”, o que significa combater a desigualdade e promover a inclusão produtiva dos milhões confinados no “quarto mundo brasileiro”. Em entrevista à revista ARede, ele destaca a importância das tecnologias digitais, por serem capazes de quebrar o poder dos intermediários e fomentar a autonomia regional:

A conectividade muda radicalmente os termos do jogo. Um exemplo é o do pessoal que cata castanha no Amapá, depende do atravessador e não ganha nada. Na gestão do (João) Capiberibe (ex-governador do Estado) eles organizaram uma cooperativa, fizeram um acordo com a universidade de Macapá, passaram a triturar as castanhas. No laboratório, passaram a extrair as essências, e como estamos na era da internet, a cooperativa vende direto para as empresas de perfumarias da França. O resgate da possibilidade de comunicação é tecnicamente viável e barato. E gera novos processos de desintermediação. (FONSECA; COUTO, 2008)

O poder de apropriação induzido pelas TICs ganhou dimensão planetária porque vivemos numa sociedade conectada.

No final do sec. XX, três processos independentes se uniram, inaugurando uma nova estrutura social predominantemente baseada em redes: as exigências da nova economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução eletrônica. Sob essas condições, a internet, uma tecnologia obscura sem muita aplicação além dos mundos isolados dos cientistas computacionais, dos *hackers*⁹ e das comunidades contraculturais, tornou-se a alavanca na transição para uma nova sociedade – a sociedade em rede –, e com ela para uma nova economia. (CASTELLS, 2003:8)

Assim, o domínio das TICs é fundamental para participar dessa nova sociedade,

8 Articular o poder local, revista ARede, nº 30, outubro/2007 p. 13. Disponível em <<http://www.aredes.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/86-%20/1168>>. Acesso em 7 jan 2011.

9 *Hackers* são programadores de computadores que interagem *online* em torno de projetos técnicos que visam resultados inovadores. O termo *hacker* erroneamente vem sendo associado pela mídia a indivíduos irresponsáveis que penetram em sistemas operacionais de forma ilícita. Esses indivíduos são denominados *crackers* e, em geral, são repudiados pelos membros das comunidades internacionais de *software* livre.

chamada de Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento ou, ainda, Sociedade da Inteligência, tradução que Gorz (2005, p. 25) considera que corresponde melhor ao *knowledge society* dos anglo-saxões. Warschauer (2006) parte da premissa de que “a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia da informação e comunicação é decisiva para a inclusão social na época atual”. Reconhece que essa não é a única condição que importa, já que a inclusão social depende de outros direitos cidadãos, como boa educação e assistência médica adequada. Mas lembra que as TICs, se bem mobilizadas, podem influir positivamente na melhoria dessas demais condições, agindo como um fator multiplicador da inclusão social.

Na mesma linha, Silveira (2005) observa que a falta de acesso às TICs, ou a exclusão digital, impede que se reduza a exclusão social já que as principais atividades econômicas estão migrando para a rede e são desenvolvidas por meio de comunicação informacional.

Não podemos nos iludir e separar as propostas necessárias de informatização do Estado das políticas de ampliação da cidadania por meio eletrônico. Cada vez mais aumenta o fosso entre as sociedades baseadas nas tecnologias de gestão do conhecimento e aquelas que se assentam em práticas pré-informacionais. O grande desafio é enfrentar a herança do analfabetismo funcional ao mesmo tempo que combatemos o *apharteid* tecnológico. Alegar que primeiro se erradica um para depois enfrentar o outro é um erro primário. O distanciamento da sociedade informacional alimenta a exclusão e impede que nossa sociedade se prepare massivamente para os desafios cada vez maiores do mercado de trabalho e da inserção minimamente competitiva no atual cenário de mundialização (SILVEIRA, 2005, p.42).

O objetivo deste trabalho de dissertação é discutir se há, efetivamente, uma relação de interdependência entre os programas públicos de inclusão digital e a inclusão social de seus participantes. Se essa interdependência se confirmar, quais são os pré-requisitos necessários para que isso ocorra, ou seja, que características deve ter o programa? Um programa limitado à alfabetização digital tem o mesmo efeito de um programa que prepara o aluno para produzir e compartilhar conteúdos, para ser autor? Em que medida esses programas são uma porta de entrada dos jovens de baixa renda na Sociedade do Conhecimento, para que se desenvolvam como protagonistas na nova economia, desempenhando atividades como as de programadores de *software*, produtores de conteúdos audiovisuais, *webdesigners*, para citar profissões que alguns autores classificam como da nova mídia? Que oportunidades se abrem para esses jovens pelo fato de a sociedade conectada permitir o compartilhamento solidário de conteúdos?

1.2 Metodologia utilizada

Para ilustrar o debate teórico dessas questões, optei por registrar a história de vida de seis jovens de baixa renda, formados por programas públicos de inclusão digital patrocinados pelo Estado e/ou entidades do Terceiro Setor.

É importante destacar que não se trata de uma amostra. Os jovens entrevistados foram selecionados em função de minha experiência profissional como jornalista e editora na cobertura de projetos de inclusão digital de todo o país e do debate sobre como levar adiante esses projetos: quais os objetivos, as metodologias, as melhores práticas, os princípios norteadores de um projeto de inclusão digital que efetivamente contribua para a inclusão social e a conquista da cidadania e da autonomia pelos participantes?

Meu primeiro contato mais sistematizado com o movimento de inclusão digital no Brasil e em vários países em desenvolvimento se deu em 2003, quando tive a oportunidade de coordenar a produção do livro “Inclusão Digital, Com a Palavra a Sociedade”¹⁰, que traçou o primeiro panorama da inclusão digital no país, apresentando 40 projetos desenvolvidos por governos, sociedade civil e empresas, além de trazer experiências da América Latina e África.

A partir de 2005, tornei-me diretora editorial da revista mensal ARede, com foco no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a inclusão social. Com mecenato da Lei Rouanet e apoios diversos, ARede, com 11.800 exemplares e versão eletrônica na internet¹¹, é distribuída gratuitamente a formuladores de políticas públicas, gestores e monitores de projetos de inclusão digital e cultural, professores de escolas públicas, bibliotecas e formadores de opinião.

A partir dessa experiência acumulada como repórter, editora, diretora editorial e organizadora de encontros, seminários e eventos para o debate de temas relativos à inclusão digital, fiz a seleção das histórias de vida e dos “autores” da vida real que vão fazer o contraponto – seja para apoiar, seja para discordar, seja para acrescentar - aos autores acadêmicos com os quais dialogo neste trabalho.

Escolhi a metodologia de pesquisa da história de vida porque o objeto deste estudo é tentar fazer a ligação entre as constatações teóricas e a realidade dos projetos de inclusão digital. Já existem inúmeros trabalhos sobre estudos de caso, como me revelou a pesquisa

10 DIAS, Lia Ribeiro (org.). *Inclusão Digital, com a palavra a sociedade*. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.

11 Disponível em <<http://www.aredo.inf.br>>. Acessado em 25 nov 2010.

sobre o estado da arte a respeito do meu objeto de dissertação. Desenvolver mais uma investigação nessa direção, por mais interessante que fosse, acrescentaria pouco ao debate. Imaginei que a partir da minha experiência profissional -- que me permitiu conhecer diferentes políticas, inúmeros projetos e muitos personagens --, eu pudesse ousar na tentativa de entender as relações entre inclusão digital e social.

De há muito, os documentos pessoais, entre os quais a história de vida, vêm sendo usados por pesquisadores de diferentes áreas como importante fonte de dados. Thomas e Zananiek, pesquisadores responsáveis pelo primeiro estudo de fôlego a utilizar o método da história de vida no campo da Sociologia, sobre a assimilação dos imigrantes poloneses nos Estados Unidos, observam:

Se somos obrigados a usar observações feitas em massa (*mass-phenomena*) como material, ou qualquer espécie de acontecimento tomado sem consideração pelas histórias de vida dos indivíduos que dela participaram, isto é um defeito, não uma vantagem, do nosso presente método sociológico. (NOGUEIRA, [sd], p. 139)

Como um método de pesquisa não estruturado, a história de vida tem limitações, como observa Haguette (2003). Os dados coletados não são úteis para tratamento estatístico, a quantidade de informações obtidas é tão vasta que a escolha das variáveis mais significativas se torna problemática e o tipo de relacionamento que o pesquisador estabelece em campo apresenta maior possibilidade de uma seleção parcial dos dados, por influência das próprias características sociais e políticas do pesquisador. De outro lado, por ser um método muito mais flexível do que os estruturados, permite captar, com muito mais precisão, detalhes e nuances, as experiências e aspirações do entrevistado. O documento da história de vida, para ter garantida a sua veracidade, segundo Burgess (1931 apud NOGUEIRA [sd]), deve ser escrito nas palavras do entrevistado (ou um registro textual de sua narração oral), captar sua manifestação livre e espontânea e ser produzido numa situação favorável, em que as tendências ao engano e ao preconceito sejam eliminadas ou reduzidas ao mínimo.

Para a adequação de um documento de história de vida para fins científicos, Dollard (1935 apud NOGUEIRA [sd]) formulou um conjunto de critérios que incluem a necessidade de o entrevistado ser a expressão de um determinado contexto cultural; sua condição social deve ser bem especificada; o documento deve conter a continuidade da experiência, da infância à maturidade.

No registro das histórias de vida, procurei seguir as recomendações e critérios mencionados acima. As entrevistas foram realizadas em condições adequadas: os

depoimentos, espontâneos (todos os entrevistados foram informados dos objetivos do registro de sua história de vida e concordaram com participar deste trabalho), foram tomados em ambientes familiares aos entrevistados e com a menor interferência possível do pesquisador.

A seleção dos trechos das entrevistas usados ao longo dos capítulos seguintes foi feita com base na sua adequação aos temas discutidos, seja para corroborar afirmações e conceitos, seja para ilustrar determinadas afirmações, seja para dar uma dimensão real, e viva, a um debate teórico.

1.2.1 Os nossos personagens

Para melhor compreensão das intervenções e dos trechos dos depoimentos das histórias de vida inseridos nos capítulos, e a contextualização das informações selecionadas, segue-se um breve resumo sobre os entrevistados: quem são, onde vivem, onde estudaram, com que trabalham, suas aspirações.

1.2.1.1 Cleber Jesus Santos

Tem 24 anos e é programador de *websites* em *software* livre. Tem salário, com carteira assinada, de R\$ 2.000. Trabalha em uma empresa de programação de *sites*, a Simples, em São Paulo, e faz trabalhos de programação como *free lancer*. Nasceu em São Paulo, na Zona Leste, no bairro de Itaquera, e há 19 anos mora em Cidade Tiradentes, bairro vizinho, também da Zona Leste. Quando Cleber se mudou para Cidade Tiradentes, bairro formado por condomínios populares, lá havia muita violência. Hoje, já não ocupa os primeiros lugares em índice de violência da Capital. É filho de pai padeiro, aposentado cedo por acidente de trabalho, e mãe faxineira. É o quarto filho de cinco irmãos, o único que concluiu o 2º grau. O mais velho, Claudemir, vende “coisas” do Paraguai, em uma banca na papelaria que Cleber montou para a mãe; Claudinei, que já esteve preso, entrega pizza; Alexssandro faz bicos de pedreiro; e Cleiton, o caçula, não trabalha. Cleber sempre estudou em escola pública e foi lá, ainda no 1º grau, que descobriu o computador. Seu interesse chamou a atenção de uma de suas professoras, que lhe conseguiu um curso de computação gratuito. Quando o primeiro

telecentro da Prefeitura de São Paulo foi instalado na Cohab da Cidade Tiradentes, em 2001, Cleber foi dos primeiros a se inscrever. De usuário assíduo passou a monitor voluntário e, depois, remunerado. Aprendeu *software* livre, ganhou lá, de militantes, seu primeiro computador. Antes teve outro computador, que também ganhou de presente, mas que só tinha *software* de locadora de filmes. Fez amigos e, através deles, teve acesso ao seu primeiro emprego na área de informática da Câmara Americana de Comércio (Amcham). Mas até hoje Cleber colabora, como voluntário, com o telecentro, em algumas oficinas. Tornou-se militante do *software* livre, colabora com comunidades, participa de atividades como encontros nacionais e regionais de militantes e instalações *Hacker Day*. Vive conectado no trabalho e no lazer. Integra um grupo da Igreja Católica, o Jovens Sarados (sarados de espírito, explica).

1.2.1.2 Clerisson Luís dos Santos, o Teddy

Tem 30 anos e integra o Pontão de Cultura Nós Digitais, em São Carlos, no interior de São Paulo, onde é responsável pelo estúdio digital. Recebe, pelo projeto, R\$ 900 por mês e ganha mais R\$ 800 como responsável pelo *blog* do projeto Música na Praça, da Prefeitura municipal. Separado, pai de três filhos, vive com a mãe, faxineira, e mais três irmãos em um bairro de periferia. Deixou a escola antes de concluir o 1º grau, para trabalhar. Foi guarda noturno, operador de máquina, operário em linha de produção e trabalhou em supermercado. Por meio do *hip hop*, movimento do qual participa desde os anos 1980, aproximou-se dos estudantes universitários da cidade e, assim, conheceu a Teia Casa de Criação. Lá encontrou o *software* livre, aprendeu a editar áudio, a fazer suas próprias músicas, a editar vídeo. Hoje é um dos especialistas de São Carlos na edição de áudio e vídeo, participa de oficinas, promove oficinas e dá palestras. Deixou os trabalhos que nada tinham a ver com sua criatividade e, segundo ele, encontrou uma nova vida. Seu trabalho, agora, é dirigir o pequeno estúdio e ensinar. Continua com seu grupo de *hip hop*, mas, no momento, todos estão investindo mais na carreira individual. Teddy já gravou algumas músicas como Hap Atômico, E o rap jhow!, e continua se apresentando em encontros e shows do movimento do *hip hop*. Seu sonho é voltar a estudar e entrar em uma faculdade de música.

1.2.1.3 Darla Braga dos Santos

Tem 19 anos e é monitora da rede de infocentros do Programa NavegaPará, mantido pelo governo do Estado do Pará. Recebe bolsa de R\$ 350 por quatro horas de trabalho. Nasceu em Rondon do Pará e, aos nove anos, se mudou, com a família, para Marabá. O pai é pedreiro e trabalha, hoje, na construção de pisos de postos de gasolina; por isso, viaja muito. Ele ganha dois salários mínimos. A mãe é dona de casa. A irmã do meio, Daniela, mora com a tia na Bahia (os pais são baianos que emigraram para o Pará) e a irmã caçula, Daiana, estuda na APAE, pois tem paralisia. A família vive em casa própria, de quatro cômodos, no bairro da Liberdade, um bairro periférico de Marabá formado a partir de ocupações. Darla entrou em setembro de 2009 para o programa NavegaPará, como monitora do infocentro Banco do Povo na comunidade vizinha de Independência e participa do conselho gestor de outro infocentro, o Santo Antonio. Ao todo, Marabá conta com oito infocentros. O que levou Darla a se interessar pela monitoria foi o engajamento na vida comunitária de seu bairro. Já há algum tempo colabora com a biblioteca comunitária da Liberdade, que abre suas portas para 23 grupos culturais, entre eles o de teatro. Participa e é líder do grupo Cristo Ressuscitado Porém Renovado (CRER), ligado à Pastoral da Juventude, e assim está envolvida com as causas da juventude. No momento, sua maior preocupação é com a violência que está atingindo os jovens por meio das drogas e da prostituição. “Não temos política pública para a juventude na cidade e nós estamos lutando para mudar isso”, explica Darla, que, com seu grupo e outros da Pastoral, participa de uma série de atividades para criar uma Secretaria da Juventude em Marabá. Ela acredita que o infocentro pode ser um lugar importante para influenciar positivamente os jovens, para que aprendam a se expressar e se manifestar pela rede, a contar suas histórias em vídeo, a fazer jornais na internet. O que levou Darla ao computador foi seu gosto pelo desenho. Tem vontade de montar uma empresa para fazer marcas para empresas, criar logotipos, Mas ainda está aprendendo a dominar os programas mais sofisticados de desenho. Ganhou o primeiro computador do pai há dois anos, mas não tem internet em casa. No infocentro, descobriu o *software* livre e uma nova militância. Este ano (2010), pretendia fazer cursinho no segundo semestre para o vestibular de Sistema de Informação na Federal do Pará. No ano passado, tentou e não passou. “Não tive tempo de me preparar”, diz ela. Acredita que seu futuro é trabalhar com computação, mas sem esquecer o social.

1.2.1.4 Fábio Lúcio de Souza

Tem 22 anos e trabalha como monitor do Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) de Belo Horizonte, administrado pela Prodabel, a empresa de processamento de dados do município, em convênio com o Ministério do Planejamento. Ele é responsável pela instalação dos *softwares* nos *kits* de computadores que são enviados para os telecentros e também dá aulas para os monitores de telecentros e escolas. É casado e tem um filho de dois anos. Nasceu e cresceu no bairro do Cardoso, na periferia de Belo Horizonte, onde mora até hoje. Sempre estudou em escola pública e foi por meio de um curso para jovens carentes do Colégio Santo Agostinho que teve acesso à informática e à internet. Participou do programa governamental Agente Jovem, fez curso de manutenção de computadores e de *software* livre. Faz curso superior (tecnólogo) em Análise de Sistemas, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, e quer trabalhar com Linux. Diz que o mercado está bom para quem trabalha com *software* livre. Filho de uma família bem estruturada, tem três irmãos solteiros que vivem com os pais. O mais velho trabalha e os dois menores estudam. Recebe ajuda da mãe para conseguir manter a casa e pagar a faculdade.

1.2.1.5 Marcelo Cardoso dos Santos

Com 27 anos, é gestor de um Centro de Cidadania Digital da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado da Bahia e do Ponto de Cultura Bankoma da Associação São Jorge da Gomeia, em Lauro de Freitas (BA). Nasceu em Caetité, interior da Bahia, o oitavo de 11 filhos de um agricultor e uma dona de casa. Mudou-se aos 17 anos para Salvador em busca de seu sonho: estudar teatro e dança. Trabalhou em barraca de praia, onde dormia, e há oito anos trabalha na associação. Só este ano conseguiu dinheiro para alugar uma casa. Até então morava na associação. Vive com uma bolsa de R\$ 500, mais R\$ 300 que recebe com trabalhos extras. Está no segundo semestre do curso de Comunicação Social da Unibahia, com bolsa do ProUni, e quer ser antropólogo. Militante da inclusão digital e do *software* livre, diz que o computador conectado à internet, que chama de máquina de comunicação, lhe trouxe uma nova perspectiva de vida. “Eu tinha vontade de um dia ser ator,

de um dia ser um grande dançarino, mas não sabia como chegar a ter acesso a tudo isso. A partir do momento em que eu me aproprio desse conhecimento [proporcionado pelo computador e pela internet], começo a conhecer pessoas, a conhecer outros mundos, outras pessoas que pensam como eu, e a gente começa a compartilhar essas informações”. Monitor e gestor dos programas de inclusão digital e cultural, produtor de conteúdos audiovisuais, Marcelo continua suas atividades de dança no grupo da associação e já excursionou por Portugal. Seu sonho, depois que se formar, é voltar para Caetité para dividir o seu conhecimento. Ele se vê como “vínculo de transmissão do saber” e acredita que, com a rede, com a internet, qualquer cidadezinha do interior pode ter acesso ao mundo, o que não acontecia na sua infância e adolescência.

1.2.1.6 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, a Meg

Tem 23 anos e trabalha com produção de vídeos. Ganhava, até final de julho de 2010, R\$ 1.600, com registro em carteira. Nasceu em São Caetano do Sul, em bairro operário da Região Metropolitana de São Paulo, e na adolescência mudou com a mãe, a companheira da mãe, a irmã, o irmão e um amigo do irmão para Salvador. Mãe e irmãos voltaram para São Bernardo do Campo (SP) e ela ficou. Desde 2001, vive em Nordeste de Amaralina, um bairro popular de Salvador encravado entre três bairros de classe média e média alta: Pituba, Itagará e Rio Vermelho. Seus pais se separaram quando ela tinha dez anos e a relação familiar tumultuada, com brigas diárias, marcou muito sua vida. Ela conta que não conseguia terminar o ano em uma mesma escola porque a família mudava por pressão dos vizinhos, em função das brigas. Passou por oito ou nove escolas públicas até concluir o 2º grau. A mãe de Meg assumiu sua homossexualidade após a separação, fato que Meg aceita muito bem: “Pela primeira vez, vi minha mãe feliz”. Pai e mãe não se falam, mas o pai restabeleceu o contato com os filhos. “Hoje tenho orgulho do meu pai, adoro meu pai”. Salvador representou uma nova vida para Meg. Logo entrou para o grupo de teatro da Associação Vale das Pedrinhas, no Nordeste de Amaralina; de lá foi para o grupo de teatro do Sesi, no Rio Vermelho. Em 2004, quando a Fundação Cipó montou a escola Kabum no Nordeste de Amaralina, para oferecer cursos de vídeo, fotografia, computação gráfica e *designer* gráfico, Meg se inscreveu. Fez o curso de vídeo e foi contratada, pela entidade, como jovem educadora. Fazia, paralelamente, alguns trabalhos *free lancers* por meio do Kabum Jovens Produtores, núcleo de produção dos

jovens formados pela Kabum e apoiado pela organização. Em 2008, pronta para o mercado de trabalho, foi desligada do projeto. Tinha que caminhar pelas próprias pernas. Uma professora lhe conseguiu trabalho num *blog*, que fechou. De lá, ela foi para a Malagueta Filmes, a maior produtora de Salvador, da qual se desligou no final de julho de 2010. O trabalho lhe deu muito conhecimento, mas não queria continuar como editora. Quer ser roteirista e assistente de produção. Meg se casou em 2010 com Jackson, também editor de vídeo (é formado em Comunicação Social), com quem divide uma modesta casa em Nordeste de Amaralina. Ela faz um curso superior, tecnólogo, de produção de audiovisual na Universidade Jorge Amado, UniJorge. Já produziu alguns curtas com seus amigos da Kabum, da qual nunca se desligou emocionalmente. Sua paixão é o cinema. O irmão de Meg casou, tem um filho de cinco anos e outro a caminho, entrega pizzas, faz outros bicos e está cursando administração de empresas. A irmã, mais nova, ainda cursa o 2º grau.

2 INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL

Com o advento da internet e a popularização do computador, começaram a surgir, na década de 1990, em países pobres, programas de inclusão digital para populações excluídas do acesso à comunicação mediada pelo computador. O primeiro desses programas, a rede Somos@Telecentros, foi desenvolvido pela organização não governamental Fundação ChasquiNet, no Equador. No Brasil, eles aportaram primeiro em Curitiba, em julho de 2000, que transformou bibliotecas públicas em pontos de acesso à internet. E estão espalhados por muitos países da América Latina, Ásia, África e mesmo em países do Primeiro Mundo, junto a populações carentes.

Promovidos por entidades não governamentais, governos e empresas da área de TI e telecomunicações, esses programas assumiram diferentes formatos e contornos, vinculados à visão política e aos interesses de seus patrocinadores. Em comum entre eles, a visão de que o acesso ao computador e a internet é essencial para a inserção econômica e produtiva na Sociedade da Informação. Parte dos programas, em seu início e mesmo até hoje, limita-se à distribuição de máquinas e de conexão, sem uma metodologia adequada de formação dos gestores e monitores – alguns nem têm programa de formação, outros (especialmente entre os patrocinados por empresas) adotaram metodologias desconectadas da realidade social e cultural da comunidade onde o ponto de acesso coletivo à internet foi instalado.

Vários fracassaram, como mostra o estudo de casos feito por Warschauer (2006) em Nova Délhi (programa Hole-in-the-Wall), na Índia, e em Ennis, na Irlanda. No Brasil, a situação não é diferente. Na auditoria feita pela Corregedoria Geral da União, em 2005, no programa Governo Eletrônico – Serviço de Apoio ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações, que fornece conexão à internet via satélite para escolas públicas, telecentros comunitários e postos de fronteira, verificou-se que 1/3 dos 3,6 mil pontos então instalados estavam sem tráfego, portanto, desconectados. A remodelação do programa e a instituição de um sistema de gestão dos pontos eliminou o problema¹². Se um telecentro deixa de funcionar, a conexão é desligada e transferida para outra unidade. Mas outro programa do mesmo

12 Lia Ribeiro DIAS, Gesac: revisão adia expansão do programa, ARede, nº 6, setembro/2005, p. 18. Disponível em:< <http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/50-2009-06-15-06-06-18/245>>. Acesso em 7 jan 2011.

ministério, o Kits Telecentros, que doa os equipamentos para montagem de telecentros a prefeituras, não tem um sistema de gestão efetivamente operacional. Cobre apenas 1,2 mil dos cerca de 6,6 mil *kits* distribuídos até dezembro de 2010, de acordo com informações da assessoria do Ministério das Comunicações. Resultado: não se sabe quantos dos telecentros doados estão efetivamente em funcionamento. Mas a mortalidade não é baixa. Muda o prefeito, fecha-se o telecentro, normalmente onde o programa não foi apropriado pela comunidade de seu entorno.

O fenômeno se repete nas redes estaduais, que têm telecentros mantidos em convênio com prefeituras. Na Bahia, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), gestora do projeto Cidadania Digital, entre final de 2008 e início de 2009, duzentas unidades tiveram suas equipes demitidas em decorrência da sucessão municipal e substituição do prefeito. Além de algumas permanecerem fechadas por um período, todo o processo de capacitação de monitores e gestores teve que ser refeito, segundo reportagem publicada no *site* ARede.¹³

Os problemas não estão circunscritos aos programas de telecentros. Os gestores levaram anos para convencer diretores e professores de que os laboratórios de informática doados pelo Ministério da Educação para as escolas públicas tinham que ser usados pelos alunos e não permanecerem fechados. O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), de 1997, já instalou 63.546 até dezembro de 2010, de acordo com informações fornecidas pela assessoria da Secretaria de Educação a Distância do MEC, e ainda há escolas onde os laboratórios vivem trancados, embora estas já sejam exceção. A resistência ao uso do laboratório de informática nas atividades curriculares, finalmente vencida na maioria do país, se deve a um conjunto de fatores: falta de capacitação adequada da direção e dos professores, ausência de professores-monitores, dificuldade de assimilação de uma nova ferramenta pedagógica, medo de os equipamentos serem destruídos. Também é importante registrar que o programa foi desenvolvido sem uma ampla discussão preliminar com as secretarias de educação e coordenadorias pedagógicas para dimensionar as necessidades dos professores e diretores para poderem trabalhar com essa nova forma de ensino. Numa grande parte das escolas públicas, nos primeiros anos do programa, os laboratórios foram simplesmente “entregues”, sem discussão, sem informação adequada. Sua importância, no entanto, é indiscutível, mesmo quando o acesso é limitado a poucas horas semanais de uso.

13 Disponível em <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/2465-banda-larga-e-o-maior-problema-do-programa-baiano-de-inclusao-digital>>. Acesso em 7 jan 2011.

Os laboratórios de informática são, para milhões de crianças e jovens, o primeiro contato com o computador e a internet. De acordo com dados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil. TIC Crianças 2009¹⁴, realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI-BR), 27% das crianças que vivem nas regiões urbanas usam o computador e a internet na escola. O primeiro local de acesso são as casas, com 54%. Já entre as crianças da zona rural, a escola representa o principal local de uso do computador e internet (com 50%); em seguida vêm as residências, com 35%. A pesquisa mostra, ainda, que a presença do computador na residência e da conexão à internet está diretamente vinculada à renda familiar. Enquanto todas as crianças da classe A tinham computador em casa, ele estava presente em apenas 4% dos domicílios das crianças das classes D e E, o que revela que, para as crianças pobres, a escola é o principal lugar de acesso às TICs.

Meg Medeiros e Fábio Lúcio de Souza, dois dos nossos personagens-autores, estudaram em escolas públicas e nunca tiveram aula em laboratório de informática. O relato de Meg é um retrato contundente do que acontecia até pouco tempo:

Com essa história de meus pais brigarem, se matarem o tempo todo, a gente sempre tinha de mudar de casa quando não dava mais o convívio com os vizinhos. Então estudei em oito, nove escolas públicas (em São Bernardo do Campo, SP), ou seja, eu nunca terminei o ano inteiro em uma escola. Eu nunca tive aula de informática. Eu ia ter aula de informática no 3º ano (em Salvador, Bahia), mas nunca funcionou porque a sala nunca estava aberta. Diziam que ia ter aula, mas essa aula nunca aconteceu. E como eu não tinha dinheiro para pagar curso básico, esses de R\$ 400, então nunca tive contato. Eu só tive contato (com computador) foi na Kabum¹⁵ mesmo.¹⁶

Cleber Jesus Santos teve uma experiência bem diferente. Foi em uma escola pública da Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo, que ele teve o primeiro contato com o computador. Estava na 5ª série quando instalaram a sala de informática. Os alunos podiam passar duas horas por semana, às terças e quintas-feiras, no laboratório. “Não tinha instrutores, era mais livre, tinha só um coordenador que tomava conta para não sair coisa errada. Como eu gostava de desenhar, eu passava todo o tempo no Paint Blush”. Foi aí, no

14 Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-cgibr-tic-criancas2009?pais=brasil&estado=sp&ong=ong&age=de-45-a-59-anos&education=pos-mestrado&purpose=pesquisa-academica>>. Acesso em 7 jan 2011.

15 Oi Kabum é um projeto de formação de jovens carentes nas áreas de vídeo, fotografia, computação gráfica e design gráfico. É gerido, em Salvador, pela Rede Cipó, uma entidade não governamental, com patrocínio do Instituto Oi Futuro. Tem unidades também no Rio de Janeiro, Recife e em Belo Horizonte.

16 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

laboratório da escola, que começou nascer o futuro programador. No ano seguinte, a sala de informática ganhou dois instrutores. Cleber não saía de lá. Seu interesse era tanto que a professora Selma lhe conseguiu um curso de informática gratuito no vizinho bairro de Guaianases. Lembra Cleber:

Entre ganhar o curso e fazer era difícil, porque eu não tinha condições de pagar passagem para ir. Aí essa mesma professora falou ‘Não, eu pago para você, eu te dou passe e você vai fazer o curso’. Aí ela me dava o passe e o dinheiro para lanche. (...) Era um curso básico de introdução de informática, então tinha internet, tinha Word, Paint, digitação e aprender o que era computador (...) Do curso, MS-DOS, era a parte que mais gostei, fora a parte de desenho. Depois do curso ou no final de semana você podia marcar para treinar o que o curso chamava de acesso livre. Eu ia para ficar mexendo no MS-DOS, eu não gostava de mexer na internet na época. (...) Fiquei um ano no curso. Depois que terminei, já sabia bem mais o que estava fazendo no computador, e aí eu passei a ajudar na escola, na sala de informática.¹⁷

Por que muitos programas de inclusão digital falham? A análise de casos feita por Warschauer (2006) mostra que o acesso pleno às TICs vai muito além do fornecimento de máquinas e conexões:

Insere-se num complexo conjunto de fatores, abrangendo recursos e relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais. Para proporcionar acesso significativo a novas tecnologias, o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais devem todos ser levados em consideração. (WARSCHAUER, 2006, p. 21)

A necessidade de fortalecer os laços com a estrutura comunitária, um dos elementos importantes para o efetivo acesso às TICs, foi um dos motivos que levou a Secti do estado da Bahia a reformular, em 2007, o programa de inclusão digital, implantado no governo anterior. Algumas linhas do programa foram mantidas, como a política de adoção do *software* livre. Mas a gestão operacional foi descentralizada. A mudança mais importante foi o convênio firmado pela Secti com as quatro universidades estaduais da Bahia para desenvolver o programa de formação e o processo de participação da comunidade. Como resultado, os Centros Digitais de Cidadania (CDCs) passaram a contar com um comitê gestor formado por membros da comunidade, o Núcleo de Gestão Colaborativa, responsável pela articulação comunitária, administração participativa, garantia e promoção da inclusão sociodigital,

17 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

democratização do uso das TICs no âmbito da infraestrutura do programa, organização da socialização do conhecimento através de programas formativos, entre outros.

O envolvimento das universidades permitiu ainda documentar todo o processo de reformulação do programa, seus objetivos, a implantação dos Núcleos de Gestão Colaborativa, o uso do *software* livre e a própria experiência da inclusão digital, em um livro¹⁸ com artigos de especialistas e gestores editado pela Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma experiência de documentação única no que se refere aos programas de inclusão digital no país.

O objetivo da remodelação e descentralização do programa foi, segundo os responsáveis por sua implementação, dar uma nova dimensão à inclusão digital no processo de desenvolvimento da cidadania junto às populações de baixa renda.

A inclusão digital não pode e não deve ser vista como uma prática isolada, como se esse tipo de inclusão fosse apenas o acesso e o uso das máquinas e dos *softwares*. A inclusão digital não é um fim em si mesma, no sentido de garantir acesso às TICs, como vinha sendo tratada na Bahia, mas é, acima de tudo, um meio para que as pessoas e as comunidades possam construir e acessar políticas públicas para praticar a cidadania tecnológica, fortalecendo as suas organizações e se empoderando do conhecimento crítico e participativo. Afirmamos que o desafio posto é relacionar esse processo de inclusão com uma política de formação e educação que ampare todas as iniciativas e etapas de uma cidadania ativa e sustentável. (MIRANDA, OLIVEIRA e SOUZA, 2008, p. 154)

A preocupação em desenvolver o conhecimento crítico entre gestores e monitores, estes os responsáveis pelo atendimento aos usuários e identificação de suas necessidades de capacitação, não está em pauta apenas na rede da Bahia. A autonomia dos telecentros depende, em grande parte, da presença de pessoas capacitadas a lidar com a tecnologia de que dispõem e de colocá-las em sintonia com os interesses da comunidade. Um dos maiores desafios da capacitação não é tecnológico e sim o de dar instrumentos para que seus monitores sejam efetivamente agentes de inclusão. Para isso, não basta entender de computadores. É preciso criar processos que estimulem não apenas desenvoltura para lidar com a tecnologia, mas para ativar redes que usem os telecentros das maneiras mais variadas. “Aprender a usar computador é um meio, não um foco”, afirma Dalton Martins, coordenador de Tecnologia Social do Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária (Lidec) da USP.¹⁹ O Lidec faz a capacitação do ACESSA SP, programa de inclusão digital do governo do

18 HETKOWSKI, Tânia (org.). *Políticas Públicas & Inclusão Digital*. Salvador: EDUFBA, 2008

19 Patrícia CORNILS, Monitor, agente da cidadania. Revista ARede, nº 54, dezembro/2009, p. 15-16.

estado de São Paulo.

No ACESSA SP, o programa de capacitação de monitores e gestores pretende incentivar e desenvolver a capacidade para identificar problemas, assim como a formulação de hipóteses, a busca de referências, processos decisórios, ações, reconhecimentos de resultados e reflexão de processos, considerando os níveis: individual, pequeno grupo, coletivo. Outros pontos são desenvolver a autonomia com responsabilidade e conhecimento, fazendo do trabalho um processo de aprendizagem continuada; e identificar as competências necessárias para o sucesso do projeto (administrativas, tecnológicas e de atendimento). A formação de uma rede (comunidade) colaborativa presencial e a distância entre os monitores, entre as comunidades e redes sociais em geral também integra os objetivos. Tudo isso levou à criação, no ACESSA São Paulo, da Rede de Projetos, uma ação na qual os monitores são incentivados a criar, implementar, documentar e avaliar o sucesso de projetos de interesse de sua comunidade.²⁰

Desenvolver o protagonismo entusiasma os monitores, mesmo os novatos como Darla Braga, há seis meses monitora do infocentro Banco do Povo instalado na periferia de Marabá. Darla passou pelo treinamento do ProGama NavegaPará, antes de iniciar o trabalho. Ela já domina a informática básica no ambiente do *software* livre, para ensinar os seus alunos, mas quer, agora, aprender os *softwares* de edição de texto, de gráficos e de vídeo para registrar os movimentos culturais do bairro Liberdade, onde vive e participa de um grupo de jovens:

A gente quer fazer nosso próprio jornal, nosso próprio documentário. Inclusive é um projeto também do grupo (CRER, grupo de jovens ligado à Pastoral da Juventude da Igreja Católica) fazer um resgate histórico (de sua atuação), de como o grupo influencia na vida dos participantes, dos que já participaram.²¹

Aprender cada vez mais para poder ensinar melhor e dividir o seu conhecimento é quase uma rotina na vida de Marcelo Cardoso dos Santos. Com muito mais experiência que Darla – desde 2005 é monitor no Ponto de Cultura Bankoma, em Lauro de Freitas (BA), e é gestor de um Centro Digital de Cidadania instalado também na Associação Jorge da Gomeia, em um terreiro de candomblé –, Marcelo não perde nenhuma oportunidade que surge. Fez as oficinas do Programa Cultura Digital, do Ministério da Cultura, para depois reproduzi-las no

Disponível em: < <http://www.aredes.inf.br/inclusao/educacao-atual/2499-monitor-agente-da-cidadania>>. Acesso em 7/1/2011

20 Ibid. P.15 e 16.

21 Darla Braga dos Santos, em entrevista realizada em 28 de março de 2010, em Fortaleza, durante o evento Teia2010.

Ponto de Cultura. Também passou pelo treinamento da Secti e participa de encontros de *software* livre. Conta ele:

Nunca deixei de participar. Assim que surgia a oportunidade eu estava me deslocando para a capacitação. A entidade sempre me apoiou. (...) Recentemente o Gesac (programa do Ministério das Comunicações) ofereceu uma vaga para uma capacitação, para aprimorar nossos conhecimentos e trazer outras ferramentas para dentro da instituição. A gente está indo para lá.²²

2.1 Exclusão digital e social. Uma visão dos conceitos

O desenho de cada programa é influenciado pela visão de inclusão digital de seus gestores, sejam eles governos, entidades da sociedade civil ou empresas. Como mostra Silveira (2008), mesmo entre os teóricos não existe um denominador comum. Para se estabelecer um entendimento do que é inclusão digital, ele sugere trabalhar primeiro o conceito oposto, o da exclusão, introduzido na Sociedade da Informação para denunciar os processos que impedem a maioria da população de acessar a comunicação mediada por computador, ou seja, de utilizar as redes informacionais.

Pierre Lévy (1999) diz que cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Ou seja, a invenção da escrita gerou os iletrados; a da impressão, os que não publicam; a do telefone, os sem-telefone. Isso não significa que o autor aceite a exclusão como um dado natural que não deva ser modificado. Tanto que afirma:

É certo que é preciso favorecer de todas as formas adequadas a facilidade e a redução dos custos de conexão. Mas o problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente da tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Os novos instrumentos deveriam servir prioritariamente para valorizar a cultura, as competências, os recursos e os projetos locais, para ajudar as pessoas a participar de coletivos de ajuda mútua, de grupos de aprendizagem cooperativa, etc. Em outras palavras, na perspectiva da cibercultura assim como nas abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o *ganho em autonomia* (grifo do autor) das pessoas ou grupos envolvidos” (LÉVY, 2008, p. 234).

22 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

Silveira (2008) observa que Lévy (1999) trata a exclusão como um conceito que representa aquele período em que a maioria das pessoas ainda não teve acesso a uma nova tecnologia. No entanto, não faz distinção entre os processos que são de natureza diferente, já que o analfabetismo não é uma exclusão da mesma natureza de não se ter um telefone, por exemplo. A crítica de Silveira é ao fato de Lévy não deixar claro que existem vários tipos qualitativamente distintos de exclusão e que alguns não podem ser superados sem a alteração das práticas sociais.

No entanto, Silveira destaca a importância da afirmação de Lévy que diz, no texto citado acima, que “a luta contra as desigualdades e a exclusão deve visar o *ganho em autonomia* das pessoas ou grupos envolvidos.” Essa visão, que teve influência importante no movimento de inclusão digital, se opõe a outra, muito difundida pelas empresas, de que incluir é inserir as pessoas como consumidoras de produtos de informática. Alerta nesse sentido foi feito pelo próprio Lévy:

Devem, em contrapartida, evitar o surgimento de novas dependências provocadas pelo consumo de informações ou de serviços de comunicação concebidos e produzidos em uma óptica puramente comercial ou imperial e que têm como efeito, muitas vezes, desqualificar os saberes e as competências tradicionais dos grupos sociais e das regiões desfavorecidas. (LÉVY, 1999, p. 238)

A noção de autonomia nos processos de inclusão digital, defendida por Lévy e muitos outros autores, é parte natural do discurso dos nossos personagens-autores, formados no movimento de inclusão digital – a maior parte deles em programas que valorizam a cultura do *software* livre e do compartilhamento de conhecimentos. Marcelo Cardoso dos Santos diz que muita coisa mudou na sua vida depois que passou a ter acesso ao computador e à internet e a conhecer os programas em *software* livre:

A partir do momento em que me aproprio desse conhecimento, eu começo a conhecer outras pessoas, outros mundos, outras pessoas que pensam como eu e aí a gente começa a compartilhar informações. (...) Cresce tudo dentro de mim. Os horizontes se ampliam, a perspectiva de vida se transforma. É uma célula que não simplesmente se desenvolve, ela vai parindo outras células.²³

O primeiro computador realmente operacional que Cleber Jesus Santos ganhou era um

23 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

dual boot, com Windows e Linux. Ele tirou os *softwares* e foi tentar fazer sua primeira instalação de Linux. Nessa época, já era monitor voluntário no Telecentro da Cidade Tiradentes, em São Paulo. Levou três meses para conseguir fazer a instalação. Suou a camisa:

Eu instalava e não dava certo. Tentava de novo. Consegui com muita insistência. Aí, quando consegui, formatei o disco de novo (para instalar outra vez) para ver se tinha aprendido. Eu fiquei com esse computador até quando entrei para trabalhar como programador na Zoping. Aí tive condições de comprar um computador novo, que tenho até hoje.²⁴

O conceito alargado de exclusão digital defendido por Lévy (1999) e por muitos outros pesquisadores -- ou seja, ele vai muito além das máquinas e acesso à internet, englobando a alfabetização digital, a educação, a habilidade de saber pesquisar conteúdo, de se comunicar, entre outros -- é visto com reserva por Warschauer (2006). Ele lembra que, no passado, também tentou trabalhar nessa direção, mas chegou à conclusão de que é difícil as pessoas superarem o sentido original de exclusão digital. Ou seja, a noção que atribui importância primordial à disponibilidade física de computadores e conectividade.

O conceito alargado de exclusão digital segue a mesma lógica do conceito alargado de exclusão social, defendido por Sposati (1998). Para a autora, a exclusão social contém elementos éticos e culturais e, assim, se refere também não só à pobreza, à falta de acesso a garantias sociais e aos direitos cidadãos mas também à discriminação. Por isso, faz distinção entre exclusão social e pobreza.

Não entendo esses conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só à capacidade de não retenção de bens. Consequentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho, etc. (SPOSATI, 1998, p. 4).

Sposati (1998) constrói seu conceito alargado de exclusão social partindo da compreensão de que o modo de produção capitalista é estruturalmente excludente. Desse ponto de vista, o conceito de exclusão social, lembra a autora, é da metade do século XIX. O que é novo é o enfoque ampliado que o conceito ganha, a partir de meados do século XX, de um lado, com o avanço da consciência dos direitos de cidadania, das garantias sociais, das liberdades individuais e do direito à diferença (não discriminação); e, de outro, com o avanço do capitalismo que impõe aos trabalhadores, especialmente dos países centrais, perdas do

24 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

patamar de bem estar social já alcançado.

Martins (2009) também distingue a exclusão social da pobreza. Só que ele não considera adequado o termo exclusão, por entendê-lo insuficiente. “Discutimos a *exclusão* e, por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de *inclusão* (grifos do autor)”. (MARTINS, 2009, p. 21) Em sua avaliação, o processo chamado de exclusão não cria mais os pobres como eram conhecidos até tempos atrás. “Ela cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (Ibid, 2009, p. 34). O autor se refere, por exemplo, a favelas controladas por traficantes, por um poder paralelo, onde as pessoas estão incluídas economicamente, ainda que de modo precário, mas estão criando um mundo à parte.

Apesar das restrições de Martins e de sua justa preocupação de que se transforme a exclusão em resultado único da dinâmica da sociedade atual, quando, na verdade, é expressão da contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, o conceito de exclusão social é abrangente o suficiente para dar conta da complexidade da falta de acesso a todos os direitos da cidadania, inclusive o direito à diferença. Cleber Jesus Santos sabe o que é preconceito e ser excluído porque mora em um bairro pobre que, nos anos 1980, ocupava o primeiro lugar em índices de violência na cidade de São Paulo. Cleber viu cadáver no portão do conjunto habitacional da Cohab, onde mora até hoje. A Cidade Tiradentes mudou, mas sua imagem de bairro violento não. Testemunha Cleber:

Acho que o que mais acelerou (eu ter participado do telecentro, como aluno, voluntário e monitor bolsista) foi para entrar no mercado de trabalho, porque a gente ainda sofria o preconceito. Em qualquer empresa que você ia e falava que morava em Cidade Tiradentes, eles não contratavam. Tanto que no currículo a gente colocava assim: Cidade Tiradentes/Guaianases. Se colocasse só Tiradentes, eles não contratavam. Se colocasse Tiradentes/Guaianases, eles achavam que você morava em Guaianases. Os bairros são vizinhos, Guaianases estava crescendo, era a mesma Cohab, só que Guaianases era o bairro nobre entre os dois. Então, o telecentro me ajudou a entrar no mercado de trabalho (foi lá que conheceu o Federico Vazquez, que lhe conseguiu emprego na Amcham). Talvez, eu não sei dizer, eu poderia ter caído em caminhos errados se não tivesse me envolvido no telecentro. Vi vários amigos meus de rua serem assassinados, perderam a vida porque fizeram coisas erradas. Eram amigos mesmo. Então, com o telecentro, eu tinha meio que me isolado desses amigos, porque meu tempo era escola (pela manhã), à tarde ia no telecentro e à noite, dormir. Então, comecei a me envolver com a igreja, a ter outros amigos, outras caminhadas. Eu vejo o telecentro como parte importante da minha vida, justamente por causa disso, ele me fez sair de um grupo de amigos que poderia ter me levado para um caminho alternativo não muito legal, e me proporcionou a entrada rápida no mercado de trabalho. Foi meu primeiro trabalho mesmo sem carteira assinada e também fez com que eu aprendesse a me comunicar.

Como eu disse, era muito calado e tímido.²⁵

Outra restrição que Warschauer (2006, p. 22) faz ao conceito de exclusão digital é sua implicação de cisão bipolar da sociedade. “De acordo com Cisler²⁶, não há uma divisão binária entre ter e não ter informação, mas sim uma gradação baseada em diversos graus de acesso à tecnologia da informação”. O autor alega que a divisão bipolar é imprecisa, na medida em que não contempla gradações, pois um cidadão pode não ter computador e internet em casa, mas pode acessá-la no trabalho, na escola, no telecentro, na *lan house*. Por fim, argumenta que a noção de exclusão digital pressupõe uma cadeia de causalidade:

A falta de acesso (definida de qualquer modo) à informática e à internet reduz as oportunidades de vida. Embora essa idéia seja incontestavelmente verdadeira, o inverso também é verdadeiro: aqueles que são marginalizados terão menos oportunidades de acesso e de uso da informática e da internet. De fato, tecnologia e sociedade são entrelaçadas e são co-constitutivas, e esse complexo relacionamento torna problemática qualquer hipótese de causalidade. (WARSCHAUER, 2006, p. 23)

Assim, prefere adotar, no lugar de exclusão digital, a expressão “tecnologia e inclusão social”.

Mas, como observa Silveira (2008), também o conceito de inclusão social merece diferentes abordagens. Das mais estritas, limitadas à privação a que o processo de acumulação capitalista condena os cidadãos – segundo estimativas da ONU, cerca de 1,5 bilhão de pessoas vivem na pobreza absoluta com menos de um dólar por dia e outros 2 bilhões vivem apenas com o dobro do rendimento (SANTOS, 2005, p. 33) – às mais alargadas, que abrangem o direito à diferença e os novos direitos da cidadania colocados pela sociedade em rede, como à comunicação em rede, à livre troca de arquivos, à abertura na internet dos dados públicos de governos, etc.

Ao lado do conceito mais amplo de inclusão social, que é o que nos parece mais adequado a uma sociedade de extrema complexidade, coloca-se o conceito de desfiliação cunhado por teóricos franceses como Castel (2008) e Paugam (1991) para caracterizar o novo estado de privação vivido por trabalhadores que, empurrados para fora do mercado de trabalho formal, perderam o patamar anterior de bem estar social. Encontram-se ausentes de participação em qualquer atividade produtiva e isolados relacionalmente.

25 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

26 S. CISLER, Substract in Digital Divide, 2000

Silhuetas incertas, à margem do mercado de trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por longos períodos, moradores de subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas de readaptações industriais, jovens à procura de emprego que passam de estágio em estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... - quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão, o que vão se tornar? (CASTEL, 2008, p. 23)

Assim, o conceito de desfiliação se refere a uma situação particular aos países desenvolvidos e é fruto da política neoliberal e da globalização, entendida

não apenas como uma crescente interdependência entre sociedades nacionais, mas como uma verdadeira desterritorialização do social e do político, no sentido em que a coincidência entre a sociedade e o Estado vai se desvanecendo e transcendendo à medida que as formas de atividade social e econômica, de trabalho e de vida, deixam de ter lugar dentro do quadro do Estado-nação. (HESPANHA, 2005, p. 164).

Como observa Sposati (1998), esse conceito só é aplicável no Primeiro Mundo, pois pressupõe um patamar anterior de universalidade de uma condição de cidadania, ausente no caso brasileiro e dos demais países em similar estágio de desenvolvimento. Além dessa restrição, Silveira aponta outra limitação da utilização do conceito de desfiliação no que se refere ao cenário informacional.

Não estamos falando de pessoas integradas que foram desfiliaadas no ambiente de redes. O fenômeno em questão é outro: trata-se do aumento das desigualdades já existentes, da ampliação das distâncias sociais, a partir do uso da TIC. (SILVEIRA, 2008, p. 54)

Assim, não cabe utilizar no Brasil o conceito de desfiliação, porque não se pode perder o que nunca se teve. Do ponto de vista econômico, o país nunca viveu uma situação de quase pleno emprego e de universalização das garantias sociais. Do ponto de vista da sociedade em rede, ela ainda cobre só uma parte da população.

2.2 As dimensões da inclusão

Apesar das restrições mencionadas ao termo exclusão, Silveira (2008) considera que ele é o que melhor se aplica à situação de falta de acesso à sociedade informacional. E diz que

mesmo com a queda acentuada do preço dos equipamentos, com a redução relativa do preço do acesso e com o avanço da banda larga móvel, as desigualdades sócio-econômicas são uma enorme barreira para a comunicação em rede.

A negação do acesso é o núcleo da maior exclusão, aquela que impede que o cidadão chegue até um computador conectado para se comunicar, do modo que quiser. Por não se tratar de um processo natural, por não representar as opções individuais, o termo exclusão digital tem ainda, e infelizmente por um tempo longo, um enorme valor de uso. Ele identifica o fenômeno do bloqueio econômico e infraestrutural que impede os segmentos mais pauperizados de acessarem as redes informacionais. Ele define um processo excludente que não permite que cidadãos tenham o mais elementar e básico contato com as redes digitais. (SILVEIRA, 2008, p. 55)

A dimensão do acesso à banda larga – fundamental para se conectar efetivamente à internet – no Brasil está descrita nos números da PNAD do IBGE. De acordo com a PNAD 2010, relativa aos dados de 2009, apenas 35% dos 58,6 milhões de domicílios brasileiros (20,3 milhões) contavam com microcomputador e, destes, 16 milhões tinham acesso à internet. Ou seja, mais de 4 milhões de domicílios contavam com computador mas não estavam conectados à internet por falta de infraestrutura ou pela incapacidade da família de pagar pelo serviço.

Dos nossos personagens, quatro não têm banda larga em casa, ou por falta de infraestrutura adequada de telecomunicações nos bairros periféricos onde vivem, ou porque não conseguem arcar com os custos. E eles sabem a falta que faz “essa máquina de comunicar”, como Marcelo Cardoso dos Santos se refere ao computador conectado. O depoimento é de Meg Medeiros:

Como a gente está aqui há pouco tempo, precisa instalar o telefone. Do telefone vem a internet e acaba que nos custos finais pesa. Agora, a gente não vai poder colocar por causa dos custos. A gente até pensou em dividir com a vizinha de baixo, ela até gostou, mas aí não tocou mais no assunto. O computador fica lá dentro e é até bom estar sem internet, porque ele (Jackson, o marido) só ia ficar estudando na internet. Eu digo que (o computador) é dele, porque um dia ele tira a placa de vídeo, um dia está aberto, um dia vou mexer e não funciona, ele diz: eu tirei o HD. Eu preciso ter o meu, para ele não mexer. Ele tem mais facilidade porque conheceu antes o computador, a mãe dele deu um para ele, ele fez o curso de informática. Ele domina bem o *software*, gosta de animação. Eu não gosto de animação porque é uma coisa muito minuciosa, você tem que ficar ali nos detalhes. [...]

A banda larga faz muita falta porque eu chego na faculdade e tem muita coisa que o povo discute e eu não estou sabendo. Porque estava na internet, no *blog* tal. Não posso acessar lá no trabalho porque não quero dar lugar para

ninguém ficar falando que eu estou deixando de trabalhar para ficar na internet. Só acesso no intervalo do almoço. Então, tem coisas que falam que eu não sei, porque não tenho internet ainda, porque mandaram um *link* da faculdade. Está todo mundo comentando e eu não vi o *link*. Me faz falta porque eu perco a oportunidade de estar debatendo, de estar trocando ideias como eles trocam, porque eu não soube ou não acessei. Por isso, o próximo passo da gente é a tal da internet. ²⁷

Fábio Lúcio de Souza tem banda larga em sua modesta casa de alvenaria, alugada, no bairro do Cardoso, em Belo Horizonte, porque conta com a ajuda da mãe para pagar a conexão. Mas gostaria de ter internet móvel para poder usar a conexão durante as aulas, na faculdade:

Comprei um *notebook* sem internet quando entrei na faculdade. Estou no terceiro período de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. É um curso superior de tecnólogo da Unipac, em Contagem. É importante ter um computador por perto. Hoje ninguém mais usa caderno. Mas não dá pra ter internet móvel porque ainda é muito caro. Nas escolas onde estudei não tinha laboratório de informática. Só tinha no Francisco Bicalho, mas estava fechado. Abriu há pouco. Dou aula de Linux (como voluntário) pro pessoal que dá aula na escola. Antes, ficava fechado (o laboratório) porque não tinha capacitação para os professores. Eu acho muito legal. No CRC, eu também dou aula para os monitores das escolas municipais e telecentros. No começo foi difícil porque eu sou muito tímido. Dar o curso avançado de Linux é mais difícil. É preciso adaptar da melhor forma possível (para os alunos aprenderem).²⁸

A PNAD 2009 revela que, além da penetração de computadores e conexão ser pequena, há uma enorme disparidade entre classes de renda e entre as regiões. Mais da metade das conexões de banda larga está na região Sudeste, que tem 35,4% dos domicílios conectados. No Sul, a taxa é de 32,8%; no Centro-Oeste, de 28,2%; no Nordeste, de 14,4%; e no Norte, 13,2%.

Portanto, massificar a banda larga é essencial para atacar parte do maior núcleo da exclusão digital – a outra parte é a disponibilidade de máquina. Infraestrutura essencial da Sociedade do Conhecimento, a banda larga é hoje objeto de políticas públicas, tanto nos países centrais quanto nos países em desenvolvimento. A União Europeia orientou todos os seus países-membros a traçar políticas nessa direção e, recentemente, lançou um programa de atendimento às comunidades rurais. A China investe num vigoroso programa de cobertura

²⁷ Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

²⁸ Fábio Lucio de Souza, em entrevista realizada em 19 de maio de 2010, em Belo Horizonte.

também das comunidades rurais. Os Estados Unidos aprovaram, em março de 2010, um plano de banda larga que pretende, até 2020, levar a internet a todos os domicílios e ter 100 milhões deles com conexões de 100 Mbps.

O Brasil também anunciou o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), cujas metas e ações estavam sendo detalhadas em novembro de 2010. O objetivo é chegar a 2014 com mais 28 milhões de domicílios conectados, além da curva normal de crescimento da oferta comercial das operadoras – ao final do terceiro trimestre de 2010, de acordo com dados divulgados pela Telebrasil²⁹ (entidade que reúne operadoras, indústria e prestadores de serviços de telecomunicações) havia 30,6 milhões de acessos fixos e móveis de banda larga, registrando um crescimento de 76% ante o número alcançado do mês de setembro de 2009. Deste total de acessos, 12,8 milhões correspondem à banda larga fixa, 12,1 milhões a celulares e *smartphones* (3G) e 5,7 milhões aos *modems* de acesso à internet. É importante registrar que a presença de celulares na base de assinantes das operadoras com capacidade de acesso à internet não significa que seus usuários os utilizem para navegar na rede. Pesquisa divulgada³⁰ pela empresa Acision, em outubro de 2010, indica que 66% (44 milhões) dos consumidores que têm acesso à tecnologia 3G não acessam efetivamente a internet. O PNBL pretende expandir a banda larga para as classes D e E, aonde a oferta comercial não chega, oferecendo uma conexão de 512 kbps a no máximo R\$ 35 mensais.

O desenvolvimento da infraestrutura de banda larga no país, que envolveu a reativação da estatal Telebrás, é uma das muitas frentes traçadas para o PNBL, cujas diretrizes são discutidas no âmbito do Fórum Brasil Conectado³¹ que reúne representantes de governo e de entidades da sociedade civil. O PNBL também envolve medidas de política industrial e de desenvolvimento de P&D, de desoneração fiscal, de financiamento, de desenvolvimento de serviços de governo e de conteúdo.

Apesar do avanço expressivo da banda larga no país, nos últimos anos, o investimento feito nessa infraestrutura foi proporcionalmente inferior ao de outras nações. O Índice de Desenvolvimento das TICs³², divulgado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) em fevereiro de 2010, mostra que o Brasil ficou praticamente estável em sua posição, melhorando apenas um ponto no *ranking*, da 61ª colocação, em 2007, para a 60ª, em 2008.

29 Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/16414-teles-devem-fechar-2010-com-265-milhoes-de-clientes>>. Acesso em 8 jan 2011.

30 Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/16149-66-dos-usuarios-da-tecnologia-3g-nao-acessam-a-internet>>. Acesso em 8 jan 2011.

31 Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl>>. Acesso em 8 jan 2011.

32 Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/16414-teles-devem-fechar-2010-com-265-milhoes-de-clientes>>. Acesso em 8 jan 2011.

Está atrás da Argentina (ocupa o 49º lugar), do Uruguai (50º) e do Chile (54º).

O Índice, que avalia 159 países, combina 11 indicadores, num parâmetro que pode ser usado para fazer comparações em escala mundial, regional e nacional. Mede o acesso, a utilização dos conhecimentos das TICs, e abrange indicadores tais como domicílios com computadores, número de assinantes da internet fixa de banda larga e taxas de alfabetização. Das dez economias com TICs mais avançadas no mundo, oito estão no Norte da Europa, e a Suécia lidera o Índice pelo segundo ano consecutivo.

A preocupação dos países com a massificação da banda larga tem um forte viés econômico. A infraestrutura é essencial para modernizar a economia, aumentar a produtividade, especialmente, das pequenas e médias empresas, garantir a competitividade das economias no mundo globalizado, aumentar a qualificação de mão-de-obra por meio do ensino a distância, ampliar a oferta de serviços públicos por meio da internet sem aumento de custos.

E sem banda larga não há comunicação no mundo de hoje. Ao explorar a importância do acesso ao computador conectado, nosso personagem-autor Marcelo Cardoso dos Santos não dá ênfase aos ganhos econômicos que proporciona, mas sim à possibilidade de comunicação e acesso ao conhecimento:

Eu simplesmente sonhava em ser um ator, um dançarino. E pude atuar, dançar. No entanto, posso hoje pensar num futuro como antropólogo. Porque esse conhecimento hoje expandiu minha visão para o futuro e me fez ter vontade de cursar um curso superior que me dê mais embasamento de vida e garantia de que vou poder futuramente ajudar outras pessoas. (...) Eu agradeço muito a essa tecnologia e a esse veículo de comunicação.³³

Marcelo não tem banda larga em casa, mas não lhe faz muita falta, pois passa o dia na instituição, conectado. Pelo seu tipo de função como gestor e monitor, ele não enfrenta as restrições de acesso que outros jovens têm em seus locais de trabalho.

O caminho a ser percorrido para universalizar a banda larga será longo. Se o PNBL for vitorioso, teremos, em 2014, 40 milhões de domicílios conectados com banda larga fixa (excluídos os acessos móveis), 2/3 do total. Ou seja, outro um terço continuará sem acesso domiciliar à comunicação em uma era digital. A inclusão dos mais pobres continuará a ter que ser feita pelas escolas e pontos públicos de acesso coletivo.

33 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

2.3 O conceito escolhido

Tanto os que encampam o conceito de exclusão digital, como já definido, como alguns dos que têm restrição a ele pelas suas limitações e ambiguidades, caso de Warschauer, entendem o seu oposto, a inclusão digital, como um processo que começa no acesso e passa pela alfabetização digital, pelo ensino dos direitos e deveres da cidadania, pelo desenvolvimento das habilidades de pesquisa e produção na internet, e até pela programação. É este o conceito de inclusão com que vamos trabalhar, pois persegue os mesmos pressupostos do conceito alargado de inclusão social, já apresentados na Introdução deste trabalho.

Para atingir esses objetivos, para desenvolver os poderes social, econômico e político dos usuários do programas de inclusão digital, Warschauer (2006) relaciona, com base em sua pesquisas e de outros estudiosos, quatro grupos de recursos que facilitam o acesso às TICs: os recursos físicos (máquina e conexão), os recursos digitais (material tornado disponível *on-line*), os recursos humanos (alfabetização para o emprego da informática e comunicação *on-line* e educação) e os recursos sociais (estruturas comunitária, institucional e da sociedade que apóiam acesso às TICs). Ele lembra que cada grupo de recursos é contribuinte para o uso eficaz das TICs e, por meio da boa utilização das tecnologias, pode-se ajudar a ampliar e potencializar esses recursos.

De acordo com Silveira (2008), um processo de inclusão digital deve considerar também pelo menos quatro assimetrias, que compõem as desigualdades entre os incluídos, no uso individual e coletivo das redes: 1) acesso à banda larga (essencial para a interatividade, para a colaboração e exploração dos recursos da rede); 2) bagagem cultural (pode gerar um aproveitamento completamente desigual das redes informacionais); 3) domínio da língua inglesa (a maior parte da produção na rede é em inglês e o desconhecimento da língua limita a navegação e impede oportunidades de relacionamento e compartilhamento); e 4) habilidade tecnológica e saberes técnicos.

O que se nota, pelos depoimentos de nossos personagens, é que as assimetrias que mais pesam para os jovens conseguirem se incluir autonomamente são a bagagem cultural e o

domínio da língua inglesa. Dos saberes técnicos, eles conseguem se apropriar nos bons programas de inclusão digital. E superam, em parte, a falta de acesso à banda larga no domicílio pelo acesso em outros locais, especialmente no trabalho mesmo com as limitações naturais. Já em relação às duas primeiras assimetrias as dificuldades são maiores. Certamente a mais profunda se refere à bagagem cultural, mas nossos personagens-autores não conseguem dimensioná-la porque é muito difícil, para eles, avaliar o quanto ela impacta seu aproveitamento no acesso ao conhecimento. Quanto à barreira do inglês, têm a percepção clara de seus limites, pois todos aprenderam a língua apenas na escola pública. Quem fala é Cleber:

Eu sinceramente não sei te dizer como é que eu consigo fazer a programação, eu entendo o que está escrito, eu entendo o que estou fazendo, mas eu não sei dizer em inglês o porquê daquilo. No ano passado, teve um simpósio com os criadores do Zope Plone (no Brasil). Eu sentei à mesa com os desenvolvedores, a gente comendo calado, eles falavam, eu entendia, mas não conseguia desenvolver. Aí teve uma hora que um virou para mim e perguntou: você é programador, desenvolvedor? Eu não sabia o que ia responder, eu sou programador, mas aí morreu e eu falei: eu não falo inglês. Para mim, foi chato, pois eu não pude aproveitar [...] Minha ideia é tentar juntar dinheiro para o ano que vem eu ir para fora do Brasil. Ou, se não der, fazer o curso na Cultura Inglesa ou no Wisard mesmo.³⁴

Meg Medeiros também sonha em fazer um curso de inglês no exterior para dominar a língua e poder conversar. E para se virar melhor no trabalho: “O que eu sei de inglês? Só os nomes, tanto na câmera quanto na edição tudo que tem relacionado à linguagem é em inglês. A gente tem obrigação de aprender porque tudo é em inglês”. A preocupação de Marcelo Cardoso dos Santos com a língua é de outra natureza. O Ponto de Cultura Bankoma, no bairro do Portão, em Lauro de Freitas (BA) recebe muitas visitas do exterior. Relata ele:

Como não tem ninguém na comunidade que fale outra língua, isso causa insegurança quanto ao que está sendo traduzido por alguém que acompanha a visita, mas não é da comunidade. Prezamos muito a oralidade, que é como nossa cultura foi traduzida até aqui. Por isso, a preocupação quando vêm tradutores de fora da comunidade.³⁵

Castells (1997) observa que vem ocorrendo uma ampliação da diversidade lingüística, como forma de identidade de grupos, comunidades e mesmo nacionalidades enfrentarem a

34 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

35 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

globalização e preservarem a própria cultura. A esse movimento, no entanto, se contrapõe a hegemonia do inglês na internet e mesmo em outras mídias internacionais e foros de comunicação. Em 1997, 81% dos *websites* internacionais eram em inglês³⁶; em 2000, a porcentagem de *websites* em inglês caiu para 68%³⁷, ambos estudos citados por Warschauer (2006). E a sua expectativa era de que os sites em língua inglesa fossem reduzidos para 40% até o final de 2010, mesmo assim uma proporção que considera elevada para os falantes em inglês (primeira ou segunda língua), que não são mais do que ¼ da população mundial. Há outras estatísticas disponíveis na própria rede, mas os dados são contraditórios – as estimativas para os *websites* em inglês, em dezembro de 2010, variavam de 31% a 63%.

Esse cenário nos mostra que a assimetria do domínio do inglês é um desafio que se coloca para as políticas públicas de inclusão digital. E só será superado se houver políticas educacionais que tratem o ensino da língua inglesa como uma capacitação necessária para que os estudantes possam acessar a internet com autonomia e se comunicar plenamente através da rede.

2.4 Emancipação digital

Convencido de que o uso passivo das tecnologias e só o consumo das informações disponíveis na rede não produzem um aprendizado autônomo, Schwarz (2006) defende que é preciso dar um passo além e trabalhar com o conceito de emancipação digital, que envolve a construção colaborativa dos conhecimentos. Em suma, ele entende que sem a transformação dos alunos em autores, sejam eles estudantes das escolas públicas ou alunos de pontos de acesso coletivo (telecentros, infocentros e que outras denominações tenham), o Brasil não vai sair da Sociedade da Informação para entrar na Sociedade do Conhecimento, que implica a produção colaborativa em rede, o compartilhamento de informações, a remixagem de conteúdos de diferentes tipos, especialmente multimídia, criando novos conteúdos. Só assim, acredita Schwarz, se poderá dar sustentabilidade à emancipação econômica, social e cultural dos cidadãos.

A importância da produção é o foco do artigo “Cultura digital e educação: redes já!”, de Pretto:

36 Cyspeech, em Time, no 149, 23-6-1997, p. 123

37 M. PASTORE, Web pages by language, 2000

Produzir informação e conhecimento passa a ser, portanto, a condição para transformar a atual ordem social. Produzir de forma descentralizada e de maneira não-formatada ou preconcebida. Produzir e ocupar espaços, todos os espaços, através das redes. Nesse contexto, a apropriação da cultura digital passa a ser fundamental, uma vez que ela já indica intrinsecamente um processo crescente de reorganização das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, afetando em maior ou menor escala todos os aspectos da ação humana. Isso inclui reorganizações da língua escrita e falada, das ideias, das crenças, costumes, códigos, instituições, ferramentas, métodos de trabalho, arte, religião, ciência, enfim, todas as esferas da atividade humana. Até mesmo os aspectos mais pessoais, como os rituais de namoro e casamento, entre outras práticas, têm sua regulação alterada, dadas as novas formas de interação vivenciadas na cultura digital. (PRETTO, 2008, p. 78)

Ao propor o conceito de emancipação digital, Schwarz (2006) fala da insatisfação com o padrão vigente de inclusão digital no Brasil. Embora destaque alguns programas que significaram um avanço no movimento da inclusão digital, pelo seu caráter inovador, ele entende que a maior parte das iniciativas se limita à universalização dos serviços, formação básica na utilização das ferramentas tecnológicas e formação para a cidadania, sem uma preocupação com o efeito dessas ações na melhoria do aprendizado e de acesso a oportunidades de emprego e renda.

É evidente que o marco regulatório da inclusão digital ficou inconcluso no país, com graves consequências do ponto de vista da execução de políticas públicas pertinentes (...) Faltou ao governo Lula, em resumo, uma política nacional que desse seguimento crítico aos elementos lançados no governo anterior” (SCHWARZ, 2006, p. 2).

Antes de analisar as críticas de Schwarz, é preciso observar que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não lançou elementos efetivos de política de inclusão digital, como afirma o autor. Sua principal iniciativa nessa área foi o Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo), de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto para a Sociedade da Informação no Brasil foi apresentado em setembro de 2000 no Livro Verde, no qual mais de 150 especialistas na área mapeavam a situação do país e sugeriam metas e políticas específicas. O Livro Verde³⁸ da Sociedade da Informação estabelecia sete linhas de ação: mercado, trabalho e oportunidades, universalização dos serviços para a cidadania, educação para a sociedade da informação, conteúdos e identidade

38 Disponível em: <http://www.socinfo.org.br/livro_verde/download.htm>. Acesso em 7 jan 2001.

cultural, governos ao alcance de todos, investigação e desenvolvimento, tecnologias e aplicações, infraestrutura e novos serviços. Porém, o projeto não concluiu o processo de consulta à sociedade, nem as propostas foram explicitadas em leis. Restou o diagnóstico.

Paralelamente ao processo de elaboração do Livro Verde, o governo FHC lançou o ProInfo, o programa do Ministério da Educação de informatização das escolas com laboratórios, sua única iniciativa concreta de inclusão digital. Ao final de seu mandato, em 2002, cerca de 3 mil escolas públicas estavam equipadas com laboratórios de informática. O governo Lula deu prosseguimento ao ProInfo e ampliou seu raio de abrangência com o desenvolvimento de conteúdos audiovisuais e a formação de professores. No final de dezembro 2010, eram mais de 60 mil escolas públicas com laboratórios de informática.

Mas o autor tem razão em destacar o fato de o governo Lula (2003-2010) não ter retomado o diagnóstico feito pelo Livro Verde para definição de uma política pública para a Sociedade da Informação. Na verdade, não houve e nem há um marco regulatório para a inclusão digital. O que aconteceu, a partir de 2003, foi uma explosão de programas de inclusão digital sob a inspiração do governo federal (administração direta, estatais e fundações), sem a construção de um movimento orgânico. A desarticulação entre eles e a limitação de alguns, como doação de *kits* telecentros pelo Ministério das Comunicações, começam a ser superadas. Em 2008, o governo instituiu uma coordenação de inclusão digital ligada à Presidência da República. De seu trabalho resultou, em 2009, a criação do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID), formado por representantes dos ministérios envolvidos e coordenado pela Presidência da República, e o lançamento do Programa de Apoio à Inclusão Digital – Telecentros.BR³⁹, envolvendo duas iniciativas: oferta de infraestrutura em escala nacional, e apoio em termos de formação, com bolsas para monitores, e criação de uma rede de formação composta por um polo nacional, cinco polos regionais (um para cada região do país) e dois estaduais (CE e SP).

Da licitação, concluída em 2010, participaram 14.925 telecentros de 1.071 projetos, de acordo com dados apresentados por Cristina Mori, coordenadora executiva do Telecentros.BR, em entrevista ao *site* ARede⁴⁰. Foram selecionados 10.021 telecentros que serão atendidos até dezembro de 2011. Destes, 3.513 são unidades já existentes e 6.508 são novas unidades. Dos projetos contemplados, 11 são da esfera federal, oito de estados, 30

39 Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/inclusao-digital/telecentros-br>>. Acesso em 7 jan 2011.

40 Patrícia CORNILS, Compatibilizar a oferta de infraestrutura com a formação dos monitores é um dos desafios da nova etapa do programa. Disponível em: <<http://www.ared.inf.br/inclusao/edicoes-antteriores/160-edicao-no-58-maio2010/2947-entrevista>>. Acesso em 7 jan 2001.

municipais e 14 da sociedade civil. A maior demanda dos projetos inscritos foi por formação, tanto para monitores-bolsistas quanto para não bolsistas. Serão concedidas, por meio do CNPq do Ministério da Ciência e Tecnologia, 8 mil bolsas de R\$ 483 (período integral) e R\$ 241 (parcial) – o número poderia ser ampliado dependendo dos valores escolhidos pelos projetos. A capacitação dos monitores, prevista para começar em setembro, se iniciou em dezembro de 2010, depois da formação de tutores de educação a distância, para a parte da capacitação a ser realizada nesta modalidade, e do desenvolvimento de metodologia e conteúdos, de forma colaborativa, pelos polos. Os monitores terão uma formação de 480 horas, em 12 meses. Embora muitos telecentros em atividade tenham pedido conexão mais veloz, o programa só vai atender as unidades não conectadas (cerca de mil). O Telecentros.BR, que consumirá R\$ 165 milhões em dois anos, também vai contar com um colegiado dos 63 projetos vencedores, onde serão debatidos os rumos do programa e de onde devem surgir contribuições importantes para as políticas públicas de inclusão digital.

As redes estaduais e mesmo municipais também evoluíram. Como evidencia a demanda apresentada na licitação do Telecentros.BR, a capacitação, ao lado do aumento da velocidade da conexão, é a maior preocupação dos projetos. As duas estão relacionadas. Uma boa capacitação e um uso eficiente da internet pelos alunos demanda velocidades maiores para tratar os conteúdos multimídia.

Também o Programa de Informatização das Escolas – ProInfo, do Ministério da Educação, avançou muito. Já são 41.792 escolas públicas urbanas e 21.754 rurais com salas de informática (dados relativos a dezembro de 2010, informados pela Secretaria de Ensino a Distância do MEC). Em setembro de 2010, segundo dados divulgados no *site* da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)⁴¹, 51 mil escolas públicas urbanas, de um total de 62,7 mil, estavam conectadas à internet em banda larga (mínimo de 1 Mbps, velocidade considerada insuficiente por muitas escolas). Até o final de 2010, pelo acordo firmado pelas concessionárias de telefonia com o governo federal em 2008, todas as escolas urbanas deverão estar conectadas. A solução para as escolas rurais ainda depende da licitação da faixa de frequência de 450 MHz, prevista para 2011, e da construção de redes sem-fio usando esta frequência. As poucas escolas rurais com acesso à internet usam a conexão (cara e limitada em velocidade) do programa de conectividade Gesac, do Ministério das Comunicações, que conta com 12 mil pontos em escolas, telecentros, Pontos de Cultura (programa do Ministério da Cultura) e unidades de fronteira do Exército brasileiro.

41 Disponível em <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em 7 jan 2011.

O Ministério da Cultura chegou, em 2010, com cerca de 5 mil Pontos de Cultura, segundo entrevista do então ministro Juca Ferreira ao jornal *O Globo*⁴². Como os Pontos tanto são financiados diretamente pelo MinC quanto em convênio com estados e municípios, que repassam os recursos para as entidades parceiras, o ministério não dispõe de estatísticas precisas. Trata-se de um programa de enorme importância para a inclusão cultural e digital de seus participantes – eles estão em todos os estados da federação, nas periferias de grandes cidades e em regiões distantes, em aldeias indígenas e terras quilombolas – e para o desenvolvimento da cultura digital.

Os Pontos de Cultura fazem parte do programa Cultura Viva e são constituídos por entidades já em atividade. Recebem um apoio de R\$ 180 mil, em três parcelas anuais, do governo federal ou deste em convênio com governos municipais e estaduais. Participam de uma rede de pontos e contam com vários prêmios, encontros presenciais, iniciativas de formação cujo principal objetivo é conectá-los em rede, para que possam ter acesso à produção cultural de outros pontos e divulgar a sua própria. Os Pontos de Cultura são a concretização do conceito de política pública cultural adotado pelo MinC a partir da gestão de Gilberto Gil (em 2003), de que o reconhecimento da produção cultural do país e de sua diversidade e qualidade é tão importante quanto a garantia de acesso a manifestações consagradas como teatro, cinema, música erudita.

Sobre o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, diz Turino (2009):

O Programa Cultura Viva envolve essa dimensão intangível da vida: é o povo em movimento; e o Ponto de Cultura, a autonomia e o protagonismo sociocultural deste povo. A contribuição em dinheiro (R\$ 180 mil em valores de 2008, divididos em três parcelas anuais) permite perceber que o valor não é tão grande assim: R\$ 5 mil por mês, mas é um recurso que chega diretamente às comunidades, sem intermediação, por isso permite que muito se faça. Tão ou mais importante que o recurso é o processo de transformação que o Ponto de Cultura desencadeia: respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação entre Estado e sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação de sonhos e energias criativas. Os valores que o Ponto de Cultura agrega vão além dos monetários. (TURINO, 2009, p. 43)

Todos os Pontos de Cultura têm *kit* multimídia e a maioria está conectada à internet – muitos usam a conexão Gesac. A gestão do programa em nível regional ganhou fôlego com a

42 MIRANDA, Andre. Juca Ferreira faz balanço da cultura no governo Lula. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2010/12/04/juca-ferreira-faz-um-balanco-da-cultura-no-governo-lula-em-meio-mobilizacoes-por-sua-permanencia-no-minc-923192556.asp>>. Acesso em 5 jan 2011.

criação dos Pontões de Cultura. Saudado com um dos mais criativos programas de inclusão cultural e digital, ele também tem dificuldades. Em 2010, parte dos Pontos de Cultura e os Pontões enfrentou tropeços decorrentes do atraso no repasse de recursos, de acordo com o site ARede⁴³.

É certo que ainda há uma enorme distância a ser percorrida para a emancipação digital defendida por Schwarz (2006) e Pretto (2008), mas passos importantes foram dados nessa direção. A emancipação digital enfatiza a produção cultural e econômica para as redes informacionais, mas ela só pode acontecer a partir da infraestrutura tecnológica necessária para o acesso à rede. Assim, o melhor entendimento parece ser não a contraposição dos conceitos de inclusão digital e emancipação digital, mas a sua complementariedade. A emancipação digital pode ser vista como um estágio avançado da inclusão digital: a inclusão digital autônoma.

Nossos personagens são todos incluídos digitalmente. E vários deles galgaram o degrau da emancipação digital, já que produzem para as redes informacionais. Cleber Jesus Santos é reconhecido pela Associação do Software Livre do país como um competente programador em *software* livre. Trabalha na empresa que desenvolveu a infraestrutura tecnológica do portal do governo brasileiro. Clerisson Luís dos Santos, o Teddy, é responsável pelo estúdio digital do Pontão Nós Digitais, em São Carlos (SP). E conta, com orgulho, que em toda a região de Ribeirão Preto, importante pólo do interior do estado de São Paulo, não tem ninguém com a sua experiência na produção de áudio em *software* livre. Meg Medeiros trabalha com a produção de vídeos. É dela o depoimento que se segue:

Às vezes me pego pensando nisso: meu Deus, e se eu não tivesse passado pela Kabum o que iria fazer? (...) Não sei o que estaria fazendo, não me vejo fazendo outra coisa, acho que a maior oportunidade que recebi na vida, foi ter passado pela Kabum. Porque a Kabum não é um projeto que te ensina a ter uma sobrevivência de vida. Nada contra os projetos que ensinam, mas eu não vou para lá apreender a pintar, pano de prato ou apreender a costurar que te dá sobrevivência de vida. A Kabum te dá uma ferramenta que te possibilita a melhorar de vida, a subir na vida, te possibilita a ter uma TV de LCD, a pagar um carro, se você faz uma campanha política [como profissional], você compra uma casa. Ela possibilita você subir o padrão de vida, não sei explicar, não é só dinheiro, é mais. Imagina alguém da Kabum fazendo um filme é outro padrão, é outro mundo. A Kabum te possibilita alcançar o que a gente achava que era impossível, chegar em algum lugar que ninguém da sua família nunca te viu -- por exemplo, quando eu mando os filmes que faço para minha família ver. Ela me permitiu me expressar, me realizar enquanto pessoa. A gente teve aula de leitura e expressão (no curso

43 Disponível em: <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/3615-o-que-vai-acontecer-com-os-convenios-dos-pontoes>>. Acesso em 7 jan 2011.

da Kabum). ‘Vamos falar em público, vai Meg’, e todo mundo lá, aí eu ia, bom dia! A professora falava, não bota a cabeça para cima, quando você for dar palestra você precisa falar para que as pessoas te ouçam. Quando eu falo da Kabum fico perdida, porque são tantas coisas que eu agradeço... porque a Kabum me possibilitou alcançar o impossível.⁴⁴

Como lembra Silveira (2008), a emancipação digital avança em uma questão crucial, já mencionada neste trabalho, que diz respeito ao risco de a inclusão digital acabar servindo apenas para a ampliação do mercado consumidor dos produtos e serviços de tecnologia. Isso pode acontecer quando a inclusão digital se limita à alfabetização digital, ao ensino do uso mecânico dos programas de computador e de acesso à internet, a preparar o aluno única e exclusivamente para saber digitar um texto e montar uma planilha e, assim, conseguir realizar essas tarefas no mercado de trabalho.

Para não cair na armadilha de apenas servir ao mercado, a inclusão digital tem que investir na formação para o uso crítico da internet e na produção de conteúdo local, fazendo dos alunos também autores. A existência, nos programas, de um tempo para acesso livre dos alunos à internet aguça a curiosidade, estimulando a criatividade. O uso do *software* livre e aberto também é considerado muito importante para a apropriação da tecnologia pelo usuário, pois pelo fato de ter o código-fonte aberto permite que o aluno faça customizações de acordo com suas necessidades e até realize melhorias no programa, no caso dos que já têm um conhecimento técnico mais avançado. É a liberdade de conhecer o programa por dentro, de modificá-lo e redistribuí-lo, possibilidades que não ocorrem no uso do *software* vendido sob licença proprietária, cujo código-fonte não é colocado pela empresa desenvolvedora à disposição do usuário.

44 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

3 A COMUNICAÇÃO EM REDE

As mudanças que mobilizaram a juventude em várias partes do mundo nos anos 1960 e início dos anos 1970 forjaram uma nova geração. O furacão envolveu do movimento *hippie* aos protestos de 1968, liberou a mulher, tirou as drogas do submundo para a pauta dos debates sobre as liberdades individuais, fortaleceu os movimentos civis. E foi produzido ao som das canções de Bob Dylan, Beatles e Rolling Stones, para citar alguns dos ícones de uma época de rebeldia, contestação e busca de novos paradigmas ao status quo, como a valorização das subjetividades e da paz.

Os valores que impregnaram as lutas dos anos 1960, ancorados sobretudo na liberdade em seu sentido mais amplo, não morreram com o fim dos movimentos civis daquela década. Eles estão na raiz dos conceitos usados na criação da internet, uma rede distribuída, não hierárquica e sem comando centralizado, onde todos podem entrar desde que aceitem seus protocolos. Os criadores da internet foram formados naquele período revolucionário ou sofreram suas influências.

Mais de 40 anos depois do início do movimento pelos direitos civis, que começou nos Estados Unidos, os versos de Bob Dylan na canção *The Times They Are A-Changin'*, de 1964 (Existe uma batalha lá fora e ela está se aproximando/Logo sacudirá suas janelas e fará tremer suas paredes/pois os tempos, eles estão mudando) continuam atuais. Uma batalha em curso está chacoalhando as estruturas da sociedade pós-industrial, colocando em xeque os modelos de negócios da indústria tradicional, abrindo espaço para novas formas de relacionamento e produção da riqueza e criando oportunidades para novos autores e produtores do conhecimento.

Essa batalha se chama internet que, em seu segundo estágio, nos apresenta, neste início de século, o fenômeno da colaboração em massa, com a criação compartilhada de programas, de produtos culturais, como a enciclopédia Wikipedia, de redes de relacionamento, como Facebook, MySpace e Twitter, entre outras.

Tapscott & Williams (2007) situam em 2006 o surgimento dessa nova web colaborativa que, em sua opinião, vai enterrar os *websites* autônomos e imutáveis.

Hoje, a internet está evoluindo de uma rede de *websites* que permitem que as empresas apresentem informações para uma plataforma computacional em si mesma. Elementos de um computador – e elementos de um programa de computador – podem ser espalhados pela internet e, se necessário,

combinados sem falhas. A internet está se tornando um computador gigantesco que todos podem programar, fornecendo uma infraestrutura global para a criatividade, a participação e a auto-organização. (TAPSCOTT&WILIAMS, 2007, p. 52).

Na avaliação dos autores, é isso que vai produzir, e já está produzindo, ruptura na estratégia dos negócios, no cenário competitivo e na ordem social e política global. Mesmo que seja improvável que as hierarquias desapareçam num futuro próximo, como reconhecem, Tapscott & Williams (2007, p. 52) afirmam que a nova forma de organização conhecida como *peering*, ou seja, compartilhamento de informações, atividades e tarefas por pessoas que tenham os mesmos valores e interesses, consegue obter sucesso. “O seu maior impacto é hoje na produção de bens de informação – e seus efeitos iniciais são mais visíveis na produção de *software*, entretenimento e cultura –, mas há poucas razões para que o *peering* pare por aí.”

Há cinco anos, Clerrison Luís dos Santos, o Teddy, não sabia nem ligar computador. Só usava o computador de amigos para escrever suas letras de *rap* e ouvir música. Trabalhava em uma fábrica. Foi então que Daniel Marostegan e Carneiro, da Teia Casa de Criação, de São Carlos (SP), o convidou a frequentar o telecentro da entidade: “Ele me disse – você pode usar o telecentro, é grátis, tem internet, você gosta de áudio, pode ser o pioneiro a produzir em *software* livre”. Teddy passou a usar o telecentro, aprendeu com um amigo que compunha em Windows o nome dos instrumentos, o que era um compasso, e mexendo nos *softwares* foi aprendendo e compôs sua primeira música. Tudo em *software* livre. Hoje tem várias composições, disponíveis no You Tube, e a ideia de lançar um disco. Teddy é um produtor cultural, além de dirigir o estúdio digital do Pontão Nós Digitais. Como conseguiu produzir som e vídeo no computador? Seu depoimento:

O *software* livre me deu essa camisa, porque é uma ferramenta muito fácil de usar, você não tem problema, por exemplo, com vírus. É uma comunidade muito grande, de dois anos para cá cresceu muito na *net*. Todas as dúvidas que eu tenho eu tiro *on-line*. O *software* livre me possibilita fazer as coisas porque eu sei onde buscar ajuda, suporte. No *software* proprietário, tudo você tem que pagar.⁴⁵

O que há de revolucionário na internet não é ela permitir a comunicação em rede. A comunicação em rede sempre existiu desde que os homens começaram a se relacionar em grupos e em comunidades. Por serem flexíveis e adaptáveis, as redes têm grandes vantagens

45 Clerrison, Luís dos Santos, o Teddy, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2010, em São Carlos.

sobre as estruturas hierarquizadas, como observa Castells (2003). E, por isso, se expandiram na sociedade e na economia. Seus limites, no entanto, eram definidos pela dificuldade de coordenar funções, de concentrar recursos para determinados objetivos e mesmo de realizar tarefas, dependendo do tamanho da rede. As tecnologias de informação e comunicação, sobre as quais se baseia a internet, deram novo impulso ao desenvolvimento das redes, pois puseram por terra os seus limites naturais ao permitirem o gerenciamento de tarefas e a administração da complexidade. (Cf. CASTELLS, 2003, p. 7/8)

Assim, o que a internet faz é potencializar a comunicação em rede, expandindo-a para nível global, a partir da interconexão de computadores. E, ao criar esse ambiente de comunicação interconectada, permite que todo cidadão que tenha acesso a ele possa trocar informações; pesquisar conteúdos dos mais diferentes tipos e procedências; participar de redes sociais; baixar e subir arquivos; participar de produções em rede; remixar e recriar conteúdos armazenados na rede; enfim, se relacionar, se divertir e produzir nesse novo ambiente.

A vida de Marcelo Cardoso dos Santos, como a dos outros nossos personagens, gira em torno da rede. Ele frequenta o Facebook, o Orkut e as comunidades ligadas ao seu trabalho e à sua militância. Seu relato:

Participo do Estúdio Livre, que é uma comunidade dos Pontos de Cultura aonde a gente pode jogar tudo o que produz na rede. Tem também o Moodle, dentro do programa dos Centros Digitais de Cidadania (CDCs) da Secti, onde a gente troca experiências com as pessoas dos outros CDCs. As realidades que a gente encontra em nossa comunidade muitas vezes são as mesmas das de outra comunidade, mas só que falando em uma língua diferente por conta do que é a nossa cultura brasileira. Cada um tem suas questões individuais de cultura, mas depois que a gente chega em rede, que conta uma história de um CDC, a gente vê que é a mesma coisa, só que contada de uma outra perspectiva. A gente está sempre em rede. Assim, as comunidades surgem naturalmente dentro desses *sites* de relacionamento.⁴⁶

Na sociedade em rede, a comunicação em rede passa a ser elemento fundamental no cotidiano de seus participantes: especialmente na produção compartilhada, no lazer e na expressão de seus talentos.

46 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

3.1 Os primeiros passos

Para a construção do ciberespaço, que Lévy (1999, p. 17)) conceitua como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”, foram fundamentais alguns desenvolvimentos tecnológicos anteriores, a partir dos anos 1940: o computador, o microprocessador, o desenvolvimento das telecomunicações e a internet.

O primeiro computador foi construído, nos Estados Unidos, em 1945, para realizar cálculos balísticos, ou seja, calcular a trajetória dos mísseis. Em 1951, depois de muitos avanços na computação, surge, também nos Estados Unidos, o Univac (Universal Automatic Computer), a primeira máquina a processar dados numéricos e alfabéticos. Dois anos depois, a IBM apresenta o IBM 701, com maior capacidade de processamento. Esses grandes computadores eram conhecidos como *mainframes*. A partir daí, a evolução da computação não parou. Um ponto de inflexão importante nessa trajetória foi a invenção do microprocessador, em 1971, por Ted Hoff, permitindo multiplicar inúmeras vezes o processamento das primeiras máquinas. Esse invento permitiu a miniaturização dos componentes e a redução do tamanho físico dos computadores. Estava aberto o caminho para o desenvolvimento dos microcomputadores (chamados de pessoais), que seriam lançados comercialmente no início dos anos 1980 e iriam democratizar a computação, antes domínio exclusivo dos laboratórios universitários e dos centros de processamento de dados de grandes empresas, e colocá-la na mão, primeiro dos profissionais, e, depois, com a queda avassaladora dos preços, dos cidadãos comuns.

O salto para os microcomputadores, como lembra Silveira (2005), foi dado por Steven Wozniak, engenheiro da Hewlett-Packard, e um jovem da área de *marketing*, Steve Jobs. Eles fundaram a Apple Computer na garagem de Wozniak, receberam um financiamento da Intel e, em março de 1978, criaram o Apple II, um microcomputador caseiro, como monitor colorido e *drive* para disquete. De acordo com alguns analistas, o estouro das vendas deve ser creditado ao lançamento de uma planilha de cálculo criada para aquele computador, o VisiCalc, que caiu no gosto de escritórios e pequenas empresas. Em reação ao sucesso da Apple, a IBM tenta se reoxigenar, faz acordo com alguns jovens, entre eles Bill Gates, o responsável pelo fenômeno Microsoft, e lança o IBM-PC, seu computador pessoal com o sistema MS-DOS desenvolvido pela Microsoft.

Junto com o avanço dos microprocessadores, avançaram também os suportes de gravação e leitura automática das informações, as memórias, os dispositivos de

armazenamento, dos discos rígidos. São avanços exponenciais em capacidade, acompanhados por uma bruta queda dos preços. Paralelamente, a informática começou a se espalhar por outros segmentos, além do industrial.

A digitalização penetrou primeiro na produção e gravação de músicas, mas os microprocessadores e as memórias digitais tendiam a se tornar a infraestrutura de produção de todo o domínio da comunicação. Novas formas de mensagens interativas apareceram: este decênio (1980) viu a invasão dos videogames, o triunfo da informática “amigável” (interfaces gráficas e interações sensório-motoras) e o surgimento dos hiperdocumentos (hipertextos, CD-ROM)”(LÉVY, 1999, p. 32)

Estavam criadas as condições para a popularização da informática e para o forte desenvolvimento da indústria cultural digital, que ganhariam uma nova dimensão com a entrada em cena da internet.

3.2 A rede de computadores

Castells (2003) aponta as origens da internet na ARPAnet, rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA) em setembro de 1969. A ARPA, por sua vez, foi criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 1958, para mobilizar recursos de pesquisa, principalmente do mundo acadêmico, com objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik, em 1957. A ARPAnet surgiu dentro de um departamento da ARPA, o Information Processing Techniques Office (IPTO), para permitir que os vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência pudessem compartilhar *on-line* o tempo de computação.

Para montar essa rede, o IPTO, de acordo com Castells (2003), usou uma tecnologia nova e revolucionária de transmissão de telecomunicações, a comutação por pacote, que permitia estabelecer uma rede descentralizada e flexível. Tal tecnologia foi desenvolvida por Paul Baran, na Rand Corporation (um centro de pesquisa californiano), e por Donald Davies, no British National Physical Laboratory. A primeira demonstração bem-sucedida da ARPAnet ocorreu em 1972. Mas, para ligá-la a outras redes de computadores, eram necessários protocolos de comunicação padronizados. Em 1973, dois cientistas da computação, Robert

Kahn, da ARPA, e Vinton Cerf, então na Universidade de Stanford, escreveram um artigo, “A Protocol for Packet Network Intercommunication”, publicado no ano seguinte, delineando a arquitetura básica da internet. No mesmo ano, estes e outros pesquisadores apresentaram o projeto do protocolo de controle de transmissão (TCP). Cinco anos depois, Cerf e outros colegas, já trabalhando na Universidade da Califórnia do Sul, dividiram o TCP em duas partes, acrescentando um protocolo intrarrede (IP), que gerou o protocolo TCP/IP, padrão segundo o qual a internet continua operando até hoje.

Outras redes se seguiram à ARPAnet. Rifkin (2003) relata que a National Science Foundation criou a NSFnet para conectar seus computadores às principais universidades espalhadas pelo país.

A NSFnet abriu acesso para um número crescente de pessoas e acabou se transformando no que agora chamamos de internet. Outras agências governamentais criaram suas próprias redes. O Department of Energy estabeleceu a ESnet e a National Aeronautics e a Space Administration (Nasa) entraram *on-line* com a NSFnet. Redes privadas também foram colocadas no local na década de 80. Entre os pioneiros estavam a IBM, a GTE e a AT&T. Projetadas para uso interno e para comunicações em tempo real com fornecedores e clientes, essas redes privadas começaram a estabelecer as bases para o surgimento de uma economia mediada eletronicamente, baseada em redes. (RIFKIN, 2003, p.14).

Assim, a internet foi construída a partir de uma arquitetura de interconexão aberta e descentralizada e os seus protocolos de comunicação são padronizados. E é aí, segundo Castells (2003), que reside a sua principal força: seu desenvolvimento autônomo por seus próprios usuários, que se tornaram produtores de tecnologia. Citando James Gleick, em artigo publicado na *New York Times Magazine*, Rifkin (2003, p. 14) observa que, numa sociedade alimentada pela noção de propriedade, “o fato mais difícil de entender... é este: [A internet] não é uma coisa, não é uma entidade, não é uma organização. Ninguém a possui; ninguém a dirige. São simplesmente computadores de todos, conectados.”

A partir dos anos 1990, ocorre uma explosão das conexões à internet. Para que isso acontecesse, relata Silveira (2005), foi muito importante o desenvolvimento do sistema hipermídia World Wide Web, o hoje famoso www, para obter informações por meio da rede. Desenvolvido por iniciativa do pesquisador inglês Tim Berners-Lee, que queria criar um sistema de hipertexto para uso interno no Laboratório Europeu de Física de Partículas, o Cern, instalado em Genebra, o primeiro servidor de web é conectado à rede em 1991. O primeiro navegador, o *browser* que lê os hipertextos e os coloca graficamente estruturados na tela do

computador, surge em 1993 – estamos falando do Mosaic, criado por estudantes de Illinois, nos Estados Unidos. Viriam depois os sucessos de público: o Netscape, superado pelo Explorer da Microsoft, e o Mozilla Firefox, de código aberto.

O campo da internet já estava semeado, irrigado e com os nutrientes necessários. A partir daí, foi só uma questão de tempo. Hoje (agosto de 2010), são 3 bilhões de equipamentos conectados no mundo. A rede social Facebook anunciou recentemente 500 milhões de usuários, o Twitter conta com 125 milhões de usuários registrados e o LinkedIn, com 45 milhões de usuários.

3.3 O que muda na comunicação

O avanço da internet vem provocando profundas alterações nos meios de comunicação de massa tradicionais, como a mídia impressa, a televisão e o rádio. Nas últimas décadas, os jornais encolheram⁴⁷, a televisão (em maior medida) e o rádio (em menor medida) disputam a atenção de parte dos telespectadores e ouvintes com a internet e, em julho de 2010, a Amazon, a maior *bookstore* do mundo, anunciou que, em seu negócio, a venda de livros eletrônicos superou pela primeira vez a venda de livros em papel.

O impacto da internet sobre a tradicional comunicação de massa ocorre em função das características intrínsecas da rede: no lugar da comunicação unidirecional, passiva, ela é interativa; no lugar da comunicação dirigida, onde alguns (os profissionais da mídia) decidem o que é informação relevante e notícia a ser transmitida ao público, ela é democrática, pois permite que cada internauta emita sua opinião, poste as informações que considera importantes. Repositório de um número gigantesco de bases de dados de instituições, governos, empresas e pessoas, permite o compartilhamento de informações, a produção individual e/ou coletiva, a reutilização dos conteúdos disponíveis.

Na visão de Shapiro e Varian (1999, p. 21), muito mais do que a quantidade de informação disponível, o que há de novo é a habilidade do usuário de manipular informação. “O valor da web reside em sua capacidade de proporcionar acesso à informação. Com a utilização da *web*, os fornecedores da informação podem distribuir de maneira dinâmica

47 Moniz SODRÉ, A Narração do fato, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 103 e
 Maiores jornais do país têm a maior queda de circulação na década. Disponível em
 <<http://blogs.abril.com.br/blogdojj/2009/04/maiores-jornais-brasil-tem-maior-queda-circulacao-decada.html>>. Acesso em 16 jan 2011.

informações provenientes de bancos de dados e outros repositórios”. Ou seja, sem a infraestrutura de comunicação, a informação teria valia limitada.

Um dos desempenhos mais importantes dos bens de informação é que seu custo de produção é dominado pelos ‘custos da primeira cópia’. Uma vez que a primeira cópia de um livro tenha sido impressa, o custo para imprimir outra é de apenas alguns dólares [...] A informação entregue em forma digital por meio de uma rede mostra o problema da primeira cópia de forma extremada: uma vez que a primeira cópia tenha sido produzida, as cópias adicionais custam essencialmente nada. (SHAPIRO e VARIAN, 1999, P.35-36)

A internet, diz Benkler (2006), chega para reverter esse bem-sucedido negócio ao longo de década, porque se trata do primeiro meio de comunicação de massa moderno que descentraliza a estrutura de capital, de produção e distribuição de informação, cultura e conhecimento. Isso porque o capital físico que embute a maior parte da inteligência na rede está largamente difundido e na mão dos internautas. O computador que eles têm em casa ou no trabalho não é muito diferente dos servidores e roteadores de rede, situação bem diversa da relação entre o televisor, que todos têm na residência, e as estações geradoras de sinais de TV, por exemplo.

O computador pessoal conectado à internet constitui, de acordo com Corsani (2003), uma ruptura na história das técnicas, pois se apoia em uma dissociação entre a máquina, o *hardware*, e seu programa, o *software*.

Essa maleabilidade dos instrumentos, cujo uso transforma o programa de funcionamentos, abre perspectiva de uma reviravolta na relação homem/máquina: a “metamáquina” é desespecializada, homogênea (na heterogeneidade de seus componentes interconectados: redes, periféricos, etc.), ao passo que o trabalho se transforma em criação de usos. O computador individual conectado à rede não tem função predeterminada. Como metamáquina, o PC em rede é literalmente uma caixa vazia: a metamáquina não tem mais função nem valor-utilidade em si, apenas a maneira como é aplicada e o uso que dela se faz lhe conferem função e utilidade” (CORSANI, 2003, p. 22)

Meg Medeiros, um de nossos personagens-autores, é uma entre milhões de produtores culturais que só pode produzir seus vídeos porque o computador se tornou uma máquina barata e popular e a internet a coloca em contato com o mundo, lhe permite aprender com os *making off* de filmes, e dá visibilidade à sua produção. Relata Meg:

O grande charme da internet é isso. As pessoas expressam aquilo que

pensam, o que gostam e o que não gostam, falam, xingam, sem repressão. Você sabe que vai poder falar livremente e que outras pessoas vão falar sobre a mesma coisa, vão debater sobre a mesma coisa, e você não vai ter que se preocupar, a não ser pelo tipo de informação que você passa. Eu estou falando de informação para fazer o bem [...] A paixão de toda a comunicação, de toda a tecnologia é essa de você passar a informação e fazer com que as pessoas vejam o seu sentimento, e multiplicar isso. A gente postou este filme (Filtro dos Sonhos⁴⁸) fazem cinco dias e já tem 1.100 acessos. Nunca iríamos fazer isso se não fosse a internet.⁴⁹

Na economia da informação da era industrial, os elevados investimentos em capital físico eram uma exigência para o sucesso do negócio. Na economia da informação em rede, o capital, com a queda dos preços dos computadores, da comunicação e do armazenamento, deixa de ser uma barreira. É isso que permite a expansão de uma expressiva produção descentralizada de informação, conteúdos culturais e conhecimento.

Na economia da informação da era industrial, a indústria fonográfica investe altas somas para produzir um disco, que depois é replicado em cópias físicas de baixo custo para serem distribuídas aos consumidores, o que requer uma sofisticada e cara cadeia de distribuição. Na economia da informação em rede, o artista produz sua música e a difunde na rede gratuitamente. Alguns cobram uma pequena quantia por *download*, mas muitos preferem a rede para criar audiência para suas apresentações ao vivo.

O mais importante aspecto da economia da informação em rede é a possibilidade que ela abre de reverter o foco de controle da economia da informação industrial. Em particular, traz a possibilidade de reverter duas características centrais do projeto de controle da produção cultural: a concentração e a comercialização. (BENKLER, 2006, p. 32).

O *rapper* Teddy ainda não conseguiu produzir seu primeiro disco, mas músicas que compôs em *software* livre podem ser baixadas da internet⁵⁰. É também através da internet que ele e seus companheiros estão conseguindo movimentar o *hip hop*, “que está meio caído na região” (centro do estado de São Paulo). Conta Teddy:

Estou em um portal só para *hip hop*, que lançaram em Campinas. É em *software* livre. Isso nos possibilita, a partir daqui, conhecer pessoas que são do *hip hop* de várias cidades e estados. Eu acabei de fazer amizade com um

48 Curta metragem realizado por Meg e outros documentaristas sobre a morte de um amigo da Kabum por bala perdida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4y4l9OzAHww>>. Acesso em 8 jan2011.

49 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

50 Rap atômico. Disponível em: <http://www.4shared.com/dir/17959168/42dffa30/MUSICAS_PARA_O_RAP_DA_HORA.html>. Acesso em 8 jan 2011.

peçoal do Sul de Minas. A gente vai trocando ideias, fazendo intercâmbio, eu divulgo os eventos que acontecem aqui, eles divulgam o que acontece lá. Isso serve como uma troca. Se tiver espaço lá eles me chamam, se tiver aqui eu chamo, e assim a gente está conseguindo sobreviver.⁵¹

De acordo com Benkler (2006), outro fator fundamental para o florescimento da economia da informação em rede, com a produção de bens culturais por qualquer um que tenha um microcomputador conectado, é a informação ser uma mercadoria que pode ser consumida indefinidamente – ou seja, o fato de alguém ler um conto ou ouvir uma música não o torna indisponível para outra pessoa. O que é muito diferente de se comer uma fruta, por exemplo. O papel onde é impresso o jornal ou o livro custa alguma coisa, mas a informação só precisa ser criada uma vez. Por isso, digitalizada, pode ser reproduzida indefinidamente, sem custo. Por isso, lembra Benkler, muitos economistas chamam a informação e os produtos culturais de mercadoria “pública”, de natureza muito diversa da mercadoria privada, como um carro.

Essa mercadoria “pública”, agora acessível a todos por meio da internet, é importante fonte de aprendizado e inspiração para Meg Medeiros. Seu depoimento:

Eu procuro muitos vídeos para ver. Quando eu tenho um tempinho eu deixo carregando para assistir depois. Como eu não posso baixar, eu vejo o máximo de séries na internet, porque série te ajuda muito na criatividade. Na internet, eu vejo basicamente o *making off* do Avatar, o *making off* do clip do Jorge Benjor e do Mano Brown. Todos os *making off* que eu puder ver, eu vejo (...) Eu sempre procuro vídeos de *making off* e de curtas. Como eu faço faculdade de produção de vídeo – lá a gente também produz –, o cara (professor) recomenda (para aperfeiçoamento) veja esse filme, veja esse vídeo.⁵²

Como decorrência das novas oportunidades criadas pela comunicação em rede, como se produz e se troca informações, conhecimento e cultura, registra-se um crescimento do papel do que Benkler batiza de não-mercado ou produção não-proprietária, realizada individualmente ou de forma cooperativa e compartilhada. Os campos onde essas novas formas de produção têm tido maior sucesso, como apontam Lévy (1999), Castells (2003) e Benkler (2006), são o desenvolvimento de *software* de código aberto, a produção de vídeo e de jogos *online* e as reportagens investigativas.

51 Clerrison, Luís dos Santos, o Teddy, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2010, em São Carlos.

52 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

3.4 O papel da tecnologia

Antes de analisarmos o papel que a tecnologia desempenha na sociedade em rede, é preciso primeiro definir o que se entende por tecnologia neste trabalho.

Na realidade, nem o corte temporal nem o espacial, normalmente usados para diferenciar a ciência, ou pesquisa básica, da tecnologia, pesquisa aplicada, têm atualmente sentido. Definir a segunda como aquela cujo objetivo é produzir conhecimento com perspectiva e aplicação imediata e a primeira como a que gera um conhecimento de aplicação não apenas longínqua como incerta não é coerente com a evidência empírica que mostra uma dramática redução do tempo que medeia a ‘invenção’ e a inovação. Essa redução, é evidente, interessa às empresas cuja sobrevivência e expansão dependem justamente da rapidez com que conseguem em seus laboratórios encurtar esse tempo (DAGNINO, 2008, p. 26).

Assim, a tecnologia é tratada aqui dentro dessa visão ampla e de que há uma relação intrínseca entre o processo de concepção da C&T e os aspectos sociais. A tecnologia não é neutra, pois carrega as condicionantes do ambiente em que é gerada. Como observa Dagnino (2008), há uma variedade de possíveis tecnologias e caminhos de progresso que se pode escolher. E esse processo de escolha é determinado também pelos interesses e crenças dos grupos sociais que influenciam o processo de concepção seja da própria tecnologia seja de uma política de C&T. A tecnologia desenvolvida numa sociedade está relacionada às formas de produção e consumo, reproduzindo os interesses do grupo social dominante nessa sociedade, que busca a hegemonia por meio do controle da técnica.

Outro dado fundamental para a compreensão da questão é que, na sociedade tecnológica moderna, a mediação técnica tem papel fundamental em todos os aspectos da vida social.

E, enquanto a instabilidade econômica do mercado capitalista foi sendo significativamente reduzida graças a essa mediação técnica, as estruturas hierárquicas centralizadas que ela induz e demanda se acentuaram. Esses dois aspectos fazem crescer a importância da dominação pela tecnologia dessa classe social subalterna a ponto de fazer das consequências políticas da mediação técnica um ponto imprescindível da agenda política. (DAGNINO, 2008, p. 206).

Como fazer essa mediação técnica é tema central da investigação científica de

Feenberg e sua Teoria Crítica da Tecnologia⁵³ que Dagnino (2008) considera um marco contemporâneo fundamental do estudo da neutralidade e do determinismo da C&T. Feenberg pensa a C&T não como parte de um instrumento ou sistema em que os resultados dependerão da maneira como ela será utilizada, “mas como um fim no âmbito de um sistema em que o que realmente importa é o funcionamento dos instrumentos que geram lucro e não o seu resultado concreto – o seu produto” (DAGNINO, 2008, p. 214).

No entanto, Feenberg (1991 apud DAGNINO, 2008) enxerga a possibilidade de a sociedade vir a recuperar sua participação e criatividade para transformar a tecnologia de sistema em ferramenta, e para isso propõe que a tecnologia não deveria ser apenas apropriada, mas reprojeta para atender aos interesses da sociedade. Embora mais cético, é nisso que também aposta Regis de Moraes (1998), para quem o homem, na sociedade tecnológica, está perdendo sua capacidade de fazer história. Para Moraes, a civilização tecnológica transformou a tecnologia em um fim em si mesma, que cria demandas artificiais na sociedade e massacra a vida interior das pessoas. Para fugir do jugo de uma sociedade tecnicista, o autor defende que é preciso recolocar a tecnologia como meio de afirmação do humano através do desenvolvimento do pensamento utópico, do desenvolvimento das forças das idéias e da humanização da natureza.

Nem Feenberg (1991 apud DAGNINO, 2008), nem Moraes (1998) tratam do fenômeno do compartilhamento na internet. E é esse fenômeno que amplia enormemente as possibilidades de jovens como Cleber Jesus Santos:

Eu comecei a desenvolver em Zope Plone. O Zope, baseado em uma linguagem chamada Phyton, serve para fazer páginas na internet, ele também é um web *sender*⁵⁴. (...) O Plone é um produto da Zope. Para fazer uma página no Zope você precisa de programador; com o Plone e só instalar e você já tem a sua página, tudo o que você precisa, calendário, enfim (...) Na semana passada eu precisei de um aplicativo, na verdade uma funcionalidade, para um *site* de um cliente. Ele faz *upload* de arquivo, só que faz *upload* de mais de um arquivo de uma só vez. Eu achei um produto da Plone que fazia isso, só que na hora de subir os arquivos tinha um problema, tinha erros. Eu fui lá, arrumei, funcionou. Aí eu devolvi para o programador dizendo que tinha um erro e que eu tinha corrigido e está aqui. Nesta semana, eu vi que ele lançou a nova versão do produto com meu nome como colaborador. Bem bacana. Você começa a ver o retorno. O retorno não é de dinheiro, mas é um retorno gostoso, de reconhecimento pelo que você fez.⁵⁵

53 Andrew Feenberg, Teoria Crítica da Tecnologia, 1991.

54 Web Sender é um conjunto de códigos PHP para ajudar os usuários a criar scripts para envio de mensagens (grátis) SMS através de provedores web.

55 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

João Epifânio Regis Lima (2007) observa que as concepções da técnica, como transgressão ou como instrumento de libertação, parecem atravessar a história, da antiguidade clássica ou período pós-guerra, nas décadas 1950 e 1960. Não há dúvida, como destaca Regis de Moraes (1998), de que ciência e técnica servem também a objetivos econômicos, tendo aí sua função latente. Mas a submissão que a tecnologia impunha ao homem na Revolução Industrial no mínimo não é a mesma que ocorre na Sociedade da Informação. Vivemos hoje numa sociedade ainda mais tecnológica do que a do século XX. Só que os condicionamentos mudaram. A tecnologia que anestesiava a reflexão na Sociedade Industrial, na era pós-industrial conecta os homens em rede, permite o compartilhamento do conhecimento, pode universalizar o acesso à informação.

A sociedade tecnológica continua gerando demandas artificiais, o capitalismo continua voltado à eficiência máxima embora seu eixo tenha se deslocado do capital material para o capital imaterial, a globalização continua dilapidando os povos e países mais atrasados no desenvolvimento econômico, mas há algo diferente no ar. A base do capitalismo pós-industrial é a informação. O uso intensivo da informação, por sua vez, demanda, cada vez mais, sistemas sofisticados de processamento, gerenciamento e recuperação da informação, o que torna as tecnologias de informação e comunicação (TICs) ferramentas essenciais para o funcionamento da economia.

Para fazer essa economia funcionar, a sociedade está ligada em rede. Só que diferentemente dos meios tradicionais de produção, de propriedade individual, a rede que conecta todos os países e povos, a internet, construída por protocolos desenvolvidos por pesquisadores herdeiros dos ideais libertários da década de 1960, é uma rede global e aberta a todos que a ela tenham acesso por meio de um computador ou um dispositivo móvel. Isso coloca um arsenal nunca visto de conhecimento à disposição, potencialmente, de qualquer cidadão do planeta.

No entanto, esta mesma rede global e aberta, democrática, pode ser uma rede de controle. Ela interconecta computadores cuja inteligência está nos *softwares*. E o *software* é um algoritmo, composto por rotinas encadeadas logicamente, cujas instruções devem ser precisas para que o computador consiga executá-las. Os *softwares*, escritos em linguagem de programação, são códigos. E para que as informações produzidas transitem dentro da rede, entre computadores, elas têm que adotar padrões comuns, os protocolos.

Quem não aceita esses padrões comuns está fora da rede. Assim, todo internauta que entra na rede tem o número IP da máquina pela qual fez o seu acesso, e o fluxo de informações é rápido porque tem localizações. O servidor que recebe a mensagem, para

encaminhá-la, tem de receber instruções que estão no cabeçalho da mensagem. Portanto, a partir das informações contidas no cabeçalho, o número IP da máquina e a hierarquia do servidor DNS, é possível localizar um determinado internauta, pois é bastante difícil esconder o número IP.

Assim, cada pacote de informação que transita na rede tem um endereço que pode ser identificado. Na internet, tudo deixa rastro. E para aumentar a segurança da comunicação em rede, observa Silveira (2009), tem crescido o uso de tecnologias que se tornam intermediários indispensáveis na vida do ciberespaço, como é o caso da criptografia assimétrica que, através de uma assinatura digital, permite assegurar a autenticidade e a integridade das mensagens.

Códigos e protocolos são elementos de controle da rede. Para Lessig (2006), “o código é a lei” na web. Frente ao fato de que as diferentes estruturas dentro do ciberespaço podem afetar o usuário de diferentes formas, e controlá-lo a partir de quem desenvolve essas tecnologias, o autor acredita que, para a internet manter-se como um espaço democrático e livre, princípios que originaram sua criação, os códigos devem ser abertos. Apesar de enxergar na abertura do código uma vacina, Lessig (2006), na edição revisada de seu *Code is Law*, diz que suas preocupações de controle da internet se confirmaram nos seis anos que separam a primeira da segunda edição.

Mudanças são possíveis. Eu não tenho dúvidas de que revoluções acontecerão no nosso futuro. Mas eu temo porque é muito fácil para governos, e especialmente para interesses poderosos, aplastar essas revoluções, e que há muito em jogo para permitir que a real mudança aconteça. Nosso governo já criminalizou a ética central do movimento, transformando o real sentido da palavra *hacker* em algo distante do sentido original. Por meio de extremismos na regulação do *copyright*, está criminalizando a criatividade que esta rede pode produzir. E isso é só o começo. (LESSIG, 2006, p.8, tradução nossa)

As preocupações de Lessig (2006), o primeiro teórico a alertar para os riscos de controle da rede a partir dos códigos, são compartilhadas hoje não só por seus discípulos, mas por um grande conjunto de estudiosos e militantes pela liberdade na internet.

Para a sociedade defender-se, ela precisa ter a consciência de que a sociedade em rede é uma sociedade tecnodependente e efetivada por meio de intermediários da inteligência humana e da razão comunicativa. Por isso, os programas, os algoritmos, protocolos e padrões precisam ser abertos, transparentes e permanentemente auditáveis. Cidadãos comuns não são capazes de discutir detalhes tecnológicos que compõem seus instrumentos e suas linguagens informacionais básicas, mas podem definir como querem

que esses códigos, intermediários e linguagens sejam socialmente controlados. (SILVEIRA, 2009, p. 242)

O risco de controle na rede, e as formas para vencê-lo, foi o tema do Seminário Cidadania e Redes Digitais, realizado em novembro de 2009, em São Paulo, pelo grupo de Pesquisa Comunicação, Tecnologia e Cultura de Redes do curso de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero e o Fórum da Cultura Digital Brasil. No trabalho “Considerações sobre o Seminário Cidadania e Redes Digitais”⁵⁶, apresentado ao curso de Mestrado, eu escrevi:

Laymert Garcez dos Santos, titular do departamento de Sociologia da Unicamp, disse que a grande questão política da internet está na tecnicidade. Posição que reforça a visão apresentada por Alexander Galloway, professor do departamento de Comunicação e Cultura da Universidade de Nova York. Autor do livro “The Protocol”, Galloway se dedicou a estudar os protocolos não só dentro da perspectiva técnica, mas dos princípios organizacionais que estão embutidos neles. A importância do protocolo no funcionamento da rede está no fato de que ele garante a interoperabilidade entre os computadores, é robusto (liberal no que aceita e conservador no que faz) e tem a totalidade como objetivo. Ou seja, aceita tudo, independente da origem ou destino: “Por isso, é possível dizer que a internet é o sistema de mídia mais bem organizado que há. Como os protocolos se organizam logicamente, operam fora das duas esferas típicas de poder e controle: o Estado e o mundo corporativo.”

[] Justamente pelo fato de a internet ser uma rede de controle, Galloway considera necessário que se compreenda as redes como um sistema e máquinas. Uma análise do sistema vai permitir entender que a importância não está só na mensagem, na palavra, no conteúdo, mas na arquitetura do próprio sistema.

[] Laymert Garcez dos Santos também acredita que está havendo um deslocamento: “O conflito não está no que se diz ou produz como imagem. A questão se desloca para quem faz o *design* nas redes, permitindo entradas e saídas, quem entra e quem não entra. Esse deslocamento nos libera da discussão ideológica sobre conteúdo, para nos concentrar onde está o verdadeiro foco. (DIAS, 2009, p.202)

Há grandes riscos envolvendo a internet, como alerta Lessig (2006), mas há também grandes oportunidades. A democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação, em função da queda vertiginosa dos preços e graças às redes interconectadas, abre novas possibilidades para o cidadão comum não só de apropriação dessas tecnologias, mas de seu uso em função de suas necessidades pessoais, de expressão e criação. Lévy (2008) e Benkler (2006) observam que a tecnologia não é determinística no estrito senso, ou seja, não basta só ter acesso a ela para que as coisas aconteçam. “As tecnologias são ferramentas que existem e são empregadas em uma determinada sociedade e de uma determinada maneira que

56 O trabalho Considerações sobre o Seminário Cidadania e Redes Digitais está na seção Anexos.

depende, exclusivamente, do que essa sociedade e essa cultura fazem com elas” (BENKLER, 2006, p.17).

Lévy (2008) também chama a atenção para a ambivalência ou a multiplicidade das significações que envolvem a tecnologia, particularmente no caso da digital.

O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral, e a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e do *software*, entre grandes conjuntos geopolíticos. Mas também responde ao propósito de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas. Encarna, por fim, o ideal de cientistas, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede que desejam melhorar a colaboração entre as pessoas, que exploram e dão vida a diferentes formas de inteligência coletiva e distribuída. (LÉVY, 1999, p.24).

Essa ambivalência só é possível porque o ambiente de comunicação mediada por computador subverteu a economia da informação industrial ao colocar na mão do usuário as ferramentas necessárias para a produção e circulação das informações. E nesse ambiente se desenvolvem esforços de cooperação em larga escala, a chamada produção em pares (*peers*) da informação, do conhecimento e da cultura. O exemplo mais estudado desse processo é o sucesso do *software* livre em alguns segmentos de mercado, ou seja, como milhares de desenvolvedores espalhados pelo mundo e conectados em rede conseguem produzir programas que competem com a Microsoft em seu próprio campo.

É bem verdade que o Linux, de acordo com o w3schools, que coleta estatísticas a partir de navegadores na web⁵⁷, mesmo após anos de mercado ainda enfrenta a hegemonia do Windows no segmento *desktops* (5% contra 88%), mas já disputa o segmento de servidores (tem 21,2% de *market share*, segundo pesquisa do IDC relativa ao último trimestre de 2009⁵⁸, ou 43,4%, segundo estatísticas compiladas pela Wikipedia em dezembro de 2010⁵⁹). No segmento de navegadores, o Firefox, em código aberto, é líder com 43,5% de cota de mercado contra 27,5% do Internet Explorer, da Microsoft, de acordo com as medições da w3schools, que traz as estatísticas referentes aos últimos sete anos. Entre os sistemas operacionais para *smartphones*, o Android, também desenvolvido em código aberto, está presente em 25% dos

57 Disponível em: <http://www.w3schools.com/browsers/browsers_os.asp>. Acesso em 7 jan 2011.

58 Disponível em: <http://blogs.computerworld.com/15675/idc_windows_dominates_linux_in_servers_not_just_the_desktop>. Acesso em 7 jan 2011.

59 Disponível em: <http://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://en.wikipedia.org/wiki/Usage_share_of_operating_systems>. Acesso em 7 jan 2011

aparelhos vendidos, como mostra pesquisa do Gartner referente ao terceiro trimestre de 2010⁶⁰.

O fato de os programas de código aberto conseguirem disputar mercado com programas proprietários em diversos segmentos de mercado - e até liderar em alguns casos - é uma demonstração do poder da produção em pares e um indicador de que há ainda muito a ser conquistado.

60 Disponível em:< <http://www.gartner.com/it/page.jsp?id=1466313>>. Acesso em 7 jan 2011.

4 O TRABALHO IMATERIAL E A NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na sociedade pós-industrial, especialmente a partir do *boom* da internet e das redes sociais, no final da década de 1990 e durante esta década ainda em curso, ganha cada vez mais expressão o chamado trabalho imaterial, aquele ligado aos saberes, ao conhecimento e à criação. Se antes o trabalho imaterial era esfera restrita aos artistas da literatura, da música e das artes plásticas, aos cientistas e inventores, aos comunicadores e a alguns outros profissionais cuja produção não podia ser mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, agora seu espaço se ampliou muito com o conhecimento compartilhado através da rede e com as novas profissões ou funções que surgem com o próprio desenvolvimento da sociedade pós-industrial ou pós-fordista, chamada também de Sociedade do Conhecimento.

Uma das maiores expressões do desenvolvimento desse trabalho imaterial que ganha impulso com a internet são os programadores de *software* de código-aberto, também conhecido como *software* livre. Ele é desenvolvido por comunidades de pessoas espalhadas pelo mundo por meio do conhecimento compartilhado, já que o código-fonte do programa é aberto a todos os interessados em contribuir para o desenvolvimento e o contínuo aperfeiçoamento daquele programa de computador. Embora o desenvolvimento desses *softwares* seja, regra geral, trabalho voluntário e gratuito, feito nas horas de lazer, tanto há desenvolvedores que vivem de outra profissão, quanto há os que vivem de trabalhos que envolvem diversos serviços que giram ao redor da instalação e manutenção desses *softwares*, em empresas e mesmo nas residências, e do desenvolvimento de soluções dedicadas, construídas a partir dos códigos abertos.

Cabe registrar aqui algumas das novas profissões surgidas com o desenvolvimento da internet, todas elas pautadas no trabalho imaterial. Trata-se dos *webdesigners*, dos criadores de *sites*, dos desenvolvedores de sistemas de busca, dos produtores de conteúdo audiovisual. Enfim, de um novo exército de profissionais cujo trabalho se aproxima mais do trabalho dos artistas, apoiado não só em conhecimento técnico específico, mas em saberes vividos e, agora, compartilhados.

Gill (2007) conduziu uma pesquisa junto a trabalhadores das novas mídias em Amsterdã, na Holanda, para tentar entender quem são eles de fato, para além dos dois esteriótipos que foram se construindo, especialmente nos países desenvolvidos, a partir do desenvolvimento da internet. Escravos da internet ou *cybertariat*, vítimas das mais flexíveis e

desregulamentadas formas de trabalho, ou uma nova elite da informação, os “*technoboemians*” responsáveis pelo trabalho baseado na utopia da web? As entrevistas realizadas com os novos profissionais da internet, ao longo de 2005, lhe permitiram concluir que eles são uma mescla dos dois estereótipos, pois vivem uma ambivalência. De um lado, têm uma profunda paixão e entusiasmo pelo seu campo de trabalho, com as chances de inovação e de comunicação, com as oportunidades de autonomia e empreendedorismo; de outro, muitos ganham abaixo da média nacional de rendimentos (no caso dos *free lancers* e donos de seu próprio negócio), enfrentam longas jornadas de trabalho, instabilidade profissional (mesmo entre os empregados contratados por empresas) e têm dificuldade em imaginar o seu futuro profissional. Gill agrupou sua amostra, de 34 profissionais entre os 20 e os 50 anos, que se dedicavam às mais diferentes funções, nas seguintes categorias: gerenciamento, criação de conteúdo, trabalho técnico (programação e teste), *design*, interação (estrutura de informação), artista e pesquisa.

Certamente as condições de trabalho da amostra de Gill são bastante diversas dos profissionais das novas mídias no Brasil, em especial de nossos personagens. Um dos pontos que chamou minha atenção foi o elevado grau de educação formal de seus entrevistados. Apenas um não tinha curso superior, e muitos tinham mestrado e especializações. Entre nossos personagens, um não concluiu o 1º grau, um chegou ao final do 2º grau, um se preparava para o vestibular e três estão na faculdade. Mas as características essenciais para sobreviver no campo das novas mídias – flexibilidade, criatividade, facilidade para aprender rápido, habilidades de comunicação e um olho nos negócios do futuro, nas inovações – podem ser identificadas nos depoimentos dos nossos personagens-autores.

O que mais aproxima os entrevistados de Gill dos nossos personagens é o prazer com o trabalho na nova mídia, uma das características propiciadas por esse novo campo de atividades que explicam o entusiasmo dos profissionais dessa área. Alguns de seus entrevistados declararam que sentiam seu trabalho como “estar sendo pagos por seu *hobby*” (GILL, 2007, p. 14). O mesmo se verifica entre nossos personagens-autores. O depoimento é de Cleber:

O pessoal da empresa dá até risada, mas meu *hobby* é programar. Mas (nas horas de) lazer, eu saio com meus amigos, eu sou católico, normalmente eu estou na igreja, com grupos de jovens na igreja (...) Eu participo de um grupo da Barra Funda chamado Jovens Sarados, sarados de espírito, academia da alma, é uma pegadinha (...) Então, minha vida é isso, ou ficar no meu computador que é o meu *hobby*, programando, descobrindo coisas

novas, enfim.⁶¹

Ao lado do prazer no trabalho, outras características identificadas na pesquisa de Gill são o empreendedorismo e a autonomia, para os que preferem desenvolver atividades próprias ou o trabalho *free lancer*. Muitos dos entrevistados passaram da situação de empregado a *free lancer* ou empreendedor e vice-versa, revelando uma grande mobilidade entre as formas de trabalho. No Brasil, não é diferente. Cleber, embora empregado, montou uma empresa, a Seven Plonet, por meio da qual faz alguns trabalhos. No momento de seu depoimento, negociava com os sócios da Simples, onde trabalha, a possibilidade de agregar a Seven Plonet a ela. Meg Medeiros estava em seus últimos dias de trabalho na produtora Malagueta, de Salvador, na Bahia. Buscava um novo trabalho, mesmo *free lancer*, que lhe permitisse expandir sua criatividade. Conta Meg:

Eu gosto da edição de documentário porque você bota a sua criatividade, você pode viajar (...) Na edição obrigatória, você faz todo o dia só aquilo que o cliente manda. É por isso que eu estou ficando doida, sem criatividade. Não estou conseguindo fazer mais nada. Além de não ter tempo, não ter possibilidade, porque você não pode criar. É aquele padrão que o cliente manda e pronto. Em relação a eu não gostar de fazer mais o Bom Preço (nome do cliente a que atendia na Malagueta como profissional de edição de vídeo comercial), preciso explicar. Hoje, eu sou outra profissional por conta do Bom Preço, esse negócio de horário, de mandar fita no dia certo na hora certa, de mandar comprovação. Sou uma profissional responsável, muito mais ágil, muito mais tudo.⁶²

Para a maioria dos entrevistados de Gill, a autonomia se refere à liberdade no trabalho, à possibilidade de criar alguma coisa própria, ser capaz de controlar suas próprias horas e projetos. Alguns poucos relacionaram a autonomia proporcionada pelo trabalho na web à possibilidade de envolvimento em ativismo e de influenciar mudanças sociais. Entre nossos personagens, a dimensão política da autonomia também se faz notar. Cleber é um militante ativo do movimento do *software* livre no Brasil. Participa das edições do Fórum Internacional do Software Livre (FISL) e colabora com a comunidade do Zope Plone: “Eu comecei a colaborar em 2007. Foi quando eu comecei a entender mais de *software* livre, de como é que funciona a internet com *software* livre, tem esse *software*, tem esse aplicativo que você pode usar, mas se você melhorar você pode ajudar”. Marcelo Cardoso dos Santos participa do

61 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

62 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

movimento Mídia Digital dos Pontos de Cultura, de cujo ideário faz parte a liberdade na rede. Darla Braga dos Santos entrou no movimento de inclusão digital a partir de sua militância na juventude católica. E, agora, tenta aproximar os dois mundos.

4.1 Do fordismo ao pós-fordismo

A ascensão do capital imaterial marca da passagem do fordismo ao pós-fordismo, que Corsani (2003, p. 15) apresenta como a passagem de uma lógica da reprodução a uma lógica da inovação. Em sua visão, “as transformações em curso não constituem mutações no âmbito do paradigma do capitalismo industrial. Elas põem em evidência a passagem do capitalismo industrial a algo que poderíamos denominar como *capitalismo cognitivo* (grifo meu).” Na sociedade atual, o valor não tem origem mais e tão somente na produção de bens homogêneos e reproduzíveis, mas na inovação e no conhecimento, como frisa Corsani (2003).

Lazzarato (2003), como os teóricos do capitalismo cognitivo, também considera que os conhecimentos são a base da produção de riquezas. Mas observa que aqueles teóricos têm uma visão restrita do que é conhecimento. A teoria do conhecimento, proposta por ele, “deve contemplar todas as expressões da crença (do poder de pensar), entre as quais os conhecimentos, no sentido próprio, são apenas um 'gênero': teoria linguística, teoria da opinião pública (mídia), etc.” (LAZZARATO, 2003, p. 66).

Como um bem coletivo e indivisível, a produção do conhecimento não encontra lugar entre os modos de produção da categoria marxista, já que não é uma mercadoria qualquer que pode ser apropriada e trocada. Sua produção e apropriação seguem outra lógica. Em uma análise do trabalho na produção do conhecimento na obra de Gabriel Tarde⁶³, Lazzarato observa que o conhecimento até pode ser apropriado de forma exclusiva, mas por meio de modalidades originais, diferentes da “submissão formal” (captura através da circulação) da teoria marxista, como é o caso dos direitos de propriedade intelectual. A troca também é de outra natureza, já que o conhecimento não é consumível, segundo os critérios estabelecidos pela economia política.

A transmissão de um conhecimento em nada empobrece aquele que o possui; ao contrário, sua difusão, em vez de 'despojar seu criador', contribui para

63 TARDE, Gabriel. La psychologie économique, 1902

aumentar o valor próprio do conhecimento, pois as ideias são possuídas de um 'modo diverso das riquezas' que se fabricam (Ibid, p. 69).

O território da produção do conhecimento e da inovação é um universo amplo, muito além das paredes dos laboratórios de P&D; ele engloba o ambiente empresarial e mesmo as indústrias. O trabalho imaterial está presente na indústria, na medida em que ela tende a transformar o trabalho em gestão de um fluxo contínuo de informações. O controle informatizado que começa a se instalar na indústria de processos contínuos na década de 1960 – estamos falando aqui das indústrias química, petroquímica e siderúrgica – vai sendo estendido, como o avanço da informatização e da robotização, também à indústria de manufatura e às montadoras de bens finais. O trabalhador, em boa parte delas, não está mais no chão de fábrica, nas linhas de montagem, mas em salas envidraçadas onde controla, nos monitores, o andamento do processo, e só interfere quando algum fato imprevisto ocorre e o painel de alarme acende.

O desempenho depende, sobretudo, dos aspectos sistêmicos e das relações entre os indivíduos (os operadores)... Não é a soma do trabalho dos indivíduos que conta, mas a qualidade e pertinência das comunicações amarradas em torno do sistema produtivo. (VELTZ apud GORZ, 2005, p.18)

Ao analisar o papel da empresa na passagem do fordismo para ao capitalismo cognitivo, Moulier-Boutang (2003) diz que a nova empresa, para enfrentar o declínio de sua capacidade de criar novas formas de organização e inovar, tem que tornar porosas as suas fronteiras para captar todas as formas de externalidades positivas:

No capitalismo cognitivo esta sequência é radicalmente invertida: não temos mais a sociedade-fábrica industrial, mas a empresa sociedade. A substância de valor situa-se na sociedade, na população, nos saberes implícitos, nos processos cognitivos, na cooperação social. O que a empresa capitalista fornece é o controle, o modelo de governança (...) Ela externaliza suas funções produtivas materiais e se concentra na detenção dos ativos imateriais (as relações de propriedade, os ativos específicos, essencialmente o trabalho cognitivo). Ao fazê-lo, sua legitimidade material é cada vez mais ameaçada e se confunde com os problemas de legitimidade administrativa. As funções de produção de sua imagem pública, de informação para seus acionários, para a bolsa, os serviços de valorização financeira tornam-se predominantes. De um lado, a empresa como administração formal desempenha o papel de contramestre onipresente do território produtivo em seu conjunto, ao mesmo tempo em que se apresenta, do outro lado, como o mecenas do desenvolvimento social e da integração (MOULIER-BOUTANG, 2003, p. 41-43).

A importância dada pelas empresas, a partir do final do século XX, às externalidades positivas de seus empregados e ao capital social é uma das marcas da mudança do conceito de trabalho, tal como formulado a partir da industrialização.

4.2 O conceito do trabalho contemporâneo

A ideia do trabalho, tal como concebida na contemporaneidade, surge com o capitalismo manufatureiro.

Até então, isto é, até o século XVIII, o termo 'trabalho' (labour, Arbeit, lavoro) designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada, produtores dos bens de consumo ou dos serviços necessários à sobrevivência que, dia após dia, exigem ser renovados e repostos. Os artesãos, em troca, fabricantes de objetos duradouros, acumuláveis, que seus compradores muitas vezes legavam à posteridade, não 'trabalhavam', mas 'realizavam obras' nas quais podiam utilizar o 'trabalho' de homens de labuta chamados a cumprir as tarefas mais penosas, pouco qualificadas. Só os trabalhadores por jornada e os trabalhadores manuais eram pagos por seu 'trabalho'; os artesãos recebiam pela 'obra', conforme os parâmetros fixados pelos sindicatos profissionais de então, as corporações e as guildas (GORZ, 2007, p. 24).

Pelas suas características, o trabalho, no conceito contemporâneo, dá uma identidade social ao trabalhador, ao lhe garantir uma profissão, e o coloca em convivência com um coletivo de trabalhadores.

O trabalho socialmente remunerado e determinado (...) é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma 'sociedade dos trabalhadores', distinta de todas as demais que a precederam. (GORZ, 2007, p. 21)

Mas, para que o trabalho pudesse ser remunerado, seu custo precisava ser calculado e previsível, pois só dessa forma seria possível calcular o preço das mercadorias. Uma equação só é viável calculando o tempo gasto pelo trabalhador entendido no seu sentido geral, e não por um trabalhador em particular, e o seu rendimento. A remuneração do trabalho leva em conta esses dois elementos, mas parte do rendimento, ou seja, a produtividade do trabalho é transferida para a formação do capital. O trabalhador deixa de ser considerado como indivíduo, com suas singularidades, como o eram os artesãos, por exemplo, para ser uma peça em um processo de produção, onde quem produz não tem relação com o que é produzido. O trabalho (embora também remunerado) que não podia ser quantificado, como o dos

profissionais da educação, dos intelectuais e dos profissionais da fé, não era, no início da industrialização, considerado trabalho e permaneceria assim até o início do século XX.

Para dar maior eficiência ao trabalho, além tornar as atividades produtivas mais adaptadas a seus objetivos, a racionalidade econômica tratou de separar o trabalhador da produção, e o tempo do trabalho do tempo fora do trabalho. As tarefas foram subdivididas para permitir aumentar o ritmo da produção – e da dominação dos trabalhadores. Isso vai gerar um processo progressivo de especialização dos próprios meios de produção, com sua mecanização e, depois, automação.

E é dessa especialização, com a informatização e a robotização, que surgem os novos operários-controladores das fábricas modernas, que têm que dominar e controlar processos, tarefa que demanda outros saberes e habilidades, um trabalho em rede com outros controladores. São trabalhadores bem remunerados, uma elite profissional, cuja remuneração já não é mais calculada apenas em função do tempo gasto no desenvolvimento da atividade, mas de outras qualificações que não são quantificáveis já que integram aquilo conhecido como “capital humano”.

4.3 As características do trabalho imaterial

Basta olhar ao nosso redor para vermos que aquele capitalismo, com eixo nas grandes massas de capital material, está perdendo espaço cada vez mais por um capitalismo que vem sendo chamado de pós-moderno, que se apoia no capital imaterial ou capital humano. Embora coexistam na atualidade muitos modos de produção, mesmo nos países mais desenvolvidos, há uma mudança em curso que se reflete também no mundo do trabalho (Cf. Gorz, 2005, p. 15 e Castel, 2008, p. 513-514).

Se muda a forma como o capitalismo se reproduz, mudam também as características do trabalho que é um produto do capital. Na sociedade pós-industrial, ou Sociedade da Inteligência, as empresas passam a concentrar suas atividades naquilo que produz mais valor e vão empurrando para a periferia e para terceiros a produção material propriamente dita. Grandes fabricantes de produtos como computadores e telefones celulares, para ficar em dois segmentos de mercado, não têm mais fábricas. Toda a montagem é terceirizada. Diretamente só cuidam dos desenvolvimentos de novos produtos, de novas funcionalidades e, óbvio, da marca. Isso vale também para fabricantes de tênis, como a Nike, ou grifes de roupa.

Castel (2008) observa que a nova forma de produção das empresas tem que ser flexível não só para se ajustar a tarefas pontuais, mas para adaptar-se às flutuações da demanda:

Gestão de fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna). No primeiro caso, o cuidado de assumir as flutuações do mercado é confiado a empresas-satélites. Podem fazê-lo a custo de uma grande precariedade das condições de trabalho e de muito risco de desemprego. No segundo caso, a empresa se responsabiliza pela adaptação de seu pessoal às mudanças tecnológicas. Mas à custa da eliminação daqueles que não são capazes de chegar à altura dessas novas normas de excelência (CASTEL, 2008, p. 517-518).

Dentro dessa nova concepção de produção, dos trabalhadores empregados nas empresas que estão no centro do processo, as mais valorizadas e donas das marcas mais apreciadas pelos consumidores e mais consumidas, exigem-se habilidades muito diferentes das demandadas de um operário de linha de produção. Não só ele tem de ter habilidades específicas mais ligadas ao mundo da criação e do *marketing*, como tem que ter saberes vividos que lhe permitam trabalhar em equipe, enfrentar desafios, etc. Ele tem de ter o chamado capital humano.

Os colaboradores da empresa fazem parte de seu capital (...) Sua motivação, sua competência, sua capacidade de inovação e sua preocupação com os desejos do cliente constituem a matéria primeira dos serviços inovadores (...). Seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho (...). Este não será mais calculado pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores. (Excerto de uma comunicação de Norbert Bense, diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler, citado por GORZ, 2005, p.17).

Como se vê, o trabalho na indústria moderna passa por grandes mutações. Exige habilidades e comportamentos muito distantes daqueles demandados pela sociedade industrial e, por isso mesmo, a remuneração desses trabalhadores, que desenvolvem em grande parte trabalho imaterial, não é mais a medida do tempo gasto e da quantidade produzida.

Outra diferença relevante entre esses trabalhadores e aqueles da manufaturas ou de indústrias *taylorizadas* é que o trabalho imaterial não repousa só sobre o conhecimento desses trabalhadores. Ou seja, as empresas, na sociedade pós-industrial, passam a considerar como

capital humano as externalidades de seus funcionários, que elas não podem produzir sozinhas. Assim, o saber, particularmente o saber vivo, torna-se fonte importante da criação de valor. A separação entre o trabalhador e seu trabalho, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, é abolida no trabalho de cooperação em rede, pois os meios de produção passam a ser apropriáveis.

E as consequências desse fato têm grande repercussão na organização econômica e social do capitalismo cognitivo:

Os bens de informação, assim como o conhecimento, conjugados à revolução das novas tecnologias da informação e das comunicações, que se exprime de maneira globalizada na internet, violam regras da economia que acreditávamos imutáveis: a escassez de recursos, os custos de reprodução, a obsolescência pelo uso, a divisão técnica do trabalho material, a lei dos rendimentos decrescentes, o caráter rival, exclusivo e ilimitado da propriedade econômica (MOULIER-BOUTANG, 2003, p. 50).

É essa violação de regras fundantes do capitalismo que provoca a instabilidade do modelo econômico atual e aguça contradições, exploradas por movimentos como o do *software* livre e da produção de bens culturais sob licença livre.

4.4. Divisão entre trabalhadores na Sociedade do Conhecimento

O avanço da informatização nos processos de produção e da robotização nas linhas de produção, que estão na gênese do trabalhador pós-fordista, cujo trabalho não é remunerado mais apenas em função do tempo despendido, está produzindo uma ruptura, uma desintegração no interior da classe trabalhadora. Diversos autores (CASTEL, 2008; GORZ, 2007, e MOULIER-BOUTANG, 2003) observam que a especialização contínua, o avanço da produtividade, a mudança do conceito do que produz valor, a terceirização e a expulsão da produção material para a periferia da cadeia produtiva, estão criando, em todas as empresas desenvolvidas, uma camada de trabalhadores privilegiados, com emprego estável e bem remunerado, com excedentes para consumir cada vez mais, e uma massa de trabalhadores precarizados, mal pagos, com empregos temporários ou em tempo parcial.

Para enfrentar o desemprego, fruto dos períodos em que a economia para de se expandir, e da falta de consumo para os excedentes da produção que passam a ser controlados, ou em que a produção não se expande, pois a escassez é fonte de ampliação do valor de

mercadorias desejadas e consideradas raras, a lógica da acumulação capitalista forjou, além do núcleo de empregados estáveis da empresa, a mão-de-obra periférica e a mão-de-obra externa. A primeira é empregada nos trabalhos de escritório, de vigilância, de manutenção e teste das instalações, em número mais ou menos reduzido, mas não estável. As necessidades são completadas por terceirizados precários. Na segunda categoria, estão tanto trabalhadores altamente qualificados (pessoal de informática, especialistas em finanças), quanto pessoal sem nenhuma qualificação especial (limpeza, transporte, alimentação, etc.) e ainda a mão-de-obra flutuante de subcontratados. (Cf. GORZ, 2005, p. 68-77 e MOULIER-BOUTANG, 2003, p. 44-45)

Esse processo parece irreversível a Castel (2008), que se dedicou ao estudo da precarização do trabalho e da questão social a partir dos anos 1980, em especial na sociedade francesa.

O desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém ainda mais importante, sem dúvida. O contrato de trabalho por tempo indeterminado está em vias de perder a hegemonia [...] As 'formas particulares de emprego' que se desenvolvem recobrem uma infinidade de situações heterogêneas, contratos de trabalho por tempo determinado, interinidade, trabalho de tempo parcial e diferentes formas de 'empregos ajudados', isto é, mantidos pelos poderes públicos no quadro da luta contra o desemprego. (CASTEL, 2008, p. 514).

Os jovens são os mais atingidos, ou seja, os mais expostos ao desemprego e às novas formas de contrato de trabalho. Apesar de a pesquisa de Castel (2008) se apoiar em dados do mercado de trabalho na França, a realidade brasileira apresenta vários pontos de convergência no que se refere ao desemprego dos jovens. Só que lá o desemprego se dá sobre uma base que era de quase pleno emprego, portanto o que ocorreu foi a perda pelos trabalhadores do patamar social alcançado, enquanto aqui essas condições nunca existiram. Estudo⁶⁴ divulgado pelo Ipea, em janeiro de 2010, mostra que, no período de 1987 e 2007, o índice de desemprego entre os jovens na faixa de 16 a 20 anos passou de 7% para 20%; na faixa dos 21 aos 29 anos, saltou de 5% para 11%. Em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, 60,74% do total de desempregados no país. O desemprego nesta faixa etária é três vezes maior que entre adultos. Especialmente elevado (19,8%) era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam. Outro problema é a má qualidade do emprego oferecido aos

64 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/01/20/ipea-desemprego-triplicou-entre-os-jovens-259143.asp>

jovens. Segundo o livro "Juventude e políticas sociais no Brasil", do Ipea, 50% dos jovens entre 18 e 24 anos trabalham sem carteira assinada, assim como 30% da faixa entre 25 e 29 anos.

Nossos seis personagens são o retrato dessa realidade. No momento de seu depoimento, três deles, Cleber Jesus Santos, Fábio Lúcio e Meg Medeiros tinham emprego com carteira assinada. Os outros três viviam de bolsas por trabalho temporário, providas por programas governamentais.

Para superar essa dicotomia, Gorz (2007) chama a atenção dos sindicalistas e da esquerda sobre a necessidade de se construir uma coalizão que solidarize o máximo possível essa elite de trabalhadores com os demais trabalhadores precarizados e/ou desempregados, contra os próprios interesses dos primeiros. O autor observa que a revolução técnica em curso “será, em grande parte, aquilo que dela fizerem seus trabalhadores” (GORZ, 2007, p.71). Em sua visão, há saídas possíveis e uma delas, que formula detalhadamente, é a redução de jornada de trabalho escalonada, o que permitiria aumentar o número de empregos qualificados e reduzir, paulatinamente, o exército de trabalhadores precarizados. Mas para isso, lembra, é preciso um projeto político de uma nova sociedade.

Castel (2008) é mais cético, pois entende que as temáticas da precarização do trabalho, da vulnerabilidade, da exclusão social, da segregação a que estão condenados os excluídos do sistema de emprego e proteção social ameaçam as sociedades contemporâneas. E não se trata, em sua avaliação, de uma ameaça de fratura conjuntural:

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvida. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente. (CASTEL, 2008, p. 517).

Na leitura de Moulher-Boutang (2003) sobre o controle do trabalho no capitalismo cognitivo, a relação do trabalhador, mesmo do assalariado, com o emprego muda em função das alterações da organização das próprias empresas, que passam a ser muito dependentes das externalidades positivas. Em sua visão, a empresa deixa de ser o ponto fixo de referência, da mesma forma que já não o era para os que viviam à margem do trabalho assalariado, como os jovens, os precários, os que tinham trabalho intermitente.

A carreira de um assalariado não se define mais pela empresa no singular, por um ofício, uma competência, nem mesmo por uma trajetória unilinear, mas pela malha que, segundo seu grau de finura, é capaz de trazer de volta o emprego, passagens por várias empresas e qualificações, espaços de recuperação e maturação. (MOULIER-BOUTANG, 2003, p. 51).

A pesquisa de Gill (2007) mostra que, entre os que trabalham diretamente nas novas mídias decorrentes do desenvolvimento da internet, a mobilidade entre as diferentes formas de trabalho, do assalariado ao precário ou autônomo, é ainda mais radical do que entre os trabalhadores de outros segmentos de mercado.

Trabalhadores na nova mídia mudam rapidamente entre diferentes tipos de trabalho – algumas vezes estão como *free lancers*, outras trabalhando para uma empresa e em outros tempos desenvolvendo seu próprio negócio. Alguns combinam mais de uma forma, dividindo suas semanas entre elas. A natureza informal do campo é central para entender as biografias individuais de trabalho. Só 2% dos empregos e/ou oportunidades de trabalho discutidas nas entrevistas foram obtidos por meios tradicionais (isto é, respondendo a anúncios de emprego). As oportunidades restantes foram obtidas através de contatos pessoais por indicação de professores, colegas de escola, clientes, amigos e redes. O que conduz a um tipo de ‘sociabilidade compulsória’ na qual a rede de relações é a norma, e quem não tem os contatos certos pode ficar em desvantagem. (GILL, 2007, p. 6)

A natureza informal do trabalho nas novas mídias, constatada na pesquisa de Gill, também é característica encontrada no depoimento de nossos personagens. Cleber teve seu primeiro emprego de carteira assinada por indicação de Federico Vasquez, que conheceu no telecentro da Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo, onde era monitor. Federico desenvolvia lá trabalho voluntário na área de mídia comunitária. Foi Federico quem o indicou à Câmara Americana de Comércio, onde Cleber trabalhou como suporte de rede e programador. Meg Medeiros foi chamada a trabalhar no *blog* do publicitário baiano Duda Mendonça por uma professora de fotografia da Kabum, onde fez o curso de vídeo, e quando o *blog* fechou o próprio Duda a indicou para trabalhar na produtora Malagueta, onde seu filho era um dos sócios. Clerisson Luís dos Santos, o Teddy, foi convidado a usar o estúdio da Teia Casa de Criação, de São Carlos (SP), pelo seu diretor, a quem conheceu através de amigos comuns. Aprendeu a editar áudio em *software* livre e se tornou responsável pelo estúdio, como monitor remunerado do Pontão Nós Digitais.

4.5 As contradições do capitalismo do saber

Como já se viu, o saber não é uma mercadoria qualquer cuja equivalência possa ser medida pelo trabalho nela contido. Seu valor não é determinável. Além disso, o saber que pode ser codificado, e neste caso ele é chamado de conhecimento e, diferentemente dos saberes não codificados, pode ser reproduzido indefinidamente a um custo marginal e traz em si, como assinala Gorz (2005), o germe da destruição de uma das essências do capitalismo – a regulação da reprodução em benefício dos donos da mercadoria, mesmo que a do conhecimento, e o controle da reprodução para evitar a abundância e a queda de valor. A possibilidade de reprodução infinita a partir da codificação, essência do capitalismo cognitivo, tende a acabar com a privatização do saber.

É para evitar que isso ocorra que a indústria cultural, associada à indústria de informática e telecomunicações, e a indústria da internet vêm desenvolvendo modelos para fechar seus conteúdos em “ilhas” na internet, mantendo os conteúdos acessíveis apenas aos seus clientes. Ou seja, estendendo a privatização do saber para o mundo da internet.

Em decorrência de suas incoerências e contradições internas, o capitalismo do saber parece extremamente instável, vulnerável e marcado por conflitos culturais e antagonismos sociais. Mas é exatamente esta instabilidade que lhe possibilita progredir em direções opostas. Não se trata apenas de um capitalismo suscetível a crises; trata-se da crise do próprio capitalismo, que abala as estruturas profundas da sociedade. (GORZ, 2005, p.59)

Na visão do autor, a crise da bolha da internet, em 2001, foi um dos sintomas dessa crise maior, da dificuldade que o capitalismo enfrenta para transformar em valor monetário o valor não mensurável do trabalho imaterial ou do “capital imaterial”. Outro sintoma apontado por ele é o espaço privilegiado que as corporações passaram a dar ao capital humano em suas estruturas funcionais e de remuneração. Assim, observa, o capitalismo chegou, por meio do desenvolvimento das próprias forças produtivas, a uma fronteira que, se vencida, limitará o capitalismo em relação ao que poderá extrair de suas potencialidades, a não ser que se volte rumo a uma outra economia, a um outro modelo econômico.

Na mesma linha, Lazzarato (2003) observa que a impossibilidade da “submissão” real do conhecimento ao capital é talvez a mais importante contradição do capitalismo pós-fordista. Na teoria de Marx, uma vez operada a separação dos meios de produção e da força de trabalho – e tal separação só é possível se o 'trabalho vivo' é assumido como simples

dispêndio do trabalho abstrato ou útil –, o processo de trabalho e o processo de valorização coincidem perfeitamente.

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso. Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de tal espécie. Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra. ‘Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza’”. (MARX, 1971, P. 46)

Trata-se da própria definição de submissão real.

É esta coincidência que hoje faz falta e que vai colocar problemas enormes para a apropriação capitalista, pois esses processos estão cindidos, logicamente, em dois: a valorização, de um lado, e a produção (de conhecimentos), de outro. Produção e valorização estão mais ou menos separadas, segundo os setores de produção; elas estão mais ou menos planejadas, segundo o teor de conhecimentos nas produções, mas, mesmo quando a moeda como capital compra a força de trabalho para produzir conhecimentos, nunca se tem certeza de poder controlá-la à vontade. A moeda não pode mais representar – para falar como Marx – a potência do trabalho como uma potência sua, apenas pelo fato de que paga um salário (aliás, nos setores onde essa impossibilidade de submissão se manifesta, ela não paga um salário, mas participação nos lucros). A cooperação, na produção do conhecimento, não é mais uma função capitalista. O trabalho não tem mais necessidade de ser combinado pelo capital para ser produtivo, pois ele é socializado, e altamente socializado, ‘em si e para si’”. (LAZZARATO, 2003, p. 81)

Quem melhor pode se aproveitar dessas contradições intrínsecas do capitalismo cognitivo e buscar a superação em direção a uma outra economia, na visão de Lévy (1999), Gorz (2005) e Silveira e Cassino (2003), são os “artesãos” dos programas de computador e das redes livres. Eles, em geral, são contra a “privatização”, por meio dos direitos de propriedade, do acesso aos programas por eles desenvolvidos, que são patrimônio de todos. “Trata-se aqui de uma dissidência social e cultural que reivindica abertamente uma outra concepção da economia e da sociedade.” (GORZ, 2005, p. 63)

A disposição de se comunicar, de se socializar e de construir coletivamente através da rede não está limitada aos domínios dos programadores em *software* livre. São atributos também essenciais para os produtores dos conteúdos dos mais diversos, que usam as redes sociais na internet para postar suas produções e também acessam a rede para baixar conteúdos para seu consumo e entretenimento. O armazenamento descentralizado de arquivos e a sua

troca são a matéria-prima das redes *peer to peer*.

Mas o movimento libertário da produção compartilhada e do domínio público dos conteúdos disponíveis na rede enfrenta forte resistência da indústria cultural tradicional, especialmente da indústria de intermediação dos bens culturais, como as gravadoras e editoras, e dos produtores de programas e soluções proprietárias, como as gigantes Microsoft, Apple, BlackBerry, entre outras indústrias da informação, e das operadoras de telecomunicações, responsáveis pela infraestrutura de transporte das informações.

Especialmente a partir de 2009, cresceu o movimento, em diferentes países, em defesa dos direitos da propriedade intelectual e contra o *download* de arquivos protegidos por direito autoral, mesmo que para fins não comerciais. O movimento ganhou força na França, que, em setembro de 2009, conseguiu aprovar a chamada Lei Hadopi⁶⁵ (do francês Haute Autorité pour la Diffusion des Oeuvres et la Protection des droits sur Internet), também conhecida como Lei Criação e Internet que visa punir as pessoas que baixarem conteúdo protegido por direitos autorais. Dentre outras coisas, a lei prevê a suspensão da conexão à internet dos usuários da internet que, depois de dois avisos, continuarem compartilhando conteúdos protegidos por *copyright*. A lei começou a ser colocada em prática em meados de setembro de 2010, quando o governo francês enviou para os provedores a primeira lista com as localizações de pessoas que fizeram *downloads* ilegais. Vários outros países seguiram o caminho da França como Inglaterra, Itália, Austrália e Estados Unidos. Estão discutindo ou aprovaram legislações de semelhante teor.

Em outro movimento para restringir a liberdade na rede e reagir a esses bolsões de resistência e de desenvolvimento de uma nova forma de produção de bens intangíveis – a produção compartilhada em rede de programas de computador, de música, de conteúdos audiovisuais diversos, de jogos –, grandes grupos de mídia e entretenimento estão tentando fechar todo seu conteúdo na rede para evitar remixagens, amostragens e troca de arquivos. Para isso, 58 corporações montaram um consórcio denominado Digital Entertainment Content Ecosystem (DECE) para criar um avançado sistema de gerenciamento de direitos autorais chamado Ultraviolet, que impede a cópia. A idéia é criar uma plataforma única onde o internauta terá uma conta gratuita para gerenciar seus conteúdos, os quais não poderá baixar para equipamentos que não sejam os de integrantes do consórcio, nem compartilhar os conteúdos com quem não integra a plataforma, ou seja, não pagou por eles. O objetivo é criar uma nuvem fechada na internet, da mesma forma que já o são as lojas de aplicativos para

65 Lei 1311/2009, disponível em <http://www.hadopi.fr/actualites/textes-de-reference/textes-legislatifs.html>

terminais com *software* fechado, como o iPhone e iPad da Apple, para ficar num exemplo. Em artigo sobre o Ultraviolet, alerta o sociólogo Sergio Amadeu da Silveira (2010):

A criatividade e a diversidade cultural estão cada vez mais ameaçadas por esses cerceamentos digitais. A internet permitiu a grande circulação de conteúdos digitais que libertaram a música, o vídeo e o texto de seus suportes. Esta qualidade do digital permitiu o surgimento de repositórios de recombinação de peças culturais. Em paralelo, a emergência das redes de relacionamento ou redes sociais acelerou os processos de trocas, amostragens e distribuição de bens culturais. A indústria cultural, que busca concentrar as atenções dos internautas em seus produtos, tem pouco interesse na diversidade. Ultraviolet é mais uma tentativa de uso da criptografia e codificação de dados para bloquear a cópia de conteúdos que possam ser retrabalhados pela crescente audiência criativa da rede. Uma boa parte das pessoas não se contenta em apenas assistir ou ler algo. Querem brincar ativamente com esses conteúdos. Isso deveria ser incentivado ao invés de sitiado. (SILVEIRA, 2010A, p.47)

A pressão dos diferentes segmentos da indústria cultural, de entretenimento e de telecomunicações contra a internet tem múltiplas frentes. De seu lado, a indústria das telecomunicações, sob o argumento de que não consegue “financiar” o desenvolvimento da infraestrutura da internet, pressionada pelo aumento exponencial do tráfego de dados e imagens, sem cobrar por isso, quer criar serviços diferenciados na rede. Ela é a grande patrocinadora das discussões que acontecem no âmbito na União Europeia e que provocaram uma grande polêmica nos Estados Unidos. Em uma decisão histórica, após quase dois anos de debates, a Federal Communications Commission, dos Estados Unidos, aprovou, no final de dezembro de 2010, um conjunto de regras⁶⁶ para garantir a abertura e a liberdade na rede (*net neutrality*), que proíbem o pagamento por prioridade na rede e a discriminação de tráfego de qualquer pacote legal, a não ser dentro de regras razoáveis de gerenciamento de tráfego. Mas as regras, como pregavam, em documento divulgado em junho de 2010, a Google e a Verizon⁶⁷, dois gigantes da internet – uma de busca de conteúdos, outra de acesso –, contemplam apenas as plataformas de acesso em banda larga fixa (cabo e DSL). Os acessos móveis, que representam hoje a maior parte dos acessos nos países desenvolvidos, ficaram fora das proteções estabelecidas. As novas regras também permitem que os provedores de serviços prestem serviços especializados remunerados, como os de voz e vídeo sobre o

66 Disponível em: <http://www.fcc.gov/Daily_Releases/Daily_Business/2010/db1221/DOC-303745A1.doc>. Acessado em 15 jan 2011.

67 Finding Common Ground on an Open Internet, disponível em <<http://policyblog.verizon.com/BlogPost/675/FindingCommonGroundonanOpenInternet.aspx>>. Acessado em 15 jan 2011.

protocolo IP, também motivo de crítica dos defensores da liberdade na rede.

Os diversos movimentos contra a internet, de governos e da indústria, acenderam o alerta amarelo para Tim Bernes-Lee, o criador da web. Em artigo na revista *Scientific American*⁶⁸, publicado em novembro de 2010, ele alerta que empresas estariam, cada vez mais, desenvolvendo “produtos fechados” e “ilhas de informação” (aplicativos e plataformas de redes sociais); governos autoritários, por sua vez, estariam monitorando e restringindo o uso da internet; e provedores de internet, ameaçando favorecer ou desfavorecer um *site*. A internet estaria ficando mais fragmentada e menos universal. Um enorme risco, segundo ele, não só à revolução digital, mas ao desenvolvimento da prosperidade da humanidade e de sua liberdade.

Não é possível prever qual será o desfecho desse embate. De um lado, as forças dos poderes econômico e político; de outro, os militantes da liberdade na internet que contam com sua capacidade de mobilização de milhões e com as armas que a própria internet, uma rede criada sobre protocolos que deixam rastro, lhes munícia para atacar os seus alvos, como tirar sites estratégicos do ar. Gorz (2005) vê nesse embate uma centelha de esperança. Ele diz que não é possível saber se um dos importantes atores da reação ao controle da internet, os “artesãos” de programas de computador, vai ter sucesso, se o movimento do *software* livre vai se afirmar e dar o passo adiante na construção de uma nova economia. Mas vê aí uma possibilidade de que esse “neoproletariado” realize o ideal da modernidade, “expresso em sua forma mais acabada na utopia marxiana da coincidência entre o trabalho social e a atividade pessoal” (2007, p. 38), que as experiências socialistas não conseguiram realizar em todos os lugares onde tentaram colocá-lo em prática.

68 Long Live the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality, disponível em <<http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web>>. Acessado em 8 jan 2011.

5 O SOFTWARE LIVRE

Instalado no centro da economia da informação, o *software* tem presença fundamental também na cultura, na vida social e, cada vez mais, na política. Como intermediário da inteligência humana na sociedade em rede, Silveira (2009, p.252) diz que “adquire o status da linguagem básica de convívio entre as pessoas”.

Para onde se olha, há *software*. Está no controle dos aviões, dos equipamentos domésticos, não deixa faltar dinheiro nos caixas eletrônicos nem mercadorias nas prateleiras dos supermercados, aciona e faz parar os robôs nas linhas de montagem. Mecanismos de busca na internet, sistemas de localização, sistemas de gerenciamento, de mensagens instantâneas e plataformas que permitem escrever outros programas – tudo é *software*. Por isso, muito apropriadamente, Manovich (2008, p.3, tradução nossa) diz que “o *software* é o elo que cola tudo”.

Com o advento dos computadores pessoais e a padronização do *hardware* em arquiteturas abertas – até então cada máquina precisava de um programa específico –, a indústria do *software* ganhou novo impulso. Com a compatibilidade, estava aberto o caminho para a consolidação de sistemas operacionais (os proprietários, da indústria que opera sob licença comercial, como Microsoft e Apple, e os desenvolvidos sob licenças livres) e para o desenvolvimento de milhares de aplicativos que rodam sobre eles.

Não é por outro motivo que as empresas de *software*, ou mais amplamente de Tecnologia da Informação (TI), assumiram a liderança e estão entre as mais valorizadas do mercado. Como observa Manovich (2008), no início dos anos 1990, as marcas mais importantes eram das empresas que produziam mercadorias fisicamente processadas. Na virada do século XX para o XXI, esse cenário começou a mudar com a ascensão das empresas de TI. Na atualidade, as marcas mais valorizadas são das empresas que processam informação. Google, Yahoo! e Microsoft estão entre as marcas mundiais mais reconhecidas. As empresas de TI são notícia diária na mídia norte-americana, europeia, asiática e mesmo na brasileira, nesta em menor medida.

As empresas de TI também estão entre aquelas mais negociadas em bolsa e mais valorizadas, como mostram as cotações publicadas diariamente pelos jornais e *sites* de negócios. Em 28 de dezembro de 2010, segundo o *site* do jornal El País⁶⁹, a Apple ultrapassou

69 Disponível em:

a Petrochina em valor de mercado, tornando-se a segunda maior empresa do mundo. Sua valorização atingiu US\$ 298 bilhões, contra os US\$ 368 bilhões da primeira colocada, a empresa de petróleo norte-americana Exxon Mobil.

As empresas de TI não só estão entre as marcas mais admiradas e com forte desempenho nas bolsas, como estão invadindo outros terrenos como o das telecomunicações. É sintomático que no Mobile World Congress 2010, realizado em Barcelona, em fevereiro desse mesmo ano, empresas de TI tenham ocupado lugar de destaque. Maior evento de comunicações móveis do mundo, o MWC não é mais palco apenas das grandes operadoras mundiais e fabricantes como Nokia, Motorola e Huawei. De acordo com o noticiário de cobertura do evento⁷⁰, dois dos mais importantes destaques foram Steve Ballmer, presidente da Microsoft, que apresentou seu novo sistema operacional para celulares, e Eric Schmidt, chefe da Google, líder mundial da internet. Sem falar no fato de Steve Jobs, presidente da Apple, ter recebido o prêmio de Personalidade do Ano da indústria móvel, concedido pela GSM Association.

Na visão de Manovich (2008), a parte mais visível do enorme universo do *software* são os *softwares* culturais, manuseados por centenas de milhões de pessoas e que carregam átomos de cultura, mídia, informações. Nessa categoria encontram-se desde os processadores de texto, *softwares* gráficos e de edição, até mecanismos de busca, programas de mensagem instantânea, etc.

Trata-se da parte mais visível porque os programas “culturais” são manipulados diariamente por milhões de pessoas, os usuários dos computadores pessoais e de internet, que navegam na rede e participam de muitas redes sociais. E esses programas são usados não só para apreender os conteúdos existentes, mas para produzir novos conteúdos culturais, seja na forma de texto, de áudio ou de imagem, ou por meio de sua combinação. Na Sociedade da Informação, a produção do conteúdo se dá sobre o *software* e, assim, é muito pertinente a afirmação de Manovich (2008) de que “o *software* é o elo que cola tudo”. A produção de conteúdo de texto e audiovisual nada mais é do que a criação de novas mídias, como a internet e a TV digital, que são uma “repaginação” das velhas mídias e vão muito além, pois não são estáticas. Permitem a interatividade, o compartilhamento e, em muitas situações, a remixagem.

O modelo de desenvolvimento compartilhado tem gerado criações e inovações de

http://www.elpais.com/articulo/economia/Apple/supera/Petrochina/convierte/segunda/empresa/mundo/mayor/valor/Bolsa/elpepueco/20101228elpepueco_4/Tes>. Acessado em 15 jan 2011.

70 Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/14072>>. Acessado em 15 jan 2011.

impacto colossal, especialmente na área do *software* de código-aberto. Só a comunidade Debian, que desenvolve e distribui uma versão do sistema operacional GNU/Linux, reúne mais de 1,5 mil desenvolvedores espalhados pelo mundo todo. De acordo o *site* SourceForge⁷¹, a principal fonte para o desenvolvimento e distribuição de *software* em código aberto, 2,7 milhões de *hackers* desenvolveram *software* sobre 260 mil projetos (dados do final de dezembro de 2010) usando suas plataformas. Com esses projetos, o diretório do *site*, que registra uma média de 2 milhões de *downloads*/dia, já conectou mais de 46 milhões de consumidores. Os dados de acesso e desenvolvimento de projetos são atualizados diariamente.

Como observa Silveira (2009), o movimento colaborativo de desenvolvimento do *software* livre tem contaminado outras áreas da produção simbólica e cultural.

O Creative Commons é um exemplo dessa irradiação contrária ao atual modelo hegemônico de propriedade dos bens intangíveis que, inspirado pelo movimento do *software* livre, avançou para a produção de outros bens culturais, tais como a música, a literatura e as artes. Preocupados com a redução do ritmo de crescimento do domínio público, devido ao enrijecimento das legislações de propriedade intelectual, o movimento jurídico-cultural do Creative Commons quer gerar um licenciamento de bens culturais que seja mais permissivo e assegure a liberdade ao conhecimento e à circulação de ideias. Mais de um milhão de criações, principalmente músicas, em janeiro de 2005, já estavam licenciadas no modelo Creative Commons. (SILVEIRA, 2009, p. 208)

Em dezembro de 2009, eram ao redor de 350 milhões de criações licenciadas no modelo Creative Commons⁷², ou seja, criações que podem ser “consumidas” sem pagamento de direito de propriedade intelectual, ser alteradas e gerar um novo bem cultural.

5.1 As origens

O *software* de código aberto é um produto da internet. Sua gênese nasce do desejo de grande parte dos desenvolvedores envolvidos com o mundo dos computadores, especialmente nos laboratórios universitários, de ter um sistema operacional desenvolvido colaborativamente, capaz de rodar em todos os tipos de computadores e, ao mesmo tempo, de

71 Disponível em: <<http://sourceforge.net/about>>. Acessado em 15 jan 2011.

72 Disponível em: <<http://wiki.creativecommons.org/Metrics>>. Acessado em 15 jan 2011.

conectar os servidores à internet. O sistema operacional Unix proporcionava essas condições. Desenvolvido por Ken Thompson do Laboratórios Bell, em 1969, o Unix teve seu código fonte tornado disponível no seu processo de desenvolvimento inicial. Isso permitiu que outros grupos de pesquisa, como o Computer System Research Group, da Universidade de Berkeley, aperfeiçoassem o sistema. No final dos anos 1970, foi criado o Berkeley Software Distribution (BSD), o mais avançado sistema operacional da época.

O Unix tornou-se um ambiente de *software* para todo tipo de sistema, libertando assim os programadores da necessidade de inventar linguagens específicas para cada máquina: o *software* se tornou portátil, o que permitiu a comunicação entre computadores e a programação de computador cumulativa. (CASTELLS, 2003, p. 39)

Aguiar (2009) relata que o movimento do *software* livre, como um movimento político de base tecnológica, surge em 1984, quando Richard Stallman, programador do Laboratório de Inteligência Artificial do Massachusetts Institute of Technology (MIT), reagiu à decisão da AT&T de reivindicar os direitos de propriedade sobre o sistema operacional Unix, fechando seu código-fonte. Stallman, juntamente com um grupo de programadores, inicia, então, o desenvolvimento de um outro sistema operacional, inspirado no Unix, que foi batizado com a sigla GNU (um acrônimo recursivo para “GNU is not Unix”). Paralelamente, Stallman criou a Free Software Foundation, responsável pelo desenvolvimento do arcabouço jurídico que garante a abertura do código-fonte, a plena liberdade de uso, aperfeiçoamento e distribuição da tecnologia. A lógica do *copyright* (direito de propriedade do autor sobre sua obra) foi substituída pela lógica do *copyleft* (característica de determinadas licenças livres, como a General Public License [GPL] e algumas licenças da Creative Commons, que obrigam que outros distribuam obras derivadas somente sob uma licença livre idêntica à que rege a obra originária).

O sistema operacional de Stallman demorou muito para ficar pronto. Uma das partes centrais do projeto GNU, o Kernel (o pacote mais importante do sistema, seu coração) HURD, só funcionou, efetivamente, em 1996. Nesse intervalo de tempo, o universitário finlandês Linus Torvalds, em 1991, decidiu dedicar seu trabalho de conclusão de curso ao desenvolvimento de um Kernel para usar o sistema operacional Unix em um microcomputador (PC 386 da Intel). Tomou como referência o próprio Kernel do Unix. Para superar as dificuldades encontradas no desenvolvimento, divulgou o código-fonte em um *newsgroup* da internet e obteve uma extraordinária colaboração vinda de diferentes partes do

planeta. Surgia o GNU/Linux, o popular sistema de código-aberto.

É importante registrar que há uma diferença conceitual entre o movimento do *software* livre e o movimento *open source*. Embora ambos desenvolvam programas da mesma maneira, o primeiro está associado ao conceito de liberdade e a uma visão de mundo que contesta a hegemonia da propriedade intelectual dos bens intangíveis, prega a colaboração e o compartilhamento, como observa Silveira (2009). A maior expressão desse movimento é Stallman (2002, p. 43), que assim resume sua posição: “*Software* livre é uma questão de liberdade e não de preço”.

Para se diferenciar dessa posição mais ideológica, as empresas que aderiram ao desenvolvimento de soluções abertas, caso da IBM, HP, Sun Microsystems (esta comprada pela Oracle), Novell, etc., preferem a expressão *open source*. A criação do conceito de *open source* (e as especificações de sua licença) ocorre em 1998, como uma divisão do movimento do *software livre*, e é atribuída por uns a Bruce Perens e, por outros, a ele e a Eric Raymond, que o consideravam mais adequado ao trabalho desenvolvido e entendiam que evitaria erros de interpretação já que *free*, em inglês, significa tanto livre quanto grátis. Além disso, para Raymond, o termo *free* poderia trazer associado um antagonismo com os direitos de propriedade intelectual. A iniciativa do Open Source tinha por objetivo afastar esse tipo de associação e torná-lo atraente aos investidores e executivos, graças “ao seu elevado grau de confiabilidade e baixo custo e melhores características.” (RAYMOND, 1999, p. 206, tradução nossa).

Para Stallman (2002), embora *software* livre e *open source* descrevam, mais ou menos, a mesma categoria de *software*, há uma diferença significativa entre os dois movimentos. “Alguns, que privilegiam este termo (*open source*), desejam evitar a confusão de ‘*free*’ com grátis, o que é um objetivo válido. Outros, no entanto, querem colocar de lado os princípios que motivaram o movimento do *software* livre e o projeto GNU, e atender aos apelos de executivos e empresas, muitos dos quais compartilham a ideologia que coloca o lucro acima da liberdade, da comunidade e dos princípios. Assim, a retórica do ‘*open source*’ foca no potencial de se fazer *software* de alta qualidade e desempenho, mas evita as ideais de liberdade, comunidade e princípios.” (STALLMAN, 2002, p. 32)

Software livre não é *software* grátis, como esclareceu Stallman (2002, p. 43) ao lançar o slogan “*Free as in free speech, not as in free beer*” (“Livre como livre expressão e não como cerveja grátis”, em tradução nossa). Não só *software* livre não é sinônimo de gratuidade – não se paga pela licença, mas uma implementação feita por terceiros custa o preço do serviço –, como há *softwares* de uso gratuito que não são livres, pois não têm o código aberto.

O exemplo é o Hot Potatoes, um programa de construção de atividades da Half Baked Software, citado por Frederico Gonçalves Guimarães, gerente técnico do Centro de Recondicionamento de Computadores do Programa BH Digital, em reportagem da revista ARede⁷³.

A relação entre *software* livre e liberdade é o maior atributo de se trabalhar com *software* livre, segundo o depoimento de nossos personagens-autores. Darla Braga dos Santos explica assim a entrada do *software* livre em sua vida:

O que mudou? Eu acho que tudo, porque antes eu era dominada pela máquina e agora não, a gente não domina a máquina, mas tem um controle melhor, a gente sabe que está fazendo. Como a gente fala, o *software* proprietário deixa (o usuário) muito escravo, porque se dá um problema a gente não tem como resolver, fica muito dependente de outras pessoas. Mas agora não (...), eu consigo me virar sozinha por causa desse sistema, tanto que, depois que comecei a atuar no infocentro, eu já tirei o *software* proprietário do meu computador (de casa), já instalei o *software* livre e consegui me libertar.⁷⁴

Também Fábio Lúcio de Souza chegou ao *software* livre porque frequentou programa público de inclusão digital, e hoje continua trabalhando em um deles. Ele destaca a importância da liberdade e da autonomia:

Eu passei a trabalhar com Linux no projeto, porque eles usam o Linux. As pessoas nos mostram como ele funciona. É melhor do que o Windows porque dá liberdade para desenvolver e aprender mais. Tem o código aberto que qualquer um pode mexer. Se tem problema, você consegue resolver mesmo tenha que pedir ajuda a outras pessoas, à comunidade. No Windows, você fica preso ao suporte da empresa. A filosofia do Linux está ligada a passar o conhecimento para a frente. Se você tem um problema, você coloca na rede e quem já teve um problema parecido tenta te ajudar. Você acessa pessoas diferentes, que são pessoas como você.⁷⁵

Liberdade é, ainda, expressão recorrente no depoimento de Clerrison Luís dos Santos:

O *software* livre me possibilita fazer as coisas, pois eu sei onde buscar ajuda, buscar suporte (...) O *software* livre me fez ver isso. Sabe, não é pelo fato (de não ter que pagar), que as pessoas confundem *software* livre com

73 DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patricia. Software livre: os desafios da gestão. In: Revista ARede, nº 46, Dezembro/2010, p. 13. Disponível em: < <http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/174-edicao-no-65-dezembro2010/3736-software-livreos-desafios-da-gestao>>. Acessado em 15 jan 2011.

74 Darla Braga dos Santos, em entrevista realizada em 28 de março de 2010, em Fortaleza, durante o evento Teia2010.

75 Fábio Lucio de Souza, em entrevista realizada em 19 de maio de 2010, em Belo Horizonte.

software grátis. Não é isso. Ele te dá suporte e liberdade para fazer as coisas, sem ter que ficar torrando a tua cabeça 'e seu eu não tiver capital não vou poder fazer?' O *software* livre deu asas à minha imaginação, mudou a minha vida.⁷⁶

Nos depoimentos acima, a liberdade que nossos jovens autores destacam no *software* livre é especialmente a liberdade tecnológica, a não dependência do suporte de um fornecedor, que passa a ser substituído pelo suporte de milhares de usuários e desenvolvedores de *software* livre que participam da rede.

5.2 Por que as pessoas colaboram?

O desenvolvimento dos *softwares* de código aberto é resultado da colaboração voluntária de centenas e até milhares de indivíduos. Isso permite uma aceleração no processo de desenvolvimento, pois, desde que colocou o código-fonte na rede, Torvalds percebeu que muitos usuários são *hackers* também, ou seja, “são capazes de diagnosticar problemas, sugerir correções e ajudar a melhorar o código muito mais rapidamente do que um programador ou até mesmo uma equipe técnica isolada, fechada”. (AGUIAR, 2009, p. 43) Foi esse modelo aberto de colaboração que permitiu, por exemplo, que mais de uma nova versão do Kernel Linux fosse lançada por dia.

Cleber Jesus Santos, um dos nossos personagens-autores, aprendeu a programar já em *software* livre. Mas quando começou a desenvolver seus primeiros programinhas em PHP, antes de 2006, imaginava que pudesse comercializá-los:

Eu tinha essa ideia, mas fui vendo que não tinha retorno, que a pessoa podia usar uma outra funcionalidade, e não o meu programinha, que funcionava da mesma forma. Foi aí que passei a colaborar. Eu pedia ajuda e me ajudavam sem cobrar nada. E, claro, você cobra por diversas coisas. Eu passei também a ajudar.⁷⁷

Hoje, existe um sem-número de comunidades, formadas no entorno de uma distribuição de *software*. Machado (2009) analisou as distribuições Slackware Linux, Ubuntu

⁷⁶ Clerrison, Luís dos Santos, o Teddy, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2010, em São Carlos.

⁷⁷ Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

Linux, Debian GNU/Linux e Fedora, todas com colaboradores no Brasil, e verificou que, apesar de suas especificidades e atributos próprios, todas se valem do modelo aberto e colaborativo, dinâmico e flexível, que tem por base a espontaneidade e o voluntarismo. Os colaboradores que assumem a liderança, formal ou informal, a conseguem com base no princípio da meritocracia. Em todas as distribuições está presente a cultura *hacker*, de desenvolvimento entre pares.

O que distingue as distribuições é sua forma de organização. Algumas são mais hierarquizadas, outras mais centralizadas. A organização se dá a partir de Conselhos, Líderes ou Constituições, ou mesmo “um ditador benevolente vitalício”. Mas o objetivo é sempre o aperfeiçoamento da distribuição, com a incorporação de inovação. E essa inovação tanto pode estar voltada para um objetivo específico, como a melhoria de uma interface gráfica para torná-la mais amigável ao usuário e, assim, universalizar o acesso, como para um objetivo genérico como aperfeiçoar o código-fonte. A organização e os objetivos mostram que o preceito de liberdade, presente em todas as distribuições, não impede que funcionem segundo determinadas regras e critérios.

A adesão a uma comunidade é simples. Em sua pesquisa junto a integrantes brasileiros dessas distribuições, Machado (2009) verificou que o único pré-requisito, de acordo com as respostas que colheu dos participantes, é ter boa vontade. Há comunidades onde os colaboradores gozam de total autonomia, em outras as contribuições são mais monitoradas pelos líderes.

De maneira geral, as comunidades estão envolvidas em relações de poder fundamentadas na cultura meritocrática e a liderança que nelas se estabelece está sujeita a avaliações pessoais por parte dos colaboradores – afinal, estamos falando de voluntários. Caso um líder tome uma atitude que não corresponda aos anseios e vontades da comunidade, os colaboradores podem resolver contribuir com outro projeto ou não mais contribuir. (MACHADO, 2009, p. 29)

O que leva as pessoas a colaborarem com uma comunidade, ainda de acordo com o levantamento de Machado (2009), são a busca pelo conhecimento, a vontade de se relacionar com outros desenvolvedores e fazer amizades, e o reconhecimento pessoal. Entre os motivos que levam os colaboradores a aderir a uma comunidade de *software* livre estão os de natureza técnica (a excelência do *software*), os de caráter social (independência em relação às licenças proprietárias e códigos-fonte proprietários, o que permite a apropriação do conhecimento e sua socialização) e os de natureza econômica (muitos não querem ou não podem pagar pelas licenças proprietárias). As duas primeiras razões prevalecem sobre a terceira.

Essas constatações sobre os motivos pelos quais os desenvolvedores colaboram espontaneamente corroboram as afirmações de estudiosos do tema, como Eric Raymond (2004), quando diz:

A função empreendedora que os *hackers* do Linux (por exemplo) estão maximizando não é a economia clássica, mas é a intangível satisfação do seu próprio ego e reputação entre outros *hackers*. Alguém pode chamar a sua motivação de ‘altruísta’, mas isso ignora o fato de que altruísmo é, em si mesmo, uma forma de satisfação do ego para um altruísta. (RAYMOND, 2004, p. 10)

De acordo com Aguiar (2009, p. 52), a dinâmica de trabalho empreendida pelos *hackers*, “estando desvinculada de instituições compensatórias, requer outra forma de vínculo social e adesão a um outro conjunto de valores que articulam, ao mesmo tempo, a reputação entre os pares com o prazer e a alegria do ato de criar”. Dentro dessa visão, a dinâmica empreendida na cultura *hacker* estaria associada à “cultura do dom”, apoiada na ação de receber, dar e retribuir.

Isso nos remete ao conceito da dádiva na sociedade moderna, o qual está vinculado a tudo que circula na sociedade e não está associado à esfera do mercado. Como conceitua Godbout (1999), a dádiva é “gratuita”, mesmo quando ela é retribuída, pois a retribuição não é cobrada, embora possa ser esperada como fortalecimento dos laços entre as pessoas. Trata-se da contra-dádiva de uma obrigação livre, ao contrário da visão mercantilista de retribuição obrigatória. Ela não pressupõe equivalência, base daquela. É uma troca indireta e generalizada que se opõe à troca direta e restrita. Em suma, a dádiva é gratuita, não no sentido de que não existe retorno, e sim no sentido de que o que circula não corresponde às regras da equivalência mercantil. A dádiva não é triste, permite um retorno imediato em prazer. A retribuição pode até ser esperada, mas não é necessária e, quanto mais surpreendente, maior o sentimento de compensação.

Reconhecimento, retorno agradável, compensação pessoal e emocional são as expressões que Cleber Jesus Santos usa para explicar o que sente ao colaborar e ao ver o resultado de sua colaboração:

No FISL do ano passado (Fórum Internacional do Software Livre de 2009), um rapaz me disse: ‘Você é o Cleber? Eu estou usando um produto que você fez, o Slide Show’. O *site* da Câmara Municipal de Vassouras (RJ) foi desenvolvido em Zope Plone e o desenvolvedor agregou um produto que eu criei, o Slide Show, basicamente para passar imagens e notícias (...) Então, isso é um retorno agradável para mim, é reconhecimento, as pessoas te

conhecem por aquilo que você faz.⁷⁸

E é esse sentimento que anima os colaboradores das comunidades de *software* livre. Goudbout (1999) observa que essa circulação de bens e serviços de base voluntária é uma característica da sociedade moderna, que, hoje, encontra suas melhores expressões no seio das comunidades de *software* livre e dentro dos movimentos e iniciativas do Terceiro Setor. Na sociedade contemporânea, temos uma miríade de exemplos de trabalhos voluntários e engajamentos associativos por todas as partes do mundo. “E é esse caráter livre (isto é, não-contratual ou obrigado) dos serviços prestados por pessoas não remuneradas para fins não-lucrativos que aproxima esse universo de organizações do ‘espírito da dádiva’”. (AGUIAR, 2009, p. 56)

Com frequência, se escuta de pessoas que conhecem pouco o mundo do *software* livre que a maior parte da colaboração voluntária só ocorre porque os colaboradores têm interesses, seja no desenvolvimento de um trabalho remunerado que realizam diretamente ou indiretamente, seja no desenvolvimento de sua própria capacitação. O segundo fato é verdadeiro e é constatado efetivamente nas pesquisas e levantamentos realizados, como no de Machado (2009). Quanto ao primeiro, pesquisa realizada por Lakhani e Wolf (2005 apud AGUIAR, 2009), desqualifica as afirmações de ganhos diretos da colaboração. Segundo dados da pesquisa realizada com amostra de 684 *hackers*, só 13% deles colaboravam profissionalmente. No caso do projeto GNU Network Object Model Environment, conhecido pela sigla GNOME, o percentual de colaboradores remunerados era de 15%, de acordo com levantamento de Aguiar (2009).

Disso se pode concluir que, nas comunidades de *software* livre, existe um engajamento não-contratual associado a uma forma de circulação de bens que difere totalmente das organizações ligadas ao mercado ou ao Estado, pois não está vinculado ao retorno financeiro. O que importa é a auto-satisfação, o sentimento da colaboração. A colaboração se dá

... num sistema de troca e compartilhamento tecnológico em que os agentes buscam afastar-se voluntariamente da equivalência, em que a retribuição não é uma necessidade – por mais que ela exista. O código e o tempo de trabalho são doados não para se receber algo em troca, mas para que outros compartilhem e continuem doando também. Essa é a ‘regra de ouro’, relatada por Richard Stallman (2002) no início do projeto GNU. Dessa forma, as relações dentro dessa organização são regras regidas por algo que pode ser definido como um processo não-contratual de dívida mútua e positiva entre membros. De forma ainda direta, trata-se de uma nova expressão da dádiva moderna: um sistema de dádiva mediada por

78 Cleber Jesus Santos, em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo.

computador, tanto na natureza como no modo de funcionamento e organização do trabalho. (AGUIAR, 2009, p. 73).

É o engajamento dos participantes nas comunidades de *software* livre, o sentimento de pertencimento, colaboração e satisfação em dar e receber que configuram a dádiva medida por computador.

5.3 O software livre nos projetos públicos brasileiros

A partir dos anos 1990 e, especialmente, a partir do início desta década, multiplicaram-se no Brasil os projetos de inclusão digital, patrocinados por governos e entidades do Terceiro Setor. Sua gênese está na compreensão da importância da comunicação mediada por computador na sociedade pós-industrial, onde a informação é cada vez mais a mercadoria de maior valor, e na constatação de que a exclusão do acesso à rede tende a acelerar as desigualdades sociais e econômicas e reduzir a já inferior competitividade dos países em desenvolvimento ou atrasados.

Assim, os projetos de inclusão digital têm como unidade básica os pontos coletivos de acesso público à internet, voltados em sua enorme maioria a populações de baixa renda, especialmente jovens, que não têm a possibilidade de ter, em casa, computador conectado à internet. Não existe um modelo único. Boa parte dos projetos dá mais relevância aos aspectos relacionados à profissionalização dos usuários (alfabetização digital), à educação ou à geração de negócios entre as comunidades carentes, como centro do programa de inclusão digital. Outros se preocupam mais em oferecer à comunidade o acesso livre à rede e em preparar os usuários para poder se apropriar de forma mais autônoma das possibilidades oferecidas pelo acesso à rede mundial. A idéia por trás desses projetos, como observa Silveira (2008), é a de que o maior objetivo da inclusão digital é assegurar o direito à comunicação, um direito fundamental da cidadania.

Um dos elementos comuns à maioria dos projetos financiados por governos é, hoje, o uso de *software* livre. O *software* livre foi introduzido em um programa de inclusão digital no Brasil no final dos anos 1990, no Rio Grande do Sul e, de lá para cá, seu uso foi se expandindo. O ACESSA São Paulo, programa do governo do Estado de São Paulo, trocou o *software* proprietário Windows pelo Linux, em 2005. O Programa de Inclusão da Cidade de São Paulo, batizado projeto Telecentros, foi iniciado, em 2001, com máquinas *dual boot* (com

ambos os sistemas operacionais, Windows e Linux) e, em meados de 2002, optou pelo Linux. Cassino explica as razões da mudança:

Os *softwares* livres têm uma vantagem vital em relação aos proprietários: pelo fato de não ser necessário pagar pelas licenças, a pirataria não existe e é possível instalar vários programas similares nos computadores, mostrando ao cidadão que, em informática, o importante é conhecer os conceitos. Demonstramos isso na apostila, na qual ensinamos a usar o OpenWriter, o processador de texto do OpenOffice, mas nossos instrutores apontam aos usuários alternativas de editores, como o AbiWord e o StarWriter (do pacote StarOffice). (CASSINO, 2003, p.56)

Os programas do governo federal, todos eles, usam o sistema operacional Linux – trata-se da maior rede de telecentros, com mais de 10 mil unidades, que estão sendo expandidas este ano (2010) em mais 3 mil unidades. O movimento de adoção do *software* livre foi iniciado em 2003, no primeiro governo Lula, com o Programa Casa Brasil, que hoje integra o Telecentros.BR. Depois vieram o programa Computador para Todos, onde as máquinas com isenção fiscal tinham que conter uma sistema operacional e um pacote de aplicativos em *software* livre; e o desenvolvimento de uma suíte em *software* livre para telecentros pelo Serpro (estatal de processamento de informações, ligada ao Ministério da Fazenda), disponível no portal do Software Livre⁷⁹. O programa de doação de equipamentos do Banco do Brasil para telecentros em parceria com Terceiro Setor e prefeituras contempla o *software* livre. Trata-se de uma rede de mais de 1,5 mil telecentros. As redes próprias de telecentros do Serpro (275 unidades) e da Fundação Banco do Brasil (308 unidades)⁸⁰ são em *software* livre. Idem para as redes do Ministério de Desenvolvimento Agrário, da Secretaria da Pesca e do Ministério da Integração Social.

Os laboratórios de informática do ProInfo, do Ministério da Educação, certamente a rede mais capilarizada do país, com 63.546 laboratórios em dezembro de 2010, usam *software* livre. Tanto o *kit* para escolas urbanas (solução multiterminal com oito CPUs e 17 terminais de acesso, um servidor multimídia, uma impressora laser, dez estabilizadores, um ponto de acesso) quanto o *kit* para escolas rurais (solução multiterminal uma CPU, cinco terminais de acesso com monitor LCD, uma impressora jato de tinta, *wireless*) são distribuídos com o Linux Educacional 3.0. Em seu *site*, na página do ProInfo⁸¹, o MEC informa que “incentiva a utilização de *softwares* livres e produz conteúdos específicos para utilização na distribuição Linux que acompanha o laboratório, mas não proíbe a troca do sistema operacional por outros

79 Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/>

80 Anuário ARede de Inclusão Digital, 2009/2010, p. 72 e 64

81 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/perguntas_frequentes_proinfo1.pdf>. Acesso em 15 jan 2011

livres ou proprietários. Porém, no momento da solicitação do suporte técnico e uma possível reconfiguração do computador, a empresa está autorizada a desinstalar qualquer sistema operacional, programas e arquivos existentes, entregando o computador com a configuração inicial. Por isso, sugerimos que a escola realize *backups* e gravações periódicas do conteúdo armazenado nos microcomputadores”.

As máquinas dos *kits* telecentros do Ministério das Comunicações, já distribuídos a todas as prefeituras do Brasil, no primeiro contrato firmado (licitação vencida pela Positivo), e que agora vão atender ao Programa Telecentros.BR (licitação vencida pela CCE/Digibrás), são equipadas com o Metasys. Trata-se de “um conjunto de soluções tecnológicas baseadas em Linux”, como define a International Syst S.A, empresa criada em 2002, em Belo Horizonte, com recursos do Fundotec, que investe em empresas emergentes de base tecnológica. De acordo com reportagem publicada pela revista ARede⁸² sobre o uso do *software* livre nos programas públicos brasileiros de inclusão digital, na primeira licitação foram fornecidos 6,6 mil sistemas; na fase 2, prevista para ser concluída em setembro de 2011, serão mais 15 mil.

Também a rede de Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, com cerca de 5 mil unidades conveniadas com estados, municípios e entidades do Terceiro Setor, apoia-se em *software* livre. Este programa é a melhor expressão, entre as políticas públicas do país, de como o movimento colaborativo de desenvolvimento e uso do *software* livre vem contaminando outras áreas de produção simbólica e cultural. Equipados com *kits* multimídia em *software* livre, os Pontos de Cultura retroalimentam o movimento do *software* livre.

Os Pontos são diversos, alguns preferem o teatro, outros a dança, ou música, que pode ser erudita, popular, ou a mistura de ambas. Muitos estão nas grandes cidades, especialmente nas favelas e periferias, outros em pequenos municípios, em aldeias indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas. O único elemento comum a todos eles é o estúdio multimídia, pequeno equipamento para a edição de áudio e imagem, três computadores funcionando como ilha de edição em *software* livre, filmadora digital, pequeno equipamento de som para gravação musical e conexão por internet em banda larga. (TURINO, 2009, p. 14)

Marcelo Cardoso dos Santos, gestor do Ponto de Cultura Bankoma da Associação São Jorge da Gomeia, em Lauro de Freitas (BA), transformou-se em militante do *software* livre:

82 Lia Ribeiro DIAS e Patrícia CORNILS, Software livre: os desafios da gestão, ARede, nº 46, Dezembro/2010, p. 12. Disponível em: < <http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicoes-anteriores/174-edicao-no-65-dezembro2010/3736-software-livreos-desafios-da-gestao> >. Acesso em 14 jan 2011.

Dentro do programa Cultura Digital (do Ministério da Cultura) foi que eu conheci o *software* livre e junto com ele tive a oportunidade de conhecer a política de *software* que fala da colaboração, dessa liberação da facilidade de se comunicar em rede e compartilhar esses conhecimentos (...) Dentro do Ponto de Cultura, a gente montou uma ilha de edição que tinha a finalidade de resgatar a cultura do bairro através da captura da imagem e do som. Eu participei dessa oficina e, antes de terminar o primeiro acordo do Ponto de Cultura, eu já estava monitorando a oficina de audiovisual (...) No Ponto, o *software* é o Ubuntu (uma distribuição do Linux) e o programa de edição de vídeo é o Cinelerra.⁸³

Clerrison Luís dos Santos, o Teddy, responsável pelo estúdio em *software* livre do Pontão Nós Digitais, de São Carlos (SP), que faz a capacitação das equipes de outros Pontos de Cultura do estado, organizou, em outubro de 2009, o 1º Fórum Paulista de Cultura Digital naquela cidade e criou o Coletivo de Registro Colaborativo para documentar as atividades do programa Cultura Livre em todo o estado de São Paulo, de acordo com o perfil do projeto apresentado no Anuário ARede de Inclusão Digital 2010/2011⁸⁴.

Já Darla Braga dos Santos, monitora de um infocentro da rede NavegaPará, na periferia de Marabá, chegou ao Ponto de Cultura a partir de sua monitoria e militância em grupos de jovens.

Vamos agora fazer parte do Ponto de Cultura Galpão de Artes de Marabá – GAM, que trabalha com artes plásticas, teatro, esportes e também cultura digital. Eles viram que somos um grupo grande, com muitas ações e nos chamaram. Agora, foi aprovado o Pontão Pororó, que vai coordenar toda a Rede Carajás que foi pela qual eu vim (participar da Teia 2010, encontro dos Pontos de Cultura e demais programas do Ministério da Cultura).⁸⁵

A opção preferencial do governo Lula (2003-2010) pelo *software* livre, anunciada em maio 2003 pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu, em reunião do Comitê do Governo, foi assim explicada pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em pronunciamento na Cúpula da Sociedade da Informação, em Genebra, em 10 de dezembro de 2003, da qual participou como representante oficial do governo brasileiro:

O Brasil vê o ‘software’ livre como emblemático da Sociedade da Informação e de uma nova cultura de solidariedade e compartilhamento, um

83 Marcelo Cardoso dos Santos, em entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA.

84 Anuário ARede de Inclusão Digital 2010/2011, São Paulo: Momento Editorial, p. 84. Disponível em: <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/172-edicao-no-64-novembro2010/3583-anuario>>. Acessado em 15 jan 2011.

85 Darla Braga dos Santos, em entrevista realizada em 28 de março de 2010, em Fortaleza, durante o evento Teia2010.

instrumento para garantir o acesso e domínio por todos dessa linguagem universal. O desenvolvimento do ‘software’ livre necessita ser estimulado pelos diferentes atores: Governo, setor privado e sociedade civil. [...] Tão importante quanto garantir o acesso universal à rede mundial de computadores é capacitar as pessoas, e em especial as comunidades carentes, para a utilização plena das novas tecnologias de informações. O ‘software’ livre atende a tais necessidades, porquanto possibilita o trabalho em rede, permitindo a inclusão de grande número de pessoas em seu desenvolvimento, levando seus benefícios a amplos setores da sociedade,[...] O desenvolvimento de soluções baseadas em ‘software’ livre estimula a transferência de tecnologia entre indivíduos e países, e ilustra os princípios expressos na Declaração da Cúpula, segundo os quais os benefícios das tecnologias devem ser estendidos a muitos, não podendo permanecer como privilégio de poucos.

A construção de uma Sociedade da Informação inclusiva requer a consolidação de um conceito abrangente e flexível de propriedade intelectual, que leve em conta não somente a necessidade de proteção, mas também o imperativo da universalização do acesso, de modo a evitar a condenação dos países em desenvolvimento ao atraso e de suas populações à ignorância⁸⁶.

Como destaca Silveira (2004), que participou da formulação da preferência do governo Lula pelo *software* livre como presidente do Instituto de Tecnologia da Informação (ITI) e integrante do Comitê de Governo Eletrônico, os argumentos para a definição dessa política eram de ordem macroeconômica (economia de recursos e de remessa de *royalties*), de segurança (por ter o código aberto, o *software* livre pode ser auditado e alterado, quando necessário), de autonomia tecnológica e capacitação do país (possibilidade de alteração e adaptação dos programas e de participação dos desenvolvedores nacionais em projetos internacionais), de independência dos fornecedores (governos que optam por esse padrão ficam livres da submissão a uma empresa) e democrática (a limitação do acesso às TICs, que estão se consolidando como meio de expressão do conhecimento, da cultura e das transações econômicas, passa a ser entendida como uma violação aos direitos fundamentais do cidadão).

O cenário no âmbito dos programas estaduais de inclusão digital não é muito diferente do que ocorre no âmbito federal. São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pará – os maiores e mais bem estruturados programas estaduais de inclusão digital – também usam o Linux.

Quais as razões dessa escolha? A introdução do Linux nos programas públicos de inclusão digital foi defendida – as primeiras iniciativas enfrentaram forte resistência da

86 Pronunciamento do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da Cúpula da Sociedade da Informação, em Genebra, em 10 de dezembro de 2003, in Sergio Amadeu da SILVEIRA, *Software livre: a luta pela liberdade*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 44

sociedade (formuladores de políticas públicas, profissionais de TI e indústria de TI) em função da cultura dominante do *software* proprietário – como uma forma de reduzir os custos do projeto, com a economia do pagamento das licenças de uso do *software*.

A já citada reportagem da revista ARede mostra que, entre os pioneiros, a questão econômica era um forte argumento. Marcia Schuller, secretária municipal de Tecnologia da Informação e Inclusão da prefeitura de Novo Hamburgo (RS), foi responsável pela implantação dos primeiros telecentros da rede do Paranauegar, do Paraná, em 2003. Para ela o *software* livre traz a necessidade de compartilhar os desenvolvimentos para economizar recursos e customizar o sistema para adequar às necessidades do usuário, uma prefeitura, por exemplo. Diz Márcia:

Se fazia sentido usar *software* livre na administração pública pelas liberdades intrínsecas de um *software* de código aberto e pela economia de licenças, muito mais sentido fazia usá-lo num programa de inclusão digital onde você está formando as pessoas para usar as ferramentas de TI, o computador e a internet. O *software* livre ajuda na percepção do funcionamento da máquina, porque ele permite a customização, ou seja, que você faça sua máquina mais parecida contigo. O que eu percebi na minha experiência com telecentros é que as pessoas formadas em *software* livre ficam mais abertas a receber diversos tipos de serviços.⁸⁷

De acordo com a mesma reportagem, mais do que a economia com licenças proprietárias (a Microsoft tinha, como ainda tem hoje, uma política especial de preços para governo), o que levou o então analista de sistemas da Secti do estado da Bahia, Cristiano Barreto, a defender a adoção do *software* livre foi sua superioridade técnica:

Testei as duas plataformas e verifiquei que o Linux oferecia ganho de escala com baixo custo de manutenção, era mais estável e tinha um ambiente mais limpo, sem vírus e, por ser menos conhecido, limitava mais as alterações de configuração do sistema nas unidades, no momento em que o programa ia começar. Fiz uma defesa técnica e consegui apoio (...) O que pesou na decisão a favor do *software* livre foi o custo de gestão, a independência tecnológica e a adequação ao modelo do projeto.⁸⁸

As razões que fizeram o ACESSA São Paulo, programa de inclusão do governo do estado de São Paulo então com 159 postos, a migrar do Windows para o Linux em 2005 foram economia de custos (especialmente com a adoção de estações *diskless*), escalabilidade, eliminação dos problemas com vírus e customização, ainda de acordo com a revista ARede.

⁸⁷ Entrevista de Marcia Schuller, secretária municipal de Tecnologia da Informação e Inclusão da prefeitura de Novo Hamburgo (RS) na Revista ARede, nº 46, p. 12.

⁸⁸ Entrevista do analista de sistemas Cristiano Barreto. Ibidem.

Hoje são 605 postos em funcionamento, e o sistema ACESSA Livre, que inicialmente adotou o sistema operacional Conectiva, roda sobre o Ubuntu.

Além da customização – a cada versão o sistema tem mais a cara do programa, de acordo com Daniel Bellot, coordenador técnico, e toda a atualização é feita *online* –, uma das principais qualidades do sistema é permitir a comunicação permanente entre a do projeto e os postos, o que permite gerar dados de gestão. São pouco mais de 2 milhões de usuários desde 2001. Outra questão relevante na gestão do programa, apontada por Bellot, é o fato de a Prodesp, a empresa de processamento de dados do governo de São Paulo, parceira da Secretaria de Gestão no programa, ter uma equipe dedicada ao ACESSA SP.⁸⁹

O ACESSA Livre pertence à Prodesp, mas não tem licença proprietária. Não pode ser baixado pela internet; os interessados precisam solicitar o código à Prodesp. Segundo Bellot, a equipe do ACESSA assessorou o governo de Alagoas na implantação de seus telecentros e este ano cedeu o *software* ao governo daquele estado. (Revista ARede, nº 46, p. 14)

Justificativa primeira, a questão econômica que, sem dúvida, tem peso, passou a ser apenas uma das razões da adoção do *software* livre à medida em que os programas foram se expandindo e consolidando. Ao lado dela, ganhou igual valor o acesso ao código-fonte aberto e, com isso, a possibilidade de alterar suas características originais, aperfeiçoá-las e adequá-las às necessidades do usuário. Ou seja, a autonomia tecnológica do usuário, o que o transforma de mero consumidor de produtos de TI em desenvolvedor e produtor de conteúdos tecnológicos.

Ao analisar o uso do *software* livre no Programa de Inclusão Sociodigital desenvolvido pela Secti da Bahia, que conta com mil unidades cobrindo todos os municípios, Santos e Hetkowski (2008) destacam que sua utilização abre caminho para o desenvolvimento de tecnologias locais, no que se refere a programas de computador, e à valorização da mão-de-obra local. O programa baiano usa o sistema operacional Berimbau Linux; a gestão dos Centros Digitais de Cidadania é feita pelo ACESSA Berimbau; o sistema de orientação pedagógica é o Educ.Berimbau; e o Moodle Berimbau é o ambiente de aprendizagem colaborativa e interativa.

Para aqueles autores, o fundamental no *software* livre são as quatro liberdades que permite ao usuário exercer. Essas quatro liberdades, praticadas em conjunto, são a base da General Public License (GPL), da Free Software Foundation: 1) liberdade de executar o programa para qualquer propósito; 2) liberdade para estudar o programa e adaptá-lo às suas

89 Entrevista de Daniel Bellot, coordenador técnico do sistema ACESSA Livre. Ibidem.

próprias necessidades, ou seja, ter acesso ao seu código-fonte; 3) liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas; e 4) liberdade para aperfeiçoar o programa e liberá-lo para benefício da comunidade.

Já se registrou que *software* livre não é sinônimo de *software* gratuito. Como observa Silveira (2005), várias empresas brasileiras adotaram o modelo de distribuição gratuita de *software* e suporte pago. Os desenvolvedores cobram também por customização de programas para aplicações específicas. Portanto, o que caracteriza o *software* livre não é a gratuidade, mas as quatro liberdades intrínsecas ao tipo de licença sob a qual é distribuído, liberdades que, à exceção da primeira, não estão presentes no *software* proprietário.

Como a maioria dos programas públicos de inclusão digital do país adota o *software* livre, muitos jovens que estão sendo formados por eles, especialmente os monitores dos programas (todo telecentro conta com monitor responsável pela orientação ao usuário e pela manutenção dos equipamentos e da rede), são desenvolvedores de programas em código-aberto. Uma evidência da emergência desses novos profissionais do *software* livre foi dada pela pesquisa desenvolvida por Machado (2009) junto a membros brasileiros das comunidades Debian, Fedora, Slackware e Ubuntu. Ao perguntar por que optaram pelo *software* livre, muitos respondentes destacaram a autonomia tecnológica. E o autor observa que a incidência de respostas relacionadas às liberdades intrínsecas do *software* livre decorre do fato de muitos respondentes serem monitores de programas de inclusão digital e militantes do movimento de inclusão digital.

Nesse caso, o papel indutor do Estado é visível. Pretto (2008) destaca a importância das políticas públicas que favorecem a explosão da produção cultural e Silveira (2009, p. 215) observa que “a história da tecnologia e, particularmente, da internet, demonstra que o Estado teve papel fundamental não somente no financiamento de pesquisas do setor privado, mas também na condução e definição de tendências tecnológicas.”

Dos nossos personagens-autores, apenas Meg Medeiros não usa *software* livre. Não por opção. Toda a sua formação em informática básica e edição de conteúdos audiovisuais foi feita na Oi Kabum de Salvador, unidade que adota soluções proprietárias. Ela conta que domina os programas de edição, mas que não gosta da parte técnica. Ela gosta mesmo é de fazer roteiro e filmar. Seu depoimento:

Você se apaixona desde a ideia para um roteiro, uma produção. Você deseja tanto que aquilo aconteça, que quando olha e vê os planos (...) Este último filme que a gente fez, eu expliquei no dia do lançamento que o filme foi tão desejado, que quando a gente assistiu a gente viu exatamente o que foi

almejado. O último plano, por exemplo, é o plano do tiro, é exatamente aquilo que a gente pensou. A gente dorme e acorda pensando. É a sua realização.⁹⁰

Cleber Jesus Santos e Darla Braga dos Santos tiveram sua iniciação em informática básica no sistema operacional Windows e pacotes de escritório do Office, também da Microsoft. Mas, tão logo foram apresentados ao mundo do *software* livre, trataram de reformatar as máquinas que tinham em casa. Darla tinha, à época de seu depoimento, menos de um ano de convivência com o mundo do *software* livre. Cleber é militante conhecido e programador experimentado, e até já foi apresentado a Richard Stallman.

Marcelo Cardoso dos Santos, Clerisson Luís dos Santos, o Teddy, e Fábio Lúcio de Souza tiveram um ou outro contato com o *software* proprietário como usuários iniciantes, mas sua iniciação foi em *software* livre. São entusiastas do movimento. Marcelo e Teddy usam a comunicação em rede como meio de produção de conteúdos, música no caso de Teddy, vídeo no caso de Marcelo. Já Fábio ama programação e quer seguir os passos de Cleber. Diz ele:

Hoje, o Linux tem mais ganho no mercado de trabalho do que o Windows. Como eu trabalho com Linux desde 2006, eu procuro desenvolver mais esse conhecimento na faculdade. Estou trabalhando na tecnologia Linux Server Terminal Platform (LSTP), que permite você usar o servidor, onde fica o processamento, e as estações. Com isso você pode reaproveitar máquinas antigas como estações (pois o processamento está no servidor). É assim que montamos, no CRC, a configuração do *kit* que vai para os telecentros. [] Na faculdade, desde o primeiro período, tem um trabalho interdisciplinar que os alunos precisam fazer. É um projeto que vai sendo desenvolvido ao longo do curso. Eu convenci meus colegas a trabalhar com o LTSP, que é um projeto importante no ambiente da inclusão, porque trabalha com Linux e reaproveita as máquinas.⁹¹

A política pública de adoção do *software* livre tem importante repercussão na formação dos jovens, pois o uso do código aberto acaba com a dependência tecnológica de um único fornecedor de *software* proprietário, estimula a criatividade ao permitir personalizações da página do usuário, por exemplo, desperta o aluno para o trabalho colaborativo em rede e para a prática da dádiva.

90 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, em entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador.

91 Fabio Lucio de Souza, em entrevista realizada em 19 de maio de 2010, em Belo Horizonte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões da cidadania na sociedade atual não se limitam ao acesso à educação, à saúde, ao transporte, ao saneamento básico, à cultura, à participação política tradicional por meio da democracia representativa; à comunicação de massa unidirecional. Elas incluem demandas que nasceram no bojo da nova sociedade em que vivemos: a sociedade pós-industrial que se apoia na informação que flui através das redes de computadores interconectados globalmente. “Ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura”, afirma Castells (2003, p. 8). Por isso, como se viu, na dimensão de uma esfera pública conectada, conceito trabalhado por Benkler (2006), o acesso à comunicação em rede, interativa e multidirecional, é um dos preceitos da cidadania plena.

O direito à comunicação, desde a sociedade industrial, é reconhecido como um preceito fundamental da cidadania por organismos internacionais e pelas legislações de quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Seus objetivos são garantir a pluralidade de opiniões, a diversidade cultural, a não discriminação, a proteção da criança e do adolescente, o combate à violência. Na comunicação mediada por computador, a importância desse direito é crucial para o exercício da cidadania plena e para a inclusão social dos excluídos. Isto porque ao mesmo tempo em que a comunicação mediada por computador permite exercer o direito do acesso à informação que circula na rede, de se comunicar em rede, de produzir e compartilhar os mais diferentes conteúdos, ela é ferramenta de acesso para a apropriação de outros direitos, como a educação, a participação política por meio da esfera pública virtual e a própria inserção na estrutura produtiva e no comércio mundial.

Desse ponto de vista, a inclusão digital, que garante o acesso à esfera pública interconectada, é um elemento fundamental para o processo de inclusão social na Sociedade do Conhecimento. O conceito de inclusão social adotado neste trabalho é o que contempla não apenas o aspecto econômico, de inserção produtiva na sociedade, mas as dimensões cultural e ética. A exclusão social não diz respeito apenas à pobreza, mas à falta de acesso às garantias sociais e aos direitos do cidadão, entre os quais estão o direito à diferença (portanto, à não discriminação) e o direito à comunicação.

Importa também a qualidade da inclusão social, pois o processo chamado de exclusão não cria mais os pobres como eram conhecidos até tempos atrás. “Ele cria uma sociedade

paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 2009, p. 34). A inclusão digital, dentro do conceito adotado neste trabalho, contribui para qualificar positivamente a inclusão social na medida que procura desenvolver a consciência de cidadania nos alunos e as habilidades técnicas e intelectuais para transformá-los não só em meros consumidores de informação, mas em produtores de conteúdos.

A interrelação entre inclusão digital e inclusão social só ocorre quando a inclusão digital é entendida dentro de uma perspectiva ampla, quando contempla não apenas o direito de acesso ao computador conectado e à alfabetização básica em informática, mas desenvolve a consciência de cidadania e as habilidades de saber pesquisar conteúdos na internet, de se comunicar, de produzir e compartilhar conteúdos.

Independentemente das divergências sobre a melhor denominação para definir o processo de inclusão digital – e o seu oposto, a exclusão digital –, diferentes autores (WARSCHAUER, 2006; LÉVY, 1999, SILVEIRA, 2008; SCHWARZ, 2006) concordam em que o conceito acima descrito é o que melhor serve à causa da inclusão digital como parte do processo de inclusão social. Os depoimentos de nossos personagens-autores confirmam esse entendimento. Eles expõem, com clareza, a importância do desenvolvimento das habilidades acima descritas para permitir que os jovens, a partir do acesso ao computador conectado, não sejam apenas consumidores do que a rede oferece -- informação, diversão, relacionamento social --, mas possam se transformar em produtores dos mais diversos conteúdos e em profissionais das profissões que ganharam nova dimensão na sociedade interconectada ou que surgiram a partir do desenvolvimento da internet e das novas mídias. Estamos falando de programadores, *webdesigners*, agregadores de conteúdo, desenvolvedores de jogos, produtores de áudio e vídeo, entre muitas outras funções.

Este trabalho se diferencia da discussão em curso sobre o tema não no debate dos conceitos de inclusão social e digital, mas na confrontação dos conceitos teóricos com a realidade vivida no cotidiano dos jovens de baixa renda que estão se inserindo na Sociedade do Conhecimento, a partir de programas de inclusão digital desenvolvidos por governos e entidades da sociedade civil. Através dos depoimentos dos nossos personagens-autores foi possível perceber que dimensão os programas de inclusão digital devem ter, que conceitos devem adotar para despertar nos jovens seus talentos, suas capacidades intrínsecas, seu universo cultural. Isto numa sociedade onde o acesso à informação, aos mais diferentes conteúdos e bases de dados públicas e privadas, ao desenvolvimento compartilhado e às redes sociais está disponível para qualquer cidadão que tenha acesso à comunicação interconectada.

O caminho entre o acesso à informação a partir da rede mundial de computadores e a produção de conhecimento, individual ou coletiva a ser distribuída por essa mesma rede, não é simples nem linear. Os jovens de baixa renda enfrentam várias assimetrias em relação aos jovens que freqüentam boas escolas e têm computador e banda larga em casa. Além da falta de computador e de acesso à internet na maioria dos domicílios das classes C, D e E, os jovens de baixa renda têm que superar outras assimetrias como a deficiência de bagagem cultural e técnica. Mas os depoimentos de nossos jovens autores mostram que este caminho – entre o acesso à informação a partir da rede e a produção de conteúdo – pode ser percorrido, já que eles todos estão incluídos digitalmente. E vão além: são produtores de conteúdo na Sociedade do Conhecimento. Portanto, atingiram o que Schwarz (2006) classifica como emancipação digital e Silveira (2008), como inclusão digital autônoma.

“Produzir informação e conhecimento passa a ser, portanto, a condição para transformar a atual ordem social” (PRETTO, 2008, p. 78). A produção colaborativa em rede, o compartilhamento de informações e a remixagem de diferentes conteúdos (áudio, vídeo, textos, jogos, entre outros) são vitais para dar sustentabilidade à emancipação econômica, social e cultural dos cidadãos. E para consolidar sua inserção na Sociedade do Conhecimento.

A emancipação digital enfatiza a produção cultural e econômica para as redes informacionais, mas ela só pode acontecer a partir da infraestrutura tecnológica necessária para o acesso à rede. Assim, o melhor entendimento parece ser não a contraposição entre os conceitos de inclusão digital e emancipação digital, mas a sua complementariedade.

A inclusão digital autônoma só é possível em função da dinâmica da própria internet e da economia da informação em rede. De um lado, o que a internet faz é potencializar a comunicação em rede, expandindo-a para nível global, a partir da interconexão de computadores. Ao criar esse ambiente de comunicação interconectada, permite que todo cidadão que tenha acesso a ele possa trocar informações, pesquisar conteúdos dos mais diferentes tipos e procedências, participar de redes sociais, baixar e subir arquivos, participar de produções em rede, remixar e recriar conteúdos armazenados na rede, enfim, se relacionar, se divertir e produzir nesse novo ambiente.

De outro lado, a internet vem para reverter o bem-sucedido negócio da indústria da informação desenvolvido ao longo de décadas, baseado na concentração da produção e da distribuição. A internet é o primeiro meio de comunicação de massa moderno que descentraliza a estrutura de capital de produção e distribuição de informação, cultura e conhecimento. Isso porque o capital físico que embute a maior parte da inteligência na rede – o computador, os *softwares* e a banda larga -- está largamente difundido e na mão dos

internautas.

Na economia da informação da era industrial, os elevados investimentos em capital físico eram uma exigência para o sucesso do negócio. Na economia da informação em rede, o capital, com a queda dos preços dos computadores, da comunicação e do armazenamento, deixa de ser uma barreira. É isso que permite a expansão de uma expressiva produção descentralizada de informação, conteúdos culturais e conhecimento.

Como decorrência das novas oportunidades criadas pela comunicação em rede, pelo modo como se produz e se troca informações, conhecimento e cultura, registra-se um crescimento do papel do que Benkler (2006) batiza de não-mercado ou produção não-proprietária, realizada individualmente ou de forma cooperativa e compartilhada. Os campos onde essas novas formas de produção têm tido maior sucesso, como apontam Lévy (1999), Castels (2003) e Benkler (2006), são o desenvolvimento de *software* de código aberto, a produção de vídeo e de jogos *on-line* e as reportagens investigativas.

Esses são alguns dos campos de produção do capital imaterial, que cada vez conquista mais espaço na economia pós-industrial, em detrimento daquele capitalismo com eixo nas grandes massas de capital material. Embora coexistam na atualidade muitos modos de produção, mesmo nos países mais desenvolvidos, há uma mudança em curso que se reflete também no mundo do trabalho.

O saber, base do capital imaterial e do capitalismo cognitivo, não só não é uma mercadoria qualquer cuja equivalência possa ser medida pelo trabalho nela contido, como pode ser codificado e reproduzido indefinidamente a um custo marginal. É essa característica intrínseca, aliada à descentralização dos meios de produção de informação para qualquer porta de entrada na internet, que permitiu o florescimento de uma profícua indústria de *software* livre e de produção de bens culturais, como música e vídeo, desenvolvidos colaborativamente através da rede. São bolsões de resistência à hegemonia da indústria cultural da propriedade intelectual, que reivindicam uma outra concepção de economia e sociedade. E que se desenvolvem, como observa Gorz (2005), aproveitando-se das contradições intrínsecas do capitalismo cognitivo, como a impossibilidade de controlar a reprodução dos bens imateriais a um custo zero.

A internet, no entanto, não traz apenas grandes oportunidades ao colocar à disposição de qualquer cidadão que tenha acesso à rede um arsenal de informações e oportunidades de geração de conhecimento e compartilhamento de suas produções. Ela envolve também riscos, por ser uma rede de controle já que é baseada em códigos e protocolos, que permitem seguir as pegadas do internauta, controlar o seu perfil de consumo de informações e mesmo

direcionar as pesquisas a partir das arquiteturas projetadas. Vários autores (LESSIG, 2006; GALLOWAY, 2006; e SILVEIRA, 2009) alertam para o risco de a internet vir a ser dominada seja por interesses empresariais, seja por interesses de governos. Um antídoto ao controle é o uso de códigos abertos que não podem ser manipulados como os códigos fechados. Outro antídoto essencial é a organização da sociedade para a defesa permanente da liberdade na rede e do anonimato.

Os programas públicos de inclusão digital, dirigidos por governos, entidades do Terceiro Setor e, em menor medida, por empresas, começaram a se desenvolver no Brasil a partir de meados da década de 1990, e se expandiram muito a partir de 2003 com o governo Lula (2003-2010) que incentivou a formação de grandes redes de telecentros, envolvendo parcerias de órgãos e empresas federais com estados, municípios e Terceiro Setor. São perto de 10 mil telecentros, sem incluir a rede de quase 5 mil Pontos de Cultura, também em convênio com estados, municípios e entidades da sociedade civil. A essas redes públicas se somam as redes estaduais que contemplam pelo menos mais 3 mil unidades. As redes exclusivas do Terceiro Setor, à exceção do Centro para Democratização da Informática (CDI), são pequenas e a maior parte das unidades está conveniada a projetos federais e/ou estaduais.

Se nasceram independentes de um movimento orgânico, essas redes foram se estruturando ao longo dos anos e, hoje, a maior parte delas – tanto no âmbito federal quanto dos estados – já entendeu que inclusão digital não é apenas dar acesso ao computador conectado e ensinar os elementos básicos da alfabetização digital. No geral, há uma grande preocupação com a capacitação dos monitores, que são os responsáveis pela interlocução com a comunidade do entorno do centro de inclusão digital e pela formação dos alunos. São eles os verdadeiros agentes da inclusão digital e, por isso, seu papel e formação são fundamentais para o sucesso dos projetos.

As redes enfrentam muitos problemas. Que vão da má qualidade da conexão à internet (velocidades insuficientes para acesso e tráfego de conteúdo) às dificuldades de se manter um programa de formação continuada, já que a monitoria não é uma profissão, mas uma função transitória pela qual passam os jovens com maior habilidade para lidar com a tecnologia. Há desafios de toda ordem: políticos (a continuação dos projetos na transição de governos), técnicos (manutenção e atualização do parque de máquinas, formação de gestores e monitores, desenvolvimento de redes de colaboração), de gestão (como ter informações atualizadas e confiáveis sobre o projeto) e orçamentários.

Mas o que se vê é que, com todas as limitações e problemas, essas redes estão contribuindo efetivamente para a inclusão digital e social de milhares de jovens que passam

pelos programas. Como a maioria das redes públicas adota o *software* livre como plataforma de ensino e de navegação livre (vários programas oferecem um horário de navegação livre), a cultura do *software* livre está impregnada na formação desses jovens, em especial dos monitores.

As razões que levaram os programas públicos à opção pelo *software* livre são de ordem econômica (não pagamento de licenças), técnica (escalabilidade e robustez da plataforma e imunidade a vírus) e política (a importância das quatro liberdades que estão na base da General Public License (GPL), da Free Software Foundation: 1) liberdade de executar o programa para qualquer propósito; 2) liberdade para estudar o programa e adaptá-lo às suas próprias necessidades, ou seja, ter acesso ao seu código-fonte; 3) liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas; e 4) liberdade para aperfeiçoar o programa e liberá-lo para benefício da comunidade).

A opção pelo *software* livre tem influência na percepção dos jovens em relação à tecnologia; na busca de ajuda através da rede para solucionar seus problemas já que os códigos são abertos; na formação de redes; no incentivo à cultura da colaboração e da solidariedade em detrimento de uma formação individualista e egoísta. O uso do *software* livre incentiva a troca – o pedir ajuda e retribuir o que se recebeu. Isso nos remete ao conceito da dívida na sociedade moderna, vinculado a tudo que circula na sociedade sem estar associado à esfera do mercado. A dívida é uma troca indireta e generalizada. Ela é gratuita não no sentido de que não existe retorno, e sim no sentido de que o que circula não corresponde à equivalência mercantil.

As quatro liberdades que constituem o princípio do *software* livre começam a se expandir para outras esferas, como na produção de bens culturais que adotam licenças, caso da Creative Commons, que permitem o consumo do bem cultural sem pagamento de direito autoral, a sua alteração e a produção de um novo conteúdo a partir dele. Daí a aproximação de valores entre os produtores de *software* livre e os produtores de bens culturais digitais (música, vídeos, livros digitais, etc.), que adotam o modelo aberto. Essa convergência está presente nos depoimentos de nossos jovens autores.

As histórias de vida de nossos seis personagens-autores foram fundamentais para pontuar, ao longo dos capítulos, as discussões sobre os conceitos de inclusão digital e social; o significado da comunicação em rede e da própria sociedade em rede; as mudanças no mundo do trabalho e a importância do capital imaterial na sociedade pós-industrial; as perspectivas trazidas pelo desenvolvimento colaborativo e pelo compartilhamento em rede.

Os depoimentos de Cleber Jesus Santos, Clerisson Luís dos Santos, o Teddy, Darla

Braga dos Santos, Fábio Lúcio de Souza, Marcelo Cardoso dos Santos e Meilene Hercília Medeiros Ferreira, a Meg, são uma prova objetiva da importância dos programas públicos de inclusão digital e cultural para a inclusão social dos jovens de baixa renda no Brasil. Sem acesso ao computador conectado em suas residências, sem acesso aos saberes técnicos e sem uma formação cultural mais ampla, esses jovens encontraram nos programas que frequentaram a oportunidade de construir um futuro com o qual nunca tinham sonhado.

A maioria dos estudantes pobres de escolas públicas que não participaram dos projetos de inclusão digital trilharam o caminho oferecido pelos cursos técnicos profissionalizantes que apenas instrumentalizam seus participantes: eletricista, encanador, padeiro, manicure, cabelereiro, etc., ou operador de telemarketing, que é por onde a maioria dos jovens hoje alcança o mercado de trabalho. Nossos personagens fugiram a esse destino. Hoje, eles são profissionais da Sociedade do Conhecimento. Cleber é programador; Teddy comanda um estúdio digital em *software* livre, além de compor *rap* e ser produtor cultural; Darla é monitora em um telecentro e se preparava para a faculdade de programação; Fábio instala *software* em um CRC, ministra aulas e faz faculdade de tecnólogo em análise de sistemas; Marcelo é gestor e monitor de um Ponto de Cultura e de um CDC, faz faculdade de relações públicas e quer ser antropólogo; Meg trabalha com produção de vídeos e faz faculdade (tecnólogo) em produção de audiovisual. Todos sonham um sonho recorrente de liberdade e autonomia.

Não são consumidores passivos de tecnologia, que desenvolveram habilidades técnicas apenas para ampliar o mercado de consumo dos fabricantes de produtos tecnológicos. Isso pode acontecer quando a inclusão digital se limita à alfabetização digital, ao ensino do uso mecânico dos programas de computador e de acesso à internet, a preparar o aluno única e exclusivamente para saber digitar um texto e montar uma planilha e, assim, conseguir realizar essas tarefas no mercado de trabalho. A formação de nossos personagens-autores os estimulou a desenvolver seus talentos, a incorporar aos saberes técnicos que aprenderam a sua visão de mundo forjada pelo ambiente cultural onde estão inseridos, a buscar a superação das dificuldades na solidariedade da ação comunicativa permitida pela sociedade em rede, a compartilhar com as comunidades e redes sociais o seu pertencimento.

Os nossos personagens-autores são produtores de conhecimento ao mesmo tempo em que são produtos da cultura digital. Cleber desenvolve programas em *software* livre; Teddy produz música em *software* livre; Marcelo registra em vídeo as histórias do Pontão, no bairro periférico de Lauro de Freitas (BA), e de seu grupo de dança; Meg faz documentários; e Darla, a mais jovem de nossos personagens, já começou a registrar em vídeo a história do

grupo da juventude católica de que participa, o CRER, na periferia de Marabá (PA).

Todos eles usam a internet para divulgar sua produção, aprender com os outros e compartilhar conhecimentos. Cleber participa de duas comunidades de *software* livre – Zope Plone e PHP --, colaborando com o desenvolvimento em rede de programas. Colabora porque o desenvolvimento de novas funcionalidades serve a todos da comunidade, inclusive a ele. Colabora porque “se você ajuda, outros vão te ajudar quando precisar”, colabora porque é “gostoso ser reconhecido”. Marcelo e Fábio participam das comunidades virtuais de seus projetos. Meg troca filmes com produtores de outras unidades da Kabum.

Nossos personagens, como os demais jovens com acesso à rede, se comunicam pela internet. Meg diz que a internet é o canal de comunicação com sua família, já que vive em Salvador (BA) e o resto de sua família na região do ABC, na Grande São Paulo. Marcelo, que chama o computador de “máquina de comunicar”, conversa com a mãe, que mora em Caetité, no interior da Bahia, também pela internet. É pela internet que ela acompanha as suas apresentações de dança. Meg conheceu Jackson, seu marido, pelo Facebook. Foi também no Facebook que Teddy encontrou sua atual namorada.

À exceção de Meg, formada em *software* proprietário, todos os demais são militantes do *software* livre. Não escolheram o *software* livre por preferência pessoal. Foram formados por programas que usam o *software* livre como plataforma, e aí descobriram as suas vantagens. Todos destacam a liberdade como valor fundamental do *software* livre, a autonomia em relação ao dono da tecnologia e a grande vantagem de buscarem ajuda na rede para superar qualquer problema. Alguns, como Cleber e Fábio, que sabem programar, discorrem sobre a superioridade técnica do *software* livre e suas oportunidades no mercado de trabalho.

Pertencer à geração de produtores das novas mídias criadas com a internet mudou radicalmente as possibilidades de escolhas profissionais e de realização de nossos personagens. Mas não teve grande influência em sua vida econômica, pelo menos por enquanto. Cleber, Teddy e Meg ganham entre três e quatro salários mínimos; Fábio recebe menos de três salários mínimos; e Marcelo e Darla, menos de dois. Todos eles continuam morando em bairros periféricos e casas modestas. Cleber vive há 19 anos na mesma Cohab, em Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo; Meg mora no Nordeste de Amaralina, em Salvador, de onde diz que só sairá se mudar da cidade; Fábio continua no Cardoso, bairro popular de Belo Horizonte, onde nasceu; Marcelo vive no Pontão, em Lauro de Freitas (BA), e só recentemente conseguiu alugar uma casa; antes morava na entidade. E Darla mora com sua família, na periferia de Marabá (PA).

Como os trabalhadores das novas mídias que participaram da pesquisa de Gill (2007), nossos personagens também enfrentam relações de trabalho mais informais. A precarização do trabalho, característica do neoliberalismo e da globalização de acordo com Castel (2008), avança pelas novas mídias em relações ainda mais flexíveis e desregulamentadas. Apesar da enorme distância entre a realidade dos trabalhadores das novas mídias de Amsterdã, na Holanda, objeto da pesquisa de Gill, e a vida de nossos personagens, há pontos comuns entre eles. Lá, o emprego formal divide espaço com o trabalho *free lancer* e o empreendedorismo, e passa-se de uma situação a outra com extrema mobilidade. Dos nossos personagens, metade tinha, à época dos depoimentos, emprego com carteira assinada. Os demais viviam como bolsistas de programas de inclusão digital e cultural. Cleber, mesmo empregado, montou uma empresa, a Seven Plonet. Meg tinha pedido demissão, em busca de um trabalho onde se realizasse mais.

A instabilidade no emprego, que ameaça os trabalhadores em geral, é enfrentada com certa naturalidade pelos nossos personagens. Vários estão habituados ao trabalho *free lancer*, realizado em paralelo ou em substituição ao trabalho fixo. Mas o que mais os aproxima dos entrevistados de Gill é o prazer com o trabalho nas novas mídias, uma das características propiciadas por esse campo de atividades que explica o entusiasmo dos profissionais dessa área.

Nos depoimentos, nossos personagens revelam paixão pelo que fazem. Cleber gosta tanto de programar que fez da programação o seu *hobby*. Meg diz que não se vê fazendo outra coisa, que não produzir vídeos e roteiros. O sonho de consumo de Teddy é ter um estúdio digital em casa, para compor quando lhe der vontade. A essa paixão está aliado um forte sentimento de colaboração, de construir junto com os outros pela rede, de dividir cada produção. O hábito do trabalho em rede que aprenderam nos programas de inclusão digital, do pedir e dar ajuda estimulado pelo uso do *software* livre e do desenvolvimento colaborativo faz dos nossos personagens símbolos de uma geração que encontrou na comunicação em rede uma nova forma de desenvolver seu trabalho e compartilhar seus sonhos.

Nossos jovens autores conseguiram se apropriar das tecnologias de informação e comunicação para exercer em sua plenitude o direito à comunicação interconectada. Eles usam a rede para pesquisar conteúdos, trocar conteúdos, desenvolver projetos compartilhados e dividir com quem se interesse a sua produção autoral, que é a expressão de seus talentos, de suas crenças e desejos.

Cleber, Darla, Fábio, Marcelo, Meg e Teddy não fazem parte de uma amostra. Suas experiências são únicas. Mas são, sem dúvida, exemplos vivos de que programas que adotam

uma visão abrangente de inclusão digital podem contribuir decisivamente para acelerar a inclusão social de seus participantes, tornando-os atores e autores da Sociedade do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vicente Macedo. Software livre e a perspectiva da dádiva. In AGUIAR, Vicente Macedo de (Org.). **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em: <<http://colivre.coop.br/pub/Main/VicenteAguiar/livrohqp.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2010.

Amazon triplica vendas do Kindle; venda de e-books supera de livros em papel. In: **Portal Exame**. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/tecnologia/noticias/amazon-triplica-vendas-kindle-venda-e-books-supera-livros-papel-579904.html>>. Acesso em: 14 ago 2010.

Apple supera Petrochina y se convierte en la segunda em la segunda empresa del mundo com mayor valor em Bolsa. . In: **Portal El País**. Disponível em <http://www.elpais.com/articulo/economia/Apple/supera/Petrochina/convierte/segunda/empresa/mundo/mayor/valor/Bolsa/elpepueco/20101228elpepueco_4/Tes>. Versão traduzida disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/14072>>. Acesso em: 29 dez 2010.

Banda larga é o maior problema do programa baiano de inclusão digital. In: **Portal A Rede**. Disponível em <<http://www.arede.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/2465-banda-larga-e-o-maior-problema-do-programa-baiano-de-inclusao-digital>>. Acesso em: 7 jan 2011.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks**. New Haven: Yale University Press, 2006.

BERNERS-LEE, Tim. **Long Live the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality**, disponível em <<http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web>>. Acesso em: 29 dez 2010

Brasil lidera ranking de comércio eletrônico na América Latina. **Portal Telesintese**. Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/15061-brasil-lidera-ranking-de-comercio-eletronico-na-america-latina->>. Acesso em: 14 ago 2010.

CASSINO, João. **Cidadania Digital: os Telecentros do município de São Paulo**. In SILVEIRA, Sergio Amadeu da e CASSINO, João. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

Castells, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.
_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Castel, Robert. **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

Classes sociais – diferenças e participação na renda total. In: **Brasil Fatos e Dados**. Disponível em <<http://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/10/29/classes-sociais-diferencas-e-participacao-na-renda-total-mobilidade-social-distribuicao-de-renda-evolucao-1985-2010-brasil/>> Acesso em: 7 jan 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET, **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil. TIC Crianças 2009**, realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI-BR),

Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-cgibr-tic-criancas2009?pais=brasil&estado=sp&ong=ong&age=de-45-a-59-anos&education=pos-mestrado&purpose=pesquisa-academica>>. Acesso em: 7 jan 2011

CORNILS, Patrícia. Novidades no Telecentros.BR. In: **Portal ARede**. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/component/content/article/106-acontece/2926-novidades-no-telecentrosbr-entrevista-com-kiki-mori>>. Acesso em: 28 ago 2010.

_____. Compatibilizar a oferta de infraestrutura com a formação dos monitores é um dos desafios da nova etapa do programa. In: **Portal ARede**. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/160-edicao-no-58-maio2010/2947-entrevista>>. Acesso em 7 jan 2001.

_____. Monitor, agente da cidadania. In: **Revista ARede**, nº 54, dezembro/2009, p. 15-16. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicao-atual/2499-monitor-agente-da-cidadania>>. Acesso em: 7 jan 2011

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In GALVÃO, Alexander Patez, SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COUTO, Verônica. Articular o poder local. In: **Revista ARede**, nº 30, outubro 2007. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/86-%20/1168>>. Acesso em: 14 ago 2010.

DIAS, Lia Ribeiro (org.). **Inclusão digital: com a palavra, a sociedade**. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.

_____. Gesac: revisão adia expansão do programa. In: **Revista ARede**, nº 6, setembro/2005, p. 18. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes->

anteriores/50-2009-06-15-06-06-18/245>. Acesso em: 8 jan 2011.

DIAS, Lia Ribeiro e CORNILS, Patricia. Software livre: os desafios da gestão. In: **Revista ARede**, nº 46, Dezembro/2010, p. 13. Disponível em: <<http://www.aredes.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/174-edicao-no-65-dezembro2010/3736-software-livreos-desafios-da-gestao>>. Acesso em: 8 jan 2011

EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://rn.softwarelivre.org/alemdasredes/wp-content/uploads/2008/08/livroalemdasredes.pdf>>. Acesso em: 7 dez 2010.

FONSECA, F; COUTO, Verônica. Uma chance para o Brasil que se vira. In: **Revista ARede**, nº 36, p. 34 . Disponível em <<http://www.aredes.inf.br/inclusao/edicao-no36-maio2008/1378>>. Acesso em: 7 jan 2011.

Força ao software livre. In: **Anuário ARede de Inclusão Digital 2010/2011**. São Paulo: Momento Editorial, 2010. Disponível em : <http://www.aredes.inf.br/pdfs/Anuario%20ARede_2011.pdf>. Acesso em: 15 dez 2010

Força para as vocações locais. In: **Anuário ARede de Inclusão Digital 2009/2010**. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em: <http://www.aredes.inf.br/site-teste/images/M_images/anuarioinicial.pdf>. Acesso em: 7 jan 2011.

Inclusão, uma das metas corporativas. In: **Anuário ARede de Inclusão Digital 2009/2010**. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em: <http://www.aredes.inf.br/site-teste/images/M_images/anuarioinicial.pdf>. Acesso em: 7 jan 2011.

FONSECA, Fátima. **66% dos usuários de tecnologia 3G não acessam a internet**. Disponível em:< <http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/16149-66-dos-usuarios-da-tecnologia-3g-nao-acessam-a-internet>>. Acesso em: 8 jan 2011

GALLOWAY, Alexander R. **Protocol: how control exists after decentralization**. Massachussetts Institute of Technology, 2004.

GILL, Rosalind. **Technobohemians or the new Cybertariat**. Disponível em: <<http://networkcultures.org/wpmu/portal/publications/network-notebooks/technobohemians-or-the-new-cybertariat/>>. Acesso em: 11 dez 2009.

GODBOUT, J.T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho – Crítica da Razão Econômica**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **O imaterial – Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

HESPANHA, Pedro. Mal estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005. 3. ed.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, PNAD/2009**.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: 14 ago 2010

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde**. In GALVÃO, Alexander Patez, SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LENOIR, René. **Les exclus. Um Français sur dix**. Paris: Éditions du Seuil, 4ª edição, 1989.

LE MOS, André. **O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual**. In: BARBOSA FILHO, André, CASTRO, Cosette e TOME, Takashi (Orgs). **Mídias Digitais**. São Paulo: Paulinas, 2005

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999

LIMA, João Epifânio Regis. **Considerações sobre filosofia da tecnologia**. Palestra na I Conferência Brasileira de Comunicação e Tecnologias Digitais da UME-SP em 27-11-2007

MACHADO, Murilo Bansi. Distritos e Comunidades. In AGUIAR, Vicente Macedo de (Org.). **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo:

Momento Editorial, 2009. Disponível em:
<<http://colivre.coop.br/pub/Main/VicenteAguiar/livrohqp.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2010.

MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. Disponível em:
<<http://lab.softwarestudies.com/2008/11/softbook.html>>. Acesso em: 15 mai 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, Livro 1, vol. I.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 4ª edição, 2009

McADAM, Lowell e SCHMIDT, Eric. **Finding Common Ground on an Open Internet**. Disponível em:
<<http://policyblog.verizon.com/BlogPost/675/FindingCommonGroundonanOpenInternet.aspx>>. Acesso em: 7 jan 2011.

MIRANDA, André. **Juca Ferreira faz balanço da cultura no governo Lula**. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2010/12/04/juca-ferreira-faz-um-balanco-da-cultura-no-governo-lula-em-meio-mobilizacoes-por-sua-permanencia-no-minc-923192556.asp>>. Acesso em: 8 jan 2011.

MORAIS, Regis de. **Filosofia da Ciência da Tecnologia**. São Paulo: Papirus, 1998.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In GALVÃO, Alexander Patez, SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOBLAT, Ricardo. **Ipea: desemprego triplicou entre os jovens**. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/01/20/ipea-desemprego-triplicou-entre-os-jovens-259143.asp>>. Acesso em: 14 jan 2011.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social – Introdução às suas Técnicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [sd]

PRETTO, Nelson de Luca. Cultura digital e educação: redes já!. In PRETTO, Nelson de Luca e SILVEIRA, Sergio Amadeu da (org.). **Além das redes de colaboração**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RAYMOND, Eric Steve. **A catedral e o Bazar**. Disponível em
<<http://www.geocities.com/CollegePark?Union/3590/pt-cathedral-bazaar.html>>. Acesso em:

15 mai 2010.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books Ltda, 200x.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SANTOS, Antonio José Pereira e HETKOWSKI, Tânia Maria. **Software Livre: Políticas Públicas de Inclusão Digital**. In In HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Políticas Públicas & Inclusão Digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SHAPIRO, Carl e VARIAN, Hal. R. **A Economia da Informação. Como os princípios econômicos se aplicam à era da internet**. São Paulo: Editora Campus, 1999

SHWARTZ, Gilson. **Educação como Produção Colaborativa do Conhecimento**. Disponível em: < <http://egdialgal.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 jul 2010

SILVEIRA, Sergio Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Políticas Públicas & Inclusão Digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Exclusão Digital. A miséria da era da informação**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005

_____. Mobilização colaborativa, cultura hacker e a teoria da propriedade imaterial. In: AGUIAR, Vicente Macedo de (Org.). **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em: <<http://colivre.coop.br/pub/Main/VicenteAguiar/livrohqp.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2010.

_____. **Software livre: a luta pela liberdade**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

_____. (A) Ultraviolência tecnológica contra o compartilhamento. In: **Revista ARede**, nº 61, agosto/2010, p. 47. Disponível em <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/166-aredo-no-61-agosto2010/3321-raitequi>>. Acesso em: 7 de jan de 2011.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/social_exclusion/marcos.html>. Acesso em: 25 jul 2010.

_____. **Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

STALLMAN, Richard M. **Free Software, Free Society: Slected Essays of Richard M. Stallman**. Boston, MA: Free Software Foundation Inc, 2002. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/fsfs/rms-essays.pdf>>. Acesso em 3 jan 2011.

TAPSCOTT, Don e WILLIAMS, Anthony. **Wikinomics – Como a colaboração em massa pode mudar seu negócio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

Teles devem fechar 2010 com 265 milhões de clientes. In: **Portal Telesintese**. Disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/16414-teles-devem-fechar-2010-com-265-milhoes-de-clientes>>. Acesso em: 8 jan 2011.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura. O Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ANEXOS

Entrevistas

1 Cleber Jesus Santos, 24 anos

(entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010, em São Paulo)

Lia – Como foi sua infância, quem são seus pais, onde você morou?

Cleber – Bem, vou começar pelos pais. Minha mãe é mineira, veio para São Paulo na adolescência, com 16 anos. Meu pai veio da Bahia, com 23 anos. Meu pai é padeiro, minha mãe ajudava na confeitaria, só que ela era dona de casa.

A gente mora aqui em São Paulo há um bom tempo. Minha mãe e meu pai vieram constituir família aqui em São Paulo,

A minha mãe, hoje, tem uma lojinha, uma papelaria, eu pude ajudar ela a ter essa lojinha, não dava mais para ver ela trabalhando como dona de casa. E meu pai ajuda ela, ele já está na idade de se aposentar, então não tem mais como trabalhar como padeiro.

Eu tenho quatro irmãos, todos homens, sou antes do caçula, então tem o caçula e três irmãos mais velhos do que eu. Nossa infância, até onde eu lembre, ela é marcada, como de todos ...

Lia - Durante sua infância seus pais sempre moraram na mesma região?

Cleber – Não, a minha mãe morava em Itaquera, zona leste de São Paulo, meu pai morava em Alphaville, daí eles se conheceram. Os pais da minha mãe também moravam em Itaquera, então meu pai optou em ir mora com a minha mãe também em Itaquera. Depois de um tempo a gente foi para cidade Tiradentes, que é onde a gente mora há 19 anos. Então a gente pegou bem o início da Cidade Tiradentes, era um bairro de periferia mesmo, é um típico bairro que está se iniciando e tende a ter o maior índice de violência possível, apesar de eu achar que não era tanto para o bairro, desde então a gente mora lá até hoje.

Então, eu passei a minha infância, até onde eu lembro, morando de aluguel.

Lia - Era casa?

Cleber - Sim, era casa. Então, a gente morou em diversas casas de aluguel, meu pai trabalhou no Pão de Açúcar e teve um acidente, na época eu não lembro se era cruzado, mas ele se aposentou cedo, por causa desse acidente na mão, ele cortou o dedo.

Então, imagina só a minha mãe trabalhando. Até então ela trabalhava na tapeçaria, era localizada na região do centro da cidade, então imagina só ela trabalhando para manter a casa sozinha.

Meu pai fazia uns bicos, ou saía para vender coisas na rua, como ele era padeiro, ele fazia pão, coisas de padaria, e tentava vender de porta em porta. Por várias vezes nós tivemos que mudar de casa, eu lembro uma época que nós fomos despejados, eu não lembro quantos anos eu tinha mas foi umas das coisas que marcou bastante, perder nossa casa, apesar de não ser nossa, mas era nosso lar.

Lia – Vocês já moravam na cidade Tiradentes?

Cleber – Não, até aí era em Itaquera. A minha mãe tinha um cadastro na Cohab, o cadastro era feito por mutirão. Eu me lembro que a gente ia no mutirão. Ficou um tempo fazendo nossa casa, só que aí, nessa mesma época, saiu a vaga da prefeitura para apartamento, aí a gente foi para morar em apartamento na Cidade Tiradentes. Aí já era nosso, pela Cohab, também era nosso, aí, no início, era dividido por setores, então eu morava em um setor, hoje eu moro em outro setor. O setor que eu morava era o único que tinha apartamento, na época, que era rodeado por casas também. Então o bairro era um bairro em construção, ao redor mato, casas com terrenos invadidos e esses apartamentos que a Cohab estava começando a subir. Desde então a gente mora lá, meu pai arrumou um emprego na Cidade Tiradentes mesmo, em uma padaria lá, isto já dava para ajudar bastante. Então a minha mãe havia saído da tapeçaria e já estava como doméstica, então ela prestava serviços em casas. Enfim, ficamos um bom tempo dessa forma, meu pai trabalhava na padaria, de vez em quando saía para vender alguma coisa, e a minha mãe como doméstica

Lia - Nesse período vocês eram crianças?

Cleber - Só para registrar nossa idade em escadinha, 21, 24, 26, são dois anos no máximo de

diferença, então, na época, nós éramos todos novinhos. Eu fui para Tiradentes, eu tinha 7 anos de idade, de 7 para 8.

Depois de um tempo, a gente foi morar com um rapaz, por causa da violência em Tiradentes. A minha mãe começou a pensar que não dava para morar naquele prédio e a gente foi morar com um rapaz que era um tio nosso. Era irmão da minha mãe, eram prédios vizinhos, para não perder o apartamento a gente continuou a morar no apartamento mais não ficava muito lá, a violência era tremenda mesmo.

Lia – Que tipo de violência?

Cleber – Para você ter um ideia a gente morava no 5º andar, tinha tipo uma portaria no prédio, chegou a época da gente abrir o portão e ter um corpo que caía no chão, porque estava encostado no portão. Então a violência que eu chamo... Para você ter ideia, se tornou comum a gente estar na rua e ver mais de um corpo. Vinha IML direto, de corpo no portão foi uma vez que eu me recordo .

Tinha uma descida também, tinha época que a gente via corpo nos bueiros, era muito violento no local. Você tinha que saber como você falava o que você falava, como você andava, e eu não sei se era exatamente por ser local em desenvolvimento, era novo ali, alguém queria invadir. Bem, não sei.

Lia - E a sua mãe, tinha muita preocupação?

Cleber - Por conta disso a gente mudou para o prédio ao lado, era dois quarteirões à frente. E a gente passou a morar com esse rapaz. Meu pai às vezes ficava um pouco no nosso apartamento para não perder, depois vinha para o apartamento do amigo dele, aparentemente meu tio. E a gente morou durante algum tempo. Aí depois de dois, três anos construiu apartamentos em outros setores e esses setores era menos violentos. Então, tinha, na época, um sistema que você conseguia trocar, podia falar ‘não quero ficar nesse apartamento, quero ir para o outro’, então ficava para uma outra família à base de troca. E aí a gente foi para outro apartamento morar no térreo. Que é esse apartamento que a gente mora ainda. E na época foi interessante que quando a gente mudou, aquela visão da época que era tão violenta ficou, então qualquer sombra que passava na rua passava, a sombra na janela, então a gente pensava que ia ser invadido, que ia arrombar o apartamento. Várias vezes a gente dormia junto no mesmo quarto com medo, hoje é engraçado recordar.

Até por conta disso a minha mãe não saía muito para procurar emprego, ela tinha medo de deixar a gente sozinho. Depois de um tempo foi nascendo outros apartamentos, outros setores, então já era... Então ainda com esse tipo de violência, tudo morte, a gente já era mais adulto, já sabia com quem andava, já estava mais normal pra gente. Dando um pulo na nossa infância, foi mais ou menos isso.

Lia - Vocês brincavam na rua?

Cleber - Nós brincava mais perto do prédio mesmo, nós tínhamos medo, inclusive tem uma parte, que me recordo, que a gente estava brincando e aí era época de São Cosme Damião, comemoração que faziam lá na rua, eu lembro que veio um rapaz vestido de palhaço, dando pirulito, eu lembro que ele ofereceu pirulito para meu irmão duas vezes mais velho que eu, e ele desceu com o rapaz na rua, para buscar pirulito, só que imagina uma criança indo atrás do palhaço e a rua lotada de estranho, isso a gente falou para minha mãe. 'Mãe, o Claudinei saiu com o palhaço'. Então a minha mãe desesperada, ela e meu pai, saiu correndo para saber quem era esse palhaço. Eu sei que eles acharam o palhaço, segundo a minha mãe, o palhaço correu, aí meu irmão ficou. A gente tinha muito medo, aí a gente brincava ali por perto do prédio, do apartamento, não ficava muito longe dele.

Lia - Você foi para escola lá, na cidade Tiradentes, ou em Itaquera?

Cleber - Eu ia lá, ainda tem esse 'presinho' chama EMEI Adoniran Barbosa, ainda tem lá. Então eu comecei com oito anos. Para mim, era super legal ficar na escola, tinha crianças tinha amigos, então era diferente, não dava aquele sensação de medo, era algo que podia estar ali. Meus irmãos também estudaram ali com exceção de um irmão meu que estudou em Itaquera, então é isso da infância mesmo.

Lia – Daí você fez o 1º grau do Adoniran Barbosa. Você estudou até que série ?

Cleber – Eu estudei no EMEI até a 2ª série. Na 4ª você vai para uma escola, EMEF, a gente foi para uma outra escola. Passei a estudar nela, eu fiquei até 8º série nessa escola depois eu fui para a Escola Cidade Hiroshima, ela é municipal. Na 8º série eu fui para lá, só que, nesse mesmo ano, eu peguei hepatite. Então eu fiquei mais em casa do que na escola, eu fazia trabalho em casa, mas, no final do ano, eles me reteram por causa de falta. Na verdade, eu

peguei duas vezes hepatite, na primeira vez mais leve e na segunda vez bem mais forte. Na época, a minha mãe queria entrar com um processo, mas ela decidiu que eu não tinha aprendido nada também, que eu ia voltar.

Aí eu voltei para a mesma 8ª série, como eu havia repetido. Aí eu fiz todo ano até o 1º colegial, aí eu fui para o Colégio Fernando Pessoa. Aí eu terminei o colegial, concluí lá, era legal, era estadual. Era legal a época da escola, foi lá o meu primeiro contato com o computador, por exemplo.

Lia – Como foi isso? Tinha sala de informática?

Cleber – No início, não. Na 5ª série vieram os computadores e criou a sala de informática, na época eu tinha um computador bem antigo que eu tinha ganhado, com sistema de locadora. Como eu não sabia, para mim, aquilo era um computador, era algo que funcionava. Quem me deu foi o pai de amigo, ele comprou um novo. Ele tinha uma locadora e então me deu. Aí quando fui para escola ainda era o Windows 95. Começou aquela sala de informática que era uma semana de aula normal e tinha duas horas de terças e quintas para gente ficar na sala de informática fazendo desenho. Não tinha instrutores, era mais livre. Tinha um coordenador que tomava conta para não sair coisa errada, programas para não apagar do computador, esse tipo de coisa. Passava a maior parte do tempo no *Paintbrush*, que era uma programa de desenho. Como eu gostava de desenhar, para mim era tranquilo passar no *Paintbrush* as duas horas. Com isso, eu queria saber mais do computador. Eu lembro que tinha um outro programinha, uma tartaruguinha chamada... não me lembro agora, você dava coordenadas, para ela andar e desenhar na tela. Aquilo me chamava atenção porque não era mexer no mouse, era escrever algo para tartaruga andar.

Depois de um ano, na 6ª série, chegou uma instrutora chamada Selma e o marido dela Jarbas e começou a instruir os alunos a fazer. Era com *Paint*, na época não tinha o *Word*, era o *Word Pad*. Acho que na 6ª série eu passava mais tempo na sala de informática, por exemplo, tinha uma época que eu cabulava a aula para ficar na sala de informática. Aí os professores meio que descobriu e falou ‘olha, você pode até ficar na sala de informática, depois da escola’. Era uma forma deles fazerem para eu não cabular aula. Aí eu ficava normal na sala de aula e, no fim da escola, eu ficava na sala de informática. Falei com a minha mãe, meu pai, e aí eu ficava até oito da noite, às vezes até sem comer.

Lia – Que horas terminava a aula?

Cleber - Terminava 11h30, 12h, eu ficava às vezes sem comer. A professora me dava lanche ‘vai para casa comer’, ela falava, mas eu não queria, porque era novo. Eu queria ficar estava gostando, mas o que me chamava atenção mesmo era desenhar no computador, eu não abria mais nada além do Paintbrush.

No final da 6ª série, ainda tinha uma violência, mas não era como a gente estava acostumado, não era como a gente via, não era caindo corpo, já tinha muito mais casa, prédio em volta, ou seja, tinha se tornado uma grande Cohab.

Aí eu ganhei um curso em Guaianases. A professora Selma conversou com um amigo dela, na época eles passavam nas escolas fazendo promoção, ‘olha se você levar esse bilhete aqui você ganha X de desconto’, diziam, e daí eu ganhei o curso. Aí entre ganhar o curso e fazer era difícil, porque eu não tinha condições de pagar passagem para ir. Aí essa mesma professora falou ‘Não, eu pago para você, eu te dou passe e você vai fazer o curso’. Aí ela me dava o passe e o dinheiro para lanche. Era todos os dias depois da escola, e tinha uma carga horária de quatro horas, começa 13h e termina por volta das 18h. Era um curso básico de introdução de informática, então tinha internet, tinha *Word*, *Paint*, digitação e aprender o que era computador. Na época tinha MS-DOS, também era incluído no curso. Do curso, MS-DOS, era a parte que mais gostei, fora a parte de desenho. Eu já via ali algo muito gostoso de mexer, era engraçado. Depois do curso ou no final de semana você podia marcar para treinar o que o curso chamava de acesso livre. Eu ia para ficar mexendo no MS-DOS eu não mexia na internet na época. Ele me mostrou, mas eu não gostei. Eu não achava muito legal para conversar, eu converso com os meninos na rua. Eu fiquei um ano no curso. Depois que terminei, eu já sabia bem mais o que estava fazendo no computador, e aí eu passei a ajudar na escola. Na sala de informática, eu já não tinha aquela vontade de sentar e ficar desenhando, eu tinha vontade de ficar ajudando. Claro que eu sentava, desenhava, mexia no MS-DOS, aí eu já tinha descoberto o que tinha nesse computador, mas eu já ajudava mais ali na sala. É lógico que eu já conseguia comer, já deixava o computador um pouco de lado. Descobri que o que eu tinha no meu computador não era um programa e sim um programa de locadora, e aí eu comecei mais a mexer com essa parte de programação a partir do MS-DOS. Acho que foi mais ou menos nesse ano na 7ª série, que surgiu um curso na Tiradentes e aí uma das professoras me indicou, falou ‘olha, toma esse papel, consegui pegar tinha limite, consegui para você, você que gosta de computador, vai lá e faz esse curso, é de graça’. E nessa época era perto da minha casa lá, a pé dava cinco, dez minutos, era um Telecentro da Prefeitura de São Paulo inaugurado na época. Aí eu fui, eu comecei a fazer o curso, que também era

Windows 95, só que lá era mais focado para ensinar internet, era o básico da informática, mais o acesso à internet. Então, como era o primeiro telecentro, tinha, em média, 21 computadores. Lá era lotado, não tinha cadastro, você ia lá com uma fichinha, aí você fazia o curso. Depois do curso você podia ter acesso livre também, então, com acesso livre, não tinha que marcar. Então, tinha uma fila, eu lembro que a fila era muito grande, era novidade, era informática era de graça, era muito enorme a fila.

E por várias vezes eu saí do curso e ficava na fila, eu enfrentava sol, chuva, fazia 30 minutos de acesso. Então, o que eu fazia, eu fazia o acesso e já voltava para fila de novo, até o momento que descobriram o que eu fazia, ia e voltava. Aí o cara falou ‘não pode, você está tomando o lugar de outro’. Mas não adiantava eu ia e voltava. Acho que procurando uma forma de me bloquear de ir e voltar na fila, o cara falou ‘você não quer ser voluntário? Você pode ajudar’. Aí eu disse ‘eu quero’. Aí eu já não sentava nos computadores, eu já ficava mostrando para as pessoas que tinham dúvidas: ‘olha e assim que faz’. E aí, até o momento em que um dos instrutores ia embora, eu não lembro como era o sistema na época, mas ele ia embora, tinha arrumado outro serviço, e eu ia assumir, era uma turma nova que ia começar, falaram ‘olha, não tem instrutor’, perguntaram se eu podia assumir a turma.

Falei acho que sim, então foi a minha primeira turma, eu tinha uns 14 anos, por aí. Aí eu fiquei dando aula no Telecentro, eu peguei essa primeira turma, tremendo, era Windows ainda. Tinha um senhor que vinha embriagado para a aula. Foi o momento que tive que aprender a falar, até então eu era o tipo de pessoa que você falava comigo, eu conversava normal tal, mas eu era muito tímido, muito calado. Então eu tive que aprender a falar, a passar o que eu sabia para outras pessoas. Uma coisa e você saber e, outra, é você ensinar e driblar desafios do tipo embriagado na aula. Daí foi até divertido. Eu estava dando o curso e ele toda hora levantava a mão, perguntava, fazia pergunta sem o menor cabimento, eu ficava irritado. Então eu comecei a brincar muito na aula, de uma forma que eu podia brincar com as pessoas e não se tornava uma aula monótona, chata. E o rapaz que era embriagado começou a se interagir mais, mesmo embriagado ele consegui a fazer alguma coisa, ou eu colocava ele para digitar, ‘a aula hoje é digitar’, eu falava. Então ele ficava lá, aí eu dava o curso. Aí por várias vezes ele levantava a mão e dizia ‘porque tudo mundo está fazendo coisa diferente e eu estou digitando?’, e isso foi a minha primeira turma. No final, as pessoas falavam que gostou. Era uma turma que hoje eu gostaria de voltar a dar outro curso, para mostrar o quanto eu evolui e finalmente eu consegui aprender muito mais. Aquele momento, para mim, foi um desafio, foi algo novo, quebrei a barreira de comunicação que eu não tinha muito, barreira de mostrar o que eu sabia também, que eu não era mais um jovem da periferia. Então foi um momento que

eu aprendi bastante.

Depois eu continuei ainda como voluntário peguei uma segunda turma, já estava calejado. Para mim já era super normal, mas ainda era algo interessante para mim. Eu dava internet no curso, mas eu não gostava de internet, nada me chamava atenção em internet.

Eu tinha 16 anos, foi quando esse rapaz, era um voluntário, ele sabia tudo. Tudo o que você mostrava para ele, ele sabia. Eu lembro que uma vez eu sentei para tentar mexer com internet, que era feito o Linux. Aí ele falou ‘olha o site, a página que eu fiz’, aí ele mostrou, eu falei ‘legal’. Aí ele me mostrou de novo e tinha uma imagem mexendo, um anjinho voando na tela, que era vídeos animados, aí eu achei super máster. Até então eu só estava envolvido com o que é desenhar. Falei ‘nossa que legal, como você fez isso?’. Eu estava perguntando da imagem, ele achou que eu perguntei da página em si, ele falou ‘com esses códigos aqui’. Então na hora que ele abriu o código para mim, ele disse ‘com códigos eu consigo fazer imagens mexer em animação, assim que fazem desenhos animados e tudo’. Daí eu comecei a mexer, comecei a procurar, ainda era o Windows, o Linux foi depois de dois anos de Telecentro, mais ou menos.

Mas ainda era o Windows, bloco de notas, eu lembro que perguntei como fazer, mas ele não quis muito me mostrar. Ele falou ‘olha é HTML’ e isso bastou para mim. Foi uma forma que eu aprendi a mexer na internet. Eu tive que aprender como procurar na internet, para saber o que era HTML, tive que aprender como fazer o código HTML. Então chegou época de parar na frente do computador, na internet e ficar tentando adivinhar como mexia. Teve um pessoal lá que me ensinou, ‘olha, então tem esse buscador aqui chamado Cadê, pode fazer busca, você põe HTML e ele te mostra o que tem’. Foi assim que eu aprendi a mexer no HTML, eu passei muito tempo no Telecentro desde então. Quando eu saía da escola, eu já não ficava mais na escola, na sala de informática, eu já ficava no Telecentro. Então, durante a aula, na minha escola, eu ajudava ainda. Depois do horário, eu não ficava, já ia para o Telecentro.

Acho que foi onde eu passei a maior parte do tempo com computador. Eu já não tinha mais o meu computador, ele tinha queimado durante uma chuva. Então era a única forma que tinha de ter acesso ao computador e às pessoas que sabiam, de fato, de informática era no Telecentro. Não que na escola não soubessem, mas eu achava que tudo que tinham para me ensinar já tinham me ensinado. E aí eu fiquei no Telecentro aprendendo a programar, basicamente. Eu comecei a fazer o curso de HTML, ainda dando aula, dando cursos, depois de um tempo eles mudaram para Linux.. E quando mudaram, como eram contratos público, feitos pelo governo eletrônico, deram um curso de Linux para aprender o que era. Mas os

voluntários não podiam fazer porque era limitado e aquilo me revoltou, na hora de ajudar a gente está aqui, na hora deles poderem contribuir pra gente dar um curso, não podem. Eu ameacei a sair do Telecentro, ‘eu não quero’, pensei, eu acho muito sacanagem não poder fazer isso. Daí o Jesulino, ele era coordenador. Antes o Jesulino entrou como voluntário e no ano seguinte ele foi contratado. Quando eu entrei, o Jesulino já estava. Tinha dois estagiários, o Jesulino, dois servidores públicos, e tinha dois, que era de um projeto chamado Jovem Cidadão, acho que era isso. Eles pagavam uma bolsa para a pessoa trabalhar nesse projeto. Aí o Jesulino falou ‘nós vamos lá, eles não sabem que você é voluntário, eles acham que você é estagiário, vamos lá daí você paga o curso’. Aí logo quando eu cheguei, eles fizeram uma reunião que era para explicar o que era o Linux, o que era o curso. Eu achei que era para falar porque os voluntários não podiam fazer o curso. Aí eles explicaram ‘não dá para os voluntários fazerem o curso, porque tem vagas limitadas e tal’. Aí eu levantei e disse ‘como assim não pode? A gente é quem mais se esforça’, aí o cara, ‘perai você é voluntário? Você não pode fazer’. Acho que foi o momento... putz, conclusão: não pude fazer o curso. E aí aquela minha revolta se transformou em desafios de novo. Eu comecei a ver que eu gostava disso, de pessoas me desafiando. Falavam tipo ‘você não sabe HTML’, mas eu aprendi, eles falavam ‘eu não vou te mostrar, se vira que você apreende’. Aí eu comecei a pesquisar na internet o Linux.

Fui aprendendo alguma coisa, então quando terminou o curso do pessoal do Telecentro, que o Jesulino veio e disse ‘olha, isto aqui é para você fazer assim, você tem que montar’, aí eu disse ‘ah, isso eu sei’, ‘mas como assim você sabe?’, responde ‘ah, eu estava na internet e vi’. Eu já estava meio no nível que eles aprenderam também.

Aí eu descobri que tinha um MS-DOS no Linux, que era o console o terminal. Aí eu comecei a mexer, tal. Aí eu lembro que depois de uma ou duas semanas depois surgiu o curso para voluntários, só que aí eu não quis ir, ‘não quero mais ir ao curso’, disse. Aí para obrigar a gente eles disseram ‘se não for, não pode ser mais voluntário’. Aí eu disse ‘não vou ao curso, então me tira do voluntário’.

Então, por um tempo eu não era voluntário, eles realmente haviam me tirado, mas no Telecentro não tinha mais como falar ‘vai embora, Cleber’, eu já tinha uma amizade legal. Daí o pessoal disse ‘olha, segundo o pessoal da Prodam aqui decidiu que você é usuário’.

Tinha o Thiago Guimarães, a Paula Takada, acho que na época era só o Thiago e outra menina, depois chegou a Paula Takada, e eles tinha um belo de um medo. Eu era usuário até o momento que eles descobriram que era voluntário, e falavam ‘mas porque o Cleber pode ficar sentado mexendo?’, só que eles não entenderam durante a ida do pessoal que eu era usuário.

Então, tinha que sentar e mexer.

Não podia falar não, não pode, e, com isso, eu já tinha aprendido bastante com algumas pessoas amigas. Então foi isso, eu fui fuçando para aprender. A parte legal também é porque foi um desafio para mim.

Depois disso, vou dar um salto, depois de um tempo eu conheci o Federico (Vazquez) e a esposa dele, a Carla. Eles tinham um projeto, tipo um jornalzinho de bairro, só que era um projeto diferente, aonde você é ativista.

Lia - Como?

Cleber - Até então, jornalzinho de bairro era falar bem do local e a proposta que eles colocavam era ser ativista, mas falar bem, você fazer bem. Ele chegou através do Jesulino no Telecentro. O Jesulino sempre foi de procurar coisas novas para o Telecentro, então ele conseguiu essa pessoa que era de um ativismo mediático, um grupo que fazia ativista. E aí o Jesulino levou eles, para montar no Telecentro, um grupo de ativista na Tiradentes, ativista comunitário. E a Carla, a esposa dele, fazia trabalho de como você deve se colocar no mercado de trabalho. Só que o projeto tinha custo, já o Federico era porque ele gostava de fazer, o mediático era dele. O da Carla tinha um custo, só que o dela não pegou justamente por causa deste custo. Daí ficou só o Federico e o(alguém).

E aí a gente chegou a fazer um jornaleco na comunidade, começamos a aprender alguma coisa não de jornalismo, mas como é que você pode expor as suas ideias. Como faz para expor tal e aí o Federico foi me conhecendo, aí eu fui meio se destacando também. Ele ficou sabendo que na época de gestão eu tinha ido no Telecentro, conheceu o Cleber, tal. Aí ele trabalha na Câmara Americana e aí ele fez o convite ‘olha, você não quer trabalhar na Amcham, na equipe de programador?’. Até então eu não era programador, eu sabia mexer com Linux, sabia fazer algumas coisinhas, eu estava iniciando na programação. Aí eu recusei. Eu não queria por vários motivos, um porque a minha mãe tinha pressão alta, ela trabalhava como faxineira, e, por conta de tudo isso, ela vivia passando mal. A minha negação a ir para a Amcham é que eu tinha que estar mais próximo de casa para dar uma ajuda para minha mãe.

Teve um irmão meu que tinha sido preso, Claudinei, o mesmo do pirulito do palhaço. Ele é duas vezes mais velho. Depois de mim, Claudemir, Claudinei, Alexandro, Cleber e Cleiton. Era 2004, foi a primeira vez que ele foi preso. Nessa época, ele estava em Itapevi, ele estava morando com uma tia, aí ali chamaram ele para roubar ônibus, ele decidiu ir morar com a minha tia. Queria sair da Tiradentes e aí, como ele era muito apegado a essa minha tia,

resolveu ir morar com ela, era em Itapevi. Não era um lugar muito legal e ela não ficava em casa, trabalhava. Aí ele foi conhecendo o pessoal de lá, foi se enturmando, aí chamaram ele para ir roubar um ônibus. Ele assaltou e, na ida para casa dele, vinha vindo um carro de polícia, aí ele jogou a arma no rio. Mas os policiais viram ele jogando alguma coisa, aí abordou, achou a arma. Daí foi preso. Até então, não ia pegar nada, mas a arma tinha uma numeração. Só que qual foi o problema, quando levaram ele para delegacia, lá estava o motorista dando queixa. Aí o motorista falou ‘foi esses dois’, esse foi mais um dos motivos de eu não ir para Amcham na época.

A minha mãe vai ficar passando mal, nervosa de ver o filho preso, pensei. Nervosa, stress do trabalho, aí eu não fui. Nisso eu tinha tipo uma bolsa auxílio no Telecentro. Trabalhava e já recebia uma ajuda de custo. Então, para mim era um salário e estava perto de casa. Qualquer problema, eu corria para casa para ajudar.

Aí o Federico foi falando, colocando algumas situações reais, ‘olha, legal você pode ajudar a sua mãe dessa forma, é bonito, mas é legal que esteja ganhando mais, por exemplo, para pagar um advogado para seu irmão. Você consegue ajudar de outra forma’. Daí foi como levou eu a sair do Telecentro. Foi por volta de 2004 /2005 que eu saí do Telecentro. Aí eu fui para Câmara Americana trabalhar como programador de web.

Da primeira vez que eu aceitei, ele não tinha me contado que tinha que fazer uma entrevista. Daí eu fui na entrevista. Então, imagina de Tiradentes até Santo Amaro eu gastava duas, três horas, tinha que estar na entrevista às 9h. Para eu pegar o ônibus tudo, eu tinha que sair de casa 4h30 da manhã. Aí fui fazer a entrevista, eu fiquei entre três que finalizou a entrevista. A entrevista teve várias etapas como era programando, teve a entrevista formal, para se apresentar, ‘por que estava ali?’. Tinha outra que era falar o que sabia, e tinha uma que era um teste, você tinha que fazer uma página da internet ali na hora. Eu cheguei até a última que era fazer página da internet, daí qual era o grande problema, morar longe. Eu estava disputando com pessoas que mora perto, tinha carro, não sabia muito. Eles sabiam coisas mais do que eu. Aí eu não pude entrar nessa primeira vez. Aí Federico falou ‘não perde as esperanças, não é assim também, o bom foi que te conheceram na entrevista’. Aí ele foi falando com o Mauro. Era bem dividido na Amcham, por exemplo, tinha o chefe do setor de web, que era o Mauro, e o Federico era coordenador na área de web. E aí ele foi falando com o Mauro até o momento que eles falaram ‘vamos chamar o Cleber, para ele trabalhar aqui, não precisa de entrevista, ele vai vir’.

Ai eu fui trabalhar lá, eu fiquei um ano. Nesse ano, eu fui aprender muito mais, muito mesmo. Nesse ano, eu consegui estudar informações mesmo para aprender. Nessa época, eu já

sabia um pouco mais, já sabia mexer com vários programas, sabia mexer bem com Linux. Tanto que, na Amcham, a primeira coisa que eu fiz foi tirar o Windows para colocar Linux. Eles falaram ‘não pode porque é uma empresa e, se você quiser, não tem suporte para os computadores, tem uma equipe aqui dentro que se tem problema, eles arrumam, mas se tem problema e você estiver com Linux, você vai se virar’, eu falei ‘tudo bem, eu quero então’. Eu era o único na empresa que tinha o Linux. Áí um ano depois, assim que voltamos das festas e tudo, tinham trocado o Mauro por um rapaz chamado Luis Fernando. Eles começaram a diminuir a equipe, estava tendo o dissídio, estava diminuindo o quadro e, enfim, os mais novos iam ser mandado embora. Como o Cleber era o mais novo, foi mandado embora. Assim que eu fui mandado embora, como eu estava acostumado o ritmo de trabalho, foi um momento que bateu meio um desespero. Eu disse ‘Pô, e agora, como eu ajudo em casa?’. Eu não sabia exatamente como colocar, mas fiquei muito desesperado, de chorar por semanas. Minha mãe disse ‘calma, você vai arrumar outro emprego. E eu, não sei, fiquei desesperado mesmo.

Daí, depois de umas três semanas, o Federico me ligou e falou ‘eu estou montando uma empresa, ainda não tem ninguém na empresa, ela está começando mesmo, e, se você estiver afim, eu queria que você fosse trabalhar comigo’. Depois de eu ter amizade com o Federico, ele me contou que também foi estratégia dele me colocar na Amcham, para eu aprender para ele depois me ter na equipe deles. Ele disse ‘foi estratégico, porque eu vi que você aprendia rápido, você gostava de aprender’. Áí, voltando, ele me chamou para trabalhar com ele. Era uma salinha bem pequena mesmo, tinha uma empresa do sogro dele e nessa empresa tinha uma sala. Áí eu atendia o telefone, eu programava, eu cuidava das coisas, o salário era muito baixo, comparando com o que eu ganhava na Amcham, e muito abaixo do que eu ganhava no Telecentro. No Telecentro era R\$ 610, na Amcham era R\$ 1.200 e, com ele, era R\$ 300, mais passagem. Não era registrado. A empresa chamava Looping, era na Praça da Árvore. Ele falou ‘eu estou tirando do meu salário para de te pagar, é uma empresa nova, está começando, tem tudo para crescer e, com ela, você vai crescer também. Se você arrumar outra coisa, claro que você pode ir’, eu me senti um pouco preso à empresa, preso porque uma semana depois de sair da Amcham, ele me chamou para trabalhar, então eu achava que eu devia alguma coisa para ele também, tipo um favor, algo assim. Mesmo que aparecesse coisas novas, eu recusava. A SOS Computadores, depois de um bom tempo, me chamou, eu recusei, eu falei, ‘estou empregado’, nem chequei para ver quanto eu ia ganhar, nem fui.

A empresa até foi crescendo, conforme ia crescendo, ele aumentava meu salário tudo.

Até o momento que chegou a crescer, pegar uns projetos bons, deu uma expandida. A gente ia mudar de local, já tinha vindo mais três pessoas para trabalhar na empresa, eu já ganhava o que ganhava no Telecentro. Então, para mim, já estava bom. Não era o que eu ganhava na Amcham, mas era o que eu ganhava no Telecentro. Aí a gente veio para cidade, para a Praça da República. E nisso a empresa foi crescendo mesmo e, novamente, conforme aumentava a empresa, ele aumentava o meu salário, conforme ele havia conversado. Ele registrou a minha carteira. Mesmo estando na Zoping, eu continuava dando alguns curso no Telecentro, como voluntário.

Lia - Lá em Tiradentes?

Cleber - Aí era fim de semana, a gente chamava não de curso e sim de oficina, porque era algo que deixava de ser aquele curso básico. Era uma coisa avançada e, normalmente, quem dava as oficinas era eu. Com o que eu tinha aprendido na Amcham, com o que eu tinha aprendido no decorrer do tempo, tudo programação web. Teve um curso só que eu dei que era muito diferente de qualquer coisa fora de informática, que era de desenho, o único. Todo o resto era programação.

Eu saí da Looping, em 2008, eu ganhava R\$ 1.300, que era o salário que eu ganhava na Amcham. Aí eu, no final do ano, não estava muito legal. Entrei na Simples Consultoria, em 2009. Eu faço quase a mesma coisa. Hoje eu sou programador lá na Simples e cuido dos servidores. Eu que mantenho os servidores em pé ou não, chama Fy Admin, administrador, pessoa que cuida de infraestrutura do local. Eu ganho R\$ 2.000, registrado.

Lia - Você continua ajudando em casa?

Cleber - Eu continuo ajudando em casa. Nessa entrada na Amcham, eu consegui pagar advogado para meu irmão. Então é realmente o que o Federico colocava, dessa forma, eu pude ajudar mais do que só ficar ali perto. Então eu continuo ajudando em casa. Meu irmão mais velho, Claudemir, também é padeiro, só que hoje está desempregado, então ele pegou um pedaço da lojinha da minha mãe e fez um lojinha para ele. Ele trabalha por conta própria, ele vende. Eu brinco com ele e chamo de muamba, mas ele vende celular, capinha, coisa de camelô. O Claudinei está desempregado. Faz dois anos agora que saiu da cadeia. Ele teve bastante problema, ele é daquela época que teve rebelião. Então, rebelião, Claudinei envolvido, fuga, Claudinei envolvido. Teve um tempo que ele fugiu e ficou um ano na rua.

Como ele não podia arrumar emprego, ele começou a trabalhar por conta própria. Então ele vendia, pegava papelão e vendia, pegava alguma coisa e vendia. Aí um belo dia, com o papelão no carrinho indo vender, os policiais viu ele, pegou e levou para delegacia. Como era fuga, ele voltou. Ele tinha pego cinco anos, depois a pena aumentou. No total, ele tinha pego 18 anos, só que ele ficou sete ou oito anos preso, uma coisa assim. Contratamos advogado, era réu primário, teve a complicação por causa da fuga. Aí ele só foi sair agora, faz um ano ou dois que ele saiu. Ele está desempregado, quer dizer, ele trabalha entregando pizza, em uma pizzeria, mas não é registrado, não é fixo, mora com meus pais. O Claudinei e a noiva dele estão juntos.

Lia – Seus irmãos estudaram?

Cleber – Claudinei, na 5ª série, Claudemir, na 8ª, Alexssandro, na 6ª série e Cleiton, na 6ª série. Todos abandonaram a escola, o Alexssandro também está desempregado, mas ele mora com uma menina. Acho que faz bico, tipo pedreiro. O Cleiton também é desempregado, mora em casa e é o menorzinho. Então, apesar de ter 20 anos, ele não trabalha, fica em casa mesmo.

Lia - Eles não foram para o Telecentro?

Cleber - O Alexssandro, na época que eu estava dando curso, eu chamei ele. Nessa mesma época, Alexssandro foi morar na casa dos meus pais com uma namorada. A namorada dele era do tipo ciúmes até do cabelo. Aí, quando eles foram fazer o curso no Telecentro, ela tinha ciúmes, eles meio que brigavam, ele tinha ciúmes se ela sentava do lado de algum homem. Aí terminou tudo. Foi uma, duas, três vezes e abandonou. Aí, como eles não gostavam de computadores, disseram ‘eu não vou fazer o curso’.

Um exemplo, o Claudinei foi trabalhar na pizzeria. Ele precisou de uma moto, ele sabe desmontar e montar de novo uma moto. O Alexssandro adora carro, consegue montar um motor de um carro, só que eles não aproveitam isso. O Claudinei é de moto, o Alexssandro é de carro. O Claudemir fez curso de eletricista e é padeiro, mas ele nunca procurou a profissão dele. O Cleiton é o único que nunca quis fazer curso e nada.

Lia – Onde você montou a loja para sua mãe?

Cleber – Nessa minha saída da Zoping eu fui chamado para trabalhar em Brasília e em Porto

Alegre, aí, como não tinha nenhuma vaga aqui em São Paulo nas empresas, eu ia para Brasília. Imagina eu ia para Brasília na situação que meus irmãos são acomodados, meus pais ficariam a mercê. Minha mãe estava trabalhando em uma empresa chamada The client, ela fazia limpeza, era uma empresa de telemarketing, e meu pai estava desempregado fazendo os bicos. Eu falei ‘melhor coisa que eu faço é montar alguma coisa para minha mãe, pelo menos ela vai ter alguma renda dali, aí eu ajudo como puder’. Daí, como estava tudo certo para eu ir para Brasília, eu montei essa lojinha para ela. É em frente a uma escola, por isso é uma lojinha. A princípio, eu montaria uma padaria, porque meu pai e meu irmão são padeiros, então os dois trabalhariam, meu irmão poderia entregar pão etc., só que o dinheiro para fazer isso era muito alto. Então eu disse ‘eu monto uma lojinha e a senhora faz meio que uma estratégia’.

Lia - Quanto você investiu?

Cleber - Eu investi R\$ 10 mil, eu tinha guardado. Ela está conseguindo viver dali, um mês dá R\$ 3 mil de lucro. É junto de uma escola, o meu pai ajuda ela. Porque de lucro? Só a lojinha, de lucro, estava dando R\$ 1.300/1.500. Como ela viu que estava dando R\$ 1.500 de lucro, ela começou a colocar sorvete, bala, coisas de comer também. Então, com isso, deu uma dobrada. Fica na Cohab 2, em Itaquera. Aí acabou que estava tudo certo para ir para Brasília. Aí veio a proposta aqui em São Paulo. Ia ganhar quase a mesma coisa aqui, era mesma a coisa só que eu tinha que pagar quitinete em Brasília, o gasto era maior. Então eu falei ‘vou ficar aqui em São Paulo’. Bom, aí ela ficou na lojinha, eu fui fazer as minhas coisas. Eu tenho essa empresa que eu montei Seven Plonet, então a gente montou.

Lia - Já está regularizada?

Cleber – Já, apesar que deu um problema, não jurídico, nosso contador é meio cabeçudo e abriu empresa normal, não no Simples que teria menos impostos, está no processo de mudança, estamos atrás, isso pegou a gente de surpresa. Imagina o projeto que a gente cobrou X, o imposto vem alto.

Lia - Você faz coisas paralelas enquanto está na Simples, é isso?

Cleber - É a proposta que eu fiz para a Simples, tanto que o contador sabia da existência da

Seven Plonet. Então, para mim, era melhor juntar do que..., sabe, quanto mais cabra, mais cabrito. Mais é melhor. Eu cuido de uma área X e a empresa pode cuidar de outra, essa foi a proposta de a gente juntar a Seven Plonet com a Simples, eles estão avaliando.

Lia - Que trabalho você já fez com Seven Plonet?

Cleber – Olha, tirando o trabalho aqui da Momento, que é o mailing, banco de dados, fizemos o site do Brasil de Fato, nós reformulamos, que é o site de um jornal. Nós estamos mantendo o site do Telecom Online, na verdade, foi feito por nós, mas nós que estamos mantendo. O site da Zooping, nós que estamos mantendo, nós desenvolvemos também. Como a gente se uniu, agora, o trabalho que nós fizemos na Zooping, nós começamos a manter. Têm serviços para servidores, nós fizemos para outras empresas.

Lia - Cleber, nesse seu aprendizado, o que você apreendeu pela internet, você colabora com alguma comunidade? De qual comunidade você participa e de que forma você participa?

Cleber – Então, hoje, eu colaboro bastante. Eu comecei a colaborar em 2007, foi quando eu comecei a entender mais de *software* livre, de como é que funciona internet com *software* livre em si, você tem isso. Você tem esse *software*, você sabe desse aplicativo que você pode usar, mas é melhor se você pode também ajudar. Então, eu comecei com o Zope Plone. O Zope é o *server* baseado em uma linguagem chamada *Phyton*. O Zope serve para fazer página na internet, ele também é um *websender*. O mais famoso hoje é o Atach, o Zope não é concorrente do Atach. Eu posso não usar o Atach, eu posso usar o Zope para criar a página da internet e ter o *websender*. Tanto que o site da Amcham é tudo feito em Zope. Foi o primeiro site brasileiro a ser feito em Zope. E Plone é um produto, a gente chama ele de CNS, o Plone é um produto do Zope. Então, imagina o seguinte, para fazer uma página no Zope, você precisa de programadores fazendo, com o Plone, ele roda em Zope. E aí você pode instalar e você já tem a sua página, tudo que você precisa, calendários, enfim, e eu comecei ajudar essas comunidades primeiro.

Lia - O que te levou a ajudar? A necessidade de aprender mais?

Cleber - O que levou mais foi a necessidade de aprender e a vontade de ajudar. Eu sentia que eles colaboravam comigo também, e tudo que eu precisava, estava lá. A primeira coisa que eu

fiz, na verdade, eu entrei em contato com um dos programadores, ele tinha um programinha que eu precisava. Eu falei olha, esse programa aqui ele não faz, era um programa de calendário, eu falei ‘eu não consigo fazer’, fiquei procurando, procurando, então passou um ano e eu não tinha histórico, não tem como fazer, pensei. Até então, eu não colaborava ainda. Aí ele fez, nisso que ele fez, eu falei ‘que legal’, então eu senti que ele colaborou comigo. Aí uma forma de eu devolver foi ajudar a comunidade que ele participava que era do Zope Plone. Daí eu passei a colaborar fazendo aplicações, novos produtos para Zope Plone. Com isso, também ajudei a comunidade PHP a fazer algumas coisas. Um pouco antes de mexer com o Zope, eu já tinha mexido no PHP, então, para mim, era devolver o que eu aprendi com eles. Linux, unidade de *software* livre em si.

Lia – Foi tudo a partir de 2007?

Cleber – Antes, em 2006, por aí. Eu tinha mais essa visão de querer vender, por exemplo, eu estava no PHP, eu queria vender, vou fazer um programinha, uma página de internet e vou vender. E então você imagina se fosse esse calendário, eu não colaborar, eu ia falar ‘olha, eu te vendo essa funcionalidade, entendeu’, não era ajudar era vender. Assim, não tinha muito retorno, você fazia aí ia vender e, no mesmo dia, você falava ‘meu, sério, eu posso usar isso aqui que funciona da mesma forma’. Aí, no final de 2006 para 2007, que eu comecei a colaborar, justamente de pedir ajuda e fazer. Eu pedia, eles faziam e não me cobraram nada, e, claro, você cobra por diversas coisas, mas isso era muito, era uma nova funcionalidade que eu também ia usar. Aí que eu passei a ajudar mesmo.

A linguagem Phyton eu já tinha quem havia me falado, foi na época da Prodam, do Governo Eletrônico, tinha falado ‘não, esse pessoal tem que fazer, pesquisar o Linux testar o local, tem uma linguagem chamada *Phyton* que o pessoal faz em Linux’. Depois que eu ouvi falar mesmo, Phyton é isso, então eu sabia que já existia tudo isso, que para mim era novo, só que existia seis colaboradores já. Daí eu passei a colaborar com Zope Plone, eu larguei PHP, porque imagina tudo o que fazia em Zope Plone em cinco dias, em PHP, eu demoraria de dois a três meses. Então eu larguei e passei a mover mais por esse lado do Zope Plone. Apesar da comunidade ser muito grande, daí eu continuo colaborando. Inclusive, semana passada, eu precisei de um aplicativo que é para um site de um cliente, na verdade, era mais uma funcionalidade, o cliente fazia *upload* de arquivos, só que ele que fazia *upload* de mais de um arquivo de uma vez só, aí eu achei um produto da Plone que fazia isso. Só que na hora de subir os arquivos tinha um problema, tinha uns erros, aí fui lá, arrumei, funcionou. Aí eu

devolvi para o programador dizendo que tinha um erro, eu corriji e está aqui. Aí, essa semana, eu vi que ele lançou a nova versão do produto com o meu nome como colaborador, é bem bacana, você começa a ver o retorno. O retorno não é em dinheiro, mas é um retorno gostoso, é de reconhecimento do que você fez. ‘Eu estou usando *software* que você fez’. Um dos exemplos foi durante o Fisl do ano passado, um rapaz veio e disse ‘você que é o Cleber?’, eu sou conhecido como Cleber do Telecentro, eu estou usando um produto que você fez, o SAP Show, que tem um projeto na Câmara, casa legislativa, chamado site da prefeitura de Vassouras, da Câmara Municipal de Vassouras. Feito o Zope Plone, o projeto que o desenvolvedor do Zope, agrega um produto que eu criei, um slide show, basicamente, passa imagem e notícias. Aí ele falou que na internet usa todos os projetos das câmaras municipais. Então isso é um retorno agradável para mim, pelo reconhecimento, as pessoas te conhecem pelo aquilo que você fez.

Lia – Como é que você se vira no inglês?

Cleber – Bom, eu estudei na escola. Nessa empresa que eu estou agora, tem dois rapazes que sabem inglês, então a gente fez um banco de estudos, combinamos um de aprender com o outro inglês. Claro que eles sabem bem mais. A gente pega uns livros, mas meu inglês é político, tem muita coisa, eu uso o Google, não para copiar e colar, uso o Google para fazer a tradução e o pouco que tenho de inglês, eu olho para ver se está certo ou errado. Fico me virando.

Com programação especificamente, com o inglês, eu sinceramente não sei te dizer como é que eu consigo fazer a programação. Eu entendo o que está escrito, eu entendo o que eu estou fazendo, mas eu não sei dizer em inglês o porquê daquilo. Por exemplo, no ano passado, teve um encontro de simpósio dos criadores do Zope Plone. Veio para o Brasil para este encontro, muita gente, eu também fui, mais dois desenvolvedores da Simples. Aí eu sentei com os desenvolvedores, a gente comendo, calados, eles falavam, eu entendia, mas não consegui desenvolver. Aí teve uma hora que ele vira para mim e fala assim ‘você também é programador e desenvolvedor, você faz o que?’

Eu não sabia o que ia responder, ‘eu sou programador’, eu disse, mas aí morreu o pão, eu não falo inglês, para mim, foi chato que eu não pude aproveitar. Os criadores estavam aqui, mas foi bom porque pude ver o quanto eu tenho que me virar para aprender inglês.

Lia - Você acha que melhorou um pouco?

Cleber - Sim, deu uma melhorada. Esta semana eu tive que escrever para esse rapaz, era em inglês, eu já não precisei do Google, foi na raça mesmo, mas claro que depois joguei no Google para ver se tinha coisa que batia e aí foi tranqüilo, deu para responder. A ideia é eu entrar no curso de inglês mesmo, só que qual é o problema, eu tenho medo que esses cursos sejam praticamente aquelas coisas de encher lingüiça sabe? Muitas pessoas falam esse aqui é bom, esse você vai realmente aprender, eu não quero saber decoreba, eu quero aprender, tem a Cultura Inglesa, que é caro, etc, etc. Aí a minha ideia é tentar juntar dinheiro para, no ano que vem, eu ir para fora do Brasil. Ou, se caso não der, fazer o curso ou na Cultura Inglesa, ou no Wisard mesmo.

Eu fiz um curso de espanhol na Tiradentes, era uma associação, e aí eles trouxeram um professor espanhol, ele era espanhol. Ele falava pouco português, só que tinha hora que ele falava português em espanhol, eu fiz oito meses de espanhol.

Lia - Cleber, você tem vontade de fazer faculdade ou não?

Cleber - Eu tenho, até então, acho que é muito importante, para mim, trabalhar, sair do Telecentro, sair da empresa foi importante, você lidar com pessoas que sabem mais que você, lidar com pessoas com outro nível. São pessoas que conseguem te dizer, isso aqui está errado, independente, mantêm diálogo, têm discussão, fala que está errado. O mercado de trabalho vai te exigir mais, infelizmente. Hoje a faculdade, ela está sendo vista mais como amanhã eu tenho que arrumar emprego, do que como aprendizagem e base para um emprego .

Mas é muito importante. A faculdade que estou querendo fazer é matemática, baseado também no que eu quero de programação, ou alguma que seja voltada para informática, menos ciência da computação.

Lia – Por que?

Cleber - Porque durante o Telecentro tinha uma rapaz que fazia ciência da computação e, muitas vezes, ele me perguntavam coisas da faculdade que eu já sabia, eram pessoas que já estavam na faculdade, era uma coisa básica e a informática básica da faculdade, aí não é minha área de fazer isso. Mas qualquer outra área tipo que mexa com banco de dados, com infra, mas voltado para matemática.

A prioridade hoje é o inglês, justamente porque nessa área estão pedindo mais inglês,

do que a própria faculdade. Eu tenho que dominar isso, não tem outra forma de fazer, nessa área, não tem outra forma.

Lia – Como é o seu lazer, do que você gosta, como você gasta o seu tempo?

Cleber - Olha, o pessoal da empresa dá risada, mas vamos lá, meu *hobby* é programar. Mas lazer eu normalmente saio com amigos, eu sou católico, eu participo de uma igreja, normalmente ou eu estou na igreja, ou estou em grupos de jovens na igreja com esses amigos. Meu lazer é isso, mais perto dos amigos, tudo que eu faço é com os amigos da igreja. É a católica na Tiradentes. Eu participo de um grupo da Barra Funda, chamado jovens Sarados, sarados de espírito, academia da sua alma, mas é uma pegadinha mesmo. É um grupo muito grande, tem em São Paulo e fora. Um exemplo, eu passei o ano novo em Cachoeira Paulista, tinha um encontro dos jovens sarados pela Canção Nova, a gente estava lá, então a minha vida é isso. Ficar no meu computador, que é o meu *hobby*, programando, descobrindo coisas novas, enfim.

Lia - Você comprou o seu primeiro computador quando?

Cleber – Bom, tendo que eu ganhei os meus dois primeiros computadores, o primeiro foi aquele que não rodava, só tinha o programa para locadora, o segundo, eu ganhei quando estava no Telecentro. Este já era bem melhor, já tinha Linux, tinha Conectiva. Esse tinha o Windows, compartilhamento com Conectiva, bem antigo. Primeira coisa que eu fiz foi tirar os dois e instalei o Linux, inclusive, foi a minha primeira instalação de Linux foi nesse computador, a qual eu demorei três meses para instalar. E eu fui na aventura de instalar, não dava certo o que eu instalava. Não dava, não dava. E, com isso, se passaram três meses e, no terceiro, mês eu consegui. Foi com muita insistência. Aí, quanto eu consegui, formatei de novo pra ver se tinha aprendido. Aí, depois desse, fiquei um bom tempo com ele. Aí quando eu entrei na Zoping, eu tive condições de comprar outro computador, que é meu primeiro computador, o que eu tenho ainda até hoje. Comprei o computador, um computador bom, ah, eu comprei também um que tem Linux que é da Nokia, a Nokia agora está colocando Linux, com internet e tudo. Tudo que esses computadores têm, ele também tem, esse é o meu segundo brinquedo. Aí agora eu pretendo comprar um *notebook* que será o meu terceiro brinquedo. Eu tinha comprado um *notebook*, só que as empresas ainda estão travando os computadores para Windows, aí eu vendi. Eu não consegui instalar o Linux, eu consegui

mexer, mas não instalei. Achei um absurdo fazer tudo isso e não ter suporte, a empresa disse 'se vira'. Aí eu vendi o *notebook*. Agora eu vi um computador da Dell que dá para colocar Linux, esse é o que eu vou comprar. Para atender clientes, até pata ter algo móvel. Às vezes, têm coisas que necessito que estão em casa, eu teria que ter um IP fixo para pegar as coisas.

Lia – Na sua avaliação, Cleber, que oportunidades você acha que conseguiu com sua experiência no Telecentro como voluntario, usuário, monitor? O que isso trouxe para sua vida? Você acha que teve importância?

Cleber – Eu acho que mais que acelerou para entrar no mercado de trabalho, porque a gente ainda sofria o preconceito de qualquer empresa que você ia e falava que morava em Tiradentes, tinha certeza, eles não contratavam. Tanto que o currículo a gente colocava assim: Cidade Tiradentes/Guaianases, se colocasse cidade Tiradentes, apenas, eles não contratavam.

Lia - E qual é a diferença?

Cleber - Porque quando você colocava assim, eles achavam que você morava em Guaianases. Como era um bairro que estava crescendo, era a mesma Cohab, só que Guaianases era o bairro nobre entre esses dois. Então me ajudou entrar no mercado de trabalho! Talvez, eu não sei dizer, mas eu poderia ter caído em caminhos errados se eu não tivesse me envolvido no Telecentro, por exemplo, eu vi vários amigos meus de rua ser assassinados, perderam a vida porque fizeram coisas erradas, eram amigos mesmos. Então, com o Telecentro, eu tinha meio que me isolado desses amigos, porque meu tempo era escola de manhã, à tarde, Telecentro e, à noite, dormir. Então eu não via esses amigos que eu achava que eram amigos. Então eu comecei a me envolver com a igreja, comecei a ter outros amigos, outras caminhadas. Eu vejo o Telecentro como parte importante da minha vida, justamente por causa disso, ele me fez sair de um grupo de amigos que poderia ter me levado para um caminho alternativo, não muito legal, além do que, me proporcionou a entrada rápida no mercado de trabalho. Foi meu primeiro trabalho, mesmo sem carteira assinada, e também a comunicação fez com que eu aprendesse a se comunicar. Como eu disse, era muito calado e tímido.

Lia –Você acha que, se não fosse o computador, você seria o que?

Cleber - Com certeza alguma área de desenho, animação, eu escrevia para o Maurício de

Souza, eu sempre desenhei. Eu escrevia aquelas coisas de criança, olha, eu quero ir conhecer a turma de vocês, gostaria de apresentar personagens meus para trabalhar com vocês. Era esse o tipo de conversa, eles respondiam, teve até um convite para participar do estúdio, só que na época eu fiquei doente, acho que fiquei mais doente por não ir.

Comuniquei com a Editora Conex, na época teve uma moça que trabalhava na editora, a Heloísa, que veio e falou e comigo, fizemos um projeto junto. Eu participei de alguns projetos da Conex, eu escrevia alguns quadrinhos, falava para editora, tinha que ficar lá desenhando os personagens, eu era mais envolvido nessa área de desenho. Hoje eu ainda desenho, por diversão, pintura eu gosto muito.

Lia – Você acha que, na sua casa, só você conseguiu se formar, ter uma perspectiva melhor de vida? Vocês são cinco irmãos, todos faziam escola pública, e só você concluiu, só você se interessou por outra coisa.

Cleber – Uma parte eu não sei, não sei muito exato, mas uma parte o que influenciou bastante essa questão de amizade. Os meus irmãos se deixaram levar por amigos, enfim, o Telecentro me privou disso. Além do Telecentro, eu sempre estudei em escola pública e fui o tipo *nerd*, era o meu jeito, eu não gostava muito de ficar no meio de muita gente, eu era muito de ficar sozinho comigo mesmo. Apesar de gostar de sair pra se divertir, eu tenho momento que eu quero ficar comigo, e isso é meu mesmo.

Mas acho que a parte importante que moldou mesmo foi exatamente isso de privar de amizades que poderia me fazer sair fora do caminho certo.

Os meus irmãos eram os que cabulavam aula e meus pais foram duros, por exemplo, tinha um livro da 4ª série, inclusive, de como eu aprendi a ler foi muito engraçado. Mas eu tinha um livro, a minha mãe colocava a gente para ler, ela ensinava a gente a ler, ela era rígida.

Você tem que estudar, ter uma profissão. Meus irmãos não gostavam, eles achavam que aquilo era chato, eu também achava, mas tinha um pouco de medo da minha mãe e meu pai, era respeito. Aí eu chegava na escola com aquilo na cabeça, que tinha que estudar e, meus irmão, eles direto cabulavam aula, repetia de ano, eles repetiam muito, matava aula para jogar fliperama, bola.

Eu nunca fui muito apegado a esporte, o único esporte que eu pude fazer foi capoeira, eu entrei por causa de amigos, depois saí, não era muito a minha cara, não gostei muito.

Gostava mesmo era de desenhar, eu me baseava muito no pai da minha mãe, meu avô

fazia planta de casa, antes de ele falecer, ele morou na casa da minha mãe. Sempre que ele estava desenhando, eu estava junto com ele, tentando fazer o que ele fazia, eu aprendi a desenhar um pouco com ele .

Nunca tive vontade de pular para o lado, dizer ‘vou aprontar’.

Lia - Como se chamam os seu pais?

Cleber - Francisco Santos e Claudionice Maria de Jesus Santos.

2 Clerrison, Luís dos Santos, o Teddy, 30 anos

(entrevista realizada em 18 de novembro de 2010, em São Carlos)

Teddy - Eu sou Clerisson Luís dos Santos, tenho 30 anos, natural aqui de São Carlos, nasci na Vila Neri. Minha mãe chama Cleia Fátima dos Santos, tem 54 anos agora, e o meu pai é mais novo, completou 50 anos no último mês de julho. Meus pais são separados faz tempo, desde quando eu era recém nascido. Na verdade, eu fui criado pela minha mãe, né.

Minha mãe trabalha como doméstica, e meu pai trabalha no administrativo em São Paulo. Não sei se ele está diretamente no escritório, no lugar em que ele trabalha. Não me recordo se ele está no escritório ou viajando.

Lia - Você tem irmãos? Ou é filho único?

Teddy - Somos cinco, e eu sou o mais velho de casa. Depois tem o meu irmão Jonathan, que tem 25 anos, é casado e não mora mais com a gente. Inclusive eu também fui casado, já tenho filhos e tudo, mas separado recentemente. A minha irmã, Maia, tem 21 anos, e meus dois outros irmãos são Dalton, de 19 anos, e o Mateus, de 15 anos.

Lia - Como foi a sua infância?

Teddy - Eu digo que foi normal. Não digo que foi aquelas coisas que todo mundo vai contar a história: ou ela sofreu demais, ou foi feliz demais. Eu digo que foi normal, foi um pouco das duas coisas. Assim, foi um pouco sofrida, por causa das dificuldades financeiras. A minha

infância foi bem na década de 1980, onde nós sabemos que foi a década que sucedeu o regime militar. Todas aquelas dificuldades que existiam, as coisas eram bem caras, absurdas. A gente não podia ter nada dentro de casa. Para ter uma televisão, tinha que fazer uma dívida quase que eterna. Mas (a minha infância) foi bastante feliz, porque eu tive muito contato com outras crianças. Eu e o meu irmão, Jonathan, a gente aprendeu muita coisa legal, entre a molecada. O que era certo, a minha mãe sempre nos orientou e o que era errado, também. Ela sempre procurou nos educar, de forma que a gente sempre respeitasse as pessoas. Não aquele tipo de educação. Hoje em dia, eu fico preocupado, porque fala para criança: ‘Você não tem que ser burro de ninguém, você tem que amar os daqui de casa, os de fora, não’. A minha mãe sempre me ensinou que as pessoas de fora são assim e, assim, a partir do momento que as pessoas são mais velhas, que ele está conversando com você e te faça bem, você tem que ouvir, respeitar.

Lia - Você estudou onde?

Teddy - Aqui em São Carlos. Eu estudei no Eugênio Franca. Estudei também, na época, no Oliveira Rocha, estudei em várias escolas. Em São Paulo, eu morei dois anos com o meu pai, entre 89 e 90, mas lá eu não estudei. Eu não terminei o primeiro grau. Em 2000, eu tentei fazer Tele Sala, para poder matar a quarta série em um ano. Eu tentei fazer esse esquema, mas acabei não completando, faltou dois meses para mim terminar. Na época, eu tive que para trabalhar à noite para ajudar a minha mãe, porque estava difícil as coisas em casa. Acabei não terminando, só que eles me passaram de ano, por causa da aprovação automática. Nessa de aprovação automática, quando eu tentei voltar a estudar, me puseram na sétima e oitava séries. Eles me pularam duas séries, a quinta e a sexta. Mas quando eu fui atrás do meu histórico, no ano passado, para entrar em uma empresa, eu não pude pegar o histórico, porque não consta a quinta e a sexta série no meu histórico. Eles me reprovaram, eu tenho que voltar para a quinta série se eu quiser voltar a estudar. Lá em casa, eu parei de estudar e o Dalton parou para trabalhar, mas vai voltar. O Jonathan e a Maia terminaram o colegial, e o caçula, o Mateus, ainda está estudando.

Lia - O seu português é muito bom para quem não terminou nem o primeiro grau...

Teddy - O hip hop tem quatro elementos: a dança, que é o *break*, o grafite, o DJ e o MC. Os dois últimos compõem o rap. Uma das funções do rap é educativa. A pessoa tá ouvindo e vai aprendendo. Por isso, é preciso escrever certo. Eu leio muito dicionário. Burro é o que não

sabe e não busca. Eu leio artigos na net, jornal, revista política. Leio para me esclarecer.

Lia - Você parou de estudar para ajudar a sua mãe?

Teddy - Sim, eu comecei a trabalhar como vigia noturno. Eu fiquei quatro anos naquele emprego. Vigia entre aspas, eu trabalhava na produção. Também ganhava por fora na produção. O meu primeiro filho nasceu depois do penta, aí eu tinha que trabalhar mesmo. Casei depois que nasceu meu filho, o Bryan, que tem oito anos. Na verdade, eu fui morar com a mãe dele, a Dari. Aí veio mais um menino, em 2004, o Ken, e, há dois anos atrás, nasceu a minha filha, a Laureen. Eu tenho três filhos, eu fiquei, ao todo, com dois anos de namoro. Eu fiquei dez anos com essa pessoa. Casar mesmo, no papel, eu casei só em 2008. Meus filhos moram com a mãe que trabalha como faxineira, num condomínio aqui perto (da sede da Teia, que fica no bairro Vila Elizabeth).

Lia - Depois que deixou de ser guarda noturno, você já foi para a Teia?

Teddy - Não, eu passei por vários serviços. Fui promotor da seção de verdura no Extra, trabalhei de operador de máquina na prefeitura, trabalhei em duas fábricas de poste e em uma fábrica de eletrodomésticos.

Lia - Como você veio parar aqui na entidade?

Teddy - Eu estou inserido dentro do movimento hip hop da cidade, desde 1997. Começo a minha história um ano antes, em 1996, quando comecei a arriscar a escrever. Foi aí que eu consegui compor a minha música na época, que chamava “Diga não a violência”. A primeira música que eu fiz sozinho, eu fui conhecendo mais o movimento. Até então, eu só era fã, não era militante. Fui conhecendo melhor o movimento e vi que, através dele, a gente chega a lugares imagináveis. Tipo, cheguei a fazer amizade com o pessoal da USP (Universidade de São Paulo) e o pessoal da Universidade Federal. Nessa amizade, com esse pessoal, eu conheci a Teia, em 2004 e 2005 mais ou menos, se eu me recordo bem.

Na época, eles (a Teia) estavam com um Telecentro, em Windows. Eu nunca tive contato assim com computadores. Para mim, computador era para ouvir música, escrever letras, sabe, essas coisas assim. Sei que eles partiram para migração de *software* livre. Na época, o pessoal do hip hop, que tinha aqui, era muito forte, era, mais ou menos, 12 pessoas. Só que, dessas 12 pessoas, alguns se afastaram por problemas pessoais, tinha que trabalhar.

Sei que éramos em quatro, com ideia de produzir. Só que os outros três não queriam fazer nada de *software* livre, que era uma ferramenta nova, tinha que se habituar, aprender a usar. Então, eles se afastaram. Só que o Daniel (diretor da Teia e coordenador do Pontão de Cultura Nós Digitais) me chamou e falou: ‘Olha, o Telecentro é grátis, você pode usar, tem internet. Sei que você gosta de áudio, você pode ser o pioneiro a produzir em *software* livre, já que você nunca mexeu, nunca teve contato’. E, nas minhas horas vagas, eu vinha para cá direto, até tive acesso à chave dessa casinha. O Daniel disse: ‘Já que você está produzindo, se quiser vir nos finais de semana, você pode’. Como eu uso bem o espaço, eu fico aqui sozinho horas. Então, eles sentiram confiança em mim e me deram acesso. Então eu comecei a conhecer tudo.

Lia - Antes você já produzia no computador?

Teddy – Não, todas as minhas produções saíram sempre depois do *software* livre.

Lia - Quer dizer, então, que você só compunha letra e cantava? Mas você não produzia? E como que é esse negócio? Quem te ensinou?

Teddy - No grupo (de hip hop). Agora, cada um está centralizado no seu trabalho. Tinha o Júlio, e eu via ele fazendo isso no Windows, eu achava muito bacana você criar as suas próprias músicas, é o máximo para quem está na música. Isso daí é uma mágica, né, eu vivia falando para ele: ‘Você poderia me ensinar fazer isso’. Daí eu entendi, na época, que ele quis ser enérgico, arrogante, ele quis que eu aprendesse mesmo. Ele disse: ‘Eu vou te falar os nomes dos instrumentos’. Estava tudo em inglês naquela época, e o meu inglês era bem fraco. Hoje, é mais ou menos. Aí ele me explicou o que era os instrumentos, o compasso, e falou: ‘O resto agora vai sair da tua cabeça’. Hoje eu vejo que é verdade, não adiantava ele me dar o compasso para fazer aquilo, senão, eu estaria sempre imitando ele. Então, ele me ensinou. Só que quando eu fiz a minha primeira música mesmo, que eu falei: ‘Essa aqui está boa’, já foi no *software* livre.

Lia - E além de você ter acesso, você ganha alguma coisa como monitor?

Teddy - Eu participo do Pontão Nós Digitais, sou um dos integrantes. Eu sou remunerado no projeto desde 2009, ganho R\$ 900 mensais. Ficou aberto para mim para poder trazer uma

rapaziada para cá, para fazer oficina. Eu posso me inscrever em um Edital pela Teia, por exemplo, posso usar o espaço, mesmo sendo remunerado. Eles me dão bastante liberdade para escrever projetos, realizar. Aqui é um espaço que eu uso todos os dias.

Lia - Você escreveu algum projeto? Já conseguiu alguma coisa?

Teddy – Não, projeto mesmo, não. Eu teria que ter mais um pouco de tempo. Eu ia fazer isso no começo do ano, mas acabei me separando, então, eu estou com meus horários todos bagunçado. Inclusive, como eu estou trabalhando autônomo, eu tenho mais liberdade de poder sair mais cedo, ficar com meus filhos, entendeu? Porque não trabalho registrado. A gente separou, mas todos os dias meus filhos estão comigo. Então, para isso, eu tinha que arrumar essa agenda. Lá para começo do ano eu já tenho uma ideia de dar uma oficina aqui.

Lia - Você me falou que trabalha também na prefeitura...

Teddy - Isso, eu estou fazendo um serviço para a prefeitura. Ela tem vários projetos assim. Ela tem projeto na praça central da cidade, que todas as sextas-feiras à noite tem uma galera que vai lá, uma galera jovem. Eles oferecem um som, então, rola som, animação, como se fosse um evento mesmo. Tem o blog da praça que eu estou gerenciando. Eu estou trabalhando com eles nesse sentido. Lá, recebo R\$ 800 por mês. Estou inserido dentro do grupo hip hop da cidade também.

Lia - Tem um grupo oficial?

Teddy – Sim, oficial. Tem o blog, inclusive. O Sanca Hip Hop é o nome dado ao evento anual. Esse ano vai ser a quarta edição que acontece, no mês de novembro.

Lia - E o seu grupo, como se chama?

Teddy - Zero 16.

Lia - Você continua com eles?

Teddy – Continuamos. Só que agora o Júlio está com um trabalho solo dele, estou com o

meu, e o Alex, que é o terceiro MC, está com um projeto dele. Então, a gente está focando nisso. Aí não dá para a gente se encontrar, ensaiar, essas coisas. Então, a gente está aproveitando as horas vagas de cada um e está cuidando do seu trabalho solo. Se no ano que vem a gente tiver um tempo para voltar a fazer, a gente vai fazer, sim.

Lia - E quando você fala em trampo solo, quer dizer que você produz aqui? O que você faz? Apresentação?

Teddy - Sempre quando alguém chama, a gente vai. As minhas produções são todas aqui mesmo. Por exemplo, esta daqui (passando música) eu fiz aqui no computador. No passado, um amigo me emprestou um estúdio e, no final, deu certo. Era para lançar no final do mês, mas tem que lançar o disco todo. Eles me dão liberdade para fazer essas coisas, eu mexo com vídeo e com gráficos também. Coisas que eu nem sabia mexer. Do ano passado para cá, que eu comecei a mexer com vídeo. Eu sei editar um vídeo, sei gravar, captar imagens, tudo. Coisa que eu via eles fazendo, me interessava, perguntava e eles falam: 'Faz assim'. O bom daqui é isso, eles me chamam para evento, para estar mexendo com o som, para já ir aprendendo a gerenciar essas coisas. Então, é um lugar que me ajudou muito, a abrir muito meus horizontes, tratando de software livre. Aqui em São Carlos, quando fala de produção de áudio, sempre falam o meu nome agora.

Lia - E chamam para fazer muito trabalho?

Teddy - Está crescendo bastante o número de chamados. Até no ano passado, não tinha nada. A galera não estava muito interessada em *software* livre. Começou a surgir interesse a partir do momento que a Federal fez uma rádio. É uma rádio super forte e a pioneira no Brasil em *software* livre. Aliás, do Brasil não, da América do Sul. Os caras viajam até a Bolívia, Colômbia, para dar palestras sobre rádio 100% *software* livre e, através dessas viagens, eles têm divulgação forte. A galera começou a se interessar. Aí eles mesmos, se tem trampo, eles passam para mim, falam: 'Fala lá com o Clerisson, lá na Teia'. Sabe, muita gente, às vezes, liga e pede para eu fazer alguma coisa. Já pediram oficina para mim. Eu estou escrevendo um projeto de oficina, para trabalhar com outro pessoal do ponto de cultura, que é a massa coletiva. Eu vou dar oficina através deles. Têm outros lugares que estão oferecendo vagas para oficinas, eu vou ver se consigo inserir também e assim vai.

Lia – E você apresenta sua música quantas vezes por mês?

Teddy - Agora faz tempo que a gente não se apresenta, porque, essa região do estado de São Paulo, ela é muito de seguir tendências. Tendências em tudo, música, moda, tudo. Tudo tem a sua época, o seu começo meio e fim. Se alguém, amanhã, lançar uma moda de andar com uma roupa laranja fluorescente, todo mundo vai andar assim por uns dois anos aqui. Então, agora o hip hop está meio caído aqui nessa região. A gente está fazendo eventos para nós mesmos. A gente se junta com o pessoal de Araraquara, Ribeirão Preto, que é o pessoal dessa região central, para a gente organizar os eventos para nós mesmos. Está fraco. Eu acredito que, no meu caso, no mês que vem para frente, possa crescer, por causa do Sanca Hip Hop. Porque agora eu estou em várias ferramentas de web, que lançaram na região de Campinas, que é um portal só para hip hop, em software livre. Isso daqui nos possibilita conhecer pessoas que são do hip hop de várias cidades e estados. Eu acabei de fazer amizade com o pessoal do sul de Minas, a gente vai trocando ideias, fazendo intercâmbio. Eu divulgo os eventos que acontecem aqui, e eles divulgam o que acontece lá. Isso serve como uma troca. Se tiver espaço lá, eles me chamam. Se tiver aqui, eu chamo. É assim que a gente está conseguindo sobreviver. O movimento, se depender da galera da cidade apenas, a coisa não anda.

Lia – Clerisson, o que o *software* livre representa para sua vida?

Teddy – Olha, muito mais que um aprendizado. O que eu mexo hoje no *software* livre, há cinco anos atrás, eu não sabia fazer. Nem ligar o computador, eu sabia. Eu via os caras chegar, meter a mão na CPU lá, nem via onde eles apertavam para ligar, aí começavam a mexer no *software*, que eu nem sabia o nome. Eu tinha uma curiosidade, às vezes eu perguntava, ficava até meio que enchendo o saco das pessoas: ‘Como que faz isso, como se entra na tal da internet?’ Eu não sabia o que era o navegador. O *software* livre me deu essa camisa, porque é uma ferramenta muito fácil de ser usada. Você não tem problema, por exemplo, com vírus, porque é uma comunidade muito grande. De dois anos para cá, a comunidade de *software* livre na net é muito grande, cresceu muito. Todas as dúvidas que eu tenho hoje, eu tiro tudo online. O *software* livre, eu vejo que ele me possibilita fazer as coisas, porque eu sei onde buscar as coisas, onde eu posso buscar ajuda, buscar suporte. No *software* proprietário, tudo que você vai fazer, tem que pagar. Vem um cara na sua casa só para ver porque a sua tela está quebrada no canto, e você tem que pagar R\$ 80,00 a consulta. No *software* livre, não, coisinhas simples se resolve com atitudes simples.

Então, o *software* livre me fez ver isso, sabe. Não pelo fato que as pessoas confundem *software* livre com grátis, não é isso. É uma coisa que te dá suporte e liberdade, para você estar fazendo suas coisas, sem ter que ficar torrando a sua cabeça. Puxa vida, se eu não tiver capital, eu não vou fazer. O *software* livre deu asas a minha imaginação, mudou a minha vida mesmo.

Não fosse essa experiência, não estaria aqui trabalhando no estúdio. Isso me inseriu em um novo ambiente de trabalho, me deu uma profissão. Antes, eu só tinha o hip hop. Hoje, eu ensino as pessoas a usarem o estúdio digital, a gravar som e vídeo. Sempre fui louco para viajar de avião. O projeto me permitiu realizar esse sonho no meio do ano. Tudo é só ter fé e buscar. Hoje, eu dou até palestra. O *software* livre me reeducou, para ver as coisas por todos os ângulos. Abriu minha mente para tudo.

Lia - E você participa de comunidades?

Teddy – Diretamente, não. Até porque eu estou arrumando os meus horários, mas eu gostaria de participar, sim. Tudo que eu faço em comunidades de *software* livre é buscar suporte e ajuda de alguma ferramenta. Dessa ferramenta que a gente tem aqui. Olha, por exemplo, o Jack. Sem isso aqui, eu não consigo tocar um som nenhum no computador... Se você coloca uma placa de som em uma CPU, que não é a dele, você precisa do Jack, para fazer a comunicação entre o *software* e o *hardware*. Inclusive, se for gravar som no Ardour. Fui no Ubuntu e, como não sabia chegar no tutorial do Jack, pedi ajuda e resolvi na hora.

Eu tenho Orkut como todo ser humano, tenho 374 amigos. Minha página quem fez foi meu irmão, em 2006, mas só comecei a mexer no ano passado. Embora tudo que existe hoje tem um lado ruim, eu só uso pra coisa boa. Conheci gente de todo o país e alguns deles eu já encontrei pessoalmente. Encontrei uma amiga de Florianópolis num festival de hip hop de São Vicente. Mas não me relaciono só com a galera do hip hop. Eu não faço distinção, tenho amigos que gostam de vários estilos de música. Aliás, eu conheci minha namorada que é evangélica no Orkut. Também uso o MSN e o Skype.

Lia - Você tem internet em casa?

Teddy - Desde que eu me separei, eu voltei a morar com a minha mãe. Eu uso o notebook do Nós Digitais, mas não tenho conexão. Moro num bairro bem afastado, Cidade Araci. Estou vendo se negocio uma conexão de internet móvel 3G. Eu sei fazer tudo dentro de casa. Como

minha mãe trabalhava fora, eu e o Jonathan sempre tivemos a responsabilidade da casa, quando a gente era pequeno. Cuidava da casa e dos três irmãos menores. Fazia até a marmita da minha mãe. A minha mãe não teve sorte com os homens. Teve cinco filhos de quatro companheiros. Eu amo minha mãe. Quando a gente sai na rua juntos, tem gente que acha que ela é minha irmã. É muito extrovertida. A dona Cleia é alegre, não ficou ranzinza.

Eu também convivo com meu pai. Minha mãe me ensinou a não ter raiva dele. Teve um tempo que eu não tinha contato, pois não tinha acesso ao telefone. Agora, quando vou a São Paulo, eu procuro encontrá-lo. No ano passado, tive uma oficina lá de três dias e, uma noite, dormi na casa dele. Este ano, eu fiz uma apresentação em Diadema, mas não deu para estar com ele.

Lia - Qual é o seu sonho hoje?

Teddy – Eu preciso voltar a estudar, fazer o curso de Educação para Jovens e Adultos, tirar o segundo grau, para poder entrar numa faculdade de música. Eu quero entender, aprender a escrever partitura de música, é muito importante. E, para minha satisfação pessoal, gostaria de ter um estúdio como esse em casa, onde pudesse estar na hora que me desse inspiração.

3 Fabio Lucio de Souza, 22 anos

(Entrevista realizada em 19 de maio de 2010, em Belo Horizonte)

Lia - Como foi sua infância, quando teve o primeiro contato com o computador?

Fábio - Eu sou daqui de Belo Horizonte, do bairro do Cardoso. Minha mãe também é daqui. Ela se chama Nélida da Conceição, trabalha no Estado, é concursada. Meu pai é de Caetés, seu nome é Antonio Aparecido de Souza. Eu cresci no Cardoso, que fica na periferia, no Barreiro. Sempre estudei lá, em escola pública. Fiz a primeira série no Antonio Mourão Guimarães, depois fui para a Ana Alves Teixeira (da segunda à quarta). Terminei o primeiro grau no Francisco Bicalho e fiz o segundo grau no Álvaro Lourenço Pimenta. Eu fui um aluno razoável, nunca fiquei de recuperação.

Meu primeiro contato com o computador foi quando eu tinha 7/8 anos por meio de um vizinho. O irmão tinha um computador. A gente ia ver ele jogar e as vezes jogava. Eu gostava.

Depois meu tio que morava em Santa Luzia, ele trabalhava no Sindicato da Cemig, também comprou um computador. Quando eu ia lá, ele me mostrava, deixava usar um pouquinho. Mas eu fui ter mesmo contato quando entrei para o curso de informática do Colégio Santo Agostinho, um curso para a comunidade, perto do Cardoso. Eu fiz a prova e passei. Isso era em 2003, quando fiz o curso básico. No ano seguinte fiz o curso avançado de montagem de computador. Foi quando o educador me disse que o Agente Jovem estava abrindo vagas, me disse que era uma oportunidade. O Agente Jovem é um projeto social para jovens de baixa renda. Dá ajuda de custo de R\$ 65 para tirar os jovens das drogas. Tem vários cursos: de atendimento público, de informática, esportes, audiovisual com filmagens, música. Entra com 15 anos e sai com 18. Eu entrei no final de 2004.

No ano em que saí do Agente Jovem, porque já estava com 18 anos, eles nos indicaram cursos que tinham inscrições abertas para que a gente participasse de projeto social. Nessa lista tinha montagem e manutenção de computador, chamado de qualificante. Fiz o curso de três meses, passei a gostar mais ainda. Dos 25 que fizeram o curso o pessoal da Prodabel ia contratar 12 para o BH Digital, pra trabalhar nas escolas e telecentros, para dar suporte, trocar equipamento. Eu comecei aí em agosto de 2006, como aprendiz, ganhando pouco mais de um salário mínimo, mais ou menos R\$ 500,00. Eu fiz curso de Linux, de manutenção de impressora na Prodabel (empresa de processamento de dados da cidade de Belo Horizonte). Na Amas (Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte), fiz curso de teatro, português, cidadania, educação física.

Daí, em 2008, quando montaram o CRC (Centro de Recondicionamento de Computadores, programa do Ministério do Planejamento mantido em convênio com órgão públicos ou entidades da sociedade civil, no caso com a Prefeitura de Belo Horizonte), fui contratado como monitor. Hoje eu ganho R\$ 1.236,00 na carteira. Sou contratado para manutenção de máquinas, mas o que eu faço mesmo é instalação e suporte em Linux para as máquinas do CRC que vão para os telecentros, para os PIM (postos de internet municipal) e para outros estados. Também dou aula de Linux para os monitores dos telecentros e das escolas municipais. No começo foi difícil porque sou muito tímido. Dar o curso avançado é mais difícil. Tem de adaptar da melhor forma possível. Hoje já ficou mais fácil. Já aprendi a me comunicar.

Lia - Você quer continuar estudando?

Fábio - Eu não parei. Estou no terceiro período do curso de Análise e Desenvolvimento de

Sistemas. É superior em tecnólogo. Faço na Unipac, em Contagem. Pretendo ser analista de sistemas. O curso tem muita matéria bacana na área de desenvolvimento de *software*, de páginas na *web*. É uma faculdade particular, eu pago R\$ 370,00 por mês. É um pouco puxado, mas é muito importante eu ter essa formação. Hoje o Linux tem mais ganho no mercado de trabalho que o Windows. Como eu trabalho com Linux desde 2006, eu procuro desenvolver na faculdade mais esse conhecimento. Estou trabalhando na tecnologia LSTP (Linux Server Terminal Platform), que permite você usar um servidor, onde fica o processamento, e as estações. Com isso, você pode reaproveitar máquinas antigas como estações. É assim que montamos a configuração no CRC do *kit* que vai para os telecentros.

Na faculdade, desde o primeiro período, tem um trabalho interdisciplinar que os alunos precisam fazer. É um projeto que vai sendo desenvolvido ao longo do curso. Eu convenci meus colegas a trabalhar com o LTSP, que é um projeto importante no ambiente da inclusão, porque trabalha com Linux e reaproveita as máquinas. No segundo período aprofundamos, e agora mais. Você tem de usar no projeto as matérias que está aprendendo, adaptando. Criação de página, programação em Java, fazer apresentação em site, dar suporte em LTSP.

Lia – Por que você prefere o Linux?

Fábio - Eu passei a trabalhar com Linux no projeto, porque eles usam o Linux. As pessoas nos mostram como ele funciona. É melhor que o Windows porque dá liberdade para desenvolver e aprender mais. Tem o código aberto que qualquer um pode mexer. Se tem problema você consegue resolver mesmo que tenha de pedir ajuda a outras pessoas, à comunidade. No Windows você fica preso ao suporte da empresa. A filosofia do Linux tá ligada a passar o conhecimento para a frente. Se você tem um problema, você coloca na rede e quem já teve um problema parecido tenta te ajudar. Você acessa diferentes pessoas, que são pessoas como você.

Eu participo da comunidade Viva Linux, e temos até mesmo um suporte do que fazemos aqui, que serve para todos os CRCs, instalados em outras cidades. Eu também uso o computador para fazer pesquisas para a faculdade sobre o próprio Linux e outras matérias. E uso para o lazer, gosto de conversar no MSN, no Orkut, estou sempre me comunicando.

Lia - O que representou para você ter feito o Agente Jovem, o aprendizado de manutenção e agora estar no CRC?

Fábio - A gente muda a cabeça, percebe que tem oportunidades. Os projetos do governo abre portas para o mercado de trabalho. Você pode fazer cursos gratuitamente. Hoje tem mais oportunidades para os pobres, você tem de procurar qualificação. Só é mais difícil entrar na universidade federal, precisa de três anos de cursinho. Quem faz escola pública tem dificuldade. O acesso à internet facilita conhecer mais o que acontece, a gente passa a querer ver mais o cotidiano das pessoas. A internet possibilita o acesso ao conhecimento. Quando comecei a trabalhar não tinha internet. Depois de um tempo conseguimos o Velox (serviço de banda larga da Oi), que minha mãe e eu pagamos. Também quando entrei na faculdade comprei um *notebook*. É importante ter um computador por perto. Ninguém usa caderno mais. Mas não tenho internet no computador porque o *modem* (serviço de internet móvel via *modem*) ainda é muito caro.

Lia - Como é o seu dia a dia?

Fábio - Eu acordo cedo, às 5 e 30, porque tenho que entrar aqui, no CRC, às 8 horas. Tomo dois ônibus ou três. Saio às 17 horas para ir para a faculdade onde entro às 19 horas. Mais metrô e um ônibus. Chego em casa por volta das 11 e meia da noite. Depois que eu comecei a trabalhar eu fiquei mais responsável. Também agora tenho um filho, o Pedro Lucas, que vai fazer dois anos no dia 1º de junho. Eu moro com a mãe dele, a Carolina, que é um ano mais nova. Depois que eu casei, eu mudei da casa dos meus pais, mas moro perto, ali mesmo no Cardoso. Eu moro num barraco de alvenaria de um quarto. É bem apertado. Moro de aluguel, pago R\$ 300, mais a escola do Pedro, que custa R\$ 200, porque a Carolina trabalha. Ela tem 2º grau. Como ainda pago a faculdade, o dinheiro às vezes não dá. Quando a minha mãe pode, ela ajuda. Com os meus pais agora só moram meus irmãos. O apartamento deles é próprio, tem dois quartos. O Flavio Lucio (lá em casa todo mundo é Lúcio) é recepcionista, terminou o 2º grau e tem intenção de continuar estudando. Ele também fez curso no Santo Agostinho, mas não pode ir para o Agente Jovem pois era só um por família. O Fernando Lúcio está no 1º colegial e o Fabrício Lúcio, o caçula, tem 12 anos e faz a 7ª série.

Lia - Você participa de algum trabalho na comunidade?

Fábio - Eu faço parte da diretoria da biblioteca do Cardoso que tem ponto de acesso à internet. Sou secretário da diretoria e cuido da infraestrutura. São 14 máquinas, que as pessoas

usam para fazer pesquisas e acessar o que precisam. É bem diferente de quando ia lá, de quando estudava no bairro. Eu também dou aula de Linux (como voluntário) pro pessoal que dá aula na Francisco Bicalho. Quando eu estudava lá, tinha laboratório de informática, mas era fechado, porque não tinha capacitação para os professores. Agora é aberto para os alunos, eles têm aula, aprendem. Acho muito bacana (fazer esse trabalho).

4 Darla Braga dos Santos, 19 anos

(entrevista realizada em 28 de março de 2010, em Fortaleza, durante a Teia 2010)

Lia - Qual a sua formação?

Darla - Eu sou Darla Braga dos Santos, tenho 19 anos, nasci em Marabá, no Pará. Na verdade, nasci em uma cidadezinha perto, a 100 km de Marabá, chama Rondon do Pará. De lá até Marabá, a gente foi migrando de cidade em cidade até chegar em Marabá.

Lia - Como é que é a sua família? Como era quando você morava em Rondon? Quem é seu pai? Quem é sua mãe? Quem são os irmãos que você tem?

Darla - Meu pai chama Edimar Neri dos Santos, tem agora 45 anos. Minha mãe se chama Cleonice Ferreira Braga, tem 40 anos. A minha irmã do meio se chama Daniela Braga dos Santos, tem 16 anos, e a minha irmã mais nova se chama Daiana Braga dos Santos e tem 15 anos. A minha irmã mais nova é aposentada, porque ela teve um problema de paralisia, então, ela tem um pouco de deficiência mental. Então, a gente conseguiu fazer a aposentadoria dela, ela estuda em uma escola especial que se chama Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que também tem um trabalho muito bonito em Marabá. Então, a gente conseguiu aposentar ela. E, através do dinheiro dela, o meu, da minha bolsa e o meu pai, sustentamos a casa.

A minha irmã do meio está morando agora na Bahia, junto com a irmã do meu pai, ela está morando numa cidade chamada Roda Velha, perto de Barreiras. E então, lá em casa, agora, só está nós três: eu, minha irmã mais nova e minha mãe.

Lia – Seus pais são do Pará mesmo?

Darla – Não, os dois são baianos. Se eu não me engano, vieram para o Pará por causa da família deles. A família deles vieram pro Pará, agora não sei o motivo, mas eu sei que a família dos dois vieram pro Pará e gostaram e ficaram e estão até hoje.

Lia - Chegou em Marabá com quantos anos?

Darla - Com oito ou nove anos. Aí, já tem dez anos que eu moro lá. E lá, eu terminei meu ensino fundamental, terminei o ensino médio, em 2008. E, a partir dos 14 anos, se eu não me engano, eu comecei a entrar e a participar de grupos de jovens, comecei a me identificar com a juventude, com o trabalho social. Comecei a me interessar lá na minha cidade, lá em Rondon do Pará. Eu entrei como participante do grupo de jovem, que trabalha com trabalhos sociais, que é da Igreja Católica Pastoral da Juventude e, quando eu fui para Marabá, eu fui convidada a participar de outro grupo também. E onde, aos 15 anos, eu entrei na coordenação. É complicado porque, aos 15 anos, era muito nova para entrar na coordenação. Porque é de 15 a 28 anos o grupo, então foi um desafio. Então, desde cedo eu sempre fui desafiada. E, no grupo de jovens, até hoje eu ainda sou coordenadora desse mesmo grupo. Esse grupo é da minha comunidade, onde é próximo da minha casa, ele se chama CRER (Cristo Ressuscitado, porém Renovado). Também trabalho com a sociedade, com a comunidade, fazendo trabalhos sociais.

Lia - E a comunidade onde você mora como se chama?

Darla - A minha comunidade está no bairro da Liberdade, onde também existe uma biblioteca comunitária, uma biblioteca que foi construída na sala da casa da Lara, que está aqui também, como a gente, o projeto chama Cultura Viva. Lara é uma grande mulher, que abre a biblioteca para 23 grupos culturais, onde eu também estou lá, sempre contribuindo, sempre trabalhando. Trabalho também com teatro, lá na minha comunidade e, ano passado, em setembro, eu entrei pro programa NavegaPará, na parte de infocentros, que são salas equipadas com micro computadores. Tem acesso à internet, a título de disponibilidade, onde oferece cursos e oficinas também, tudo em software livre, que é da comunidade. Eu entrei como monitora, recebi pelo edital e fui contemplada. Entrei como monitora e estou lá até hoje.

O bairro onde moro é um bairro de periferia, na verdade, é bem afastado do centro da

cidade. É um bairro que começou por invasões, é um bairro de invasão, onde está se expandindo essas invasões, ao redor desse bairro, que a gente chama de Luta. Então, o perfil de lá é o perfil de uma sociedade de classe bem baixa, são um pessoal de bairro mais violento, porque é um bairro muito populoso. Acho que, se não me engano, acho que é o bairro maior da cidade, ainda têm esses outros bairros, ao redor, que são de invasões. Então, o perfil de lá, digamos assim, a sociedade lá não está muito acomodada com a situação do bairro. Então, os meios que a gente está tendo pra tá transformando a realidade do nosso bairro são esses. E, através dessas alternativas.

Lia - Você mora em casa ou apartamento?

Darla - Moro na minha casa, casa própria. Minha casa é bem humilde, tem quatro cômodos, dois quartos, uma sala e uma cozinha. Aí mora eu, uma irmã mais nova e a minha mãe. Já tem uns seis anos que moro lá. Desde que cheguei em Marabá, sempre morei no Liberdade. Antes, quando não tinha a nossa casa própria, a gente sempre teve morando naquele mesmo núcleo, só mudando para setores diferentes.

Lia - Você já tinha conhecimento de computador, antes de entrar no infocentro?

Darla - Meu contato com o computador foi, na verdade, através de cursos em escolas particulares. Mas não tinha dimensão dessa questão do *software* livre, toda essa questão da cultura digital. Foi mesmo o curso, *software* de proprietário. A gente não tem como ficar falando, como não se dedicava, não tem muita noção desse universo todo. Então, esse foi meu primeiro contato com o computador. Quando eu entrei no NavegaPará, eu tive um maior contato. Aí que fui entender toda a questão digital, do *software* livre. Então, antes eu não tinha noção de todo esse universo.

Quando entrei no NavegaPará, passei por um treinamento, veio um professor de Belém, deu curso de computação para a gente e explicou toda essa questão da cultura digital, do *software* livre, do *software* proprietário. Todos são diferentes, então a gente teve essa participação, antes de iniciar o trabalho de monitoria.

Eu estou na unidade dos infocentros do NavegaPará. O programa atua em diversas áreas, tem a Metrobel, tem as cidades digitais. Eles trabalham com secretarias, polícias, saúde. Eu estou lá em Marabá; lá existem oito infocentros. Eu trabalho vizinha da minha comunidade, eu moro no bairro Liberdade, um bairro que é cercado por outros bairros

também carentes. São bairros periféricos, são sete bairros da periferia. E lá, no nosso núcleo, tem dois infocentros. Eu trabalho no Banco do Povo, que é da comunidade da Independência e também faço parte do conselho gestor do outro infocentro, onde também eu já to com meu grupo de jovens, que eu participo, que é o infocentro Santo Antonio. Então, eu fico nesses dois, faço intercâmbio entre um e outro.

Lia – Então você trabalha nesses dois infocentros?

Darla - Isso, eu trabalho em um, como monitora, e no outro, faço trabalho como gestora. E, já tem seis meses, entrei em setembro do ano passado, que eu comecei. Formamos uma turma e agora já estamos no meio da formação de uma outra turma. E também a gente já fez intercâmbios, oficinas com outras culturas digitais. Lá em Santarém, o pessoal do Poraqué tem um trabalho muito bacana nessa área de *software* livre, eles deram oficinas de gráficos, oficina do blog e áudio e vídeo. Então, a nossa comunidade teve participando. Quando tem essas oficinas, a gente tem sempre a preocupação de incluir a nossa comunidade, os jovens da nossa comunidade, para que eles tenham uma outra opção. Na verdade, como eu estava falando, a cultura digital tem que trabalhar junto com a comunidade, tem que servir como um instrumento de transformação social também. Então, a gente também teve uma outra oficina com cultura juvenil. E, agora, como projeto, eu tenho nesse grupo que eu atuo, que é o Crer. A gente vai estar, agora em abril, já chamando para formar os participantes desse grupo. São de dez a 15 jovens da nossa comunidade que participam, que atuam. E a gente vai estar formando esse grupo de jovens de *software* livre, vou estar aplicando os cursos, vou estar garantido o certificado para eles, como ferramenta de profissão. Encaminhar para o mercado de trabalho também. E a gente também quer ir além, quer aprofundar fazendo esse intercâmbio com outros pontos de culturas, fazendo com que se aprofundem mesmo nessa ferramenta, que alguns vai seguir carreira ou atuar nessa área para dar essa oportunidade.

Lia - Como é que você vai fazer isso? Você vai fazer no seu telecentro, você vai montar uma infraestrutura lá, ou vai usar de alguém?

Darla – Não, a gente vai usar o recurso que a gente já tem disponível nos infocentros, porque as turmas funcionam em determinados horários. O que eu já domino, digamos, é mais na área que eu estou trabalhando, acho que são os cursos. Eu domino muito a parte básica da informática, eu to querendo agora, através da parceria, estar me aprofundando mesmo na parte

de vídeo, nos programas de vídeo e edição de vídeo e edição de gráficos. A gente estava pensando também... Como a gente tem muitos grupos culturais naquela comunidade, então, pra gente estar divulgando, estar usando essa ferramenta, que a gente tem tão próximo, que são esses infocentros e essa internet de altíssima disponibilidade. Então, a gente quer esta agora nos aprofundando em edição de gráfico, pra gente poder estar fazendo nosso próprio jornal, fazendo nosso próprio documentário de vídeo, inclusive, é um projeto também do grupo, fazer um resgate histórico do grupo, no que o grupo influencia na vida dos participantes, dos que já participaram. A gente vai estar fazendo um documentário, então, a gente vai estar nos aprofundando nesta parte dos programas mais avançados que são edições de gráficos, de vídeo, de áudio.

Lia - Você terminou o ensino médio e agora?

Darla - Agora eu estou estudando para fazer o vestibular. Como eu já estou nessa área e me apaixonei por essa área. Lá em Marabá, o que tem nessa área é Sistema da Informação. Então, este ano, eu creio que vou estar me inscrevendo nesse vestibular para Sistema de Informação para continuar atuando nessa área.

Eu quero para trabalhar nessa área de tecnologia, mas sem deixar de ligar tecnologia à comunidade, ao social. Quero estar trabalhando com essas duas áreas, uma interligando a outra.

Lia - O que mudou na sua vida depois que você começou a dominar o computador e a internet, principalmente depois que você entrou no NavegaPará?

Darla - O que mudou? Na verdade, eu comecei a usar a internet mesmo quando eu entrei no NavegaPará e, por isso, que eu sempre falo pras minhas turmas que é uma grande oportunidade, tem que saber utilizar essas ferramentas. Não só pra estar se relacionando, mas pra estar criando redes, pra estar fazendo disso uma oportunidade de profissão, uma oportunidade de conhecimento de outras coisas. Ah, sim, o que mudou, acho que tudo porque, antes, digamos, eu era dominada pela máquina e, agora, não que a gente domina a máquina, mas que a gente tem o controle melhor, que a gente sabe o que a gente está fazendo. Como a gente fala, o *software* proprietário deixa muito escravo, porque, se dá um problema, a gente não sabe resolver, a gente fica dependente, muito dependente de outras pessoas. Mas agora não. Agora, eu já me sinto com mais poder de mudar, de não estar necessitando tanto de

outras pessoas pra estar me ajudando. Eu consigo me virar sozinha, por causa desse sistema, tanto que, lá no meu computador, eu usava esse *software* proprietário, depois que eu comecei a atuar nesses infocentros, eu já instalei o *software* livre e consegui me libertar. Lá na minha casa, meu computador já é *software* livre.

Lia - Você tem computador desde que idade?

Darla - Desde os 17, 18 anos. Meu pai que me deu. Ainda não tenho internet em casa. Na verdade, eu acho que o computador, eu gosto mais de mexer mesmo, de descobrir como é que funciona, como é que faz isso, como é que faz aquilo. Eu nunca gostei muito de jogar. E também pela questão que eu sou muito apaixonada pela parte de desenhos, pela parte de gráfico, e também para facilitar os trabalhos escolares, pra facilitar mesmo. A questão dos trabalhos escolares que ele comprou pra mim.

Lia - O que que a internet está fazendo por você? Ela está mexendo com a sua vida?

Darla - Ela está mexendo muito, é uma ferramenta de comunicação enorme e, como eu estou sempre no infocentro, sempre ligada na internet, então ela fez com que eu não perdesse os contatos de pessoas que estão longe de mim. Sempre tenho contato. Por causa da internet, eu consigo marcar oficinas, eu consigo marcar algum plano, algum projeto, com pessoas lá de São Paulo, com pessoas de outras cidades. Mesmo no Pará, lá de Santarém. Então, a internet está sendo um elo, está sendo uma ligação muito importante, para que eu não deixe enfraquecer essa rede. A gente constrói, através desses eventos, como o Teia (evento organizado pelo Ministério da Cultura, para encontro dos Pontos de Cultura, realizado em 2010 em Fortaleza, entre os dias 25 e 31 de março).

Lia - E os seus alunos, eles gostam de fazer o que na internet?

Darla - Eles gostam de jogar, é muito bom, porque isso facilita a aprendizagem, eles gostam muito de pesquisar também, e eles gostam muito de sites de relacionamentos. São essas três coisas que eles mais utilizam na internet. - A faixa etária dos alunos do infocentro é bem diversa, já teve aula para pessoas de oito até 50, ou 60 anos, é bem diversa. Mas a concentração é de jovens, juventude.

Lia - Como é que é, você trabalha quantas horas?

Darla - Quatro horas pela parte da tarde, a gente inicia às 14h e termina às 18h. Aí funciona assim: tem turma que vai de uma hora e meia por semana e, no final da tarde, das 17h até as 18h, a gente deixa livre pra comunidade. Para que ela pesquise o que ela precisar, que ela jogue, ou, simplesmente, só mexe no computador. É livre pra comunidade fazer o que tiver necessidade. Eu sou bolsista, a gente ganha R\$ 350 por mês.

Lia - E no resto do tempo, você faz o que?

Darla - Aí, no resto do tempo, eu estudo em casa, para o vestibular. E estou sempre trabalhando com o grupo de jovens, da outra comunidade que também tem outro infocentro e acho que é isso. À tarde eu estou no infocentro e o resto do tempo é dedicado para a comunidade. Quase nem paro em casa, nem no final de semana, que é pra gente se reunir, pra gente debater essas coisas. O final de semana de descansar é quando eu tenho menos tempo, porque estou sempre dedicada ao grupo de jovens.

A gente se reúne à noite, umas duas horas, a gente faz debate sobre diversos temas, sobre a qualidade, sobre como está a juventude na nossa cidade. Como eu falei, a juventude está passando por muita violência, tá acontecendo muitas mortes com essa juventude. É uma questão que me preocupa muito e, por isso, eu quero estar colocando os jovens junto com o infocentro, para estar dando alternativas. A gente também debate, a gente também faz ações, a gente faz missões em outros bairros. A gente reúne todo grupo e vai para outro bairro visitar, saber como é que tá, saber quais são as dificuldades, tentar animar a outra comunidade. A gente também trabalha numa rede de cinco grupos de jovens daquele núcleo. Então, a gente está sempre se mobilizando. Pra essas ações, a gente teve congressos, temos congressos que já reúne toda a região, não só de Marabá. Marabá e região, toda a região, a gente reúne todos os grupos para debater, saber como é que tá a juventude e também está conhecendo as outras realidades. A gente pode estar trocando experiências, estar participando de oficinas, de diversos temas também, então, a gente tem esse trabalho muito social na Pastoral da Juventude.

Eu participo de todas as campanhas da Pastoral e também dos trabalhos da comunidade. E, como eu estou atuando nesses dois setores, eu quero estar ligando um ao outro. Então, é esse o objetivo, estar junto com a transformação social.

Estou preocupada com a questão da violência porque a violência está atingindo a

juventude e eu, como jovem, me sinto atingida também, de certa forma, com isso. Porque a maior parte da violência está acontecendo com a juventude. A juventude está sendo muito vulnerável ao tráfico de drogas, à prostituição, então, isso está me preocupando muito.

Lia – Isso acontece em função do crescimento da cidade?

Darla - Isso, em função do crescimento. A questão de não termos política pública para a juventude na cidade. E é por isso também que eu tô participando também de um outro processo, que foi um curso, na verdade, o seminário de advocacia pra gente trabalhar uma forma de colocar a secretaria da juventude na Câmara da nossa cidade. Foi um curso através do Instituto Aliança e do programa Vale Juventude. Eu também já participei e estou nessa outra formação. Então, a violência com a juventude está sendo culpada dessas questões, é o crescimento da cidade e também a falta de política pública para a juventude.

Acho que a juventude está, digamos assim, meio que abandonada, está desmotivada, não acredita mais. Então, o que a gente vai fazer é pequeno, mas a gente vai estar, ao menos, amenizando um pouco a situação. A gente vai estar dando, nem que seja pra cinco ou dez jovens, mas a gente vai estar dando um outro caminho, uma outra alternativa pra esses cinco ou dez jovens. A gente fez a diferença na vida deles, então, acho que é esse o sentido.

Lia - O que te levou a se candidatar ao NavegaPará, era só uma oportunidade de ter uma bolsa ou tinha algum outro motivo ?

Darla - Na verdade, o infocentro começou a funcionar antes do edital ser lançado e, como eu já tinha tido contato antes, através do programa Vale Juventude, a gente teve a formação em seis meses, a gente trabalhou a identidade do jovem. Trabalhamos elaborações de projetos, quando a gente foi fazer a parte de projeto, a gente tava utilizando nas escolas também. Existem essas salas com computador de *software* livre, mas são poucos utilizada porque não teve pessoas capacitadas, então, a gente utilizava esse espaço. O programa Vale Juventude utilizava esse espaço pra gente fazer esses projetos.

Lia - E os laboratórios de informática das escolas públicas?

Darla - Os laboratórios da escola. Lá tive o primeiro contato com *software* livre, quando o infocentro foi instalado. Lá na comunidade, o edital não tinha sido lançado ainda e demorou

até o processo de seleção, então, enquanto não estava saindo o resultado, a gente, como já tinha tido contato, a gente já utilizava essas salas. Como eu sou apaixonada pela questão de ensinar, de passar alguma coisa que eu sei, e também já conhecia um pouco daquele programa, como é que ia funcionar, foi por isso que eu me inscrevi no edital e também por ser na minha comunidade. Por isso que eu me inscrevi no edital, é pertíssimo, cinco quadras da minha casa.

Lia – Você participa de alguma comunidade de *software* livre?

Darla - Na verdade, comunidade de *software* livre que eu tenho referência é o pessoal da Poraqué, em Santarém, onde a gente está querendo agora estar participando, estar fazendo parte dessa rede. O que eu estava pensando, nessa área de arte, era o programa de gráfico de *software* livre. A gente estava pensando em utilizar, pra gente poder produzir, sei lá, logotipos, logomarcas, e estar fazendo isso como profissão. Estar fazendo isso e conseguindo dinheiro com o grupo ou então individualmente. Eu quero começar a trabalhar nessa área, sim, e, depois, quem sabe, trabalhar em um jornal, na revista, edição de gráfica.

Do meu grupo de jovens, tem um que já está lá no infocentro, mas ele está lá participando das oficinas, não como aluno, mas tá participando das oficinas. Está sempre me acompanhando, vendo como é que é o trabalho. Inclusive, esse mesmo jovem ficou no meu lugar, enquanto eu estava na Teia.

A gente, na verdade, atua como infocentro e a biblioteca comunitária já faz parte. A gente, agora, está fazendo parte do GAM, Ponto de Cultura GAM em Marabá, que é o Galpão de Arte de Marabá. Eles viram que a gente é um grupo grande, que a gente tem muitas ações, então, resolveram aderir a gente a essa rede. O GAM, que é uma rede que trabalha com artes plásticas, com a área de esportes de Marabá, que trabalha também com a cultura digital, mais também com os infocentros, trabalha com o teatro, e também faz parte, agora que foi aprovado, o Pontão de Cultura, o Pororó, que vai coordenar toda rede Carajás, que foi pelo qual eu vim. Tudo digital pelo Pontão Pororó.

Lia – Você já conclui o ensino médio?

Darla - No semestre passado, final de 2008. Eu tentei a faculdade, mas, pelo cotidiano ser muito corrido, eu não tive tempo para me preparar, então, acabei não passando. Mas aí, este ano de novo, vou me dedicar mais e vou estar entrando nessa área. O curso que eu quero, de

Sistema de Informação, só na Universidade Federal do Pará, que é mais concorrida também. Ainda não estou fazendo cursinho. A partir de abril, vou entrar no cursinho também, porque a qualidade de ensino não está sendo tão boa para a gente ter uma formação suficiente, para a gente estar prestando vestibular.

Eu sempre estudei em escola pública. Em Marabá, no Liberdade. Vou pagar o cursinho com a bolsa e também com ajuda da minha família.

Lia Como você se envolveu com a igreja?

Darla - Meus avós. A minha avó sempre foi católica, sempre participando da comunidade, então, foi uma pessoa que eu me espelhei. Ela é a mãe do meu pai, eu me espelhei nela, foi uma mulher guerreira, batalhadeira, trabalhadora, sempre teve preocupada com os outros. Então, ela sempre teve nesse meio e foi através dela que eu entrei e acabei gostando e estou até hoje.

O que fez eu me identificar com essa atuação, acho que foi isso mesmo. Primeiro a formação da família, pelos meus pais, avós, sempre preocupados com os outros, com as outras pessoas, e, através da formação com a igreja, com os jovens, e agora com o infocentro, que também trabalha com isso. Acho que isso que me fez ter essa consciência mais crítica, que é possível pensar o que é preciso para sociedade.

Lia - O que você acha que a cultura digital e o *software* livre trouxeram de novo para a sua vida?

Darla - Mudou que a gente vê muito a questão da tecnologia, acho que experiência com o *software* livre e a cultura digital fez ver que a questão da tecnologia pode ajudar junto com o ser humano, junto com a comunidade. Porque a gente vê isso como um futuro muito distante, não é possível trabalhar com as duas coisas juntas, que são separadas e, através dessa do *software* livre, através dessa relação todinha de cultura digital ampliação de rede, fez eu ver que a gente tem que trabalhar junto com a tecnologia. Porque, se não, a gente tem que estar sempre se atualizando. Junto com a tecnologia, a gente vai alcançar êxito maior, dentro do que a gente já faz.

Desde saber como está o pessoal, contatos pessoais, contato para programar alguma oficina, programar algum encontro.

Lia - Você pede ajuda pela rede? Por exemplo, você está tendo um problema com um programa, você pede ajuda pela internet?

Darla – Sim, peço. A rede também facilita isso. Se estou tendo algum problema aqui, eu não entendi isso aqui, quando eu consigo conectar com o outro pessoal. Por exemplo, lá em Santarém, os meninos já trabalham com essa tecnologia, se estou tendo dificuldade com isso aqui, vocês conhecem, sabe como resolver, eles diretamente já falam como eu devo resolver. Então, está sendo também isso, uma troca de informações, está sendo uma ajuda muito grande.

Lia - Você tem namorado?

Darla - Sim, tenho. Ele é do grupo, tem três anos que a gente se conhece. Estamos na mesma luta, trabalhando pelos mesmos ideais, ele se chama Loamir, ele é mais velho, tem 28 anos. Trabalha com prótese dentária no bairro vizinho, mais próximo do centro.

Eu sou coordenadora do grupo CRER e ele é o vice. A gente está sempre junto. No lazer, como a gente tem um rio ao redor da nossa cidade, como se fosse uma ilha... A gente gosta de ir a praia no verão, lógico. De sempre estar reunido com os amigos, sair juntos, jantar um na casa do outro e também gosto de desenhar, gosto de ler e escrever. Quando eu tenho tempo livre, essas são as coisas que eu acabo fazendo.

Lia - E seus pais estudaram?

Darla - Estudaram até o ensino fundamental. A minha mãe até a 2ª série e meu pai, até a 5ª série, mas a minha mãe voltou a estudar o ano passado, mas teve que parar, porque a minha irmã teve que ir morar fora. Ano que vem vai voltar a estudar.

Lia - E esse hábito de ler, você pegou onde? No grupo? Seu pai, apesar de não ter muito estudo, gosta de ler?

Darla - Meu pai gostava de ler, antes de eu entrar na escola. Porque tinha uma idade limite, tinha que ter sete anos. Como eu não tinha completado os sete anos, só ia fazer no meio do ano e para eu não ficar sem fazer nada, o meu pai veio despertando essa questão da leitura. O que ele sabia, ele ia me ensinando. Quando eu entrei na escola, eu já sabia, eu já tinha um

pouco de noção do que os professores passavam. Não tive essa dificuldade, eu sempre gostei de ler, eu sou muito curiosa. Tudo eu quero mexer, quero descobrir como funciona, e o porquê. Como eu gosto muito ler, por causa disso,

Nesses dois anos que estou sem estudar, sinto falta de ir para o colégio, levar os cadernos, encontrar os colegas. Eu sempre gostei de estudar, me esforçava para tirar boas notas, acho que não dei trabalho para os professores, não.

5 Marcelo Cardoso dos Santos, 27 anos

(entrevista realizada em 2 de setembro de 2010, em Lauro de Freitas, BA)

Lia – Eu queria que você falasse um pouco da sua família, de sua infância, da cidade onde você nasceu.

Marcelo – Meu nome é Marcelo Cardoso dos Santos, nasci em Caetité, cidade do interior do estado da Bahia, na região Sudoeste do sertão produtivo, território de densidade. A minha infância foi basicamente igual a de pessoas que vêm de família humilde. Meus pais, João Cardoso dos Santos e Ana Cardoso dos Santos, não cursaram o ensino médio completo, então, com muita dificuldade, conseguiram manter a gente dentro da escola. Assim, eu estudei até o 8º ano do ensino fundamental, lá em Caetité.

Já entrei um pouco tarde na escola, justamente por causa da dificuldade. Minha mãe é dona de casa, meu pai trabalhou na roça e, depois, na cidade em trabalhos informais. Minha mãe teve onze filhos, eu sou o oitavo. Então, com toda a dificuldade, ela teve que manter todos na escola. Então, chegava um determinado tempo, a gente não podia ficar na escola, no meu período, no meu tempo, a gente tinha que ter uma idade para entrar na escola. Ainda não tinha aqueles processos da creche, das prefeituras. Então, a gente tinha que ter certa idade para começar, e assim foi o meu caso. Logo quando eu completei os meus 18 anos, deixei Caetité e vim para Salvador, pensando em cursar o ensino médio, engajar no curso de teatro, que era o que eu fazia lá também. Trabalhava com teatro e dança. Aí eu vim para cá, por conta das oportunidades na capital, que são maiores dentro desse campo. Dentro de um período eu fui desenvolvendo esse trabalho, as oficinas, conhecendo algumas pessoas. Até que eu me desloquei para cá, para o Lauro de Freitas e aqui foi.

Lia – Você chegou aqui quando? Você tinha quantos anos?

Marcelo – Faz oito anos que estou trabalhando aqui com a instituição (Associação São Jorge da Gomeia). Depois de dois anos que eu saí de Caetité e fiquei em Salvador, eu vim para cá, para Lauro de Freitas. Eu vim para trabalhar na praia do Buriti, trabalhar como garçom na barraca de praia, mas sempre pensando nas atividades voltadas à arte. Então, teve um período que, como eu não tenho parente da minha família aqui, passei a morar nessa barraca de praia. A contrapartida que eu dava para a dona da barraca era o trabalho. Então, durante o dia eu trabalhava na barraca e, no finalzinho do dia, eu ia para Salvador, para fazer os cursos de teatro e dança que eu fazia.

Aí chegou o período que a dona da barraca vendeu o imóvel e vendeu comigo dentro. Vendeu a barraca para o pessoal aqui do terreiro (de candomblé), da instituição. Aí eu continuei trabalhando na barraca. Foi quando eu tive a oportunidade maior de conhecer o trabalho que eu já desenvolvia nesse período. Aí chegou o momento que eu não ia muito mais para Salvador, por conta que eu descobri essas atividades aqui.

Lia – Que atividades eram desenvolvidas no terreiro?

Marcelo – Dança. Eu continuei fazendo teatro em Salvador e dança aqui no terreiro. Estou há um ano e meio dançando aqui no projeto cultural Bankoma, que, até 2003, não era reconhecido ainda pelo estado como ponto de cultura, mas o projeto já existia desde 2000. Aí eu passei a ser monitor, comecei a monitorar aula de dança e, dentro desse projeto, eu fui conhecendo outros projetos que eram desenvolvidos aqui. Tudo voltado para arte e educação. Eu comecei a participar um pouco dos projetos, até quando surgiu a oportunidade de trabalhar na Associação. Em 2005, o projeto conseguiu o edital do ponto de cultura pelo Ministério da Cultura (Minc) e eu tive a oportunidade de ser um dos bolsistas do projeto. A gente recebia uma ajuda de custo para estar desenvolvendo a atividade. Atividades essas que eu já desenvolvia como monitor de dança. Aí, depois de monitor de dança, eu passei a trabalhar na oficina de tecelagem. Em 2006, através o Minc, surgiu o Cultura Digital que também vinha vinculado ao programa de Ponto de Cultura. Aí, nesse meio tempo, eu conheci o Cultura Digital. Eu comecei a participar das oficinas de inclusão digital que aconteciam através da cultura digital.

Então, foi aí que eu conheci essas ferramentas de *software* livre. Como eu nunca tive

na minha vida uma oportunidade de fazer um curso de informática, até mesmo por condições financeiras, eu nunca tinha feito esse curso. Então, essa era a oportunidade que eu tinha acesso a essa informação, a esse veículo de comunicação que são os computadores, a internet. Então, dentro do Cultura Viva, do Cultura Digital, conheci o *software* livre e, junto com ele, tive a oportunidade de conhecer a política do *software*, que fala de colaboratividade desse acesso, dessa liberação da facilidade de se comunicar em rede e compartilhar esses conhecimentos. Então, foi dentro desse programa que eu comecei a ter acesso a computadores.

Dentro do ponto de cultura, a gente montou uma ilha de edição que tinha a finalidade de resgatar a cultura do bairro, através do audiovisual. A captura de imagem e de som. Aí eu participei dessa oficina, antes de finalizar o primeiro acordo do ponto de cultura, eu já estava monitorando a oficina de audiovisual, isso por conta das oficinas de capacitação que tinham no Cultura Digital.

Aí eu passei a monitorar essa oficina junto com o coordenador do projeto. E aí foi surgindo com a própria política do *software* livre, que pregava essa questão de colaboratividade. Então, em rede, a gente sabia quando acontecia as oficinas, quando ia rolar os encontros e, assim, eu nunca deixei de participar. Assim que surgiam as oportunidades, eu me deslocava para essa capacitação. A associação me apoiava sempre. O Ponto de Cultura Bankoma sempre me apoiou, sempre nesse sentido. Aparecia essa oportunidade, eu me apresentava lá no grupo e participava dessas oficinas.

Até que nesse período as coisas foram crescendo. Consegui a renovação do contrato do Ponto de Cultura, passei a monitorar o curso de dança e a coordenar a oficina de tecelagem. O Ponto de Cultura Digital da Associação precisou de um apoio maior, para desenvolver um projeto. Aí eu passei a assessorar a coordenação pedagógica do Ponto de Cultura, mas sempre desenvolvendo as outras oficinas também.

Comecei a dividir o meu tempo. Até então, eu já tinha concluído o ensino médio, mas não tinha iniciado a faculdade, o curso superior, ainda. Aí, em 2004, quando eu terminei o ensino médio, eu tinha mais tempo para desenvolver essas atividades. E, assim, nesse período que eu saí de casa, foi umas das coisas que eu prometi para minha mãe: não largar os estudos.

Já estava engajado em todos esses projetos. De certa forma, eu estava estudando, eu estava aprendendo esta questão da ferramenta dos computadores, processos de inclusão digital, estava estudando um pouco isso. Aí, quando surgiu, em 2008, a oportunidade de montarmos um Centro de Cidadania Digital (CDC) na comunidade, eu já estava bem interado nesse contexto do programa da cultura digital, que era a disseminação de todo esse

conhecimento dos acessos à rede, desse meio de informática, desse meio de comunicação com os computadores.

Lia – Você é gestor do espaço que inclui o CDC e o Ponto de Cultura Bankoma, é isso?

Marcelo – É, e também sou monitor no CDC. Aí foi quando eu passei a desenvolver outras oficinas com o CDC (os CDCs integram o programa de inclusão digital do governo do Estado da Bahia, gerido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secti), que é um convênio entre a Secti e o terreiro. Aí teve essa oportunidade da Associação São Jorge com a Secti, aqui do estado. Aí teve, digamos assim, uma inscrição aberta dentro da comunidade, onde estava procurando as pessoas que se encaixavam no perfil de monitores e gestores para o projeto. Dentro dessa seleção, devido à experiência que eu já tinha adquirido por estar dentro desse contexto da comunidade, por conhecer o espaço e as pessoas, eu fui selecionado para participar desta capacitação que aconteceria lá na Secti. Aí eu fui. A princípio, eu seria só monitor, mas, pelo meu perfil, ele viu que dentro do cadastro eu poderia ser gestor do projeto. Aí surgiu a oportunidade.

Como teve a falta de pessoas disponíveis para estar desenvolvendo, eu acabei sendo gestor e monitor. Eu mais Henrique e Aline, que são os outros dois monitores, participamos da capacitação. Viemos para cá trazer esse conhecimento para a comunidade.

Hoje a gente está aí dentro do CDC desenvolvendo as oficinas de informática básica, elencando todos os projetos desenvolvidos pelo Ponto de Cultura, com o Centro Digital de Cidadania. A experiência só tem a crescer cada dia mais, sempre que há oportunidade. Recentemente, o Gesac disponibilizou uma vaga para gente estar desenvolvendo um curso, uma capacitação, para gente aprimorar nossos conhecimentos e trazer outras ferramentas pra dentro da instituição. Aí disponibilizou as vagas e a gente está indo para lá.

Agora, com essa capacitação do CNPq, a gente está se inscrevendo nesse edital, para poder trazer mais conhecimento para a comunidade. A prova de que tudo isso dá certo é o fato de aqui estar sempre com gente, a comunidade está sempre presente. A gente não tem faixa etária, tem uma faixa etária mínima para os usuários, mas máxima, não. Tenho alunos de 72 anos de idade que frequentam o CDC sem nenhum problema. A resposta disso tudo é a gente conseguir sentir quando eles se aprimoram, quando eles absorvem o conhecimento, quando eles se aprimoram desse valor, desse espaço, a gente vê o tamanho do ganho. Eu, particularmente, vejo que todo o meu processo é contínuo, não tenho nem previsão nem pretensão de parar. Em todo esse processo, eu vejo que há resultado.

Eu acredito que todas as dificuldades que eu passei para estar aqui, onde eu estou hoje, valeu à pena. Quando eu vejo hoje uma senhora, mãe de família, que até então não pensava que podia estar aqui na frente do computador... Depois de fazer suas coisas dentro de casa, sobra um tempinho, e elas vêm aqui acessar a internet, fazer cadastro dos seus produtos. Elas trabalham com vendas, são microempresárias, são baianas de acarajé. Aí têm um tempinho e vêm para o CDC, para poder buscar informações.

Lia – Marcelo, para sua vida pessoal, o que você acha que significou você ter acesso à comunicação interconectada, ao computador e à internet? Mudou alguma coisa? Você sente que houve um ganho? Você mudou o seu jeito de se relacionar com as coisas, com o conhecimento? O que mudou?

Marcelo – Mudou muita coisa. Até então, pela dificuldade do acesso a esse veículo de comunicação, eu não tinha tanta perspectiva de vida em relação a isso. Tipo assim, eu tinha vontade de um dia ser ator, de um dia ser um grande dançarino, mas eu não sabia como chegar a ter acesso a isso tudo, uma vez que o estado não proporcionava isso, não divulgava isso, não dava esse acesso pra gente.

E, a partir do momento que eu me aproprio desse conhecimento, eu começo a conhecer pessoas, a conhecer outros mundos, outras pessoas que pensam como eu. Aí a gente começa a compartilhar essas informações e, a partir do momento que eu tenho acesso ao computador, eu tenho acesso a esse veículo de comunicação.

Cresce tudo dentro de mim. Os horizontes se ampliam, a perspectiva de vida não muda simplesmente, ela se transforma. Ela proporciona outros horizontes. Então, a gente vê que vai crescendo cada vez mais. É uma célula que não simplesmente se desenvolve, ela vai parindo outras células. Esse conhecimento me proporcionou isso. Eu simplesmente sonhava em ser um ator, um dançarino. Eu pude atuar, dançar e, no entanto, posso hoje pensar no futuro como um antropólogo. Porque esse conhecimento hoje expandiu a minha visão para o meu futuro. Hoje me faz ter vontade de cursar um curso superior que me dê mais embasamento da vida e que proporciona para mim a garantia de que eu vou poder, futuramente, ajudar outras pessoas.

Então, eu hoje estou fazendo um curso de Comunicação Social com Relações Públicas. Eu estou no 2º semestre na Unibahia, Faculdades Integradas, em Pitangas, aqui em Lauro de Freitas. Estou fazendo um curso superior, mas não deixo de dançar, não deixo de atuar, continuo artista, mas com uma visão mais embasada da vida. Sempre no meio dessas discussões de acesso a políticas públicas, buscando ao máximo proporcionar as oportunidades

que eu tive e que posso proporcionar a outras pessoas, também. Eu agradeço muito a isso, a essa tecnologia e a esse veículo de comunicação

Lia – Quando você fala nas novas possibilidades, você fala que pensou não só na nova perspectiva, mas também em enxergar outras coisas e em aprender com outras pessoas. Você falou muito em compartilhar. Você participa de alguma comunidade? De que comunidade você participa na internet?

Marcelo – Eu participo do Estúdio Livre, que é um programa dentro desse processo de inclusão digital. Há uma comunidade que tudo o que a gente produz dentro do Ponto Cultura, a gente pode jogar isso na rede. Então, tem essa comunidade de estúdio livre. Também tem o Moodle, que é um programa da Secti dentro desse processo do Centro Digital e Cidadania que a gente troca experiências com outras pessoas, a gente obtém algumas informações.

Lia – Que tipo de experiência? Só de trabalho, ou não?

Marcelo – Experiências que a gente tem dentro do CDC, as realidades que a gente encontra da nossa comunidade. Muitas vezes são as mesmas realidades de outras comunidades, mas só que falando em uma língua diferente, por conta da diversidade que é a nossa cultura brasileira. Cada um tem as suas questões individuais de cultura, mas depois que chega à rede, que conta uma história de um centro digital, a gente vê que é a mesma coisa, só que contada de uma outra perspectiva, de um outro ponto de vista. Aí a gente está sempre nas redes. Aí outras comunidades dentro desses sites de relacionamento surgem naturalmente.

Lia – Você frequenta bastante?

Marcelo – Frequento. Tem o Facebook, o Orkut. Tudo isso a gente vai desenvolvendo sempre dentro da rede.

Lia – Você falou que trabalhou no Ponto de Cultura e foi gestor. Como é que você vê a percepção da comunidade, a partir do Ponto de Cultura? Você falou da alta expressão das pessoas virarem autores da sua própria história. Como é que é isso?

Marcelo – Sem sombra de dúvidas, a mudança foi muito grande, porque, até então, o único

acesso que a comunidade tinha a essa informação era muito cara. Era em *lanhouse*. Então, para ela ter acesso a esse tipo de informação, eles tinham que pagar muito caro e, por a gente ser de um bairro de periférico, isto era um veículo que a gente não tinha acesso. Então, a partir do momento que o Ponto de Cultura traz o Centro Digital para a comunidade, a gente tem um espaço relativamente aberto para todos. A gente vê isso como um ganho muito grande e, o fato de hoje a gente estar com casa cheia, a gente percebe que a comunidade se apropria desse valor. E, quando eu falo de perspectiva de mudança, eu falo de comportamento da comunidade, quando ela tem essa informação. A gente vê meninos que não sabiam antes o que era fazer um trabalho de escola no computador, por não ter computador em casa ou a escola, não proporcionar esse recurso, hoje eles já têm uma certa autonomia de chegar aqui e fazer sozinho, apesar de ter os monitores aqui. Hoje já chegam e fazem os seus trabalhos de escola completamente sozinhos.

Lia – E a produção do Ponto de Cultura? Como é? Tem muita gente que produz, que vira autor de documentário, de áudio?

Marcelo – O Ponto de Cultura sempre trabalha nessa perspectiva de desenvolver atividades voltadas à arte e à educação. Como eu te falei, a gente tem oportunidade de colocar tudo o que a gente produz no Ponto, o registro da comunidade, da cultura, das apresentações de dança, no Estúdio Livre. O Estúdio Livre é voltado para a divulgação da produção dos Pontos e funciona também como se fosse uma rádio virtual, você pode postar músicas, DVDs.

A gente produz tudo aqui em *software* livre. No Ponto, o *software* é o Ubuntu (uma distribuição Linux) e o programa de edição de vídeo é o Sinerela. No CDC, a gente usa o Berimbau. Eu acho importante usar o *software* livre porque os códigos são abertos, então você pode conhecer mais o programa e mexer nele. Se não sabe, sempre tem alguém na rede para te ajudar a resolver o problema. Outro ponto importante é o custo. Não precisa pagar a licença do *software*, e o custo do acesso é a maior dificuldade para quem é pobre. A política da Microsoft é só vender, não permite o acesso das pessoas de baixa renda.

Lia – Você disse que, quando tem dificuldade, sempre tem alguém para ajudar. Você também colabora com quem pede ajuda? Como é isso de colaborar?

Marcelo – Eu ajudo e colaboro, porque tudo que eu sei, eu tive de graça. A gente encontra uma dificuldade e, quando supera essa dificuldade, a gente busca reconhecer e retribuir o que

lhe foi dado. Por isso, eu me identifico muito com a política do *software* livre, porque tem esse aprendizado, essa colaboração.

Lia – Como você se vira com o inglês?

Marcelo – Eu tenho inglês de escola pública. O que consegui aprender depois foi na internet, em *sites* de relacionamento. Faz falta dominar melhor, porque o inglês é a língua universal. E hoje o tudo que é produzido em escala mundial chega na sua casa por meio da internet. O Ponto de Cultura é visitado por gente do mundo todo, e a gente não consegue interagir. Como não tem ninguém na comunidade que fala outra língua, isso causa insegurança, quanto ao que está sendo traduzido por alguém que acompanha a visita, mas não é da comunidade. Prezamos muito a oralidade, como nossa cultura foi traduzida até aqui. Por isso, a preocupação de quando vêm tradutores de fora da comunidade.

Lia – Como é que você se despertou para a dança?

Marcelo – Desde pequeno, tinha afinidade com o teatro. Fui também envolvido pela TV, pelos trabalhos que se desenvolviam na escola. Depois, quando vim para Salvador, fiz cursos de teatro e dança. Primeiro, uma amiga me apoiou. Depois, eu trabalhei na barraca na praia, até que cheguei aqui na instituição. Faço parte do grupo de dança afro Bankoma, mantido pelo terreiro. Além da dança, aqui tem percussão, tecelagem, capoeira, estética afro e cultura digital. Eu entrei no Ponto de Cultura como bolsista e morava aqui mesmo no terreiro. Eu recebia R\$ 280,00 por mês. Hoje, minha bolsa é de R\$ 500,00, e ganho mais uns R\$ 300,00 com trabalhos extras. No CDC, sou voluntário. No início da faculdade, foi difícil, pois só tinha meia bolsa e tinha que pagar R\$ 390,00 por mês. Agora consegui bolsa integral pelo ProUni. Por isso, há uns três meses pude me mudar para uma casa, não moro mais aqui. Pago R\$ 290,00 de aluguel, é aqui perto, vou a pé. Para a faculdade, vou de ônibus da Prefeitura e volto de circular.

Lia – Quais são seus sonhos para o futuro?

Marcelo – Eu quero me tornar comunicólogo. Tenho um desejo de voltar para minha terra para ajudar. O que recebi em conhecimento, eu quero dividir. Hoje eu vejo que com a rede, com a internet, uma cidadezinha do interior pode ter muita coisa que antes não podia ter. Me

vejo como uma pessoa que pode transmitir o que aprendeu, me vejo como vínculo de transmissão do saber. Desde que eu saí de lá, de Caetité, só voltei uma vez, em 2006. Mas falo sempre com minha família pelo telefone e pela internet. Nos fundos da minha casa tem um CDC, eu falo com meus sobrinhos, com meus irmãos. Minha mãe também vai lá para falar comigo. Ela vê os vídeos de minhas apresentações de dança pela internet. Às vezes, pela TV, quando passa o nosso bloco que sai no carnaval. O bloco sai desde 2000 e o desfile é uma vitrine não só da dança, mas também do que é produzido aqui na tecelagem, em termos de roupas e adereços. Eu passei com o grupo 30 dias em Portugal, fizemos várias apresentações. Ela acompanhou pela internet. Também tem um sobrinho meu que tem computador em casa e, quando ela vai lá, ela vê minhas fotos. E também acompanha meu perfil no Orkut.

Lia – Você tem um grande trabalho aqui com a comunidade do Portão. Como é essa comunidade?

Marcelo – O Portão é um bairro popular de Lauro de Freitas, que antes se chamava Freguesia de Santo Amaro de Ipatinga. Essa freguesia tem mais de 450 anos. O que se diz sobre o nascimento do Portão é que pela Bahia passavam muitos mercadores e que aqui era a rota de saída em direção ao litoral Norte. Havia uma grande fazenda, e aqui era o portão dessa grande fazenda, onde o pessoal da região vinha para comercializar seus produtos na frente do portão. Como houve um grande tráfico de escravos aqui, a população do Portão é majoritariamente negra. Com o tempo, outras comunidades se deslocaram para cá. Hoje Lauro de Freitas é a terceira cidade do estado (em população). O bairro cresceu nas margens do rio Joanes e de frente para o mar. E isso acabou atraindo muita gente de alto poder aquisitivo, que começou a construir condomínios de luxo. Tem gente famosa, como Ivete Sangalo, Jauperi, que têm casa aqui. Só que esses condomínios de luxo isolaram a comunidade, que perdeu acesso ao seu meio de vida, ao rio, onde pescava e onde pegava plantas medicinais. Para chegar ao rio, agora, tem que dar uma grande volta, porque fecharam tudo.

Isso empurrou muitos pescadores para o subemprego, para trabalhos temporários e terceirizados. O que queremos aqui na instituição, no CDC e no Ponto de Cultura, é dar uma nova luz para a comunidade, ampliar a visão das pessoas, dar outras oportunidades. Aqui, aprendem informática básica, depois aprendem a pesquisar, aprendem a contar suas histórias, a história do bairro, a sua cultura. Muitos que passaram por aqui já estão empregados. Damos prioridades no encaminhamento para as vagas aos que estão engajados no projeto. A Prefeitura e a Uneb vão fazer uma capacitação de mão de obra para a Copa. Estamos

negociando fazer uma das capacitações aqui no terreiro, para a comunidade do Portão. Para mobilizar a comunidade, é preciso entender a sua linguagem. A linguagem da comunidade, muitas vezes, não é a linguagem do Estado.

6 Meilene Hercília Medeiros Ferreira, Meg, 23 anos

(Entrevista realizada em 17 de julho de 2010, em Salvador)

Lia - Como foi a sua infância, onde você nasceu? Como era a sua família?

Meilene – Eu nasci em São Caetano do Sul. A minha família foi a típica família desestruturada. Eu não sei muitas coisas da vida. Meu pai era o típico pai, que chegava em casa, quebrava a mãe na porrada. Minha mãe apanhou muito e a gente, claro, que via tudo. Vizinho, todo mundo. O que eu sei é que ele trabalhava numa firma chamada Agaele, no almoxarifado, não sei o que ele fazia, saía cedo e chegava de noite e raramente ele ficava com a gente. A minha mãe que ficava mais. Aí eles passaram 12 anos casados nessa agonia de bate hoje, amanhã não bate. Minha mãe tem nove exames de corpo de delito dela. E como eu costumo dizer, na minha infância eu fui feliz do portão para fora. Na rua eu brincava, na rua eu não lembrava das coisas, na rua eu esquecia dele.

Eu brincava sempre com meninos, porque as meninas não gostavam de correr, caía, se machucava, levantava, brincava de polícia e ladrão. Sempre fui rodeada de menino. Então, a minha infância foi isso mesmo. Do portão para dentro era um inferno; do portão para fora, eu era feliz. Até que em 1996 meus pais se separam de vez. Eu fiquei dois anos sem ver ele, foi quando meu irmão foi morar com a minha avó, e, em São Caetano, ficou eu a minha mãe e minha irmã. A minha mãe, como passou 12 anos sendo dona de casa, começou a procurar emprego. Então ela começou a trabalhar em dois empregos diferentes. Então, eu não via a minha mãe. A minha irmã, como era bem pequenininha, eu acabei tento que cuidar dela. Aí foi como se a vida realmente tivesse acabado. A gente não tinha comida, a gente não tinha nada, até ela consegui se estabilizar.

O que eu me lembro dessa época é o seguinte: eu tinha que estar às 5h da manhã no ponto, porque a minha escola era no Rudge Ramos e demorava muito. Então, eu pegava o

carro de 5h30 e de onde eu saltava, eu tinha que andar bastante para poder chegar na escola. Eu não conseguia estudar porque ficava até duas, três horas da manhã ajudando a minha mãe a fazer encomenda de bolo. Ela pintava pano de prato, então eu ficava lá com ela. Eu, sendo a mais velha, tinha que ajudar, então eu dormia pouco. Ia para escola, dormia na escola. Aí foi assim. Meu pai perseguia a minha mãe, não sei por que. Parece história de pescador, mas não, é verdade. A minha mãe ela é homossexual desde adolescente. Se hoje já tem preconceito, na época dela, tinha muito mais. E o que eu sei é que a minha mãe conheceu meu pai em uma festa e acabaram ficando, beijinho aqui e ali, e ela engravidou e, nesse engravidar, a família, por saber que ela era homossexual, obrigou a casar. E aí nesse tempo que eles se separam, em 1996, ela se apaixonou e conheceu quem hoje eu chamo de tia, a Carla. E toda aquela perseguição do meu pai, do povo dizendo ‘a sua mãe é sapatona, não sei que lá’, isso não me importava, porque foi a primeira vez na minha vida que eu vi a minha mãe feliz. E essa pessoa completava ela toda. Se a minha mãe precisasse cinco horas da manhã da ajuda dela, ela estava lá. E foi a primeira vez que eu vi ela feliz. Então, quando o povo falava, eu dizia problema é meu, a mãe é minha e acabou. Ela se preocupava muito com a minha irmã mais nova, porque ela não sabia. Eu descobri, porque comecei a perceber a situação e perguntei. Ela me contou a verdade, tanto que nós somos tão amigas por conta disso. Quando ela se separou, eu estava com ela e em todas as mudanças da vida dela, eu estava com ela.

E aí a perseguição do meu pai, ele falava ‘eu vou tirar os meus filhos de você, como que pode duas mulheres ficar com as crianças dentro de casa?’. Eu nunca vi a minha mãe dar um beijo, nem discutir nada. Se elas faziam alguma coisa era do quarto para dentro e acabou. Era a vida delas e acabou.

Aí a minha mãe resolveu vender tudo, vender móveis, tudo o que ela tinha, e vir para Salvador, para tentar uma vida, um emprego, fugir desse preconceito. Aí ela trouxe todo mundo, veio eu, minha irmã, Carla, o meu irmão e o irmão agregado – um amigo do meu irmão, que o pai tinha colocado para fora de casa. Ele ficou morando com a gente um tempo. Aí quando minha mãe resolveu vir para Salvador, ele resolveu vir também.

Aí a gente veio para o interior de Salvador, a gente passou seis meses em Porto de Sauípe. Só que, como Sauípe é uma cidade pequena, não tem emprego, só gente que vive da pesca, povo que tem fazenda. Aí acabou que a gente, depois de seis meses, mudou para Salvador mesmo. Aí caímos aqui no Nordeste, no Vale das Pedrinhas, isso foi em julho de 2001. Eu cheguei aqui no Nordeste e foi quando a minha mãe arranhou emprego e a minha tia também, eu tinha 14 anos. Aí entrei para a associação de moradores aqui no Vale das

Pedrinhas, um grupo de teatro.

Até então eu não falava com ninguém, eu não tinha amigos, eu não conversava, tanto em São Paulo, como aqui. Eu não queria que as pessoas ficassem me perguntando ‘porque seu pai batia na sua mãe?’, então me envolvia o menos possível. Eu ia para rua brincar, mas eu queria só brincar. Aí quando eu vim para cá, eu não tinha amigos, eu passei os seis meses sem amigos, sem nada. A escola que eu fui, eu fui super mal recebida, porque tiravam onda, ‘é gringa, veio de fora’, eu sempre fui calada e normalmente as pessoas que chegam são super receptíveis, e eu não sou assim.

Eu entrei para esse grupo de teatro e entrei para o grupo de teatro do Sesi, do Rio Vermelho, que era um trabalho social também. Por esse grupo de teatro do Sesi, meu professor, chamado Luis Bandeira, eu sou completamente agradecida, porque lá que eu perdi a timidez. Foi lá que perdi o medo de fazer amigos, porque eram 30 pessoas, todas com histórias de vida, todas mais velhas. Essa é uma característica do teatro, as pessoas te acolhem, não importa o que você é, o jeito que você é, ou que você passou. Então eles me acolheram super bem. Aí eu comecei a participar, comecei a conversar, pronto. Depois daí virei outra pessoa. Virei outra Meilene. E a minha mãe vendo essa minha mudança. Comecei a fazer amigos, comecei a me envolver.

E aí foi quando começou de novo as dificuldades, a minha mãe perdeu o emprego, a minha tia, também.

Quando a gente se mudou para cá, em 2001, a gente passou seis meses em Porto de Sauípe, e, assim que nos mudamos para cá, meu irmão voltou para São Paulo. Ele não gostou, ele queria os amigos dele, queria a vida dele e aí voltou. Nesse processo de começar as dificuldades, a gente sempre morou de aluguel.

Foi aí que conheci o Kabum, através da associação de que eu participava.

Lia - Qual delas?

Meilene - Aqui do Vale das Pedrinhas, aqui embaixo, associação de moradores. Um dia, a dona da associação me mostrou um panfleto para a gente, onde dizia que teria um curso Viva Nordeste. Lá em cima ia ter um curso, na verdade, na hora, eu só vi o de vídeo, mas são quatro linguagens: vídeo, fotografia, computação gráfica e *design* gráfico.

Na hora eu só enxerguei o vídeo porque sou fascinada em saber o que acontece, o que era, porque a distância que a gente tem dessas coisas é muito grande; então a minha curiosidade, vou me escrever, vou me escrever e me escrevi.

Eu estava com 16 anos, eram 80 vagas e tiveram 800 e poucos inscritos. No primeiro dia de seleção, eles fizeram tipo um caderninho com todas as respostas. Na época, eu tinha uma vantagem porque participava da associação de moradores, então a gente fazia algumas apresentações nos bairros. A gente fazia algumas ações dentro do bairro e a Kabum estava procurando jovens que trabalhasse com essas coisas.

Eu passei na primeira etapa, foram dois dias de seleção, eu passei. A gente tinha três meses para escolher a linguagem que queria, mas eu não tinha dúvida, desde o começo eu queria vídeo e pronto. Aí eles me escolheram, eram 20 horas de vídeo. Eu fiquei no curso da Kabum de 2004 a 2006, eu fiz 18 anos na Kabum, fizeram a minha festinha e tudo.

Lia - E você trabalhava?

Meilene – Não, eu fazia teatro, tinha bolsa, ganhava R\$ 80 e *ticket* alimentação. Eu trocava todos os *tickets* e dava o dinheiro para minha mãe, eu dava tudo, ficava com R\$ 10 ou R\$ 20 na mão.

Eu fiquei na Kabum de 2004 a 2006. Em 2005, a minha irmã foi embora também, ela queria ficar com meu pai, ela sempre foi mais apegada ao meu pai, e, na hora que viu piorando a situação, queria voltar e ficar com meu pai, então voltou. Então ficou aqui, eu, minha mãe e minha tia. O meu irmão agregado, que eu falei, ele conseguiu trabalho em Porto de Sauípe, conseguiu fazer um curso e está até hoje. Tanto que nas férias, eu vou passar uns dias lá. A minha mãe e a minha tia começaram a conversar e decidiram voltar para São Paulo, porque não dava mais aqui. Não conseguia pagar aluguel, arranjar emprego e vendo tudo acabando. A minha mãe queria me convencer em voltar junto também.

Eu dizia que não, sempre odiei São Paulo. Odiei a minha casa, porque, quando a gente estava morando aqui, eu fui lá, acho que uma vez que meu pai pagou para poder ficar com a gente. Eu não gostava de lá, eu revivia tudo o que não queria, tudo o que não gostei de viver na vida. Eu ia para lá, só para ficar mal. Eu queria voltar logo, porque minha vida estava aqui. A pessoa que sou hoje, eu comecei a construir aqui. Então, a minha mãe sempre fala ‘você

nasceu em 2001, quando a gente chegou aqui'. Ela queria me convencer a voltar e até hoje eu não me vejo lá. Então, o que aconteceu, eu expliquei para ela que a minha vida estava aqui, eu não podia parar o curso da Kabum. A Kabum ia me dar a oportunidade de mudar a vida, de ter outra vida, de melhorar de vida e expliquei para ela. A minha mãe não teve coragem de acabar com esse sonho.

Em janeiro de 2005, a minha tia foi embora, queria que a minha mãe fosse e, em julho de 2005, a minha mãe foi embora. A gente alugou para mim uma casinha do lado, bem pequena mesmo, só dava eu. Eu ficava aqui, eu pagava R\$ 170 de aluguel, R\$ 25 de água e R\$ 20 de luz, até então, só com a bolsa da Kabum e os *tickets* de refeição. Uma vez ou outra, ela (a mãe) mandava um dinheiro para mim, mas não era sempre.

O curso da Kabum acabou e aí eles me colocaram como jovem educadora da próxima turma. Eu acabei em fevereiro de 2006 e, em junho de 2006, começou outra turma. Então eu fiquei meio que abrigada na Kabum, eu virei jovem educadora. E a Kabum criou a Kabum Jovens Produtores, que era oportunidade para as pessoas que saem da escola produzirem as festas, os filmes que eles conseguirem parceria.

Lia - É uma empresa? Uma ONG? É o que?

Meilene - Kabum é um projeto da Cipó. E da Kabum saiu a Kabum Produtores, que também é um projeto. Porque, assim que o Canal Futura entrou com parceria com Kabum, eles queriam seis matérias de quatro minutos cada em variados temas. Então, a Kabum faz parcerias com instituições, 'eu quero um vídeo institucional da minha ONG', eles escolhem os jovens que saíram da Kabum para fazer.

O que eu aprendi na Kabum em um ano e meio de vídeo -- câmeras, edição, tudo --, eu fui me aprimorando. Eu conseguia um frila daqui, um *freelancer* ali. E aí, nesse meio termo, eu aqui sozinha e a minha família toda lá. Aí eu consegui. Você fazendo um trabalho lá, outro aqui, você conhece bastante gente.

Lia - Mas você continuava com os Jovens Produtores?

Meilene - Sim, continuava lá e fazia uns frilas fora. Aí foi quando o Jean falou ‘Meilene, está na hora de você entrar no mercado de trabalho e deixar a sua vaga para outros jovens’. Continuava jovem educadora, durante um ano e meio. Aí, durante esse ano, eu comecei a fazer uns trabalhos pela Kabum Jovens Produtores, que era de tarde. Funcionava das 13h às 18h. Então eu passava o dia inteiro na Kabum, de manhã, como jovem educadora e à tarde, como produtora, como profissional e aí acabou a escola. Dessa turma que eu era jovem educadora, eles já tiram outro educador, que é essa a função. Da turma que acaba já sai um jovem educador para outra turma. Foi quando eu me desliguei mesmo da Kabum. Acho que em 2008 eu me desliguei total. Eu, até hoje, nunca mais fiz trabalho para Kabum. Mas eu estou lá o máximo que posso, muitos professores me pedem para eu ir lá, porque muitos jovens como a gente chegou lá desacreditado. Eles começam a citar algumas pessoas que deram certo. Não são as 80 pessoas que saem trabalhando, que saem aplicando o que aprenderam. Os que saem fazendo isso são aqueles que gostaram, que estão correndo atrás disso mesmo.

E aí uma professora de fotografia conseguiu um emprego, ela ia fazer o blog de Duda Mendonça. Para fazer o blog de Duda Mendonça, ela precisava de alguém que entendesse de vídeo para poder gravar as respostas dele, gravar as coisas que ele pedia para fazer na rua. Aí ela pediu para eu ser essa pessoa, aí ficou quatro meses com o blog.

Aí ele acabou com o blog, porque ia fazer campanha e tinha muita coisa para cuidar. Aí ele acabou me indicando para a Malagueta Filmes, uma das maiores produtora aqui de Salvador, que um dos seus filhos é dono.

Eu fui para Malagueta em julho de 2008 e estou saindo da Malagueta só agora. Trabalho lá até o dia 30 (de julho de 2010), eu passei dois anos na Malagueta.

Lia - Você está saindo para ir para outro lugar? Ou não?

Meilene - Eu estou saindo, trabalho até o dia 30. Eu fiz uma entrevista na TV Metrôpole. Na verdade, estou saindo, porque, aqui na editora, eu sou exclusiva do Bom Preço em São Paulo e do WalMart, a gente faz toda a propaganda do Bom Preço. Mas, como é varejo é muito estressante e eu passei dois anos fazendo isso, eu conversei com eles para ver se podiam me mudar de setor, colocar em outro canto, mas eles falaram que não. Então falei ‘tá bom, eu vou

procurar outra coisa'. Eu tenho que arriscar enquanto eu tenho tempo. Se eu ficar dez anos fazendo Bom Preço, quando eu sair daqui, ninguém vai me querer, porque só fiz isso na vida inteira.

Já estou com o meu portfólio pronto para correr atrás de outra coisa, na verdade, a área que gosto é de produção, assistente de direção. Lá, a área que estou, eu fico o dia inteiro em frente o computador. Isso acabou comigo, você deixa de produzir, de escrever projetos, você deixa de fazer filmes, porque você fica estagnada. Falei 'não, não é isso que eu quero, não passei por tudo isso para parar por aqui'. Eu falei tudo isso para os diretores, 'olha, eu quero mais, eu posso mais'.

Todo mundo que saiu da Kabum junto comigo sempre se junta para fazer filmes, participar de festival e todo mundo vê e não acredita que a gente vai pra por aí.

Lia - Vocês já ganharam algum prêmio?

Meilene – Já, a gente ganhou um festival em São Paulo, com documentário que a gente fez sobre o Nordeste de Amaralina, a gente ganhou. Eu não lembro o nome dos festivais, a gente ganhou três, dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro. O último prêmio que a gente ganhou foi em 2007. A gente terminou um agora. Um filme baseado na história sobre um menino que passou em Kabum, era um menino super criativo, super educado e familiar. Um dia, ele estava saindo para ir para a escola e recebeu uma bala perdida na porta de casa, a gente fez um filme baseado na vida dele.

Na verdade, a gente fez um menino que queria ser um palhaço, que ele estava indo para estreia de teatro dele. Era o grande dia e, no caminho, ele recebe uma bala perdida. O filme é sobre isso, a história de Bruno, que no filme chama Eder.

Lia - Quando foi o seu primeiro contato com o computador? Você já conhecia alguma coisa?

Meilene – Olha, o que eu conhecia de computador assim era muito distante, porque um vizinho do meu vizinho que tinha um computador, aqui em Salvador. Em São Paulo eu nunca vi um computador. Eu só olhava mesmo, era de um vizinho aqui da frente mesmo.

Quando a gente chegou na Kabum, começou a ter um rodízio, passar por todas as linguagens, aí começou. Era todo mundo assim: ‘o que era um comando S? (que é salvar)’, vamos abrir um projeto, vamos abrir um formato Word, tinha aula de como montar, desmontar um computador. Era base da base, ninguém sabia de computador. Sabiam aqueles que a mãe tinha condições de comprar um computador e tinha em casa. Se não fosse isso, não sabia nada mesmo.

Eu nem sabia o que era um cabo de força, aprendi na Kabum. Foi em 2004 que aprendi o que era um cabo de força. Com essas aulas de computador, Excel, Word, a gente foi para aula de vídeo, aí eu aprendi e comecei a ver o que era linguagem de vídeo e comecei a ver que não era mágica. Que tirar a imagem de dentro de uma câmera e colocar dentro do computador, aquilo, a turma inteira achava muito legal. Aí cada um foi para o lado que mais gostou, filmar, editar, um só queria produzir, outro só cuidar dos horários, outro só queria dirigir.

Aí vem o processo mesmo, o primeiro com as aulas de estruturas de computadores. Os periféricos de computador, depois com as aulas a mais, porque na escola a gente produzia algumas coisas, uns curtas bem pequenos para a gente treinar as câmeras, treinar os enquadramento. Tinha uma aula de fotografia de luz, a base da fotografia, para vídeo e tudo isso. Uma informação atrás da outra, era uma coisa deslumbrante.

Cada dia você vendo uma coisa diferente, você vai se apaixonando. Quem entra nessa área se apaixona, eu acho. Eu entrei nessa área e não me vejo fazendo outra coisa.

Lia - E o que você gosta mais?

Meilene - Eu gosto mais de produção e direção. Eu acho que, por exemplo, na turma da gente tinha um que era super organizado, que organizava que horas o carro ia te pegar em casa, tem outro que pensa no figurino, e eu, se alguém me entrega um roteiro e diz ‘ó Meg faz adequação do roteiro’, então eu imagino, eu estudo para isso, penso como aquela cena vai ser gravada, como que começa, com que ângulo aquela cena deve ser gravada.

Mas vou correr atrás da área de assistência de direção, para um dia poder ganhar dinheiro fazendo a direção. A minha paixão mesmo é a direção, sou louca, fico deslumbrada.

Lia - Você domina o *software*?

Meilene – Domino, mas não gosto. Eu estou na Malagueta com isso, porque foi o que me apareceu. Como a Malagueta é a maior produtora de vídeo e cinema daqui da Bahia, quando me apareceu a oportunidade, eu aceitei porque ter o nome na Malagueta no currículo é válido. Mas eu achei que entrando lá, eu ia ficar uns seis meses na edição e depois conseguia descer para produção, mas não aconteceu. Mas eu trabalho com edição também, se for para fazer um frila de edição, eu faço, não tem problema.

Lia - E hoje, como você se avalia depois do curso? Você tem espaço na sociedade? O que esse percurso te deu? Se você não tivesse tido essa oportunidade, o que teria acontecido?

Meilene - Às vezes eu me pego pensando nisso, ‘Meu Deus, se eu não tivesse passado para Kabum, o que iria fazer?’ Iria estar trabalhando, porque eu nunca fui de ficar parada, desde criança eu aprendi, vamos trabalhar mesmo, vamos fazer.

E como eu falo para minha mãe, eu não tenho vontade de voltar para São Paulo. Eu chego em São Paulo, eu sinto um peixe fora da água. Ninguém sabe quem eu sou, ninguém sabe o que eu faço, ninguém me conhece. Aqui, não, você vai nos festivais, a galera sabe quem você é, porque você produz, porque já viram um filme seu, já viram alguma coisa sua passar na TV Cultura, por exemplo.

Eu não sei o que estaria fazendo, não me vejo fazendo outra coisa, acho que a maior oportunidade que recebi na vida foi ter passado na Kabum, porque, assim, a Kabum é um projeto, não é um projeto que te ensina a ter uma sobrevivência de vida, nada contra os projetos que ensinam, mas eu não vou para lá. Aprender a pintar pano de prato, ou aprender a costurar que te dá sobrevivência de vida. A Kabum te dá uma ferramenta que te possibilita a melhorar de vida, a subir de vida, te possibilita a ter uma TV de LCD, a pagar um carro. Se você faz uma campanha, por acaso, você compra uma casa, ela te possibilita você subir o padrão de vida. Não sei explicar, por exemplo, imagina alguém da Kabum fazendo um filme de outro padrão e outro mundo, como a gente achava que era impossível, ela te possibilita alcançar o que a gente achava que era impossível, chegar em algum lugar que ninguém da sua família te viu. Por exemplo, quando eu mando os filmes para minha família ver, mostro que

eles podem se expressar também, se realizar enquanto pessoa. Na Kabum a gente teve aula de leitura e expressão, vamos falar em público, todo mundo falava ‘vai, Meg’, aí eu ia. A professora não bota a cabeça para cima, quando você for dar palestra, você precisa falar, precisa que as pessoas te ouçam. A gente teve... Quando falo de Kabum fico perdida, porque são tantas coisas que eu agradeço que... Porque a Kabum me possibilitou alcançar o impossível. E você olhar para televisão e falar eu sei fazer isso, eu sei como isso é feito, não é achar que um ator é uma pessoa que não existe, é uma pessoa que você nunca vai ver na vida, você vai ver, você vai entrevistar.

As pessoas perguntam de quando eu estava na casa de Renato Aragão, porque a gente foi fazer uma propaganda na casa dele. Eles perguntam ‘o que você fez? Você abraçou?’ , eu digo ‘rapaz, eu não pude fazer nada, porque eu estava lá como profissional’. Eu estava, por dentro, gritando de alegria, assistia os filmes dele quando eu era criança, mas eu estava lá para fazer câmera. Então é o sr. Renato, ninguém pode chamar ele de Didi, né, saí de lá contente, feliz. Na hora você não podia expressar nenhum tipo ‘ai, Meu Deus, eu sou a sua fã’. A gente não estava lá para isso. É isso que eu acho que todo mundo deveria ter, oportunidade de poder alcançar aquilo que muitos acham que não se alcança. Não está longe, está perto, só que precisa de um empurrão.

Lia - O que é o vídeo para você? Como forma de expressão, como é que você se realiza, através do vídeo? Porque que hoje, com as novas tecnologias de informação e comunicação, virou uma coisa muito acessível, e tudo é mais barato?

Meilene - Eu me realizo fazendo filme. Eu não sei. Como eu fiz teatro, quando me lembro do teatro, quando o sinal tocava, que dava aquele frio na barriga, que você entra no palco. Acho que não me sinto tão realizada do que vendo um filme, porque o suor é tão grande e você se apaixona desde uma ideia para um roteiro, para uma produção, você se apaixona tanto, você deseja tanto que aquilo vá e aconteça que quando você olha e vê os planos... Esse último filme que a gente fez agora, eu expliquei, no dia do lançamento, que o filme foi tão desejado que quando a gente assistiu, a gente vê exatamente aquilo que foi almejado, os planos. O último plano, por exemplo, que é o plano do tiro, é exatamente aquilo que a gente pensou. A gente dorme, acorda pensando nisso, a realização é de você, você olha para si e diz ‘caramba, eu sou capaz eu tenho talento’. Muita gente não acredita, mas a gente tem. Não sei o que vai

acontecer daqui para frente, mas muita gente corre para fazer mais, acontecer mais o mundo afora.

Lia - Como foi sua educação formal, você sempre estudou em escola pública?

Meilene - Sempre escola pública. Com essa história dos meus pais brigarem, se matarem o tempo todo, então sempre a gente tinha que mudar de casa. Quando não dava o convívio com os vizinhos, tinha que mudar de casa. Então estudei em oito ou nove escolas públicas diferentes, ou seja, eu nunca terminei o ano inteiro em uma escola. Eu fazia oito meses em uma escola, mudava de escola.

Agora que eu estou fazendo faculdade.

Lia - Nas escolas você nunca teve aula de informática?

Meilene – Não, nunca tive aula de informática. Eu ia ter aula de informática no 3º ano, mas nunca funcionou, porque a sala nunca estava aberta. Diziam que ia ter aula, mas nunca aconteceu essa aula. E, como eu não tinha dinheiro para pagar curso básico, esses de R\$ 400, então eu nunca tive contato. Eu só tive contato na Kabum mesmo.

Lia - Hoje quanto você ganha?

Meilene – Hoje, na Malagueta, eu ganho R\$ 1.600, mas se eu fizer uns trabalhos por fora aumenta a renda. Como eu estou lá o dia todo, estou impossibilitada de fazer *freelancer*, mas na época que eu era *freelancer*. Porque é assim, você faz um trabalho hoje, você recebe daqui dois ou três meses, como pode receber hoje. O *freelancer* você nunca pode somar a renda porque seu dinheiro só vai aparecer depois, mas, se você tiver um trabalho fixo e o *freelancer*, vai fazer um câmara em um show, você tira os R\$ 2.500 a R\$ 3.000 para cima. Tem frila que você trabalha um dia apenas e ganha R\$ 500.

Lia - Com essa grana dá para viver direitinho? Pagar faculdade?

Meilene - Estou fazendo faculdade, estou fazendo produção de audiovisual, que aprimora a questão do vídeo. Eu faço na Unijorge, é particular, porque esse curso não tem na estadual. Na federal tem, mas é só em Cachoeira e, para fazer, você tem que morar lá. Eu não tenho condições de mudar a minha vida toda para lá.

Na verdade, desde que a minha mãe foi para São Paulo, ela me mandava dinheiro algumas vezes. Como ela estava desempregada, eu não tinha coragem de pedir, então, hoje, desde aquela época, eu me banco. Se eu quiser uma roupa, eu compro, se quiser uma comida, eu pago. A minha faculdade sou eu quem pago, pago R\$ 480 e até hoje acho que sempre vou me bancar. É bom você ter sua autonomia, se não quiser que ninguém joga nada na sua cara.

Lia - E aí você casou quando? Esse namorado é antigo?

Meilene - Eu namoro há quatro anos. Eu conheci o Jackson em 2006, aí foi um beijinho aqui, fomos ficando aí virou namoro. Eu morava sozinha e até foi estranho, ele tem uma família muito estruturada, coisa mais linda do mundo. Eles diziam como uma menina de 18 anos mora sozinha, trabalha, eu não estou entendendo, aí eu comecei a explicar, contar a minha história de vida. Porque, assim, ele recebeu muitas críticas sobre mim como é que uma mãe deixa a filha em outro estado, como mora sozinha, essas coisas. É muito difícil para as pessoas entenderem que esse era o meu sonho, eu fiquei aqui para batalhar porque não tenho vida lá e pronto.

A gente se conheceu, se apaixonou. Aí estava morando sozinha. De 2006 a 2008, morava sozinha, a dona da casa pediu a casa para a filha dela e eu não achei nenhuma casa em um lugar bom. As casas que eu achava era em lugar bem perigoso, eu não queria ir para lá, morar sozinha em um beco, onde pudesse acontecer alguma coisa. A família que mora aqui na frente basicamente que me adotou, como sendo da família. Quando a minha mãe morava aqui, eles se tornaram amigos e eles conhecem a nossa história, conhece a minha história de vida. Até então, eu não tinha sido batizada, me batizei aqui em 2005 e a Virginia me batizou. Pedi para ela ser a minha madrinha, é essa família que eu estou falando, daqui da frente. Eu estudei com a filha dela, o 1º, 2º, e 3º ano. Através da filha eu conheci a família toda. E a mãe dela se tornou amiga da minha mãe e foi um acolhimento mesmo. Foi uma família que quando a

gente estava passando por um aperto, eles estavam ali ajudando.

Em 2008, como não estava conseguindo casa para alugar, a minha madrinha falou ‘venha para cá, você dorme com a Gabi’. Dividi o quarto com a filha dela, eu fiquei de 2008 a 2010, que é esse ano.

Eu namorando com o Jackson. Os pais dele se separaram. A mãe dele alugou uma casa em Santa Cruz e, como ele fazia faculdade e chegava muito tarde às 24h, não dava para ele subir para Santa Cruz porque é muito perigoso. Aí ele estava morando na casa da avó dele e eu, na minha madrinha. Aí falei ‘Jackson, a gente já está junto há quatro anos, você mora na sua avó, não tem privacidade, eu também não, na casa da minha madrinha’. A Gabi tinha o namorado dela queria ficar sozinha, eu estava me sentindo mal por estar dividindo o quarto com ela.

‘Jackson, eu já morei sozinha uma vez, ganhando nada, vivia em trancos e barrancos, a gente ganha bem, pensando em quem ganha um salário mínimo, a gente ganha bem’. Ele trabalha na área, a gente não ganha bem para o mercado, tem editora que ganha R\$ 7.000, a gente não ganha bem para o mercado, mas ganha bem para a sociedade.

‘Então está na hora, vamos juntar os trapos’, aí ele falou ‘sim, está na hora mesmo’.

A gente começou a procurar uma casa, a comprar cama, geladeira, armário, aí, em fevereiro agora, a gente fez um chá de casa de nova. Graças a Deus a gente ganhou muita coisa, a gente não precisou comprar basicamente nada de copo, prato, a gente só comprou coisa grande.

A gente alugou essa casa aqui que, por coincidência, há sete anos atrás eu morei aqui com a minha mãe, irmã, tia antes de ir embora.

Eu descobri que estava desalugada, a dona da casa me conhecia e a minha mãe também, então falou ‘eu alugo para você’. Eu aluguei na sexta feira, no sábado, a gente fez a mudança, subiu as coisas. Domingo fiz o chá de casa nova e na segunda já estava morando, rápido assim. Dia 7 de fevereiro (de 2010) a gente fez o chá de casa nova e no dia 8 já estava morando.

Lia – Meg, em que ano você acaba a faculdade?

Meilene - Eu acabo em junho do ano que vem, o meu curso é profissionalizante. Ele são dois anos, junho do ano que vem acaba. Eu queria, depois que acabar a faculdade, fazer um curso de cinema fora, mas, para isso, tem que batalhar mais um pouco. Fora do Brasil, queria fazer um curso de cinema, ou em Buenos Aires, ou Canadá. Não tenho quem me banque, então tenho que ralar muito. Na verdade, eu e o Jackson, a gente está com outros planos.

Lia - Ele faz o que?

Meilene - Ele já é formado em comunicação social, com ênfase em marketing. Ele trabalha também com edição e, por coincidência, trabalha na Malagueta também. Ele é editor da noite, quando eu estou em casa, ele está trabalhando e quando ele está em casa, eu estou trabalhando. A gente basicamente se vê no final de semana. Agora vai melhorar porque eu vou sair da Malagueta, ele vai subir para o dia, porque estava precisando de um editor para noite. Aí o editor principal, que já conhecia Jackson, sabe que ele trabalha bem e indicou Jackson. Aí ele falou 'olha, o diretor me indicou', eu disse 'foi?' e falei para o diretor 'você nem me falou nada', porque foi na hora, ele me perguntou e, na hora, lembrei de Jackson e aí pronto. Ele está lá fez um ano agora que está na Malagueta. Nessa área, que ele gosta mais da área de edição do que eu. Ele gosta muito mais, então tem tudo para crescer nessa área, mais do que eu. Ele não gosta muito da área de produção, gosta mais ficar na frente do computador, fazer, finalizar. Aí tem isso, esses seis meses juntos, como namorados, ainda não casamos. É bom que a gente não tem tempo para brigar.

Lia - E você comprou o seu carro quando?

Meilene - Não, é meu, é de Jackson. Ele comprou. Porque, assim, como ele fazia faculdade, ele ficava no ponto até uma hora da manhã, aí ele falou com o pai para ajudar a comprar uma caranga velha, aí ele comprou o carro com o pai dele, mas hoje o pai não ajuda mais a pagar. Aí eu por ele. Assim, hoje meu dinheiro e de Jackson é dele e meu, a gente paga tudo junto. Junta salário, paga luz, carro, água, paga tudo. E aqui em Salvador, carro não é luxo, é necessidade, porque o meio de transporte é horrível. Você passa uma hora no ponto esperando, para você poder vir para casa. Dependendo do lugar onde você está, você espera

quase duas horas, mas o carro é dele.

Lia - E aluguel aqui é barato? Caro?

Meilene – A gente paga R\$ 300 na casa e paga uns 50 de luz e, como água aqui é dividida para o prédio inteiro, fica tudo no final do mês, R\$ 420, R\$ 450. Agora só fica pesado porque estou pagando a faculdade, mas, depois que acabar a faculdade, melhora.

Lia - E outros cursos, você acha que precisa fazer outras coisas, línguas, como você se vira com o inglês?

Meilene - O que eu sei de inglês, só os nomes, tanto na câmera, tanto na edição, tudo que tem relacionado à linguagem é inglês. Então você aprende os nomes, aprende os significados, mas falar inglês, não.

Por exemplo, se eu tenho vontade de fazer um curso fora, é o que eu pretendo. Terminar a faculdade. Vamos ver se consigo tomar uma aula de inglês, não do básico. Na verdade, já queria sair falando, mas não existe. Mas de inglês mesmo a gente tem a obrigação de aprender, porque tudo é inglês. Se você vai ler um manual de um programa, é em inglês, aí passa uma hora traduzindo tudo, para poder entender o que está escrito. Então eu penso, depois que terminar a faculdade, fazer um curso de inglês.

Na verdade, se dá um problema no computador, vem lá a mensagem, aí você pega a mensagem, joga na internet, traduz e o que está dizendo isso. Ou se tem alguém, o Aldo, que sabe inglês, eu pergunto. Mas geralmente eu não pergunto, geralmente eu boto no computador, lanço, e vejo o que está escrito. E na faculdade, esse semestre, a gente teve inglês técnico, já é uma força a mais. Você já bate o olho e também por fazer todo o dia, o tempo todo, você bate o olho e já sabe o significado. Então o problema, o que quero mais mesmo é inglês, comunicação, eu quero conversar.

Lia - Você se comunica com alguém de fora, por MSN, Orkut, essas coisas?

Meilene - Eu tenho Orkut, mas ninguém de fora, só de São Paulo, do Rio. Aliás conheci no Jackson no Orkut. Ele participava da comunidade de uma amiga, eu achei ele um gato, perguntei se podia adicioná-lo e começou ... Participo de várias comunidades, “Adoro cinema”, “Eu faço filme na comunidade”, essa é a que tem mais gente, porque a Kabum tem uma sede no Rio de Janeiro, em Recife e em Belo Horizonte. O filme que a gente terminou agora, a gente mandou para o portal deles. Aí a gente troca esse bate bola, o que faz aqui, manda para lá e vice versa manda, para outras pessoas. E tem algumas bestas também, como “Eu abro a geladeira para pensar”, um monte. O que tem relação na área, são essas mesmas, é o que eu gosto de fazer, não me vejo fazendo outra coisa.

Lia - Navega muito pela internet? Você faz outras coisas sem ser participar dessas comunidades?

Meilene - Eu não estou fazendo muito, porque na Malagueta não pode acessar à internet e aqui na minha casa não tenho internet ainda. O máximo que consigo acessar internet, mandar um recado, ou receber um recado, ou conversar cinco minutos com a minha irmã, ou minha mãe no MSN, mas, por exemplo, o Twitter, que é um meio de você conseguir algumas coisas, eu não tenho. Porque Twitter tem que fazer manutenção, e eu não tenho de onde fazer isso, então não tenho Twitter.

Lia - Você não tem internet aqui por que? Não tem acesso, não tem conexão? Ou é muito caro? Qual é o motivo?

Meilene - Como a gente está aqui há pouco tempo, precisa instalar o telefone, do telefone, vem internet e acaba que nos custos finais fica caro. Não vai dar para colocar agora. Na verdade, a gente até pensou em dividir com a vizinha de baixo, ela gostou, mas aí ela nunca mais tocou no assunto. Eu perguntei para ela e eu vou mudar o computador para o fundo, mas ainda é por causa do custo.

O computador dele fica lá dentro, o bom de estar sem internet é que ele só fica estudando internet. Eu digo que é dele porque um dia ele tira a placa de vídeo, um dia está aberto, um dia que eu dou sorte e vou mexer, não funciona. Ele diz a ‘tirei o HD’, ele é

fascinado por computador. Ele mexe e tira todos os dias. Eu preciso ter o meu para ele não mexer, ele tem facilidade, ele conheceu muito antes o computador, porque a mãe dele comprou um computador para ele. Aí ele começou a fazer um curso de informática, então ele tem mais facilidade, ele gosta. Se pudesse, ele comia computador o dia inteiro, ele domina bem o *software*. Ele gosta muito de animação, eu não gosto de animação, porque é uma coisa muito minuciosa. Você tem que ficar ali nos detalhes, como eu sou muito elétrica, perco a paciência e digo não quero fazer mais não.

Por isso que eu gosto da edição de documentário, porque você bota a sua criatividade, você pode viajar botar para lá. Na edição obrigatória, você faz o dia todo só aquilo que o cliente manda. Aí, por isso, que estou ficando doida, porque estou ficando sem criatividade, não estou conseguindo fazer mais nada, além de não ter tempo, de não ter possibilidade. Porque você não pode criar, é aquele padrão que o cliente manda e pronto.

Mas em relação a eu não gostar mais de fazer o Bom Preço, hoje eu sou outra profissional, por conta do Bom Preço. Esse negócio de horário, de mandar fita no dia certo, na hora certa, de mandar comprovação. Hoje sou outra profissional, responsável, muito mais ágil, muito mais tudo.

Lia - Você acha que foi uma coisa importante para você?

Meilene - Sim, se hoje alguém me pede alguma coisa, em cinco minutos, eu resolvo, porque no varejo é assim. Em cinco minutos você tem que resolver e mandar para o cliente a minha postura de profissional é outra.

Lia – Meg, o que aconteceu com seus irmãos? O que eles fazem?

Meilene - Meu irmão, ele casou, entrou para igreja evangélica. Ele conheceu sua esposa lá, que é professora dominical, que dá aula da bíblia para as crianças. Hoje ele tem um filho de cinco anos e o outro vai nascer. Ele mora com a família dele. Ele trabalha, na verdade, ele faz todas as coisas, é motoboy, ele vende, ele conserta, ele faz todas as coisas. Ele está estudando administração de empresas, ele é cabeçudo, ele gosta desse negócio. Ele é super inteligente. Ele lê, ele come, ele absorve todos os livros, mas ele está tendo que fazer esse molejo de

estudar para profissão e cuidar da família, porque com dois filhos e esposa para cuidar, você tem que ralar. Ele estava trabalhando também como motoboy, mas ele teve que parar, porque sofreu um acidente. Aí ele ficou afastado, porque deu um problema na coluna.

Ele mora na Vila São Pedro. A minha mãe mora na casa debaixo e ele na casa de cima. É onde eu morei, onde eu comecei a morar com sete anos.

Minha irmã mora com a minha mãe e a Carla. Minha irmã é a típica jovem que ainda não encontrou o caminho, ainda não sabe o que fazer. Vai para uma festa ali, vai para outra aqui, dorme até tarde. Ela não gosta de estudar, o grande trabalho da minha mãe é encaminhar.

Ela não parou de estudar, mas também nunca termina. Um dia ela vai, outro dia, não vai. Essa relação dela com a minha mãe, eu não posso me meter, porque estou de fora. Eu não sei o que acontece, um dia um me conta, outro me conta, eu não me meto muito.

Lia - E seu pai, você não teve mais contato?

Meilene- O meu pai foi o seguinte: quando a gente mudou para cá, que ele se viu sem a família, sem ninguém, estava sozinho, ele é a prova viva de que as pessoas se recuperam, as pessoas mudam. Eu hoje amo o meu pai, de paixão, hoje meu pai me liga muito mais que a minha mãe. Quando ele se viu sem os filhos, eu acho que, como ele diz, ele botou a mão na cabeça e viu o que ele perdeu. Ele não viu os filhos crescerem, ele não participou da vida dos filhos, ele não viu o filho cair, machucar o pé, ele não viu nada. Ele sempre estava na rua e quando chegava era aquela agonia. Então, hoje ele tenta recuperar tudo que fez de ruim. Hoje ele faz diferente. Minha irmã sempre foi o xodó dele. Eu sempre falei que na outra vida, eles fizeram algo de muito ruim um para o outro. E, nessa vida, tem que consertar, porque o amor deles é uma coisa maravilhosa. Então hoje ele é uma outra pessoa, ele é outro Nivaldo. Você olha para o meu pai, você não acredita que ele já foi um monstro, e hoje eu tenho orgulho do meu pai. Eu adoro o meu pai, porque ele viu o que ele fez, tentou consertar e tenta. Eu acho que ele nunca vai achar que o que ele faz está bom, sempre quer fazer mais e mais. Toda vez ele fala 'desculpe pelo que fiz, desculpa pelo pai que eu não fui'.

Quando eu era criança, ou eu estava dentro de casa, ou na rua, ou no hospital. A maioria das vezes eu estava no hospital, eu passei três, quatro meses sem ir para escola, internada. Na época, meu pai trabalhava no HL e tinha plano acho que essa foi a minha

salvação, diziam os médicos que era psicológico, eu acredito, porque, depois que meus pais se separaram, eu nunca mais tive. Eu tinha ataque de confusão e, como eu não conversava com ninguém, eu acho que não tinha nada para ocupar a mente, então eu ficava doente. Eu passei muitos meses internada, voltava para casa. Eu era aquela menina que tio nenhum queria levar para viagem, porque eu podia passar mal no meio da viagem, acho que tudo isso era psicológico mesmo. Quando eu achava que alguma coisa ia acontecer ou que estava acontecendo, eu dava ataque e já acordava no hospital. Eu mesmo não acredito que tudo isso aconteceu, eu acho que eu tenho um sistema que apagou 70% das coisas. E aí, depois que eles se separaram, eu nunca mais passei mal na vida. Eu até brinco com o Jackson que sou menina de ferro. Desde que eu conheço ele, ele já ficou umas dez, 15 vezes doente e eu nunca fiquei doente. Eu não pego febre, não pego gripe, todo mundo pega, só eu que não pego. Deve ser os antibióticos, deve ser os soros que tomei na minha infância, deve estar tudo no meu corpo, porque não fico doente. Até peço, às vezes, para pegar uma gripinha, para dizer ‘me esquentar aqui que estou doente’, não fico de jeito nenhum, deve ser psicológico mesmo.

Lia – Meg, o que você gosta de fazer de lazer?

Meilene - Cinema eu adoro. Se pudesse, eu gastava o meu dinheiro todo vendo filme, adoro, adoro. Eu gosto de sair, a minha galera não é muito de *rave*, a gente vai muito para barzinho, com música ao vivo, e bebe ou vai fazer *reggae* na casa de alguém, *reggae* aqui é festa, ou a gente marca para ir ao cinema todo mundo junto. Eu gosto muito de dançar, eu gosto de Mariane de Castro, que é um samba, bem da terra. Na verdade, eu sou bem tranquila, não sou de ‘ah, vamos extravasar, ficar doidos até nove horas da manhã’.

Lia - E aqui como é a comunidade? Tem alguma? Você continua participando?

Meilene - Não, hoje eu não participo na comunidade de nada. Eu saio muito cedo e chego muito tarde. Eu saio cedo para trabalhar e chego tarde da faculdade. Eu saio de casa às 8h e chego às 23h30. Agora não, porque eu estou de férias da faculdade, então saio do trabalho e venho direto para casa, mas quando estou na faculdade fico o dia inteiro na rua, almoço na rua, tudo na rua.

Você vendo a história de Salvador, o Nordeste é um dos bairros mais violentos, ele está entre os três, ele é o terceiro, é um bairro antigo. O Nordeste está no meio de três bairros de classe alta, ele está no meio da Pituba, do Itagara e do Rio Vermelho. Se você ver é um morro no meio de três bairros. Então, todo assalto que tem o povo corre para o Nordeste, o que não deixa de ser mentira, mas existe lugares e lugares. Existe lugares que, quem está aqui dentro do Nordeste, não vai andar, tipo, por exemplo, eu não vou para um boqueirão da vida, para entrar lá precisa até de autorização. Você chega lá na porta do boqueirão, 'quem é você, você é de onde, não vai entrar', você dá meia volta e sai andando. Então tem gente que é lá do boqueirão que não vem aqui em cima, que é onde as pessoas se sentem seguras. Eu não vou para outro lugar, eu não me sinto segura. Por exemplo, quando eu chego da faculdade, eu tenho que saltar lá embaixo, na orla, que o ônibus passa na orla, eu venho correndo, correndo. Assim que eu entro no Nordeste, eu digo 'ufa, eu estou em casa'. É o lugar que você sabe. Como aconteceu com o meu primo, que mora aqui na frente, roubaram o celular dele, quem roubou o seu celular foi fulano, então vamos na casa dele pegar o celular. É um lugar que todo mundo se conhece. Se acontecer alguma coisa com você, alguém vai saber quem foi e vai lá resolver. Também aqui dentro do Nordeste tem um tratado de paz, ninguém pode assaltar dentro do Nordeste. Se assaltar dentro do Nordeste, morre. Se quer assaltar, vai assaltar fora, quem tem dinheiro, aqui dentro da comunidade, não pode.

Lia - Mas quem fez esse pacto?

Meilene - Quem fez foi o chefão, o chefão da área que ninguém sabe onde está. Mas tem esse tratado. Se você assaltar dentro da área e descobrirem... Mataram um menino de treze anos por isso, ele assaltou quatro pessoas. Deram um aviso, 'aqui dentro não', ele não deu ouvidos, ele recebeu 15 tiros.

Mas morar em bairro popular é isso, mas eu não troco. E, como a gente trata no filme, morar em um bairro popular é você correr risco todos os dias. Você morre em qualquer lugar, mas se você mora no bairro popular, você tem nove vezes mais chance de sofrer algum tipo de lesão. Mas eu não troco, eu moro aqui há nove anos, todo mundo me conhece, eu conheço todo mundo. Todos sabem quem eu sou, todo mundo sabe que eu não sou pessoa ruim. Se acontecer alguma coisa comigo, tem quem me ajude. E aqui eu me encontrei. Se eu tiver um dinheiro um dia para comprar uma casa vai ser aqui. Se Deus quiser, quero ver meus filhos aí

brincando.

Lia - Você não pensa em sair daqui?

Meilene – Não, eu penso que não vou sair daqui de Salvador, do Nordeste, para ir para outro bairro de Salvador. Se eu ficar aqui em Salvador, vai ser aqui no Nordeste. Eu penso em morar em São Paulo, vai ser daqui uns quatro ou cinco anos. Ir trabalhar lá, tentar a vida lá, mas primeiro a gente quer fazer nome aqui na área para quando a gente for para lá, já ter o canal certo. Olha, não sei quem trabalhou comigo muito tempo, mas sair de Salvador para morar em outro lugar eu não saio. Do Nordeste mesmo eu só saio daqui para morar em outro estado. O Nordeste é bom de mais.

Lia - E você gosta de ler?

Meilene - Eu gosto de ler, mas não consigo ler. Eu tenho um problema muito grande, de me concentrar. Eu começo a ler, como tenho a mania de visualizar as coisas, então o que eu estou lendo, eu estou vendo, aí eu já puxo a outra situação. Então eu não consigo me concentrar no livro. Eu consigo me concentrar no filme ficar lá duas, ou três horas, sem pensar em nada, mas basta começar a ler, eu não me concentro. A minha mente vai longe, que é um grande problema. Se você quer entrar nessa área, você tem que ler todas as coisas possíveis, o que eu faço quando eu começo a ler eu me distraio, eu paro, me concentro e começo a ler de novo. Eu acho que é uma dificuldade, como eu nunca tive, nunca parei em escola nenhuma, nunca aprendi as coisas por inteiro, sempre aprendi as coisas pela metade. Quando você chega na outra escola, não está mais dando aquele assunto que estava tendo na outra escola, aí como eu nunca tive essa coisa de me concentrar, eu acabo me perdendo. Eu leio, mas não leio muito, porque eu demoro muito, porque não consigo me concentrar. A minha amiga diz ‘olha, Meg, você tem que ir no neurologista, porque você tem déficit de atenção’, olha, eu vou lá para dizer isso mesmo. É muito difícil eu conseguir fazer uma coisa e terminar essa coisa, para fazer outra, não, eu faço várias ao mesmo tempo. De repente, eu olho das cinco coisas que eu estava fazendo, duas eu terminei, porque como queria fazer tudo, eu não consigo fazer uma coisa só. Sou meia... Minha mente tem muita coisa e eu não me organizo. É isso mesmo, vou

ver isso, ela disse que o irmão dela era assim e com tratamento, melhorou.

E pode melhorar, mas como a vida dela é tão diferente e, como dizem, isso é doença de rico. Ela fala ‘olha o meu irmão faz a mesma coisa que você, faz isso, faz isso’. Eu não sei, um dia eu tomo coragem e vou pra ver se realmente é isso.

Lia - E vocês viajam um pouco, ou não conseguem viajar?

Meilene - A última vez que a gente viajou foi para Paranama, é uma ilha que tem aqui. É uma ilha de todos os santos, passamos sete dias lá. Na verdade, é lindo, paradisíaco, uma água limpa, cristalina, muitas pedras, lindo, lindo.

A gente está com essa dificuldade de sair, a gente está trabalhando em horários diferente e, como trabalhamos na mesma empresa, a gente não tira férias juntos, ou seja, quando eu tiro férias, ele me cobre, e, quando ele tira, sou eu que cubro as férias dele. Aí a gente espera que isso melhore agora. Como eu estou saindo da empresa, quando eu for para uma outra empresa, a gente vai poder conciliar os feriados, porque as férias que eu tirei em fevereiro foi ele que tirou as minhas férias. Então eu estava em casa e ele, trabalhando. Eu tenho vontade muito de conhecer a Chapada, eu espero agora poder fazer essa viagem. Eu digo para ele que vai ser nossa lua de mel, se enfiar no meio daquelas grutas.

Lia - Dizem que é lindo, eu nunca vi, mas vários amigos já vieram e dizem que é lindo.

Meilene - As fotos e os vídeos são lindos. O filme *Besouro* foi gravado lá na Chapada. Agora que vamos estar em lugares diferentes, a gente vai conciliar e irá para lá. A gente, juntos, não foi para lugar nenhum, só aqui. E, como eu falo, como eu moro aqui e a minha família toda em São Paulo, ou eu bem organizo o meu dinheiro para ir para São Paulo e ficar uns 20 dias com a minha família, ou bem organizo o meu dinheiro para ir para outro lugar. Como eu fico muito sentida, eu acho um absurdo, eu só vejo a minha família de ano em ano. Vai fazer dois anos que não vou para lá, tenho que ganhar muito dinheiro para poder ir para lá e ir para outro lugar, porque, se não, não dá. Tomara que este final de ano a gente consiga ir para lá. Jackson já conhece minha mãe, meu pai, minha família. Ele foi comigo na virada de 2007 para 2008, a gente passou o final de ano lá, aí ele conheceu a minha família toda, aí eles conhecerem o

Jackson.

Lia - E aqui você acha que tem boa chance de trabalho agora?

Meilene – Acho. Acho porque, como eu tenho o nome da Malagueta e é o que todo mundo almeja, então eu acho que a gente conseguiu bons contatos. Como eu sempre trabalhei corretinho, eu acho que tenho bons contatos para alguém dizer ‘olha, a menina está precisando de *um freelancer* aí tal’. Por exemplo, essa entrevista que eu fui fazer na TV Metrôpole ontem, o cara está precisando de um coordenador para os editores lá porque os editores são bem novos. Quem me indicou foi um professor da Kabum, que é o Vinicius, que dava aula para gente de como montar um computador, essas coisas assim. E o cara comentou com ele. Ele disse ‘rapaz, eu conheço uma pessoa responsável’ aí ele me ligou ‘olha, Meg, liga para esse número agora’. Isso eu tive aula com ele em 2005 e estamos em 2010, então, além da gente fazer bons contatos profissionais, a gente faz bons amigos.

Lia – Isso na Kabum?

Meilene – Sim. Porque, por exemplo, as turmas sempre fazem mostras, mostras das fotografias. E é sempre o lugar onde todo mundo que já foi da minha época e de outras épocas se encontram. Como Kabum é bem grande, a última vez agora foi o lançamento do nosso filme, tinha pessoas de todas as turmas. Kabum já teve quatro turmas, já, eu fui da primeira. Então, tem sempre.

Lia - Você já gostava de vídeo antes, ou só descobriu quando foi fazer o curso?

Meilene - Em relação ao vídeo, eu sempre tive curiosidade para saber como as coisas eram feitas, porque sempre foi muito louco para mim. Ver um ator em um canal e, quando você mudar, ele está em outro também. ‘Como essas coisas acontecem, eu não entendo’, eu queria descobrir. Eu sempre tive interesse de saber, eu queria saber como era que um filme se tornava um filme e, quando eu tive a oportunidade de esclarecer essas respostas, eu vi que era

paixão mesmo. Além da curiosidade, era paixão mesmo.

Lia – E essa coisa de auto expressão, de você contar uma história, uma coisa que é importante para você?

Meilene - É importante. É importante que o filme, ele, mais do que um livro, que você conta uma história, ele tem a capacidade de atingir o maior número de pessoas. Então quanto mais pessoas veem o seu filme, mais você pode. Você atinge mais pessoas.

Eu acho que, com os nosso filmes, a gente não consegue a transformação, mas a gente consegue a sensibilização de alguma coisa, de algum tema. E o filme é isso, você conseguir atingir o maior número de pessoas. Mais pessoas sabem do seu sentimento, mais pessoas sabem daquilo que você gostaria de dizer. Essa é capacidade do audiovisual, mais pessoas sabem aquilo que você pensa. Se a gente for parar para falar para todo mundo o que a gente sente com esse filme, então a gente faz.

Lia - Eu queria que você falasse um pouquinho da sua convivência com a internet. Qual a influência para você, o que você acha que é ou não é?

Meilene – Rapaz, na minha vida a internet é meu elo com a minha família. Eu não tenho como ligar todo dia, não tem com eles ligarem para mim. A gente se fala o tempo todo pela internet. E o que eu acho da internet? Eu acredito muito na liberdade de expressão, mas se você vai para rua gritar o que você pensa, gritar o que você faz, a prefeitura ou a polícia manda alguém te bater e te botar para ir para casa, ou te prende. Ou seja, liberdade de expressão uma pinóia, ninguém pode expressar o que pensa, porque vai para rua para expressar e apanha. A internet possibilita isso, você pode falar aquilo que pensa você posta qualquer tipo de vídeo e ninguém vai poder te dizer nada. E você vai fazer com essas pessoas vejam, com que as pessoas estudem aquilo que você pensa. Claro que ninguém pensa igual, todo mundo que vê esse filme não vai pensar a mesma coisa. O grande charme da internet é isso, as pessoas expressam aquilo que pensam, a sua personalidade. O que gosta, o que não gosta, fala, xinga sem repressão. Você sabe que vai poder falar livremente e que outras pessoas vão falar sobre a mesma coisa, que outras pessoas vão debater sobre a mesma coisa. E

you não vai precisar se preocupar, a não ser do tipo de informação que você passa. Eu estou falando de informação do bem, informação para fazer o bem. A paixão de toda a comunicação, de toda a tecnologia, é essa, de você passar informação, fazer com que as pessoas vejam o seu sentimento e multiplique isso.

Por exemplo, a gente postou esse filme faz cinco dias, ele tem 1.100 acessos. Jackson postou no Youtube, tem 1.100 acesso, ou seja 1.100 pessoas. Chama *Filtro do sonho*. A primeira imagem que aparece é a mãe dele sentada na cozinha e o primeiro já está como o primeiro. Então um sentimento que eu tive com a minha colega, que escreveu o roteiro, 1.100 pessoas já viram e nunca se iria fazer isso se não fosse a internet. Essa coisa de você poder fazer, essa liberdade de dizer o que você pensa, de falar aquilo que você gosta, e as pessoas estarem compartilhando, de estar trocando essas ideias, a internet trás tudo isso.

Lia - Você compartilha muita coisa na internet? Você vê muito vídeo, você baixa muita coisa?

Meilene - Eu vejo muitos vídeos, eu procuro muitos vídeos para ver. Quando eu tenho um tempinho, aí eu deixo lá carregando para assistir. Como eu não posso baixar, eu vejo o máximo de séries na internet, porque série te ajuda muito para criatividade.

E aí eu vejo na internet basicamente o making of, por exemplo, o making of do Avatar, o *making of* do clipe do Jorge Benjor e do Mano Brown. Todos os *making of* que eu puder tá vendo, eu vejo, porque lá eu não posso colocar para baixar. Eu aproveito o tempo do horário do almoço para poder assistir. Então eu sempre procuro atrás de vídeo de curtas e de *making of*. Como eu faço faculdade de produção de audiovisual, lá, a gente também produz, para aperfeiçoamento. Então o cara ‘poxa, veja essa filme, veja esse vídeo, postado agora mesmo’. A gente só tem esse, meu mesmo só tem esse.

Lia - Porque você não postou outras coisas que vocês fizeram ?

Meilene – Então, aquele Clipe do começo são todas as coisas que eu já produzi, mas como eu nunca tive essa questão de ter tempo e nem ter a internet disponível para fazer isso, aí eu nunca tive tempo de converter, passar o tempo passando de um formato para internet, para postar o filme. Aí, como esse filme a gente lançou agora, e Jackson que editou falou ‘não, eu

vou fazer isso’, e aí viu que foi uma coisa super rápida e super prática. A gente falou ‘a partir de agora, a gente vai colocar todos’.

Lia - Você acha que faz muita falta você não ter banda larga em casa?

Meilene - Faz muita falta, porque tem muita coisa. Por exemplo, eu chego na faculdade, tem muita coisa que o povo fala, que o povo discute e eu não estou sabendo, porque estava na internet, estava no blog tal, e eu não posso acessar lá no trabalho, eu não quero dá lugar para ninguém ficar falando que eu estou deixando de trabalhar para estar na internet. Independente do que está fazendo na internet, seja estudando, sempre vão falar outra coisa. Então tem coisas que falam que eu não sei, porque não tenho internet em casa ainda. Porque um *link* que mandaram da faculdade, vejam esse *link*, aí está todo mundo comentando e eu não vi o *link*. Então me faz falta, porque eu perco a oportunidade de estar debatendo, de estar trocando idéias, como eles trocam, porque eu não vi, porque eu não soube, ou não acessei. Por isso, o próximo passo da gente é a tal da internet.

Já a televisão, nem foi por causa da Copa. É que como o Jackson está estudando muitos programas em HD, a nossa televisão era de 14 polegadas. Aí a gente comprou, dois meses antes da Copa, para ele poder, durante o dia, ver essa coisa do HD, que ele está estudando, bastante. Aí ele precisou de uma tela grande.

E aí já foi que embalou com a Copa, aí foi o máximo. Essa coisa da placa de vídeo, a gente não tinha placa de vídeo. Comprou a placa de vídeo que, para trabalhar em HD, então a gente sempre vai tentando fazer o melhor para a gente aprender mais. E a internet, é, isso eu perco muita coisa. Porque, como eu te falei para você, eu tenho aquele problema de me concentrar para ler alguma coisa, então em tudo eu sou muito visual. Eu vejo e não esqueço. Se a gente vai debater sobre o *making of* tal, e eu ver o *making of*, vai ser ótimo. Agora, se for para a gente debater sobre o livro tal ou vou ficar boiando porque eu demoro muito para conseguir mastigar tudo aquilo, eu nunca consigo me concentrar. Aí, se tem alguma coisa sobre alguma coisa sobre um livro eu procuro na internet. Pessoas falando ou coisas que tenha sobre o livro aí eu não esqueço. É assim que eu faço.

Considerações sobre o Seminário Cidadania e Redes Digitais

(Trabalho apresentado por Lia Ribeiro Dias ao curso de Mestrado da Cásper Líbero, em novembro de 2009)

1. Visão geral

A questão central levantada nas exposições e debates do Seminário Cidadania e Redes Digitais diz respeito ao controle na internet e aos caminhos para reagir a esse controle e garantir que a web, uma camada superior à da internet na estrutura da rede mas que comumente é usada como sinônimo, continue a ser um espaço de liberdade. Os palestrantes concordaram em que o cenário é de incerteza, frente aos inúmeros ataques que a internet vem sofrendo por parte dos que querem controlá-la. Mas não há motivos nem para pessimismo extremo, nem para otimismo exagerado. Ao mesmo tempo em que a rede é baseada em protocolos, um mecanismo de extremo controle que permite seguir as pegadas do internauta, ela é, na definição de Demi Getschko, diretor presidente do Núcleo Br, uma construção abstrata sobre estruturas existentes, o que lhe permite ser volátil e mudar de alvo para sobreviver.

Para enfrentar as tentativas de controle que crescem no mundo todo – por parte de governos; da indústria cultural tradicional, das operadoras de telecomunicações, e da indústria em geral que quer capturar os hábitos dos internautas para vender seus produtos –, um dos princípios fundamentais a ser garantido é o da neutralidade da rede. Ou seja, o tráfego de dados só pode sofrer restrições de ordem técnica ou ética. O tráfego, na rede, não pode ser controlado em função de interesses comerciais para privilegiar grandes clientes das operadoras ou para guerras comerciais entre elas; ou para atender a interesses políticos de determinados governos.

Princípio estabelecido pela governança mundial da internet, a neutralidade na internet vive sob ataque. Por isso, é fato relevante, como lembrou Carlos A. Afonso, representante da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil, que a Federal Communications Commission-FCC, o órgão regulador norte-americano do mercado de comunicações, tenha se manifestado recentemente a favor da neutralidade na rede. Esse é um dos princípios que também deverá nortear o Marco Civil da Internet no Brasil, que está em consulta pública lançada pelo Ministério da Justiça e deve se transformar em projeto de lei no início de 2010.

Até que ponto a internet deve ser regulada? Essa questão divide opiniões. Getschko é

contra a regulação na internet e, admite, no máximo, uma regulação da ação das pessoas que usam a internet mas não da rede em si. O sociólogo Sergio Amadeu da Silveira, professor do curso de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero, defende uma legislação que garanta os direitos individuais na internet, como o acesso universal, o anonimato, a liberdade de comunicação, a neutralidade da rede. São esses princípios, disse Ronaldo Lemos, professor da Fundação Getúlio Vargas-RJ, que assessorou o Ministério da Justiça na elaboração da proposta do Marco Civil da Internet, que vão nortear a legislação brasileira. Ela não vai tratar das questões relativas ao direito autoral nem às telecomunicações, que têm legislações específicas.

A elaboração do Marco Civil da Internet foi uma resposta da sociedade organizada, e do governo federal, aos projetos de lei que tentam criminalizar a internet, projetos esses consubstanciados no substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aprovado no Senado e com tramitação paralisada na Câmara dos Deputados. Entre seus muitos dispositivos para combater o crime da internet, ele acaba com o anonimato na rede. Mas uma futura aprovação do Marco Civil não significa que a batalha estará ganha. Lemos lembrou que existem 43 projetos em tramitação no Congresso Nacional que têm impacto sobre a rede.

- A importância do anonimato

Ao contrário do que faz crer o senso comum, amplificado pela mídia, a internet não é uma terra sem controle. Pela sua natureza sociotécnica, pela arquitetura distribuída que adotou para que todos possam se comunicar, a internet teve que adotar padrões que possam ser seguidos por todos. Quem não aceita esses padrões comuns está fora da rede. Assim, todo internauta que entra na rede tem o número IP da máquina pela qual fez o seu acesso e o fluxo de informações é rápido porque tem localizações. O servidor que recebe a mensagem, para encaminhá-la, tem de receber instruções que estão no cabeçalho da mensagem. Portanto, a partir das informações contidas no cabeçalho, o número IP da máquina e a hierarquia do servidor DNS, é possível localizar um determinado internauta pois é muito difícil esconder o número IP.

Na visão de Sergio Amadeu da Silveira, a internet é uma rede de extremo controle que só garante a liberdade através do anonimato. O internauta não tem de se cadastrar nos países democráticos, o que não ocorre nas ditaduras, e qualquer um pode criar novos formatos e tecnologias, novas redes sociais. É um processo darwiniano, na expressão de Getschko, onde sobrevivem os que conseguem criar audiência. Segundo Lawrence Lessig, professor de direito

de Stanford e estudioso da internet, a rede nasceu baseada na cultura da liberdade embora seja uma rede de controle.

Na opinião de Amadeu, se o anonimato for eliminado da internet só restará o controle, que poderá acabar na dominação. E quem seriam os controladores? Os administradores do Estado, por interesses políticos; a indústria, por interesses econômicos; e os grupos ideológicos que são contra a liberdade de expressão dos indivíduos.

Também defensor do anonimato na rede, Laymert Garcez dos Santos, titular do departamento de Sociologia da Unicamp, lembrou que o controle tende a se dar não mais só sobre as identidades, mas também sobre os hábitos do internauta. “O que passa a interessar mais não é a identidade do indivíduo em si, mas a instância infra-indivíduo, os seus desejos cruzados com os sites que acessa, com os dados do cartão de crédito através do qual faz suas compras *online*.” Assim, observa que, na sociedade do controle, “a questão é como nos defender do infra-individual”.

Para isso, é preciso cortar conexões, enlouquecê-las, transformar o controle em descontrole. Ele diz que isso não é fácil, pois os defensores do controle também investem muito para atingir seus objetivos, investem na tecnologia do *design* da rede. “Pensando no descontrole, há aí um campo de conflitos interessantes para o desenvolvimento da internet”, observou.

Na visão de Laymert Garcez dos Santos, a grande questão política está na tecnicidade. Posição que reforça a visão apresentada por Alexander Galloway, professor do departamento de Comunicação e Cultura da Universidade de Nova York. Autor do livro “The Protocol”, Galloway se dedicou a estudar os protocolos não só dentro da perspectiva técnica, mas dos princípios organizacionais que estão embutidos neles. A importância do protocolo no funcionamento da rede está no fato de que ele garante a interoperabilidade entre os computadores, é robusto (liberal no que aceita e conservador no que faz) e tem a totalidade como objetivo. Ou seja, aceita tudo, independente da origem ou destino. “Por isso, é possível dizer que a internet é o sistema de mídia mais bem organizado. Como os protocolos se organizam logicamente, operam fora das duas esferas típicas de poder e controle: o Estado e o mundo corporativo”, afirmou.

Justamente pelo fato de a internet ser uma rede de controle, Galloway considera necessário que se compreenda as redes como um sistema e máquinas. Uma análise dos sistema, em sua opinião, vai permitir entender que a importância não está só na mensagem, na palavra, no conteúdo, mas na arquitetura do próprio sistema. O professor Laymert Garcez dos Santos também acredita que está havendo um deslocamento: “O conflito não está no que se

diz ou produz como imagem. A questão se desloca para quem faz o *design* nas redes, permitindo entradas e saídas, quem entra e quem não entra. Esse deslocamento nos libera da discussão ideológica sobre conteúdo, para nos concentrar onde está o verdadeiro foco.”

1- O Grande Irmão

Os exemplos de tentativa de controle sobre a internet são muitos. Langdon Winner, professor do departamento de Estudos da Ciência e Tecnologia do Instituto Politécnico de Nova York, comentou que muitas instituições de ensino e mesmo universidades norte-americanas adotaram um *software*, o Turn it in, que escaneia os trabalhos entregues em mídia digital pelos alunos para verificar se são cópia, se tem citações de outros trabalhos. Com a adoção do *software*, diz ele, o aluno é culpado até prova em contrário, está-se inibindo a criatividade, e gerando alunos que passam a ter medo do conteúdo digital. Carlos Afonso falou do Narus, um farejador dos pacotes que passam no ponto de troca de tráfego, identificando as páginas que foram visitadas. Pode monitorar 150 mil conversas telefônicas simultâneas e transferir o conteúdo de um DVD em cinco segundos.

Os relatos indicam a importância dos sistemas no futuro da internet. E, aparentemente, eles são muito mais eficientes para o seu controle do que para a sua liberação. E são sistemas como esses, que podem ser desenvolvidos pelo fato de a internet ser uma rede de controle, que criam as condições técnicas para legislações de controle, como a Lei Hadopi, da França, prestes a ser copiada por outros países, que institui o controle do *download* de obras protegidas por direito autoral, mesmo que não para comercialização.

Há “vacinas” contra esses *softwares* de controle e vigilância? Sergio Amadeu da Silveira acredita que sim. Em sua visão, a forma de combater o protocolo, no sentido de apagar as pegadas do internauta que ele deixa pelo caminho, é hipertrofiá-lo. Entre as táticas de hipertrofiamento desenvolvidas pelos *hackers*, citou o embaralhamento de IPs.

Mas basta driblar o controle imposto pelo protocolo com táticas de hipertrofia? Talvez não, se considerarmos a visão apresentada por Tim Wu, da Columbia Law School, um estudioso da neutralidade da rede e das questões relativas ao direito do autor e à apropriação coletiva do conhecimento. Wu diz que não tem condições de responder à pergunta se a internet tende a ser controlada, como ocorre com o ciclo de outras tecnologias desenvolvidas anteriormente, como as que geraram os meios de comunicação de massa. Esse ciclo começa pela invenção, passa à descoberta, pela fase de abertura e liberdade e termina na dominação.

Como exemplo desse ciclo, ele citou o rádio que, desenvolvido para comunicação entre

barcos, passou a ser usado para comunicação entre pessoas. No início de sua utilização pelas pessoas, na década de 1920, nos Estados Unidos, o uso da tecnologia era totalmente livre e barato. Cada um montava sua rádio: as pessoas, as igrejas, as comunidades. “Foi uma fase utópica. Acreditava-se que toda a humanidade ia ser unida sob uma única unidade, as ondas do rádio, que também aproximava o político dos eleitores, criava intimidade, ampliava a democracia. Como é hoje a internet”, disse Wu.

A rádio utópica, no entanto, começou a desaparecer quando se descobriu que esse veículo poderia ser usado comercialmente. De acordo com o seu relato, foi a AT&T quem percebeu o potencial comercial do rádio e montou uma das grandes cadeias do setor, a NBC. A produção passou a ser distribuída a partir de um ponto centralizado, a rádio passou a ter um sistema de distribuição nacional, e o que era local, plural e democrático se transformou num sistema centralizado, poderoso comercialmente e controlado por monopólios.

A internet vai repetir os ciclos anteriores, e sucumbir à dominação, ou vai descrever um novo caminho? Mesmo sem ter a resposta, Wu tende a crer que, na melhor das hipóteses, ela terá sua liberdade limitada. No futuro, observou, a maior parte das pessoas vai acessar a internet por meio das redes celulares, cujo modelo de negócio tem um padrão fechado. Assim, o que vai estar disponível na internet para acesso pelo celular é o que as companhias telefônicas quiserem que esteja, como vídeos, músicas, jogos. Não vai haver blogs. Então, a partir daí, a internet começará a ser fechada. Diz ele: “No caso, não importam os padrões. O que interessa é o que é mais fácil de o usuário usar. E o celular é mais acessível, mais confortável, do que um computador. Mas enquanto o computador é um modelo aberto, o celular é um modelo fechado.”